



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 708

Quarta-feira - 30 de Março de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	2
Arroio Trinta.....	3
Biguaçu	4
Braço do Trombudo	4
Caçador.....	9
Campo Alegre	10
Campos Novos	11
Canoinhas.....	21
Capinzal	43
Catanduvas.....	44
Concórdia	47
Cordilheira Alta	57
Corupá	59
Ermo	60
Forquilha.....	67
Fraiburgo.....	69
Garopaba.....	105
Gaspar	107
Governador Celso Ramos	108
Guaramirim.....	111
Herval do Oeste	114
Imbituba	115
Iomerê	127
Irineópolis	146
Itapoá	146
Joaçaba	153
Lages	156
Lauro Muller	156
Luzerna	163
Monte Carlo	164
Morro da Fumaça	167
Nova Trento.....	167
Novo Horizonte	168
Palmitos	169
Porto Belo.....	194
Porto União.....	205
Rio do Sul.....	214
Salto Veloso.....	216
São Lourenço do Oeste.....	216
São Pedro de Alcântara.....	219
Schroeder	222
Três Barras	232
Tunápolis.....	232
Turvo	248
Videira.....	250

Associações

EGEM	261
------------	-----

Consórcios

AGIR	262
CINCO	263
CIS/AMURC	294
CONEXSUL.....	294

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Contrato N° 41/2011

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 41/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Guarese Transportes Coletivos Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 16/2011 - Pregão Presencial nº. 10/2011

OBJETO : Contratação de serviços de transporte escolar.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 80.920,00 (oitenta mil novecentos e vinte reais)

PAGAMENTO : O pagamento será até o quinto dia útil do mês subsequente.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2011.

DATA : 23.03.2011

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Ildo Marcos Guarese pela contratada.

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato Administrativo N.º 42/2011

Extrato de Contrato 42/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e F M Pneus Ltda.

Objeto Contrato administrativo aquisição de forma parcelada, de serviços de recapagem, recauchutagem, reconstituição e conserto de pneus de automóveis, utilitários, caminhões, máquinas agrícolas e rodoviárias.

Valor Total R\$ 7.828,00 (Sete mil oitocentos e vinte e oito reais)

Vigência 31 de dezembro de 2011

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 42/2011

Alto Bela Vista (SC), 28 de março de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeito Municipal

F M PNEUS LTDA.
Contratado

Contrato Administrativo N.º 43/2011

Extrato de Contrato 43/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e F.Vachileski & Cia. Ltda.
Objeto Contrato administrativo aquisição de forma parcelada, de serviços de recapagem, recauchutagem, reconstituição e conserto de pneus de automóveis, utilitários, caminhões, máquinas agrícolas e rodoviárias.

Valor Total R\$ 10.390,00 (Dez mil trezentos e noventa reais)

Vigência 31 de dezembro de 2011

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 43/2011

Alto Bela Vista (SC), 28 de março de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

F.VACHILESKI & CIA. LTDA.

Contratado

Contrato Administrativo N.º 44/2011

Extrato de Contrato 44/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e GRANDO PNEUS LTDA
Objeto Contrato administrativo aquisição de forma parcelada, de serviços de recapagem, recauchutagem, reconstituição e conserto de pneus de automóveis, utilitários, caminhões, máquinas agrícolas e rodoviárias.

Valor Total R\$ 14.800,00 (Catorze mil e oitocentos reais)

Vigência 31 de dezembro de 2011

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 44/2011

Alto Bela Vista (SC), 28 de março de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

GRANDO PNEUS LTDA

Contratado

Contrato Administrativo N.º 45/2011

Extrato de Contrato 45/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERÍ LTDA EPP

Objeto Contrato administrativo aquisição de forma parcelada, de serviços de recapagem, recauchutagem, reconstituição e conserto de pneus de automóveis, utilitários, caminhões, máquinas agrícolas e rodoviárias.

Valor Total R\$ 16.940,00 (Dezesseis mil novecentos e quarenta reais)

Vigência 31 de dezembro de 2011

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 45/2011

Alto Bela Vista (SC), 28 de março de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERÍ LTDA EPP

Contratado

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 031/2011

DECRETO N.º 031/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 203.570,62 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 25.386,30

11.01.10.301.0005.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.278,54

11.01.10.301.0005.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 130.092,79

11.01.10.304.0005.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 16.023,70

11.01.10.305.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.900,28

11.01.10.301.0005.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

11.01.10.301.0005.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.889,01

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 203.570,62

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 28 de Março de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de Março de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto N.º 032/2011

DECRETO N.º 032/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01.13.391.0003.2.017-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00.

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 20.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 28 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de Março de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 200/2011

PORTARIA Nº 200/2011
Concede Licença p/Tratamento de Saúde.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora MARIA MARGARIDA RICHARTZ RODEN, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 28 de março de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 28 de Março de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de DECISÃO - Pregão Presencial Nº 030/2011

EXTRATO DE DECISÃO

Pregão Presencial: nº 030/2011; Objeto: Aquisição parcelada de Leite (alimento) para crianças carentes, idosos e pessoas com deficiência em caso grave de saúde do município de Antônio Carlos; Decisão: "()Ressalta-se que, o licitante tido inicialmente como vencedor não obrou com presteza e nem com zelo na hora de efetuar a cotação daqueles itens, apresentando produto que efetivamente não cumpre as exigências impostas no edital. Vale ressaltar que os produtos ofertados não são similares e nem cumprem as exigências editalícias razão pela qual impõe a sua desclassificação. E, por se tratar de licitação por item, é imperioso que se tenha a desclassificação dos itens 01 e 02, face ao descumprimento do edital. Assim sendo, face às razões acima expostas, DECIDO

pela desclassificação da empresa Nutrifar Nutrição e Farmacêutica Ltda, declarando vencedora nos itens 01 e 02 da presente licitação, a empresa Dimaci SC Material Cirúrgico Ltda."

Antônio Carlos, 28 de Março de 2011.
RUDINEI GOEDERT
Pregoeiro

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1380, de 28 de março de 2011.

DECRETO Nº 1380, de 28 de março de 2011.
Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.502 de 08/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.326,38 (Sete mil, trezentos e vinte seis reais e trinta e oito centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10 SAÚDE
03.01.10.304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA
03.01.10.304.1001 SAÚDE PARA TODOS
03.01.10.304.1001.2024 MAN. DA VIG. EM SAÚDE SANITÁRIA
33900000-0366-015 Aplicações Diretas R\$ 7.326,38
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 7.326,38

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo Único -R\$ 7.326,38 (Sete mil, trezentos e vinte seis reais e trinta e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do exercício de 2010, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na Fonte 00066- Vigilância em Saúde, Destinação dos Recursos 015 - Vigilância Sanitária, conforme demonstrativo do anexo 14 de Lei nº. 4320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 28 de março de 2011.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 28 de março de 2011.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Retificação da publicação do PP 235/2010

Fica retificada devido a erros de digitação, a publicação realizada no dia 11/01/2011 no DOM/SC nº 654, pág. 12, referente ao contrato 694/2010 do PP 235/2010 - PMB, onde lê-se: até 31/12/2011, leia-se: até 31/12/2010.

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 011/2011

DECRETO 011/2011 24.03.2011

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Shovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2010 de 16.12.2010, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 30.000,00 trinta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01 - Secretaria de Obras/Estr.Serv. Urb.Agro
26.782.0260.1.030 - Construção/Ampliação/Reforma/Manutenção de Pontes, Galerias Fluviais e Estradas Vicinais
4490.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
- Total R\$ 30.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Ata de Registro de Preço 11/2011

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2011

Número do Registro de Preços: 11/2011 **Data do Registro: 28/03/2011** **Válido até: 28/03/2012**

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners remanufaturados para manutenção de diversas Secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TONER 12 A 1º LINHA REMANUFATURADO (C/CILINDRO E FITA LIMPADORA NOVA), IMPRESSORA HP. (5706)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MC	0	97,1616	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	98,2997	2
2	TONER REMANUFATURADO 1º LINHA E120 IMPRESSORA LEXMARK (C/ CILINDRO E FITA LIMPADORA NOVA), IMPRESSORA HP (6570)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MC	0	126,3100	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	127,6568	2
3	TONER 36A 1º LINHA REMANUFATURADO (C/ CILINDRO E FITA LIMPADORA NOVA), IMPRESSORA HP (6571)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MC	0	126,3100	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	127,6568	2
4	Toner 35 A 1º linha remanufaturado (c/ cilindro e fita limpadora nova), impressora HP (8035)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MC	0	126,3100	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	PS3	0	127,6568	2
5	Cartucho de tinta original 27 impressora HP (8036)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	69,4393	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	69,5359	2
6	Cartucho de tinta original 28 impressora HP (8037)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	89,2791	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	89,6101	2
7	Cartucho de tinta original 21 impressora HP (8038)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	54,5594	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	54,7424	2
8	Cartucho de tinta original 22 impressora HP (8039)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	67,4553	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	67,7132	2
9	Cartucho de tinta original 60 color impressora HP (8040)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	67,4553	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	67,6933	2
10	Cartucho de tinta original 60 preto impressora HP (8041)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	55,5514	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	55,6788	2
11	Cartucho de tinta original 74 impressora HP (8042)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	54,5594	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	54,7623	2
12	Cartucho de tinta original 75 impressora HP (8043)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	67,4553	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	67,6235	2
13	Cartucho de tinta original 15 impressora HP (8044)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	119,0387	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	119,5366	2
14	Cartucho de tinta original 25 impressora HP (8045)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	128,9586	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2011**Número do Registro de Preços: 11/2011 Data do Registro: 28/03/2011 Válido até: 28/03/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners remanufaturados para manutenção de diversas Secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	129,4690	2
15	Cartucho de tinta original 56 impressora HP (8046)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	85,3111	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	85,6053	2
16	Cartucho de tinta original 57 impressora HP (8047)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	128,9586	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	129,3096	2
17	Cartucho de tinta original 29 impressora HP (8048)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	138,8785	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	139,3614	2
18	Cartucho de tinta original 49 impressora HP (8049)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	144,8305	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	HP	0	145,4085	2

BRACO DO TROMBUDO , 28 de Março de 2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/2

Ata de Registro de Preço 12/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010

Número do Registro de Preços: 12/2010 Data do Registro: 25/03/2010 Válido até: 25/03/2011 Objeto da Compra: Aquisição de óleo lubrificante.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Graxa para rolamento a base de sabão de lítio (balde 20kg) (3360)	BD	AGRICOPEL COM.DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (6623)	TUTELA	124,0000	1
			NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA (8479)	IPIRANGA	125,0000	2
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	PETRONAS	127,0000	3
2	FLUIDO SINTÉTICO PARA FREIO DOT-3 30X500 (5258)	CX	AGRICOPEL COM.DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (6623)	VARGA	158,0000	1
			NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA (8479)	VARGA	159,0000	2
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	VARGA	161,0000	3
3	Óleo lubrificante mineral 15w40, API CI-4/SL, ACEA-E-704, que atende as normas MB-228.3, VOLVO VDS-3 e CUMMINS CES - 20078. (6136)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	AGECOM	121,0000	1
			NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA (8479)	IPIRANGA	122,0000	2
			AGRICOPEL COM.DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (6623)	PETROBRÁS	148,0000	3
4	Óleo lubrificante mineral 20w30, multifuncional (Transmissão-Diferencial-Hidráulico), que atende as normas MF-1135 e New Holland ESN-M2C134-D (6137)	BD	AGRICOPEL COM.DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (6623)	TUTELA	140,0000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	PETRONAS	141,0000	2
			NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA (8479)	IPIRANGA	152,0000	3
5	Óleo lubrificante mineral para sistema hidráulico, viscosidade 68, API HLP. (6138)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	AGECOM	83,9900	1
			AGRICOPEL COM.DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (6623)	TUTELA	115,0000	2
			NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA (8479)	IPIRANGA	130,0000	3
6	Óleo lubrificante mineral para transmissões, 85w140, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão (6139)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	AGECOM	117,4000	1
			NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA (8479)	IPIRANGA	129,0000	2
			AGRICOPEL COM.DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (6623)	PETROBRÁS	133,0000	3
7	Óleo lubrificante mineral ATF, tipo A, que atende a especificação MB-236-2 e Caterpillar TO-2 (6140)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	AGECOM	131,0000	1
			AGRICOPEL COM.DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (6623)	TUTELA	132,0000	2
			NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA (8479)	IPIRANGA	150,0000	3
8	Óleo lubrificante mineral para sistemas hidráulicos, 10W, API CF e Allison C-4. (6141)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	AGECOM	87,0000	1
			AGRICOPEL COM.DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (6623)	PETROBRÁS	88,0000	2
			NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA (8479)	IPIRANGA	99,9000	3
9	Óleo lubrificante mineral para transmissões 80w90, API GL-5 (6142)	BD	NAC VILE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA (8479)	IPIRANGA	135,0000	1
			AGRICOPEL COM.DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (6623)	PETROBRÁS	136,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2010**Número do Registro de Preços: 12/2010****Data do Registro: 25/03/2010****Válido até: 25/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de óleo lubrificante.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	PETROBRAS	138,0000	3

BRACO DO TROMBUDO , 25 de Março de 2010.

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.793

DECRETO nº 4.793, de 22 de março de 2011.
Nomeia o Conselho Municipal do Idoso- CMI.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, de conformidade com a Lei nº 1.953, de 14/08/2003, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal do Idoso- CMI, pelo prazo de dois anos, de acordo com a Lei nº 1.953, de 14/08/2003, na forma que segue:

a) INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

1- um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: VANDERLÉIA DE CÁSSIA FERNANDES CAMPOS
Suplente: MARINÊS DALLA VECCHIA COLAÇO

2- um representante da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: ERCI BOHRER
Suplente: ELIANA PIVATTO

3- um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Titular: NOELI SANDRA DALACOSTA
Suplente: ELIANE BORTOLINI

4- um representante da Secretaria Municipal da Agricultura, do Meio Ambiente, da Pecuária e do Interior
Titular: EDSON POHLENZ
Suplente: JULIO CESAR MOSCHETTA

5- um representante da 10ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador
Titular: BEATRIZ RIBEIRO
Suplente: FÁTIMA DA SILVA

b) INSTITUIÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

1- um representante dos idosos do meio rural
Titular: FLORIDES T. OLEINIK
Suplente: Pe. VALMOR J. DE JESUS

2-um representante dos idosos do meio urbano- Grupo de Idosos
Titular: IVANIDA P. COLUSSI
Suplente: IVONE ALBERTONE SCHMIDT

3-um representante das entidades prestadoras de serviços- LIONS CLUBE CAÇADOR CENTRO:
Titular: ARDELINO GRANDO
Associação Maria Rosa
Suplente: NEIDA CARLETO

4-um representante dos trabalhadores na área dos idosos- Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caçador
Titular: ZILDA MENEGAZZO BENETTI
Suplente: LORENI BENETTI

5-um representante de serviços e organizações de Assistência Social- Rotary Clube de Caçador:

Titular: AGOSTINHO MAGRO
Suplente: LUIZ GOULART

Art. 2º Ficam designadas para exercerem as funções de Presidente, Vice-Presidente e de Secretária do Conselho Municipal do Idoso, as pessoas abaixo relacionadas:

PRESIDENTE : Vanderléia de Cássia Fernandes Campos
VICE-PRESIDENTE : Ardelino Grando
SECRETÁRIA: Neida Carleto

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de março de 2011.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº 029, de 28 março de 2011.

RESOLUÇÃO nº 029, de 28 março de 2011.

Fixa data para eleição indireta de Prefeito e Vice-Prefeito a realizar-se no ano de 2011 e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais e com fundamento no art. 8º da Lei nº 2.801, de 28 de março de 2011,

R E S O L V E:

Art. 1º Fixar a data da eleição indireta para Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Caçador, na forma da Lei Municipal nº 2.801, de 25 de março de 2011, para o dia 20 de abril de 2011, às 19h, na sede da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 2º As convenções destinadas a deliberar sobre a escolha dos candidatos e a formação de coligações serão realizadas até o dia 31 de março de 2011.

Art.3º Os registros das candidaturas serão requeridos pelos Partidos, isoladamente ou coligados, perante o Juiz Eleitoral, até o dia 05 de abril de 2011.

Art.4º A propaganda eleitoral será realizada a partir do dia seguinte do registro das candidaturas até o dia 18 de abril de 2011, às 19h.

Art. 5º Tendo deliberado sobre os pedidos de registro de candidatos e impugnações, o Juiz Eleitoral comunicará a sua decisão à Câmara Municipal de Caçador, até o dia 15 de abril de 2011.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência, 28 de março de 2011.
ITACIR JOÃO FIORESE,
Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.489 de 28 de Março de 2011

DECRETO Nº 6.489 DE 28 DE MARÇO DE 2011
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 003/2011.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2011, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Rosani Aparecida da Silva, matrícula nº 000211;
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;
Clodoaldo da Rosa, matrícula nº 000104;
Jarbas Jorge Catoni, matrícula nº 000182.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção do seguinte Cargo: Engenheiro Civil.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 28 de março de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.490 de 29 de Março de 2011

DECRETO Nº 6.490 DE 29 DE MARÇO DE 2011
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 004/2011.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 004/2011, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Zurita Maria Pacheco Rückl, matrícula nº 282;
Rosani Aparecida da Silva, matrícula nº 000211;
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;
Eliana Pessoa Machado Collet, matrícula nº 954718.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção do seguinte Cargo: Médico II.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 29 de março de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.066 de 28 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.066 DE 28 DE MARÇO DE 2011
ALTERA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 1º DA
PORTARIA Nº 8.065 DE 25 DE MARÇO DE 2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Artigo 1º da Portaria nº 8.065 de 25 de março de 2011, a qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III - LUIZ CARLOS STEFANES, matrícula nº 000209, referente aos períodos aquisitivos: 01 de dezembro de 2008 a 01 de dezembro de 2009; 01 de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010 .

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de março de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 28 de março de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

28/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.067 de 28 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.067 DE 28 DE MARÇO DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 1º DA

PORTARIA Nº 8.030 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Artigo 1º da Portaria nº 8.030 de 24 de fevereiro de 2011, a qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Odontólogo - HERON ÉBER STRADIOTO, matrícula nº 000444, referente ao período aquisitivo de 04 de julho 2009 à 03 de julho de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de fevereiro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 28 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.068 de 28 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.068 DE 28 DE MARÇO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Odontólogo - HERON ÉBER STRADIOTO, matrícula nº 000444, referente ao período aquisitivo: 04 de julho de 2009 a 03 de julho de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 28 de março de 2011 à 06 de abril de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 28 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 05 de 25/03/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 05 DE 25/03/2011

ALTERA VALORES DE VENCIMENTOS, DOS CARGOS DE PROVI-
MENTO PARA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DA LEI
COMPLEMENTAR 07/07

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A
CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE
LEI:

Art. 1º. O item 6 do Anexo I da Lei Complementar 07/07 passará a vigorar com a seguinte redação.

ANEXO I – LEI COMPLEMENTAR 07/07

QUADRO DE PESSOAL

PSF – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Nº de Ordem	Cargos/ Funções	Venc. R\$	Nº de Vagas	Escolari- dade/ Qualifi- cação	Atribuições/Responsabilidades
06	Médico Comunitário Clínico Geral	11.250,00	9	Portador de diploma de nível superior, com registro no CRM	Prestar assistência integral aos indivíduos sob sua responsabilidade; valorizar a relação médico-paciente e médico-família, como parte de um processo terapêutico e de confiança; oportunizar os contatos com indivíduos sadios ou doentes, visando abordar os aspectos preventivos e de educação sanitária; empenhar-se em manter seus clientes saudáveis, quer venham às consultas ou não; executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária em sua área de abrangência; executar as ações de abrangência nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, à mulher, ao trabalhador, ao adulto, ao idoso, realizando, também, atendimentos de primeiros cuidados nas urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais, entre outros; promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente seja mais saudável; discutir de forma permanente – junto à equipe de trabalho e comunidade – o conceito de cidadania, enfatizando os direitos à saúde e as bases legais que os legitimam; participar do processo de programação e planejamento das ações e da organização do processo de trabalho das unidades de Saúde da Família.

Art. 2º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados por dotações específicas consignadas na LDO e LO vigentes.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir de 1 de abril de 2011.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 25 de março de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.617 de 24/03/2011

LEI Nº 3.617 DE 24/03/2011

AUTORIZA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção social à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, CNPJ 83.516.682/0001-17, localizado na Avenida Caetano Belincanta Neto, neste município, a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ Único. Os recursos previstos no caput destinar-se-ão ao pagamento de despesas com salários dos funcionários, referentes aos meses de janeiro e fevereiro e impostos atrasados da entidade.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.: 2.053 - Manutenção do Programa de Apoio a Pessoas Portadores de Necessidades Especiais
Elemento de Despesa: 3-3.3.50.00.00.00.00.1.0000.0 - Transferências à Instituições Privadas s/Fins Lucrativos

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei, deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 24 de março de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.618 de 24/03/2011

LEI Nº 3.618 DE 24/03/2011

AUTORIZA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção social à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, CNPJ 83.516.682/0001-17, localizado na Avenida Caetano Belincanta Neto, neste município, a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ Único. Os recursos previstos no caput destinar-se-ão a aquisição de eletrodomésticos e outros utensílios para manutenção da entidade.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

Órgão: 13 - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
Unidade: 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
Proj./Ativ.: 2.046 - Manutenção do Fundo Mun. da Infância e do Adolescente
Elemento de Despesa: 5-3.3.50.00.00.00.00.1.0167.0 - Transferências à Instituições Privadas s/Fins Lucrativos

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei, deverá

prestar contas dos recursos repassados na forma desta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 24 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.619 de 24/03/2011

LEI Nº 3.619 DE 24/03/2011

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, CNPJ 83.516.682/0001-17, localizado na Avenida Caetano Belincanta Neto, neste município, a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ Único. Os recursos previstos no caput destinar-se-ão ao pagamento de despesas relacionadas à manutenção da entidade.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.: 2.053 - Manutenção do Programa de Apoio a Pessoas Portadores de Necessidades Especiais
Elemento de Despesa: 3-3.3.50.00.00.00.00.00.1.0000.0 - Transferências à Instituições Privadas s/Fins Lucrativos

§ Único. O valor constante no caput será liberado em 10 (dez) parcelas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que serão pagas a partir de 01/03/2011 a 01/12/2011.

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei, deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, a cada parcela liberada.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 24 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.227-A de 26/01/2011

DECRETO Nº 6.227-A DE 26/01/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fundo Mun. Saúde - Rec. Próprios
Elementos de despesa: 12-3.3.90.00.00.00.00.00.1.0002-Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art. 1º, fica anulado no projeto e na atividade abaixo o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fundo Mun. Saúde - Rec. Próprios
Elementos de despesa: 13-3.1.90.00.00.00.00.00.1.0002-Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 26 de janeiro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.260 de 24/03/2011

DECRETO Nº 6.260 DE 24/03/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) nas dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJ/ATIV. 1.011 - Reequipamento da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo
61-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), parte do superávit financeiro do exercício anterior - Fonte Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 24 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.261 de 24/03/2011

DECRETO Nº 6.261 DE 24/03/2011

PARALISA UNIDADE DE EDUCAÇÃO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, incisos VIII e IX da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam paralisadas temporariamente as atividades da "Escola Isolada Espigão Branco", localizada no Distrito de Ibicuí, neste município, criada através do Decreto nº 4.645 de 18/02/2003.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 24 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.262 DE 25/03/2011

DECRETO Nº 6.262 DE 25/03/2011

HOMOLOGA RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2011

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final classificatório do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2011, obedecendo à ordem decrescente da pontuação para as categorias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Decreto nº 6.262/2011

Nome	Cargo	Nota Final
Eloi Terezinha Pinto	Monitor de Corte e Costura	8,75
Maria Salete Valente	Monitor de Corte e Costura	8,30
Marli Savaris dos Anjos	Monitor de Artesanato Geral	8,60
Sirlei Maria da Silva Faedo	Monitor de Artesanato Geral	8,15
Ione Aparecida Zambon Rosa	Monitor de Artesanato Geral	7,65
Dilma Roseli da Silva Veiga	Monitor de Artesanato Geral	7,45
Sandra Valéria Zaia	Monitor de Artesanato Geral	6,30
Neuza Pereira Rodrigues	Monitor de Artesanato Geral	6,20

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.263 de 25/03/2011

DECRETO Nº 6.263 DE 25/03/2011

HOMOLOGA RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSF Nº 001/2011

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final classificatório do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2011 para contratação de Médico Comunitário - PSF.

Nome	Nota
Marilia Martins Schulze	6,70

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 05/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 07/04/2011 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO VAN, 0 KM NA COR BRANCA, ANO E MODELO 2011, COM CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE 19 PASSAGEIROS E ASSISTENCIA TECNICA NA REGIAO DE CAMPOS NOVOS PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 28 de março de 2011.

MARCOS ANTONIO NARDINO

Secretário Municipal de Saúde

Extrato do Contrato 01/2011 FIA

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO - FIA

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO:O presente Contrato tem por objeto:

a) a locação de SISTEMAS de informática, com características descritas no Anexo I.

b) a prestação de serviços técnicos especializados de implantação (instalação, adequação e treinamento) alteração e suporte operacional do(s) sistema(s) locado(s).

VALOR: R\$ 200,38 (duzentos reais e trinta e oito centavos)

DATA: 31/01/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 01/2011

Extrato do Contrato 01/2011 FUNDAÇÃO CULTURAL

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO - FUNDAÇÃO CULTURAL

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO:O presente Contrato tem por objeto:

a) a locação de SISTEMAS de informática, com características descritas no Anexo I.

b) a prestação de serviços técnicos especializados de implantação (instalação, adequação e treinamento) alteração e suporte operacional do(s) sistema(s) locado(s).

VALOR: R\$ 333,96 (trezentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos)

DATA: 31/01/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 01/2011

Extrato do Contrato 01/2011 FUNDEMA

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO - FUNDEMA

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO:O presente Contrato tem por objeto:

a) a locação de SISTEMAS de informática, com características descritas no Anexo I.

b) a prestação de serviços técnicos especializados de implantação (instalação, adequação e treinamento) alteração e suporte operacional do(s) sistema(s) locado(s).

VALOR: R\$ 513,00 (quinhentos e treze reais)

DATA: 31/01/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 01/2011

Extrato do Contrato 01/2011 FUNDO ROTATIVO

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO - FUNDO ROTATIVO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO:O presente Contrato tem por objeto:

a) a locação de SISTEMAS de informática, com características descritas no Anexo I.

b) a prestação de serviços técnicos especializados de implantação (instalação, adequação e treinamento) alteração e suporte operacional do(s) sistema(s) locado(s).

VALOR: R\$ 333,96 (trezentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos)

DATA: 31/01/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 01/2011

Extrato do Contrato 01/2011 FUNREBOM

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO - FUNREBOM

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO:O presente Contrato tem por objeto:

a) a locação de SISTEMAS de informática, com características descritas no Anexo I.

b) a prestação de serviços técnicos especializados de implantação (instalação, adequação e treinamento) alteração e suporte operacional do(s) sistema(s) locado(s).

VALOR: R\$ 333,96 (trezentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos)

DATA: 31/01/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 01/2011

Extrato do Contrato 02/2011 Processo 01/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 01/11

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CANTINA DO PARAGUAIO LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE VIOLINO E VIOLA CLASSICA, VIOLÃO,TECLADO E FLAUTA, CONTRA BAIXO E PANDEIRO,CONFORME ESPECIFICAÇÕES

VALOR: R\$ 29.755,00 (vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais).

DATA: 11/02/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 02/2011

Extrato do Contrato 03/2011 Processo 01/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 01/11

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: MUSICAL ART CENTER

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE TECLADO AVANÇADO, HARPA E FORMAÇÃO DE BANDA MUSICAL,CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

VALOR: R\$ 14.520,00 (quatorze mil quinhentos e vinte reais).

DATA: 11/02/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 03/2011

Extrato do Contrato 04/2011 Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO - SEC SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto:

a) a locação de SISTEMAS de informática, com características descritas no Anexo I.

b) a prestação de serviços técnicos especializados de implantação (instalação, adequação e treinamento) alteração e suporte operacional do(s) sistema(s) locado(s).

VALOR: R\$ 333,96 (trezentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos)

DATA: 31/01/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 4/2011

Extrato do Contrato 04/2011 Processo 01/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 01/11

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: GIOVANI PRIMIERI

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE DANÇAS TRADICIONAIS E DECLAMAÇÕES CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

VALOR: R\$ 12.100,00 (doze mil e cem reais).

DATA: 11/02/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 04/2011

Extrato do Contrato 05/2011 Processo 01/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 01/11

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: SIMÃO ELIAS WOLF ME

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE VOCAL CORAL ADULTO E JUVENIL CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

VALOR: R\$ 13.959,00 (treze mil novecentos e cinquenta e nove reais).

DATA: 11/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 05/2011

Extrato do Contrato 05/2011 Processo 04/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 04/2011 - SEC SOCIAL
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: LUIZ CLAUDIO DALL'OGGIO & CIA LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE URNAS FUNEBRES E SERVIÇOS DE
TRANSLADO PARA PESSOAS CARENTES, CONFORME ESPECIFI-
CAÇÃO NO FORMULARIO PADRONIZADO.

VALOR: R\$ 72.450,00 (setenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais)

DATA: 22/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 5/2011

Extrato do Contrato 06/2011 Processo 01/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 01/11
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: RF INSTRUÇÕES MUSICAIS DE RAFAEL ANDER-
SON FACHIN
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM
PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE ACORDEON EM
TRES ESTÁGIOS COM TEORIA CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

VALOR: R\$ 12.199,00 (doze mil cento e noventa e nove reais).

DATA: 11/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 06/2011

Extrato do Contrato 06/2011 Processo 05/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 05/2011 - SEC SOCIAL
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: COOP. REG. AGROPEC.DE C.NOVOIS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BASICAS CONFORME ESPECIFI-
CAÇÃO NA PROPOSTA PADRONIZADA ANEXA, PARA POSTERIOR
DOAÇÃO A PESSOAS CARENTES.

VALOR: R\$9.807,00 (nove mil oitocentos e sete reais)

DATA: 15/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 6/2011

Extrato do Contrato 07/2011 Processo 01/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 01/11
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: JOSIANE PEDROSO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM
PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE PROFESSORA DE
DANÇA CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

VALOR: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

DATA: 11/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 07/2011

Extrato do Contrato 08/2011 Processo 01/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 01/11
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: SANDRA EMILIA DE SOUZA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM
PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE FLAUTA ,VIOLÃO E
TECLADO COM TEORIA PARA INICIANTES CONFORME ESPECIFI-
CAÇÕES.

VALOR: R\$ 9.130,00 (nove mil, cento e trinta reais).

DATA: 11/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 08/2011

Extrato do Contrato 09/2011 Processo 01/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 01/11
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: GLAUCIO DA SILVA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM
PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS COMO PROFESSOR E
INSTRUTOR PARA FANFARRA MUNICIPAL CONFORME ESPECIFI-
CAÇÕES.

VALOR: R\$ 9.350 ,00 (nove mil, trezentos e cinquenta reais).

DATA: 11/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 09/2011

Extrato do Contrato 100/2011 Processo 30/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 30/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: CN SYSTEM INFORMATICA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE 08
PROFISSIONAIS PARA APOIO AOS ALUNOS NA AREA DE INFOR-
MATICA NOS LABORATORIOS DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDA-
MENTAL: WALDEMAR RUPP, CAIC, JARDIM BELA VISTA, NOVOS
CAMPOS, SANTA JULIA, UEC, ANDRE REBOUÇAS (Distrito de Bar-
ra do Leão) E ESCOLA ANDREIA DURIGON (Guarani) ASSITENCIA
TECNICA COM 01 TECNICO E 01 COORDENADOR PARA MANU-
TENÇÃO DE COMPUTADORES DOS LABORATORIOS DE INFORMA-
TICA E ESCOLAS MUNICIPAIS

VALOR: R\$ 14.990,00 (quatorze mil novecentos e noventa reais)

DATA: 11/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 100/2011

Extrato do Contrato 101/2011 Processo 46/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 46/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: MECANICA DAVID LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO PARA RECUPERAÇÃO
TOTAL DO MOTOR DA CARREGADEIRA KOMATSU WA 180 Nº180,
DA SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME PROPOSTA PADRONI-
ZADA.

VALOR: R\$ 12.487,42 (doze mil quatrocentos e oitenta e sete reais
e quarenta e dois centavos).

DATA: 11/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 101/2011

Extrato do Contrato 102/2011 Processo 50/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 50/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MATERIAIS
ELETRICOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS A SEREM UTI-
LIZADOS NA ESTRUTURA ELÉTRICA NAS DEPENDÊNCIAS DO
COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DAS FES-
TIVIDADES ALUSIVAS DOS 130 ANOS DO MUNICIPIO DE CAMPOS
NOVOS

VALOR: R\$ 1.468,55 (hum mil quatrocentos e sessenta e oito reais
e cinquenta e cinco centavos)

DATA: 14/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 102/2011

Extrato do Contrato 103/2011 Processo 50/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 50/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: SO LUZ COM. DE MATERIAIS ELETRICOS E HID LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS A SEREM UTILIZADOS NA ESTRUTURA ELÉTRICA NAS DEPENDÊNCIAS DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS DOS 130 ANOS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

VALOR: R\$ 1.335,88 (hum mil trezentos e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos)

DATA: 14/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 103/2011

Extrato do Contrato 104/2011 Processo 50/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 50/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: ZONTA ELETRICIDADE LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS A SEREM UTILIZADOS NA ESTRUTURA ELÉTRICA NAS DEPENDÊNCIAS DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS DOS 130 ANOS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

VALOR: R\$ 2.732,40 (dois mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos)

DATA: 14/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 104/2011

Extrato do Contrato 105/2011 Processo 53/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 53/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO ANIVERSARIO DE 130 ANOS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO.

VALOR: R\$ 18.590,00(dezoito mil quinhentos e noventa reais).

DATA: 15/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 105/2011

Extrato do Contrato 106/2011 Processo 54/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 54/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: VEDOS VIDEO PRODUÇÕES LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE MÍDIA PARA DIVULGAÇÃO DA FESTA DOS 130 ANOS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS EM EMISSORAS DE TV COM ABRANGÊNCIA REGIONAL. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 17.970,40 (dezessete mil novecientos e setenta reais e quarenta centavos)

DATA: 15/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 106/2011

Extrato do Contrato 107/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITARIA CAMPO-NOVENSE

OBJETO: DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INFORMATIVO MUNICIPAL EM RÁDIO FM, 10 MINUTOS DIÁRIO DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA, NO HORÁRIO ENTRE 11:30 E 11:40 HORAS E NA SEXTA-FEIRA DAS 11:40 A 12:00

VALOR: R\$ 6.017,00 (seis mil e dezessete reais)

DATA: 16/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 107/2011

Extrato do Contrato 108/2011 Processo 17/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 17/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: SULMATEL COM DE MAT E EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Fica aditivado no item nº 01, 06 conjuntos de berços de acordo com a solicitação da Secretaira de Educação referente ao Processo de Licitação 17/2011 (Pregão) Nº 06/2011,

DATA: /03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 108/2011

Extrato do Contrato 109/2011 Processo 47/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 47/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: PONTO CERTO LTDA

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando Aquisição de cimento, saca 50 kg, para uso do Município de Campos Novos durante os meses de março de 2011 a março de 2012, constante dos Itens do Edital e de sua proposta comercial, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos, Edital do Pregão 12/2011, Planilha de custo e formação de preços e proposta da licitante vencedora, todos partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem.

VALOR : estimativa de 18,90 por saca

DATA: 17/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 109/2011

Extrato do Contrato 110/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CLUBE AQUA CAMPONOVENSE

OBJETO: Pelo presente instrumento o locador fornece em locação ao locatário espaço para a pratica de esporte com crianças de idade entre 05 a 15 anos a aprendizagem da modalidade de Tênis de Mesa, conciliando também eventos realizados pela Secretaria de Esportes e Lazer, nos períodos matutino, vespertino e noturno de segunda a sexta feira nos horários das 8:00 ` as 20:00 horas.

VALOR : R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais) mensais.

DATA: 17/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 110/2011

Extrato do Contrato 111/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA IGUAÇU

OBJETO: Pelo presente instrumento o locador fornece em locação ao locatário espaço para a pratica de esporte com crianças de idade entre 08 a 14 anos, atividades recreativas, conciliando também eventos realizados pela Secretaria de Esportes e Lazer, nos períodos matutino, vespertino nas terça, quarta e quinta feira das 8:00 às 18:00 horas.

DATA: 17/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 111/2011

Extrato do Contrato 112/2011 Processo 53/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 53/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: BRASIL SUL SERVIÇOS LTDA
OBJETO: O município mediante a recomendação e solicitação da Secretaria de Industria Comércio e Turismo, referente ao Processo de Licitação 53/2011 (Carta Convite) Nº 31/2011, para aditivo , pelo valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).
DATA: 17/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 112/2011

Extrato do Contrato 69/2011 Processo 29/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 29/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: FORMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR DO ROLO VIBRATORIO DYNAPAC CA 15 DA SECRETARIA DE OBRAS.
VALOR: R\$ 16.726,64 (dezesesseis mil setecentos e vinte seis reais e sessenta e quatro centavos)
DATA: 17/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 69/2011

Extrato do Contrato 70/2011 Processo 38/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 38/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE SÃO CARLOS
OBJETO: Pelo presente instrumento o locador aluga ao locatário, parte da edificação identificada no layout anexo com a área de 230,94m², localizada na Rua Cel. Pedro Carlos, 579, nesta cidade e mais os móveis e objetos relacionados na lista anexa a este instrumento.
VALOR: R\$ 800,00 (oitocentos reais)
DATA: 17/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 70/2011

Extrato do Contrato 71/2011 Processo 31/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 31/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME
OBJETO: MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R\$ 314,00 (trezentos e quatorze reais)
DATA: 24/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 71/2011

Extrato do Contrato 72/2011 Processo 31/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 31/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: CLAITON ELETRICIDADE COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
OBJETO: MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R\$ 5.751,10 (cinco mil setecentos e cinquenta e um reais e dez centavos)

DATA: 24/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 72/2011

Extrato do Contrato 73/2011 Processo 31/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 31/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: PROLUX ILUMINAÇÃO LTDA
OBJETO: MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R\$ 10.462,50 (dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
DATA: 24/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 73/2011

Extrato do Contrato 74/2011 Processo 31/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 31/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: NSK COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA ME
OBJETO: MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R\$ 81.180,00(oitenta e um mil cento e oitenta reais e sessenta e quatro centavos)
DATA: 24/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 74/2011

Extrato do Contrato 75/2011 Processo 31/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 31/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: ILUMINAR MATERIAIS ELETRICOS LTDA
OBJETO: MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R\$ 21.990,76 (vinte e um mil novecentos e noventa reais e setenta e seis centavos)
DATA: 24/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 75/2011

Extrato do Contrato 76/2011 Processo 31/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 31/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: ANTUNES COMERCIAL LTDA
OBJETO: MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R\$ 52.843,00 (cinquenta e dois mil oitocentos e quarenta e três reais)
DATA: 24/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 76/2011

Extrato do Contrato 77/2011 Processo 32/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 32/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA - CAMPOS NOVOS
OBJETO: VEICULO ZERO KM ANO DE FABRICAÇÃO 2011 MODELO 2011, 03 PORTAS, 04 MARCHAS A FRENTE E UMA A RE, MOTOR 1.4 MOVIDO A GASOLINA/ALCOOL TOTAL FLEX, 04 CILINDROS, COM POTENCIA MINIMA 78 CV, COM FAIXA ADESIVA ESCOLAR, PORTA LATERAL CORREDIÇA , CAPACIDADE PARA 15 LUGARES, BANCO DIANTEIRO COM 03 LUGARES, CINTO DE SEGURANÇA PARA TODOS OS OCUPANTES, TACOGRAFO ELETROICO, IMOBILIZADOR ELETROICO LIMPADOR DO PARA BRISA COM DUAS

VELOCIDADESE TEMPORIZADOR, PNEUS E RODAS ARO 14.
VALOR: R\$ 57.700,00(cinquenta e sete mil e setecentos reais)
DATA: 25/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 77/2011

Extrato do Contrato 78/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: WR TELECOMUNICAÇÕES LTDA
OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS REFERENTE MANUTENÇÃO MENSAL DA CENTRAL TELEFÔNICA DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
VALOR: R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais) ref. no Prédio da Prefeitura e R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) da secretaria de Educação.
DATA: 25/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 78/2011

Extrato do Contrato 79/2011 Processo 96/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 96/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
OBJETO: As partes acordam conforme solicitação da empresa e parecer técnico o acréscimo no prazo de 60 dias para o término da REVITALIZAÇÃO DAS RUAS ALÍPIO DE MORAES E TRANCREDO NEVES.
DATA: 28/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 79/2011 ADITIVO PRAZO

Extrato do Contrato 80/2011 Processo 75/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 75/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
OBJETO: As partes acordam conforme solicitação da empresa e parecer técnico o acréscimo no prazo de 60 dias para o término da PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO PARA TRÁFEGO LEVE, COM CAUQ, DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES NA RUA DANIZIA BESS .
DATA: 28/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 80/2011 ADITIVO PRAZO

Extrato do Contrato 81/2011 Processo 82/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 82/2010
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: CONSTRUTORA SOLO LTDA
OBJETO: O município mediante a recomendação técnica, resolve contratar os serviços descritos na relação de serviços e materiais para aditivo , pelo valor de R\$ 47.650,26 (quarenta e sete mil seiscentos e cinquenta reais e vinte seis centavos), conforme orçamento apresentado pela empresa.
DATA: 28/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 81/2011

Extrato do Contrato 82/2011

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: Associação Planalto de Karatê
OBJETO: Os serviços contratados serão desenvolvidos no município com crianças de idade entre 05 a 15 anos a aprendizagem e a prática da modalidade de Karatê, conciliando treinos para competições de rendimento trabalhando com atletas que representarão o município de Campos Novos. Serão 4 (quatro) horas semanais, em dias previamente acordados com a Secretaria de Esporte e Lazer.
VALOR: R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

DATA: 28/02/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 82/2011

Extrato do Contrato 83/2011 Processo 51/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 51/2011 - DL
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: Srs: Vilson Ferri, Osmar Camassola, Vilson Rodrigues de Freitas e Célio José Moreira
OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
VALOR: 17.415,00 (dezesete mil quatrocentos e quinze reais)
DATA: 01/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 83/2011

Extrato do Contrato 84/2011 Processo 51/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 51/2011 - DL
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: Srs: José Eremi Scarabotto e Osni Antonio Scarabotto
OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
VALOR: 8.300,00 (oito mil e trezentos reais)
DATA: 01/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 84/2011

Extrato do Contrato 85/2011 Processo 51/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 51/2011 - DL
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: Srs: Sérgio Antonio Alberti , Madalena de Fátima Stefanos Cruz da Silva, Paulo Antônio Mocelin e Maria Nair Gonçalves de Lima
OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
VALOR: R\$ 10.051,00 (DEZ MIL E CINQUENTA E UM REAIS)
DATA: 01/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 85/2011

Extrato do Contrato 86/2011 Processo 51/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 51/2011 - DL
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: SRS: VILMA DA SILVA, ALTAIR ANTONIO NATÁLIO , ADEMIR ONEDA, INÊS ROSSA DE CASTRO E VILSON GILIOLI
OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
VALOR: 25.085,00 (vinte e cinco mil e oitenta e cinco reais)
DATA: 01/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 86/2011

Extrato do Contrato 87/2011 Processo 33/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 33/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: PONTO CERTO LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS, CONFEÇÃO DE BOCA DE LOBOS, LIMPEZA DE RUAS, MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES E MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
VALOR: R\$ 199.128,65 (cento e noventa e nove mil cento e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos).
DATA: 01/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 87/2011

Extrato do Contrato 88/2011 Processo 33/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 33/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA FABRICAÇÃO DE TUBOS, CONFEÇÃO DE BOCA DE LOBOS, LIMPEZA DE RUAS, MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES E MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
VALOR: R\$ 99.042,15 (noventa e nove mil quarenta e dois reais e quinze centavos).
DATA: 01/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 88/2011

Extrato do Contrato 89/2011 Processo 36/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 36/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: COOPERATIVA REG AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA PATRULHA MECANIZADA E MATERIAL DE LIMPEZA PARA SECRETARIA DE OBRAS E PONTO DE ONIBUS.
VALOR: R\$ 23.832,80 (vinte e três mil oitocentos e trinta e dois reais e oitenta centavos)
DATA: 01/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 89/2011

Extrato do Contrato 90/2011 Processo 36/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 36/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA PATRULHA MECANIZADA E MATERIAL DE LIMPEZA PARA SECRETARIA DE OBRAS E PONTO DE ONIBUS.
VALOR: R\$ 24.765,05 (vinte e quatro mil setecentos e sessenta e cinco reais e cinco centavos).
DATA: 01/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 90/2011

Extrato do Contrato 91/2011 Processo 52/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 52/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: AZ PUBLISUL AGENCIA DE PUBLICIDADE LTDA
OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços artísticos, na forma de um Show com Daniel e Samuel no dia 18/03/2011 com inicio as 20:00 horas, Show com a Banda Pulso Colorido no dia 27/03/2011 com inicio as 19 horas, Show com Motocross equipe Elton Becker nos dias 26 e 27/03/2010 e Show com Cesar Oliveira e Rogerio Melo, no dia 30/03/2011, com inicio as 15:00 Horas , nas dependências do Ginásio Humberto Calgaro e

Galpao Crioulo, em Campos Novos, por conta das comemorações do alusivas aos 130 anos do município.
VALOR: R\$ 60.450,00 (Sessenta mil quatrocentos e cinquenta reais)
DATA: 01/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 91/2011

Extrato do Contrato 92/2011 Processo 35/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 35/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: COMERCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA ME
OBJETO: SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM NO DISTRITO DA BARRA DO LEAO E NAS ESTRADAS DO DISTRITO DE ALTO BELA VISTA NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.
VALOR: R\$ 148.940,00 (cento e quarenta e oito mil novecentos e quarenta reais).
DATA: 02/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 92/2011

Extrato do Contrato 93/2011 Processo 37/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 37/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: INJETRONICK DIESEL - BOMBAS INJETORAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR DO VEICULO BESTA GS 3.0 MBT 7242 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
VALOR: R\$ 9.630,00 (nove mil seiscentos e trinta reais)
DATA: 02/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 93/2011

Extrato do Contrato 94/2011 Processo 41/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 41/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: FRANCHESCOLI SARTORI ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REFORMA DE GABINAS DE CAMINHOS DA SECRETARIA DE OBRAS.
VALOR: R\$ 12.537,00 (doze mil quinhentos e trinta e sete reais).
DATA: 02/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 94/2011

Extrato do Contrato 95/2011 Processo 40/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 40/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR DA RETROESCAVADEIRA JCB Nº 88 DA SECRETARIA DE OBRAS.
VALOR: R\$ 17.481,90 (dezessete mil quatrocentos e oitenta e um reais e noventa centavos).
DATA: 02/03/2011
VIGENCIA: 31/12/2011
CONTRATO: 95/2011

Extrato do Contrato 96/2011 Processo 42/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 42/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: AUTO POSTO TROPEIRO LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDO PARA MANUTENÇÃO DAS MAQUINAS E VEICULOS DA SECRETARIA

DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 48.526,50 (quarenta e oito mil quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)

DATA: 04/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 96/2011

Extrato do Contrato 97/2011 Processo 42/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 42/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: COOPERATIVA REG AGROPECUARIA DE CAMPOS NOVOS LTDA - POSTO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDO PARA MANUTENÇÃO DAS MAQUINAS E VEICULOS DA SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 16.038,00 (dezesesseis mil e trinta e oito reais), sem reajuste.

DATA: 04/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 97/2011

Extrato do Contrato 98/2011 Processo 43/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 43/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CHUAMBA COMERCIO DE BATERIAS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE PRIMEIRA LINHA, PARA REPOSIÇÃO EM MÁQUINAS, CAMINHÕES E CARROS DA SECRETARIA DE OBRAS PARA O ANO DE 2011, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 11.780,00 (onze mil setecentos e oitenta reais).

DATA: 04/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 98/2011

Extrato do Contrato 99/2011 Processo 44/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 44/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: EXPRESS LIMPEZA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE LIMPEZA NO TERMINAL RODOVIÁRIO PEDRO IVO CAMPOS E NA CASA DO ARTEZANATO DA PRAÇA ARLINDO BESS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 78.865,40.(setenta e oito mil oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos).

DATA: 04/03/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 99/2011

Retificação Extrato do Contrato 37_11 Processo 75/2010

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 75/2010 TP 09/2010

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: O municipio mediante a recomendação técnica, resolve contratar os serviços descritos na relação de serviços e materiais para aditivo , pelo valor de R\$ 22.076,28 (vinte dois mil setenta e seis reais e vinte oito centavos), conforme orçamento apresentado pela empresa.

DATA: 10/02/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 37/2011 ADITIVO - CONTRATO ORIGINAL 156/2010

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 074/2011

DECRETO Nº 074/2011

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 03/SMS/2011"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologado resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Fonoaudiólogo para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 03/SMS/2011, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 28/03/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Estado de Santa Catarina

Município de Canoinhas

Processo Seletivo Edital Nº 03/SMS/2011

FONOAUDIÓLOGO – 01 VAGA 20 HORAS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA PROVA OBJETIVA	CLASSIFICAÇÃO
01	Cintia Müller de Aguiar CPF: 770.318.579-53	7,50	1º
04	Emmanuelle Sachweh Gonçalves CPF: 003.947.739-85	7,50	2º
02	Cláudia Letícia Nader da Silva CPF: 004.655.889-64	7,00	3º
03	Patrice de Carvalho Massaneiro CPF: 802.767.929-04	6,00	4º

Edital de Pregão Presencial n.º 19/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 40/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/04/2011, às 14:05 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa para realização de poda de rebaixamento de árvores sob fiação elétrica. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no

site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Presencial n.º FMS 06/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 11/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 06/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, CNPJ 11.206.680/0001-10, sito à rua Felipe Schmidt n.º 10, Centro, fará realizar no dia 14/04/2011, às 14:05 hs, a abertura das propostas para aquisição de 10.000 kits de higiene bucal personalizados, infantis e adultos, contendo em cada kit: 01 escova dental, 01 fio dental 25 metros e 01 tubo de creme dental com 50 gramas, destinados a utilização em Programas do Centro Integrado de Saúde Bucal e Caravana do Sorriso realizada junto as escolas da Rede Municipal de Ensino do Município. Recebimento de propostas até às 14:00 hs do dia 14/04/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Resultado Final Julgamento Propostas Edital de Tomada de Preços n.º 04/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 27/2011
TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2011

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de sua Comissão de Licitação, torna público o RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, relativamente ao Processo acima. Empresa vencedora: Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva (CNPJ 09.080.541/0001-41) com o valor global de R\$ 53.288,55 (cinquenta e três mil duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos). A ata encontra-se apensa ao Processo Licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura. Comissão de Licitação

Contrato n.º 28/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO N.º 28/2011

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas-SC, na Rua Felipe Schmidt n.º 10, centro, torna Público o contrato n.º 28/2011:

CONTRATADA: Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva (CNPJ 09.080.541/0001-41).

VALOR CONTRATADO: R\$ 53.288,55 (cinquenta e três mil duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras relativas a construção do barracão pré-moldado para congelamento e armazenamento de pequenos frutos, com área de 161,32 m², com o fornecimento de todo material e mão de obra necessários.

Prazo de execução: 04 (quatro) meses consecutivos.

Data de assinatura: 25 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Relatório resumido da execução orçamentária_1º bimestre 2011

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.179.896,00	81.179.896,00	13.276.354,88	16,35	13.276.354,88	16,35	67.903.541,12
RECEITAS CORRENTES	72.659.896,00	72.659.896,00	13.084.354,88	18,01	13.084.354,88	18,01	59.575.541,12
RECEITA TRIBUTARIA	9.444.320,00	9.444.320,00	1.136.905,53	12,04	1.136.905,53	12,04	8.307.414,47
IMPOSTOS	7.454.250,00	7.454.250,00	955.307,62	12,82	955.307,62	12,82	6.498.942,38
TAXAS	1.882.070,00	1.882.070,00	181.597,91	9,65	181.597,91	9,65	1.700.472,09
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	108.000,00	108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.213.350,00	2.213.350,00	110.621,61	5,00	110.621,61	5,00	2.102.728,39
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	43.350,00	43.350,00	1.956,35	4,51	1.956,35	4,51	41.393,65
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	2.170.000,00	2.170.000,00	108.665,26	5,01	108.665,26	5,01	2.061.334,74
RECEITA PATRIMONIAL	538.535,00	538.535,00	134.290,98	24,94	134.290,98	24,94	404.244,02
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	527.685,00	527.685,00	134.290,98	25,45	134.290,98	25,45	393.394,02
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	10.850,00	10.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.850,00
RECEITA DE SERVIÇOS	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	52.303.801,00	52.303.801,00	9.700.010,93	18,55	9.700.010,93	18,55	42.603.790,07
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	51.743.501,00	51.743.501,00	9.637.114,68	18,62	9.637.114,68	18,62	42.106.386,32
Transf. de Conv.	560.300,00	560.300,00	62.896,25	11,23	62.896,25	11,23	497.403,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.159.890,00	2.159.890,00	2.002.525,83	92,71	2.002.525,83	92,71	157.364,17
Multas e Juros de Mora	430.980,00	430.980,00	52.541,12	12,19	52.541,12	12,19	378.438,88
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.970,00	12.970,00	4.835,34	37,28	4.835,34	37,28	8.134,66
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	652.970,00	652.970,00	120.998,82	18,53	120.998,82	18,53	531.971,18
RECEITAS DIVERSAS	1.062.970,00	1.062.970,00	1.824.150,55	171,61	1.824.150,55	171,61	-761.180,55
RECEITAS DE CAPITAL	8.520.000,00	8.520.000,00	192.000,00	2,25	192.000,00	2,25	8.328.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.450.000,00	3.450.000,00	192.000,00	5,57	192.000,00	5,57	3.258.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.450.000,00	3.450.000,00	192.000,00	5,57	192.000,00	5,57	3.258.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	81.179.896,00	81.179.896,00	13.276.354,88	16,35	13.276.354,88	16,35	67.903.541,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	81.179.896,00	81.179.896,00	13.276.354,88	16,35	13.276.354,88	16,35	67.903.541,12
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	81.179.896,00	81.179.896,00	13.276.354,88	16,35	13.276.354,88	16,35	67.903.541,12
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	114.152,78	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	114.152,78	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	81.179.896,00	5.306.303,18	86.486.199,18	25.870.348,62	25.870.348,62	7.522.203,57	7.522.203,57	8,70	78.963.995,61
DESPESAS CORRENTES	65.994.373,00	2.635.498,18	68.629.871,18	19.494.002,54	19.494.002,54	7.123.390,49	7.123.390,49	10,38	61.506.480,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.036.210,00	18.369,81	34.054.579,81	6.138.958,14	6.138.958,14	4.936.561,01	4.936.561,01	14,50	29.118.018,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	850.000,00	-25.000,00	825.000,00	440.467,93	440.467,93	78.486,95	78.486,95	9,51	746.513,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.108.163,00	2.642.128,37	33.750.291,37	12.914.576,47	12.914.576,47	2.108.342,53	2.108.342,53	6,25	31.641.948,84
DESPESAS DE CAPITAL	15.140.523,00	2.670.805,00	17.811.328,00	6.376.346,08	6.376.346,08	398.813,08	398.813,08	2,24	17.412.514,92
INVESTIMENTOS	12.790.523,00	2.809.025,00	15.599.548,00	5.233.685,10	5.233.685,10	167.814,88	167.814,88	1,08	15.431.733,12
INVERSOES FINANCEIRAS	650.000,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.700.000,00	-138.220,00	1.561.780,00	1.142.660,98	1.142.660,98	230.998,20	230.998,20	14,79	1.330.781,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	81.179.896,00	5.306.303,18	86.486.199,18	25.870.348,62	25.870.348,62	7.522.203,57	7.522.203,57	8,70	78.963.995,61

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	81.179.896,00	5.306.303,18	86.486.199,18	25.870.348,62	25.870.348,62	7.522.203,57	7.522.203,57	8,70	78.963.995,61
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.754.151,31	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	81.179.896,00	5.306.303,18	86.486.199,18	25.870.348,62	25.870.348,62	7.522.203,57	13.276.354,88	8,70	78.963.995,61

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.179.896,00	86.486.199,18	25.870.348,62	25.870.348,62	7.522.203,57	7.522.203,57	100,00	8,70	78.963.995,61
Legislativa	2.900.000,00	2.900.000,00	388.893,88	388.893,88	388.192,18	388.192,18	5,16	13,39	2.511.807,82
Ação Legislativa	2.900.000,00	2.900.000,00	388.893,88	388.893,88	388.192,18	388.192,18	5,16	13,39	2.511.807,82
Administração	5.948.701,80	5.948.701,80	2.013.890,08	2.013.890,08	839.615,28	839.615,28	11,16	14,11	5.109.086,52
Planejamento e Orçamento	870.000,00	870.000,00	381.896,11	381.896,11	122.813,22	122.813,22	1,63	14,12	747.186,78
Administração Geral	5.078.701,80	5.078.701,80	1.631.993,97	1.631.993,97	716.802,06	716.802,06	9,53	14,11	4.361.899,74
Segurança Pública	361.920,00	361.920,00	46.467,22	46.467,22	9.189,42	9.189,42	0,12	2,54	352.730,58
Administração Geral	361.920,00	361.920,00	46.467,22	46.467,22	9.189,42	9.189,42	0,12	2,54	352.730,58
Assistência Social	4.330.726,00	4.426.508,97	1.310.093,34	1.310.093,34	697.488,67	697.488,67	9,27	15,76	3.729.020,30
Assistência à Criança e ao Adolescente	140.120,00	235.902,97	11.805,00	11.805,00	785,87	785,87	0,01	0,33	235.117,10
Assistência Comunitária	3.890.606,00	3.890.606,00	998.288,34	998.288,34	396.702,80	396.702,80	5,27	10,20	3.493.903,20
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	3,99	100,00	0,00
Saúde	13.433.107,60	17.682.478,00	5.110.020,65	5.110.020,65	2.074.602,77	2.074.602,77	27,58	11,73	15.607.875,23
Atenção Básica	5.036.240,00	6.636.240,00	1.079.055,84	1.079.055,84	599.221,12	599.221,12	7,97	9,03	6.037.018,88
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.967.307,60	8.616.678,00	3.379.731,32	3.379.731,32	1.232.372,22	1.232.372,22	16,38	14,30	7.384.305,78
Suporte Profilático e Terapêutico	1.688.400,00	1.688.400,00	493.255,04	493.255,04	155.672,30	155.672,30	2,07	9,22	1.532.727,70
Vigilância Sanitária	231.860,00	231.860,00	53.759,54	53.759,54	34.023,98	34.023,98	0,45	14,67	197.836,02
Vigilância Epidemiológica	509.300,00	509.300,00	104.218,91	104.218,91	53.313,15	53.313,15	0,71	10,47	455.986,85
Educação	23.608.434,60	23.626.804,41	6.298.843,67	6.298.843,67	2.105.050,24	2.105.050,24	27,98	8,91	21.521.754,17
Ensino Fundamental	17.643.714,60	17.662.084,41	5.523.345,45	5.523.345,45	1.640.367,18	1.640.367,18	21,81	9,29	16.021.717,23
Ensino Profissional	63.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	8.376,20	8.376,20	1.813,48	1.813,48	0,02	3,63	48.186,52
Educação Infantil	5.745.720,00	5.745.720,00	767.122,02	767.122,02	462.869,58	462.869,58	6,15	8,06	5.282.850,42
Educação de Jovens e Adultos	106.000,00	106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.000,00
Cultura	394.970,00	394.970,00	144.725,07	144.725,07	34.404,36	34.404,36	0,46	8,71	360.565,64
Difusão Cultural	394.970,00	394.970,00	144.725,07	144.725,07	34.404,36	34.404,36	0,46	8,71	360.565,64
Direitos da Cidadania	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Urbanismo	11.412.876,00	11.511.076,00	6.190.261,83	6.190.261,83	549.065,28	549.065,28	7,30	4,77	10.962.010,72
Administração Geral	2.810.000,00	2.810.000,00	1.120.323,31	1.120.323,31	454.950,34	454.950,34	6,05	16,19	2.355.049,66
Infra-estrutura Urbana	7.392.876,00	7.491.076,00	3.940.559,24	3.940.559,24	0,00	0,00	0,00	0,00	7.491.076,00

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.179.896,00	86.486.199,18	25.870.348,62	25.870.348,62	7.522.203,57	7.522.203,57	100,00	8,70	78.963.995,61
Urbanismo	11.412.876,00	11.511.076,00	6.190.261,83	6.190.261,83	549.065,28	549.065,28	7,30	4,77	10.962.010,72
Serviços Urbanos	1.210.000,00	1.210.000,00	1.129.379,28	1.129.379,28	94.114,94	94.114,94	1,25	7,78	1.115.885,06
Habitação	822.000,00	822.000,00	2.713,88	2.713,88	1.138,46	1.138,46	0,02	0,14	820.861,54
Habitação Urbana	822.000,00	822.000,00	2.713,88	2.713,88	1.138,46	1.138,46	0,02	0,14	820.861,54
Saneamento	6.050.000,00	6.600.000,00	314.350,00	314.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600.000,00
Saneamento Básico Urbano	6.050.000,00	6.600.000,00	314.350,00	314.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600.000,00
Gestão Ambiental	295.000,00	295.000,00	87.091,99	87.091,99	18.699,69	18.699,69	0,25	6,34	276.300,31
Preservação e Conservação Ambiental	295.000,00	295.000,00	87.091,99	87.091,99	18.699,69	18.699,69	0,25	6,34	276.300,31
Agricultura	1.516.020,00	1.753.820,00	490.659,08	490.659,08	85.671,90	85.671,90	1,14	4,88	1.668.148,10
Extensão Rural	1.516.020,00	1.753.820,00	490.659,08	490.659,08	85.671,90	85.671,90	1,14	4,88	1.668.148,10
Indústria	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Produção Industrial	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Comércio e Serviços	1.170.000,00	1.390.000,00	473.242,90	473.242,90	61.930,46	61.930,46	0,82	4,46	1.328.069,54
Promoção Comercial	735.000,00	735.000,00	249.057,68	249.057,68	61.930,46	61.930,46	0,82	8,43	673.069,54
Turismo	435.000,00	655.000,00	224.185,22	224.185,22	0,00	0,00	0,00	0,00	655.000,00
Energia	2.172.170,00	2.172.170,00	122.856,00	122.856,00	33.399,81	33.399,81	0,44	1,54	2.138.770,19
Energia Elétrica	2.172.170,00	2.172.170,00	122.856,00	122.856,00	33.399,81	33.399,81	0,44	1,54	2.138.770,19
Transportes	2.404.600,00	2.404.600,00	663.643,19	663.643,19	211.342,59	211.342,59	2,81	8,79	2.193.257,41
Policiamento	296.950,00	296.950,00	73.342,31	73.342,31	19.349,87	19.349,87	0,26	6,52	277.600,13
Transporte Rodoviário	2.107.650,00	2.107.650,00	590.300,88	590.300,88	191.992,72	191.992,72	2,55	9,11	1.915.657,28
Desporto e Lazer	374.370,00	374.370,00	97.412,93	97.412,93	25.703,38	25.703,38	0,34	6,87	348.666,62
Desporto Comunitário	374.370,00	374.370,00	97.412,93	97.412,93	25.703,38	25.703,38	0,34	6,87	348.666,62
Encargos Especiais	3.290.000,00	3.126.780,00	2.115.182,91	2.115.182,91	386.709,08	386.709,08	5,14	12,37	2.740.070,92
Serviço da Dívida Interna	2.550.000,00	2.386.780,00	1.583.128,91	1.583.128,91	309.485,15	309.485,15	4,11	12,97	2.077.294,85
Transferências	520.000,00	520.000,00	520.000,00	520.000,00	65.169,93	65.169,93	0,87	12,53	454.830,07
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	12.054,00	12.054,00	12.054,00	12.054,00	0,16	5,48	207.946,00

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.179.896,00	86.486.199,18	25.870.348,62	25.870.348,62	7.522.203,57	7.522.203,57	100,00	8,70	78.963.995,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	81.179.896,00	86.486.199,18	25.870.348,62	25.870.348,62	7.522.203,57	7.522.203,57	100,00	8,70	78.963.995,61

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.190.948,57	6.731.087,49	6.002.047,31	5.630.687,18	5.485.622,88	5.675.669,59	5.700.670,34	6.071.434,26	6.926.313,20	7.687.102,67	7.918.978,22	6.433.551,13	75.454.112,84	79.576.156,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	517.136,81	1.919.911,08	857.874,31	701.311,65	634.003,35	735.655,58	586.650,11	540.551,08	749.383,22	784.166,50	396.670,65	740.234,88	9.163.549,22	9.444.320,00
I.P.T.U.	2.453,90	1.278.732,03	298.664,94	209.659,53	147.636,38	162.333,14	129.419,73	119.538,67	108.140,51	194.917,74	10.641,97	164.866,67	2.827.005,21	2.710.000,00
I.S.S.	271.948,08	299.810,92	244.869,91	278.021,49	304.079,59	298.755,81	263.592,87	260.927,16	288.585,90	350.267,57	249.354,04	278.153,09	3.388.366,43	3.200.000,00
I.T.B.I.	86.410,62	34.074,85	109.473,27	58.747,45	56.859,29	119.393,35	57.814,94	45.428,84	61.951,37	43.977,72	51.022,47	105.313,76	830.467,93	750.000,00
I.R.R.F	41.392,28	46.453,80	43.476,36	42.706,46	30.891,49	59.955,70	42.828,36	43.076,90	199.352,67	119.218,85	53.708,49	42.247,13	765.308,49	794.250,00
Outras Receitas Tributárias	114.931,93	260.839,48	161.389,83	112.176,72	94.536,60	95.217,58	92.994,21	71.579,51	91.352,77	75.784,62	31.943,68	149.654,23	1.352.401,16	1.990.070,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	64.189,81	53.628,95	44.751,32	53.547,27	59.098,91	55.965,59	1.365,00	182.373,70	52.283,84	82.134,27	60.674,43	49.947,18	759.960,27	2.213.350,00
RECEITA PATRIMONIAL	47.908,67	47.567,65	53.335,37	72.877,01	74.549,33	72.291,58	71.861,68	66.189,17	69.595,72	72.904,44	59.217,63	75.073,35	783.371,60	538.535,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.480.644,20	4.612.992,87	4.954.754,77	4.728.925,62	4.631.552,95	4.672.357,88	4.929.612,96	5.164.314,16	5.853.881,79	6.589.625,72	5.520.681,86	5.447.503,54	61.586.848,32	59.220.061,00
Cota-Parte do F.P.M.	968.723,75	1.160.676,40	1.429.029,03	1.240.215,41	911.978,12	1.222.232,79	1.020.279,51	1.098.318,98	1.316.625,77	2.288.507,61	1.591.325,74	1.714.420,20	15.962.333,31	16.170.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.267.006,19	1.243.997,80	1.162.696,28	1.214.906,31	1.200.114,94	1.252.421,72	1.317.025,62	1.415.864,35	1.375.185,38	1.472.705,93	1.383.128,32	1.234.977,41	15.540.030,25	15.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	260.987,70	265.953,20	297.299,75	303.890,51	327.919,71	265.494,43	262.882,36	277.059,41	231.807,84	167.262,75	136.767,34	202.472,05	2.999.797,05	3.000.000,00
Cota-Parte do ITR.	513,94	188,34	157,22	214,59	217,11	386,75	13.065,97	45.927,97	3.041,86	3.758,57	2.696,33	250,08	70.418,73	54.300,00
Transferências da LC 61/1989	17.697,27	37.552,65	22.971,91	24.818,84	30.599,13	27.648,96	27.562,38	28.684,67	30.557,15	35.924,15	30.430,94	28.626,52	343.074,57	270.000,00
Transferências da LC 87/1996	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	7.889,89	7.889,89	96.450,18	87.000,00
Transferências do FUNDEB	1.155.381,60	1.224.297,90	1.199.287,66	1.175.573,71	1.144.812,50	1.216.011,48	1.223.884,45	1.295.529,17	1.304.437,34	1.424.690,34	1.392.050,35	1.288.587,11	15.044.543,61	14.600.000,00
Outras Transferências Correntes	802.266,71	672.259,54	835.245,88	761.239,21	1.007.844,40	680.094,71	1.056.845,63	994.862,57	1.584.159,41	1.188.709,33	976.392,95	970.280,28	11.530.200,62	10.038.761,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.069,08	96.986,94	91.331,54	74.025,63	86.418,34	139.398,96	111.180,59	118.006,15	201.168,63	158.271,74	1.881.733,65	120.792,18	3.160.383,43	2.159.890,00
DEDUÇÕES (II)	501.059,47	554.677,33	584.044,03	558.422,38	495.778,96	555.250,11	529.776,32	574.784,28	593.056,82	669.451,77	630.447,46	637.727,01	6.884.475,94	6.927.110,00
Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.850,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	501.059,47	554.677,33	584.044,03	558.422,38	495.778,96	555.250,11	529.776,32	574.784,28	593.056,82	669.451,77	630.447,46	637.727,01	6.884.475,94	6.916.260,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	4.689.889,10	6.176.410,16	5.418.003,28	5.072.264,80	4.989.843,92	5.120.419,48	5.170.894,02	5.496.649,98	6.333.256,38	7.017.650,90	7.288.530,76	5.795.824,12	68.569.636,90	72.649.046,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 28 Feb 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.494.686,86	4.494.686,86	4.256.544,95
DEDUÇÕES (II)	10.142.626,74	10.142.626,74	14.465.115,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.485.650,80	10.485.650,80	14.583.565,97
Demais Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	375.911,55	375.911,55	151.337,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.647.939,88	-5.647.939,88	-10.208.570,72
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.647.939,88	-5.647.939,88	-10.208.570,72

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2011 (C - A)
VALOR	-4.560.630,84	-4.560.630,84

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	800.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 28 Feb 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 28 Feb 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.494.686,86	4.494.686,86	4.256.544,95
DEDUÇÕES (II)	10.142.626,74	10.142.626,74	14.465.115,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.485.650,80	10.485.650,80	14.583.565,97
Demais Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	375.911,55	375.911,55	151.337,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.647.939,88	-5.647.939,88	-10.208.570,72
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.647.939,88	-5.647.939,88	-10.208.570,72

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2011 (C - A)
VALOR	-4.560.630,84	-4.560.630,84

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	800.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 28 Feb 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	72.132.211,00	12.950.063,90	12.950.063,90	8.417.239,73
Receita Tributária	9.444.320,00	1.136.905,53	1.136.905,53	686.636,61
I.P.T.U.	2.710.000,00	175.508,64	175.508,64	9.220,08
I.S.S.	3.200.000,00	527.507,13	527.507,13	390.195,33
I.T.B.I.	750.000,00	156.336,23	156.336,23	133.482,96
I.R.R.F.	794.250,00	95.955,62	95.955,62	80.824,22
Outras Receitas Tributárias	1.990.070,00	181.597,91	181.597,91	72.914,02
Receita de Contribuição	2.213.350,00	110.621,61	110.621,61	50.768,02
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	2.213.350,00	110.621,61	110.621,61	50.768,02
Receita Patrimonial Líquida	10.850,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	538.535,00	134.290,98	134.290,98	75.172,83
(-) Aplicações Financeiras	527.685,00	134.290,98	134.290,98	75.172,83
Transferências Correntes	52.303.801,00	9.700.010,93	9.700.010,93	7.490.728,11
F.P.M.	12.936.000,00	2.644.596,80	2.644.596,80	1.897.709,21
I.C.M.S.	12.000.000,00	2.094.484,76	2.094.484,76	1.791.499,72
Convênios	560.300,00	62.896,25	62.896,25	34.226,73
Outras Transferências Correntes	26.807.501,00	4.898.033,12	4.898.033,12	3.767.292,45
Demais Receitas Correntes	8.159.890,00	2.002.525,83	2.002.525,83	189.106,99
Dívida Ativa	652.970,00	120.998,82	120.998,82	111.371,48
Diversas Receitas Correntes	7.506.920,00	1.881.527,01	1.881.527,01	77.735,51
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8.520.000,00	192.000,00	192.000,00	662.326,90
Operações de Crédito (III)	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.450.000,00	192.000,00	192.000,00	662.326,90
Convênios	3.450.000,00	192.000,00	192.000,00	662.326,90
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	3.450.000,00	192.000,00	192.000,00	662.326,90
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	75.582.211,00	13.142.063,90	13.142.063,90	9.079.566,63
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	68.629.871,18	7.123.390,49	7.123.390,49	5.353.073,66
Pessoal e Encargos Sociais	34.054.579,81	4.936.561,01	4.936.561,01	4.334.593,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	825.000,00	78.486,95	78.486,95	43.303,96
Outras Despesas Correntes	33.750.291,37	2.108.342,53	2.108.342,53	975.175,84
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	67.804.871,18	7.044.903,54	7.044.903,54	5.309.769,70
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	17.811.328,00	398.813,08	398.813,08	584.482,35
Investimentos	15.599.548,00	167.814,88	167.814,88	515.560,42
Inversões Financeiras	650.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	650.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.561.780,00	230.998,20	230.998,20	68.921,93
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	16.249.548,00	167.814,88	167.814,88	515.560,42

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	45.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	84.099.419,18	7.212.718,42	7.212.718,42	5.825.330,12
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-8.517.208,18	5.929.345,48	5.929.345,48	3.254.236,51
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-3.058.535,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 28/03/2011

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	9.541,27	366.370,28	-	360.494,11	15.417,44	464.794,81	5.872.154,63	-	1.674.480,41	4.662.469,03
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.292,59	275.292,90	0,00	270.112,90	14.472,59	451.523,78	3.818.508,83	0,00	1.161.436,71	3.108.595,90
GABINETE DO PREFEITO	0,00	7.881,36	0,00	7.881,36	0,00	0,00	28.610,00	0,00	738,72	27.871,28
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	0,00	1.618,90	0,00	1.618,90	0,00	0,00	209.532,85	0,00	93,55	209.439,30
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBA	3.604,00	28.574,08	0,00	28.574,08	3.604,00	273,33	1.153.255,82	0,00	504.573,31	648.955,84
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	1.782,00	0,00	0,00	0,00	1.782,00	0,00	253.150,35	0,00	1.848,61	251.301,74
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	148,73	4.773,26	0,00	4.773,26	148,73	0,00	298.067,45	0,00	48.568,67	249.498,78
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.758,20	0,00	1.294,29	388.463,91
SECRETARIA MUNIC.DES.SOCIAL E DA FAMILIA	0,04	24.583,22	0,00	19.553,22	5.030,04	75.894,96	187.238,43	0,00	156.743,06	106.390,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E F	0,00	38.508,11	0,00	38.358,11	150,00	31.929,84	110.836,11	0,00	74.416,20	68.349,75
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.640,12	169.353,97	0,00	169.353,97	3.640,12	308.091,46	1.188.059,62	0,00	373.160,30	1.122.990,78
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	0,00	0,00	0,00	117,70	35.334,19	0,00	0,00	0,00	35.334,19
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.953,27	0,00	79.185,27	10.768,00
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.953,27	0,00	79.185,27	10.768,00
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.243,80	0,00	973,80	270,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.243,80	0,00	973,80	270,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.742,06	0,00	1.540,74	201,32
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.742,06	0,00	1.540,74	201,32
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00	12.997,70	7.922,10	0,00	728,69	20.191,11
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00	12.997,70	7.922,10	0,00	728,69	20.191,11
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340,00	0,00	340,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340,00	0,00	340,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	223,68	91.077,38	0,00	90.381,21	919,85	273,33	1.952.444,57	0,00	430.275,20	1.522.442,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	223,68	91.077,38	0,00	90.381,21	919,85	273,33	1.952.444,57	0,00	430.275,20	1.522.442,70
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	9.541,27	366.370,28	0,00	360.494,11	15.417,44	464.794,81	5.872.154,63	0,00	1.674.480,41	4.662.469,03

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	8.502.520,00	8.502.520,00	1.125.193,70	1.125.193,70	13,23
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	3.525.000,00	3.525.000,00	313.778,76	313.778,76	8,90
1.1.1- IPTU	2.710.000,00	2.710.000,00	175.508,64	175.508,64	6,48
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	54.000,00	54.000,00	211,36	211,36	0,39
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	490.000,00	490.000,00	103.538,70	103.538,70	21,13
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	271.000,00	271.000,00	34.563,99	34.563,99	12,75
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	(43,93)	(43,93)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI	752.170,00	752.170,00	156.336,23	156.336,23	20,78
1.2.1- ITBI	750.000,00	750.000,00	156.336,23	156.336,23	20,84
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.170,00	2.170,00	-	-	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	3.431.100,00	3.431.100,00	559.123,09	559.123,09	16,30
1.3.1- ISS	3.200.000,00	3.200.000,00	528.101,13	528.101,13	16,50
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	54.000,00	54.000,00	7.850,42	7.850,42	14,54
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	16.137,19	16.137,19	10,76
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	27.100,00	27.100,00	7.628,35	7.628,35	28,15
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	-	(594,00)	(594,00)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	794.250,00	794.250,00	95.955,62	95.955,62	12,08
1.4.1- IRRF	794.250,00	794.250,00	95.955,62	95.955,62	12,08
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	-	-	0,00
1.5.1- ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	34.581.300,00	34.581.300,00	6.340.874,71	6.340.874,71	18,34
2.1- Cota-Parte FPM	16.170.000,00	16.170.000,00	3.305.745,94	3.305.745,94	20,44
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.170.000,00	16.170.000,00	3.305.745,94	3.305.745,94	20,44
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	-	-	-	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	2.618.105,73	2.618.105,73	17,45
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	87.000,00	87.000,00	15.779,78	15.779,78	18,14
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	270.000,00	270.000,00	59.057,46	59.057,46	21,87
2.5- Cota-Parte ITR	54.300,00	54.300,00	2.946,41	2.946,41	5,43
2.6- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	339.239,39	339.239,39	11,31
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	43.083.820,00	43.083.820,00	7.466.068,41	7.466.068,41	17,33
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.142.025,00	2.142.025,00	321.331,32	321.331,32	15,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.302.000,00	1.302.000,00	308.155,87	308.155,87	23,67
5.2- Outras Transferências do FNDE	763.000,00	763.000,00	-	-	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	77.025,00	77.025,00	13.175,45	13.175,45	17,11
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.400.000,00	1.400.000,00	-	-	0,00
6.1- Transferências de Convênios	1.400.000,00	1.400.000,00	-	-	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	181.220,00	181.220,00	2.618,63	2.618,63	1,45
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.723.245,00	3.723.245,00	323.949,95	323.949,95	8,70
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.916.260,00	6.916.260,00	1.268.174,47	1.268.174,47	18,34
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.234.000,00	3.234.000,00	661.149,14	661.149,14	20,44
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.000.000,00	3.000.000,00	523.620,97	523.620,97	17,45
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	17.400,00	17.400,00	3.155,94	3.155,94	18,14
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	54.000,00	54.000,00	11.811,50	11.811,50	21,87
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB – (20% de ((1.5 – 1.5.5) + 2.5))	10.860,00	10.860,00	589,24	589,24	5,43
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	600.000,00	600.000,00	67.847,68	67.847,68	11,31
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.632.550,00	14.632.550,00	2.689.563,39	2.689.563,39	18,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.600.000,00	14.600.000,00	2.680.637,46	2.680.637,46	18,36
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	32.550,00	32.550,00	8.925,93	8.925,93	27,42
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	7.683.740,00	7.683.740,00	1.412.462,99	1.412.462,99	18,38
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

DESPESAS DO FUNDEB		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		12.264.000,00	12.282.369,81	1.786.085,80	1.786.085,80	14,54
13.1- Com Educação Infantil		2.098.000,00	2.098.000,00	444.573,44	444.573,44	21,19
13.2- Com Ensino Fundamental		10.166.000,00	10.184.369,81	1.341.512,36	1.341.512,36	13,17
14- OUTRAS DESPESAS		2.368.550,00	2.368.550,00	43.296,03	43.296,03	1,83
14.1- Com Educação Infantil		360.000,00	360.000,00	5.781,74	5.781,74	1,61
14.2- Com Ensino Fundamental		2.008.550,00	2.008.550,00	37.514,29	37.514,29	1,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)		14.632.550,00	14.650.919,81	1.829.381,83	1.829.381,83	12,49
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO						VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						-
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ¹ ((13 – 18) / (11) x 100) %						66,41
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					-	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²					-	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		10.770.955,00	10.770.955,00	1.866.517,10	1.866.517,10	17,33
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		4.594.720,00	4.594.720,00	451.922,48	451.922,48	9,84
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		2.458.000,00	2.458.000,00	450.355,18	450.355,18	18,32
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		2.136.720,00	2.136.720,00	1.567,30	1.567,30	0,07
24- ENSINO FUNDAMENTAL		15.185.039,60	15.203.409,41	1.505.435,96	1.505.435,96	9,90
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		12.174.550,00	12.192.919,81	1.379.026,65	1.379.026,65	11,31
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		3.010.489,60	3.010.489,60	126.409,31	126.409,31	4,20
25- ENSINO MÉDIO		-	-	-	-	-
26- ENSINO SUPERIOR		50.000,00	50.000,00	1.813,48	1.813,48	3,63
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		-	-	-	-	-
28- OUTRAS		-	-	-	-	-
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		19.829.759,60	19.848.129,41	1.959.171,92	1.959.171,92	9,87
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					561.207,36	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					8.925,93	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					-	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					570.133,29	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.387.225,15	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %					18,58	
OUTRAS INFORMACOES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-	-	-	-	-
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		1.367.100,00	1.367.100,00	81.867,20	81.867,20	5,99
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		-	-	-	-	-
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		774.925,00	774.925,00	64.011,12	64.011,12	8,26
ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		2.142.025,00	2.142.025,00	145.878,32	145.878,32	6,81
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		21.971.784,60	21.990.154,41	2.105.050,24	2.105.050,24	9,57
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		97.866,80		0,00		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS				VALOR		
				FUNDEB (h)	FUNDEF	
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010				161.609,99	-	
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE				2.680.637,46	-	
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE				2.059.645,57	-	
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE				8.925,93	-	
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL				791.527,81	-	

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

3 Caput do artigo 212 da CF/1988

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	43.083.820,00	43.083.820,00	7.466.068,41	17,33
Impostos	7.454.250,00	7.454.250,00	955.307,62	12,82
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.710.000,00	2.710.000,00	175.508,64	6,48
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	750.000,00	750.000,00	156.336,23	20,84
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	3.200.000,00	3.200.000,00	527.507,13	16,48
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	794.250,00	794.250,00	95.955,62	12,08
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.048.270,00	1.048.270,00	169.886,08	16,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	110.170,00	110.170,00	8.061,78	7,32
Dívida Ativa dos Impostos	640.000,00	640.000,00	119.631,96	18,69
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	298.100,00	298.100,00	42.192,34	14,15
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	34.581.300,00	34.581.300,00	6.340.874,71	18,34
Da União	16.311.300,00	16.311.300,00	3.324.472,13	20,38
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	16.170.000,00	16.170.000,00	3.305.745,94	20,44
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	54.300,00	54.300,00	2.946,41	5,43
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	87.000,00	87.000,00	15.779,78	18,14
Do Estado	18.270.000,00	18.270.000,00	3.016.402,58	16,51
Cota-Parte do ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	2.618.105,73	17,45
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	270.000,00	270.000,00	59.057,46	21,87
Cota-Parte do IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	339.239,39	11,31
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	45.012.336,00	45.012.336,00	7.078.460,94	15,73
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-6.916.260,00	-6.916.260,00	-1.268.174,47	18,34
TOTAL	81.179.896,00	81.179.896,00	13.276.354,88	16,35

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	12.915.107,60	15.564.478,00	2.056.673,27	13,21
Pessoal e Encargos Sociais	7.134.430,00	7.134.430,00	1.183.540,31	16,59
Outras Despesas Correntes	5.780.677,60	8.430.048,00	873.132,96	10,36
DESPESAS DE CAPITAL	518.000,00	2.118.000,00	17.929,50	0,85
Investimentos	518.000,00	2.118.000,00	17.929,50	0,85
TOTAL (IV)	13.433.107,60	17.682.478,00	2.074.602,77	11,73

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	13.433.107,60	17.682.478,00	2.074.602,77	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	5.527.620,00	9.776.990,40	874.274,79	42,14
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.469.600,00	9.718.970,40	874.274,79	42,14
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	58.020,00	58.020,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	7.905.487,60	7.905.487,60	1.200.327,98	57,86

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	2.043.521,95	0,00
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <math>\leq \frac{(V - VI)}{I}</math>		
		16,08

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.036.240,00	6.636.240,00	599.221,12	28,88
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.967.307,60	8.616.678,00	1.232.372,22	59,40
Suporte Profilático e Terapêutico	1.688.400,00	1.688.400,00	155.672,30	7,50
Vigilância Sanitária	231.860,00	231.860,00	34.023,98	1,64
Vigilância Epidemiológica	509.300,00	509.300,00	53.313,15	2,57
TOTAL	13.433.107,60	17.682.478,00	2.074.602,77	100,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CANOINHAS, 28/03/2011

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	43.083.820,00	43.083.820,00	7.466.068,41	17,33
Impostos	7.454.250,00	7.454.250,00	955.307,62	12,82
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.710.000,00	2.710.000,00	175.508,64	6,48
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	750.000,00	750.000,00	156.336,23	20,84
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	3.200.000,00	3.200.000,00	527.507,13	16,48
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	794.250,00	794.250,00	95.955,62	12,08
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.048.270,00	1.048.270,00	169.886,08	16,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	110.170,00	110.170,00	8.061,78	7,32
Dívida Ativa dos Impostos	640.000,00	640.000,00	119.631,96	18,69
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	298.100,00	298.100,00	42.192,34	14,15
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	34.581.300,00	34.581.300,00	6.340.874,71	18,34
Da União	16.311.300,00	16.311.300,00	3.324.472,13	20,38
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	16.170.000,00	16.170.000,00	3.305.745,94	20,44
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	54.300,00	54.300,00	2.946,41	5,43
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	87.000,00	87.000,00	15.779,78	18,14
Do Estado	18.270.000,00	18.270.000,00	3.016.402,58	16,51
Cota-Parte do ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	2.618.105,73	17,45
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	270.000,00	270.000,00	59.057,46	21,87
Cota-Parte do IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	339.239,39	11,31
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	45.012.336,00	45.012.336,00	7.078.460,94	15,73
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-6.916.260,00	-6.916.260,00	-1.268.174,47	18,34
TOTAL	81.179.896,00	81.179.896,00	13.276.354,88	16,35

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	12.915.107,60	15.564.478,00	2.056.673,27	13,21
Pessoal e Encargos Sociais	7.134.430,00	7.134.430,00	1.183.540,31	16,59
Outras Despesas Correntes	5.780.677,60	8.430.048,00	873.132,96	10,36
DESPESAS DE CAPITAL	518.000,00	2.118.000,00	17.929,50	0,85
Investimentos	518.000,00	2.118.000,00	17.929,50	0,85
TOTAL (IV)	13.433.107,60	17.682.478,00	2.074.602,77	11,73

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	13.433.107,60	17.682.478,00	2.074.602,77	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	5.527.620,00	9.776.990,40	874.274,79	42,14
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.469.600,00	9.718.970,40	874.274,79	42,14
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	58.020,00	58.020,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	7.905.487,60	7.905.487,60	1.200.327,98	57,86

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	2.043.521,95	0,00
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <math>\leq \frac{(V - VI)}{I}</math>		
		16,08

Continua 1/2

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.036.240,00	6.636.240,00	599.221,12	28,88
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.967.307,60	8.616.678,00	1.232.372,22	59,40
Suporte Profilático e Terapêutico	1.688.400,00	1.688.400,00	155.672,30	7,50
Vigilância Sanitária	231.860,00	231.860,00	34.023,98	1,64
Vigilância Epidemiológica	509.300,00	509.300,00	53.313,15	2,57
TOTAL	13.433.107,60	17.682.478,00	2.074.602,77	100,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CANOINHAS, 28/03/2011

Município de - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre		
RECEITAS					
Previsão Inicial		—	81.179.896,00		
Previsão Atualizada		—	81.179.896,00		
Receitas Realizadas		13.276.354,88	13.276.354,88		
Déficit Orçamentário		—	0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00		
DESPESAS					
Dotação Inicial		—	81.179.896,00		
Créditos Adicionais		—	5.306.303,18		
Dotação Atualizada		—	86.486.199,18		
Despesas Empenhadas		25.870.348,62	25.870.348,62		
Despesas Liquidadas		7.522.203,57	7.522.203,57		
Superavit Orçamentário		—	5.754.151,31		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		25.870.348,62	25.870.348,62		
Despesas Liquidadas		7.522.203,57	7.522.203,57		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida			68.569.636,90		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	-4.696.551,19	0,00	
Resultado Primário		0,00	5.929.345,48	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar	
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	375.911,55	0,00	360.494,11	15.417,44	
EXECUTIVO	375.911,55	0,00	360.494,11	15.417,44	
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.336.949,44	0,00	1.674.480,41	4.662.469,03	
EXECUTIVO	6.336.949,44	0,00	1.674.480,41	4.662.469,03	
TOTAL:	6.712.860,99	0,00	2.034.974,52	4.677.886,47	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.387.225,15	25%	18,58	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.786.085,80	60%	66,41	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito		0,00	5.000.000,00		
Despesa de Capital Líquida		398.813,08	17.412.514,92		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	70.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	70.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.200.327,98	15,00	16,08

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 019.2011

DECRETO Nº 019, DE 25 DE MARÇO DE 2011.

Aprova unificação de três áreas na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Municipal nº 1291, de 12 de agosto de 1987, que instituiu o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado a unificação de três áreas das matrículas a seguir relacionadas em que são requerentes os proprietários Euclides Massimino Dalavequia e Maria de Lurdes Rosseti Dalavequia, inscritos no CPF sob o nº 066.976.669-00:

I - Lote nº 03 da Quadra nº 201, com área de 417,00m² (quatrocentos e dezessete metros quadrados) situado no lado ímpar da Avenida José Leonardo Santos, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 8.992;

II - Lote nº 04 da Quadra nº 201, com área de 375,04m² (trezentos e setenta e cinco vírgula zero quatro metros quadrados), situado no lado ímpar da Avenida José Leonardo Santos, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 8.993;

III - Lote nº 05 da Quadra nº 201, com área de 373,24m² (trezentos e setenta e três vírgula vinte e quatro metros quadrados), situado no lado ímpar da Avenida José Leonardo Santos, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal, sob o nº 8.994;

Art. 2º Os três imóveis citados no caput deste art. 1º, ficam unificados nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área do Lote nº 03 da Quadra nº 201. 417,00m²;
II - Área do Lote nº 04 da Quadra nº 201. 375,04m²;
III - Área do Lote nº 05 da Quadra nº 201. 373,24m²;
IV - Área Total Unificada denominada de Lote nº 03 da Quadra 294. . . . 1.165,28m²

Art. 3º Toda a área unificada, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade dos proprietários, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre o imóvel unificado.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, os requerentes/proprietários, pela via legal, submeterão a unificação das áreas para registro na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 25 de março de 2011.

LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Contrato 0008/2011 - FMHC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0008/2011 - FMHC

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0004/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL
CONTRATADA: ELETROPNEUS OURO LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para elaboração de projetos executivos de engenharia compreendendo saneamento básico, urbanístico, elétrico com levantamentos topográficos e planialtimétricos, estudos geológicos, recuperação ambiental de áreas de riscos, regularização fundiária e laudo geológico-geotécnico com teste de permeabilidade, de conformidade com as exigências técnicas da Caixa Econômica Federal e Portaria nº 644, de 22 de dezembro de 2010, do Ministério das Cidades, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), modalidades "Urbanização de assentamentos precários, áreas de risco e programa Minha Casa Minha Vida" destinado à implantação do Loteamento Nova Capinzal - com construção de 162 moradias para relocação de famílias em áreas de risco, recursos próprios.

VALOR R\$: 13.900,00

VIGÊNCIA: 28/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0009/2011 - FMHC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0009/2011 - FMHC

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0004/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL
CONTRATADA: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SC

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para elaboração de projetos executivos de engenharia compreendendo saneamento básico, urbanístico, elétrico com levantamentos topográficos e planialtimétricos, estudos geológicos, recuperação ambiental de áreas de riscos, regularização fundiária e laudo geológico-geotécnico com teste de permeabilidade, de conformidade com as exigências técnicas da Caixa Econômica Federal e Portaria nº 644, de 22 de dezembro de 2010, do Ministério das Cidades, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), modalidades "Urbanização de assentamentos precários, áreas de risco e programa Minha Casa Minha Vida" destinado à implantação do Loteamento Nova Capinzal - com construção de 162 moradias para relocação de famílias em áreas de risco, recursos próprios.

VALOR R\$: 64.800,00

VIGÊNCIA: 28/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0042/2011 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0042/2011 - FMSC

Pregão Eletrônico 0011/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL
CONTRATADA: CLÍNICA DE ORT. E ACUPUNTURA MÉDICA KUTZKE LTDA.

OBJETO: Contratação de Profissional para prestação de serviços na Especialidade de Ortopedia para o Fundo Municipal de Saúde, durante o ano de 2011, Recursos Próprios e da Atenção Básica.

VALOR R\$: 38.800,00

VIGÊNCIA: 24/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0099/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0099/2011

Pregão Presencial 0045/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: PEDREIRA ENGENHOS LTDA

OBJETO: Aquisição de 500 m³ (metros cúbicos) de Material Britado (pó de pedra), para utilização na pista da cancha de laço, para prática de esportes na modalidade de laço, anexo ao Parque de Exposições Domingos Pelizzaro, localizada na localidade de Engenho Novo, Recursos próprios.

VALOR R\$: 26.500,00

VIGÊNCIA: 23/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0100/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0100/2011

Pregão Eletrônico 0046/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: HERBERTO EDEMAR HELLER EPP

OBJETO: Contratação de serviços de Transporte Escolar, para a manutenção do transporte escolar nas linhas 01, 03 e 06 da rede municipal de ensino, para o exercício de 2011, recursos do FUN-DEB, Transporte - Convênio Estado, Salário Educação e PNATE.

VALOR R\$: 109.166,62

VIGÊNCIA: 23/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0101/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0101/2011

Pregão Eletrônico 0046/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: TRANSPORTES AUTO VIAÇÃO OURO LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviços de Transporte Escolar, para a manutenção do transporte escolar nas linhas 01, 03 e 06 da rede municipal de ensino, para o exercício de 2011, recursos do FUN-DEB, Transporte - Convênio Estado, Salário Educação e PNATE.

VALOR R\$: 127.368,15

VIGÊNCIA: 23/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0102/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0102/2011

Pregão Presencial 0049/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: AGRO FLORA RECH LTDA

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em fornecimento de mão-de-obra, para manutenção mensal até 30/06/2011 efetuando corte e plantio de grama e de mudas, reposição de plantas, retirada de ervas daninhas, manutenção de jardins, praças, escadarias, trevos, ruas e controle natural de plantas espontâneas com extrato de "jasmim, alfazema" em áreas municipais, deste município, devendo disponibilizar pessoal e ferramentas para o mesmo, Recursos próprios.

VALOR R\$: 42.660,00

VIGÊNCIA: 24/03/2011 A 31/12/2011

Termo Aditivo 01/2011 - contrato 182/2010

TERMO ADITIVO 01/2011

CONTRATO 0182/2010

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0144/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL.

CONTRATADA: ANDREONI JR. CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: prorrogação da vigência do contrato original até 27/05/2011.

VALOR: 0,00

VIGÊNCIA: 27/05/2011

Catanduvás

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 2.299/2011, de 23 de março de 2011.

LEI Nº 2.299/2011, de 23 de março de 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TOMAR EM LOCAÇÃO IMÓVEL QUE ESPECIFICA"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar locação de uma área construída de 890,00m² (oitocentos e noventa metros quadrados), parte integrante de uma área maior de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados) pertencentes à Sociedade Hípica, Atlética e Recreativa União Catanduvense, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 78.482.791/0001-20, localizada na Rua Nereu Ramos, Centro, Catanduvás(SC).

Parágrafo 1º A locação do imóvel de que trata a presente Lei, será para a utilização dos espaços pelo período mensal de no mínimo vinte (20) dias.

Parágrafo 2º A locação do imóvel será contratada pelo valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com início em 1º de março de 2011, e término em 31 de dezembro de 2012, período em que vigorará a proposta de trabalho com o Ministério da Cultura.

Parágrafo 3º A presente contratação será efetuada com dispensa de licitação pública, de acordo com o disposto no art. 24, X, da Lei Federal 8.666 e suas alterações.

Parágrafo 4º Ficam expressamente excluídas da locação as seguintes dependências do imóvel locado: copa, sala de jogos, sala de reuniões e banheiros, todas localizadas no andar térreo do referido imóvel.

Art. 2º O imóvel será destinado às atividades do Projeto CINE MAIS CULTURA e no desenvolvimento de atividades sócio-culturais promovidas pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, através da Divisão de Cultura elaborará mensalmente uma Programação para disciplinar a utilização dos espaços locados, dando prioridade ao desenvolvimento do Projeto CINE MAIS CULTURA, e também na realização de palestras, cursos, danças, e outras atividades sócio-culturais da Secretaria.

Parágrafo único. Deverá constar do Contrato de Locação a ser firmado, dentre outras cláusulas pertinentes, as seguintes:

- a) a possibilidade de utilização do espaço locado pela Locadora, em datas não utilizadas pela Prefeitura Municipal;
- b) que as despesas mensais com água, esgoto, IPTU e energia elétrica sejam arcadas exclusivamente pela Locadora;7
- c) a responsabilidade de cada uma das partes em arcar com a reparação dos danos que eventualmente forem ocasionados quando estiver utilizando o bem;
- d) a forma e a periodicidade das vistorias;
- e) a responsabilidade da Locadora pela manutenção do prédio locado; e
- f) a obrigatoriedade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura informar mensalmente as atividades realizadas no imóvel locado, com ampla divulgação e envio de cópia do relatório à Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 4º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 23 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada por esta Secretaria, em 23/03/2011.

Decreto Nº 1.755, de 28 de março de 2011.

DECRETO Nº 1.755, de 28 de março de 2011.

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas - SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a conclusão dos serviços previstos em cada uma das etapas do Processo Seletivo nº 001/2011, destinado ao preenchimento, em caráter temporário, de vagas em cargos e habilitações, para atender à necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a formalidade regulamentar dos procedimentos adotados, garantindo a transparência através de ampla publicidade e garantido o direito de contraditório, através de recursos, em todas as fases da seleção;

Considerando o esgotamento do período destinado a recursos em face dos resultados e da classificação do certame seletivo e resolvidos todos os, tempestiva e regularmente interpostos,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o resultado e a classificação final do Processo Seletivo nº 001/2011, promovido pela Administração Municipal de CATANDUVAS, destinado à admissão de cargos, conforme consta nos quadros seguintes:

I – Concorrência Geral:

Identificação do Cargo				Nº de vagas	
Agente de Serviços Gerais				09	
Identificação do Candidato		Notas			Classificação
Nome do candidato	Nº Insc.	Prova Escrita	Prova Prática	Final	
Odair Lisboa	015	4,55	3,46	8,01	1º
Zelinda do Prado	014	5,00	2,46	7,46	2º
João Luiz Mayer	006	3,60	3,50	7,10	3º
Valmir Luiz Bandeira	008	3,20	3,65	6,85	4º
Dores Aparecida Carneiro	002	4,40	2,19	6,59	5º
Marlene Terezinha Cava-lheiro	003	4,20	2,38	6,58	6º
Maria Amabile Aparecida Alves	012	4,30	2,26	6,56	7º
Osmar dos Santos Nunes	004	3,20	3,34	6,54	8º
Laudina de Fátima da Silva	017	4,05	2,46	6,51	9º
Sonia Ribeiro	016	3,20	2,77	5,97	10º
Joana Begair Pereira	007	3,20	2,69	5,89	11º
Carmen Marilei Basso	005	3,20	2,26	5,46	12º

Identificação do Cargo				Nº de vagas	
AGENTE DE SAÚDE DE COMBATE À DENGUE				01	
Identificação do Candidato		Notas			Classificação
Nome do candidato	Nº Insc.	Prova Escrita	Prova Prática	Final	
Marli Terezinha Anhaya	009	8,24	-	8,24	1º
Sonia Aparecida Knopf Obetz	013	8,08	-	8,08	2º
Cleonice de Oliveira	011	7,76	-	7,76	3º
Maura Cristina Moreira	010	6,48	-	6,48	4º
Roselaine Castro Pereira	001	5,72	-	5,72	5º

Identificação do Cargo				Nº de vagas	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 01 – Microárea - 06				01	
Identificação do Candidato		Notas			Classificação
Nome do candidato	Nº Insc.	Prova Escrita	Prova Prática	Final	
Vera Lucia de Lima	018	6,60	-	6,60	1º

II – Portadores de Necessidades Especiais:

Não houve inscritos na condição de portador de necessidades especiais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas(SC), 28 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

Aviso de Licitação Processo Licitatório Nº 0048/2011 Edital de Pregão Presencial Nº 0012/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2011

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0012/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na contratação e



empresa para transporte diário de pacientes do município de Catanduvas para o CAPS no município de Água Doce.

Abertura das Propostas às 09:30 horas do dia 11 de abril de 2011. Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 31 de março de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/conteudo/index.php?item=2614&fa=4&inoad=694> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 230.

Catanduvas, SC, 29 de março de 2011.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Aviso de Licitação Processo Licitatório Nº 0049/2011 Edital de PREGAO PRESENCIAL Nº 0013/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2011

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0013/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de materiais de construção para desempenho das atividades das secretarias de: Administração e Finanças; Infraestrutura; Educação, Cultura e Desporto e Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Abertura das Propostas às 09:00 horas do dia 12 de abril de 2011. Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 31 de março de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/conteudo/index.php?item=2614&fa=4&inoad=694> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 230.

Catanduvas, SC, 29 de março de 2011.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Extrato de Contrato Nº 0083/2011

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Catanduvas
Extrato de Contrato nº 0083/2011
Dispensa de Processo Licitatório.

Objeto: Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC
Contratado (a): Empresa de Pesquisas Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI.

Prazo de vigência: 02 de janeiro de 2011, com término em 31 de dezembro de 2011.

Valor global: R\$ 14.000,00 (catorze mil reais).

Data e assinatura do contrato: 24 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Edital Nº 005/2011 - Resultado Final e Classificação

EDITAL Nº 005/2011

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

DOS CONCORRENTES ÀS VAGAS DOS CARGOS DISPONIBILIZADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2011.

A empresa SC Assessoria e Consultoria Ltda., especialmente contratada para a operacionalização das fases do Processo Seletivo nº 001/2011, promovido pela Administração Municipal de Catanduvas/SC, destinado ao provimento, em caráter temporário, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em cargos do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, o RESULTADO e a CLASSIFICAÇÃO FINAL da referida seleção, nos termos dos quadros seguintes:

I – Concorrência Geral:

Identificação do Cargo		Nº de vagas			
Agente de Serviços Gerais		09			
Identificação do Candidato		Notas			Classificação
Nome do candidato	Nº Insc.	Prova Escrita	Prova Prática	Final	
Odair Lisboa	015	4,55	3,46	8,01	1º
Zelinda do Prado	014	5,00	2,46	7,46	2º
João Luiz Mayer	006	3,60	3,50	7,10	3º
Valmir Luiz Bandeira	008	3,20	3,65	6,85	4º
Dores Aparecida Carneiro	002	4,40	2,19	6,59	5º
Marlene Terezinha Cava-lheiro	003	4,20	2,38	6,58	6º
Maria Amabile Aparecida Alves	012	4,30	2,26	6,56	7º
Osmar dos Santos Nunes	004	3,20	3,34	6,54	8º
Laudina de Fátima da Silva	017	4,05	2,46	6,51	9º
Sonia Ribeiro	016	3,20	2,77	5,97	10º
Joana Begair Pereira	007	3,20	2,69	5,89	11º
Carmen Marilei Basso	005	3,20	2,26	5,46	12º

Identificação do Cargo		Nº de vagas			
AGENTE DE SAÚDE DE COMBATE Á DENGUE		01			
Identificação do Candidato		Notas			Classificação
Nome do candidato	Nº Insc.	Prova Escrita	Prova Prática	Final	
Marli Terezinha Anhaya	009	8,24	-	8,24	1º
Sonia Aparecida Knopf Obetz	013	8,08	-	8,08	2º
Cleonice de Oliveira	011	7,76	-	7,76	3º
Maura Cristina Moreira	010	6,48	-	6,48	4º
Roselaine Castro Pereira	001	5,72	-	5,72	5º

Identificação do Cargo		Nº de vagas			
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF 01 – Microárea - 06		01			
Identificação do Candidato		Notas			Classificação
Nome do candidato	Nº Insc.	Prova Escrita	Prova Prática	Final	
Vera Lucia de Lima	018	6,60	-	6,60	1º

II – Portadores de Necessidades Especiais:

Não houve inscritos na condição de portador de necessidades especiais.

Catanduvas/SC, em 28 de março de 2011.
SC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.
Sandra Dell'Osbel

CÂMARA DE VEREADORES**Decreto Legislativo Nº 23/2011 de 22 de fevereiro de 2011**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/2011, de 22 de fevereiro de 2011. INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES PARA O EXERCÍCIO 2011, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA PREGOEIRO OFICIAL NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, É DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CATANDUVAS - SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais faz saber que a Câmara de Vereadores de Catanduvas aprovou e ele:

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações no âmbito do Poder Legislativo Municipal, para o exercício de 2011, composta pelos seguintes membros:

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI - Presidente
NEUSA REGINA CHINATO - Secretária
GELCI APARECIDA AGUILERA - Membro

Art. 2º. Compete à Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações no âmbito do Poder Legislativo Municipal:

- I - Processar, julgar a provar o registro cadastral de fornecedores da Câmara de Vereadores de Catanduvas, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;
- II - Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores;
- III - Processar e julgar os processos licitatórios em todas as suas modalidades;
- IV - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;
- V - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que presente o interesse público;
- VI - Processar e julgar todos os processos e avaliações necessários para o cumprimento da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

Parágrafo único. Das sessões a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Para fins de processar e julgar as licitações na Modalidade de Convite, nos termos do art. 51, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a Comissão ora nomeada poderá, excepcionalmente, poderá ser substituída pela Servidora SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI.

Art. 4º. Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que lhe são conferidas.

Art. 5º. Fica, ainda, designado para desempenhar as funções de Pregoeiro Oficial, a Senhora SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI, com as atribuições previstas na Lei nº 10.520/02, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Permanente de Licitações no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Art. 6º. Os membros da Comissão, bem como o Pregoeiro Oficial, não farão "jus" a qualquer remuneração adicional, sendo, todavia, considerado como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 7º. Esse Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas - SC, 22 de fevereiro de 2011.

ARLINDO TULIO REATO

Presidente em exercício da Câmara

ODAIR JOSÉ GABRIELLI

1º Secretário da Câmara

Concórdia**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 260/2011, de 15 de Março de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 260/2011, DE 15 DE MARÇO DE 2011.

Concede gratificação a servidoras, pela efetiva atividade em sala de aula.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 73 da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida às servidoras abaixo mencionadas, gratificação pela efetiva atividade em sala de aula, na razão de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento-base:

I - DIRCE LUZIA NILSON DA ROSA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 44261-06;

II - JOICE ALICE DIAS SCHNEEBERGER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 103470-01;

III - JULYANA APARECIDA PETRY, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104264-01;

IV - SIRIA NAIR SAVOLDI DE MATTOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91863-12;

V - VALQUIRIA WEINGARTNER PEREIRA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 102342-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de março de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 261/2011, de 15 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 261/2011, DE 15 DE MARÇO DE 2011.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 88/2010, de 25 de janeiro de 2010 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia - COMTUR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.014, de 5 de novembro de 1997 e alterações e no Decreto nº 3.960, de 28 de abril de 1998 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 88/2010, de 25 de janeiro de 2010 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia - COMTUR, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o item 3 da alínea "a" do inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

"3. EDSON LUIS GONÇALVES - Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente;" (NR)

II - os itens 2 e 3 da alínea "b" do inciso I passam a vigorar com a seguinte redação:

"2. DENISE MARCONATTO - Assessoria Jurídica do Município;

3. IVETE DAHMER ALBIERO - Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente;" (NR)

III - a alínea "a" do inciso II terá os seguintes dispositivos alterados:

a) o item 2 passa a vigorar com a seguinte redação:

"2. KETINY KAREN VARIZA - Serviço Social do Comércio - SESC;" (NR)

b) o item 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"12. LECI MARINA HARNICH - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;" (NR)

c) o item 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

"15. ROSELI CEMBRANI - Memorial Atílio Fontana;" (NR)

IV - a alínea "b" do inciso II terá os seguintes dispositivos alterados:

a) o item 3 passa a vigorar com a seguinte redação:

"3. ANTONIO JOSE BEGNINI - Águas do Alto Uruguai Convention & Visitors Bureau;" (NR)

b) o item 16 passa a vigorar com a seguinte redação:

"16. SERGIO ROGERIO DA SILVA VARGAS - Rotary Clube;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 262/2011, de 16 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 262/2011, DE 16 DE MARÇO DE 2011.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 193/2010, de 17 de fevereiro de 2010, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Concórdia - CMDU.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 109 da Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 325, de 12 de dezembro de 2003.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 193/2010, de 17 de fevereiro de 2010, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Concórdia - CMDU, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o item 2 da alínea "a" do inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

"2. MARILU MATELLO;" (NR)

II - a alínea "a" do inciso II passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) efetivo: LUIZIANA KLASSMANN;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 263/2011, de 16 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 263/2011, DE 16 DE MARÇO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor MATEUS ALVES DA SILVA; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2011, ao servidor MATEUS ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Operacional, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio

- período aquisitivo de 13 de agosto de 2005 a 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Os incisos I e II do art. 1º do Decreto nº 378/2006, de 16 de junho de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ()

I - 2 (dois) meses, pertinentes ao quinquênio - período aquisitivo de 13 de agosto de 1995 a 12 de agosto de 2000;

II - 3 (três) meses, pertinentes ao quinquênio - período aquisitivo de 13 de agosto de 2000 a 12 de agosto de 2005.” (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação
Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2011.

Decreto Nº 264/2011, de 16 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 264/2011, DE 16 DE MARÇO DE 2011.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia à servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, às servidoras abaixo mencionadas, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício de função de chefia, com dedicação exclusiva:

I - IVONE MARXREITER BEDIN, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.10 e 10.12, matrículas 91650-00 e 91650-01, pelo exercício da função de chefia do Museu Histórico Hermano Zanoni;

II - SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 102385-00, pelo exercício da função de chefia da Agenda Cultural da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de março de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 265/2011, de 16 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 265/2011, DE 16 DE MARÇO DE 2011.

Exonera, a pedido, a servidora JOSEFA ELIANA KIELING SALVADORI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora JOSEFA ELIANA KIELING SALVADORI, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Programas Habitacionais, a partir de 16 de março de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 266/2011, de 18 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 266/2011, DE 18 DE MARÇO DE 2011.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.759, de 28 de agosto de 2006 e nos Decretos nºs. 5.129, de 28 de agosto de 2006 e 5.354, de 12 de novembro de 2008.

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I - representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação - SEDES:

a) efetivo: ROZANA ORSOLIN;

b) suplente: NEUSA APARECIDA DAHMER;

II - representantes da Secretaria Municipal de Educação - SEMED:

a) efetivo: MARCIA FARINELLA;

b) suplente: ROSE ANTONIETTI GOMES DE ALMEIDA;

III - representantes da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS:

- a) efetivo: GENAIR LOURDES BOGONI;
- b) suplente: CIMELIA MARIA HUBER ROESSEL;

IV - representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEMADRA:

- a) efetivo: JULIANE BROCH;
- b) suplente: GENI MARIA PAGGI;

V - representantes da Fundação Municipal de Cultura - FMC:

- a) efetivo: SANDRA MARA ROMAN;
- b) suplente: DOMINGA TERESA SCHIAVINI ALVES;

VI - representantes de entidades não governamentais de defesa da mulher e entidades filantrópicas e assistenciais:

a) efetivos:

1. DIONE COLDEBELLA - Rede Feminina de Combate ao Câncer;
2. EDI MARIA PILONI - Sindicato Regional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai Catarinense - SINTRAF;
3. JURIDES ALLIEVI GUEDES - Clube de Mães do Meio Urbano;
4. MARCIA ELVIRA GRANDO COLUSSI - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Concórdia - CRESOL;
5. SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN - Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte - FABET;

b) suplentes:

1. ADILES VASNHAK - Clube de Mães do Meio Rural;
2. ADRIANA INES MARIA ZUCCHI CORADI - Pastoral Familiar;
3. EDIANEZ RODRIGUEZ RIOS - Serviço Social do Comércio - SESC;
4. MERCEDES SCHEFER - União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC;
5. ZILDA MARCIA ONETTA - Sindicato dos Servidores Municipais de Concórdia - SSMC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 356/2009, de 20 de março de 2009; 574/2009, de 16 de junho de 2009; 195/2010, de 18 de fevereiro de 2010 e 762/2010, de 11 de agosto de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 267/2011, de 21 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 267/2011, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora IRACI SALETE SANDI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2011, à servidora IRACI SALETE SANDI, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de março de 2006 a 17 de março de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 268/2011, de 21 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 268/2011, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora BERNARDETE GLORIA GOTtert.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2011, à servidora BERNARDETE GLORIA GOTtert, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 7 de fevereiro de 2005 a 6 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 269/2011, de 21 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 269/2011, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor GIOVANE ANDRE MOY.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2011, ao servidor GIOVANE ANDRE MOY, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 99740-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 13 de janeiro de 2003 a 12 de janeiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 270/2011, de 21 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 270/2011, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SONIA SALETE DE OLIVEIRA MATTANA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 28 de abril de 2011, à servidora SONIA SALETE DE OLIVEIRA MATTANA, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 91375-02 e 91375-04, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 2 (dois) meses, pertinentes ao quinquênio - período aquisitivo de 10 de julho de 2000 a 9 de julho de 2005, matrícula 91375-02;

II - 2 (dois) meses, pertinentes ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007, matrícula 91375-04.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 271/2011, de 21 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 271/2011, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARISTELA ISGANZELA SCHWINGEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2011, à servidora MARISTELA ISGANZELA SCHWINGEL, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 59528-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de julho de 2005 a 3 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 272/2011, de 21 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 272/2011, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NOELI SUHRE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2011, à servidora NOELI SUHRE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de julho de 2005 a 3 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 273/2011, de 21 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 273/2011, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARCIA CASAGRANDE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, no mês de abril de 2011, à servidora MARCIA CASAGRANDE, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 68640-00 e 68640-01, 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertidos em pecúnia, equivalentes à remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010, matrícula 68640-00;

II - 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de março de 2005 a 1º de março de 2010, matrícula 68640-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 274/2011, de 21 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 274/2011, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SIRLEI MICHELOTTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2011, à servidora SIRLEI MICHELOTTI, ocupante do cargo de Nutricionista, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2006 a 2 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Portaria Nº 57/2011, de 24 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 57/2011, DE 24 DE MARÇO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 2779, em 15 de fevereiro de 2011, do qual se extrai

que o servidor EDISON LUIS SCHNEIDER não teria comparecido ao trabalho por diversos dias, sem apresentar justificativa, sendo avistado, no dia 15 de fevereiro de 2011, em horário de expediente, em um bar na Rua 29 de Julho;

- que o servidor infringiu, em tese, o disposto nos arts. 151, X e 152, I, da Lei Complementar nº 90/1994;
- o Parecer nº 55-2011 da Assessoria Jurídica, de 16 de março de 2011, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se às penalidades previstas no art. 165, do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor EDISON LUIS SCHNEIDER, ocupante do cargo de Agente de Obras, Grupo Ocupacional Operacional - GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Operacional Especialista - GE;

II - secretário: PAULO HENRIQUE VICARI, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogais:

a) ANEMARIE RECH, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) IDETE MARIA POZZO HERMANN, ocupante do cargo de Desenhista.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Adendo 1 ao Pregão Presencial Nº 12/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 1 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2011 - PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de licitação em referência, cujo objeto é: aquisição de tratores, equipamentos agrícolas e equipamentos industriais conforme especificações constantes do Anexo "C" deste Edital, teve suas especificações alteradas. O prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços, e a documentação de habilitação fica alterado para 12 de abril de 2011, até às 16:00, e a abertura da licitação, no 13 de abril de 2011 às 08:30.

Informações complementares: o Edital alterado, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (0 ** 49) 3441-2160

Concórdia, SC, 28 de março de 2011.

BEATRIZ F.C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 17/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2011- PMC

Objeto: aquisição de sementes de pastagens de inverno certificadas, conforme especificações constantes no Anexo "D" deste Edital

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h do dia 11/04/2011.

Abertura: dia 12/04/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 28 de março de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 19/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2011- PMC

Objeto: aquisição de produtos para a Páscoa do servidor 2011 conforme Lei Complementar nº 530, de 09 de abril de 2009

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h do dia 14/04/2011.

Abertura: dia 15/04/2011, às 14h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 29 de março de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços Nº 2/2011 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obras nos Centros Comunitários dos Bairros Nazaré e Bairro Nações, conforme Projetos Básicos constante no Anexo "D" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16:00h do dia 27/04/2011.

Abertura: dia 28/04/2011, às 08:30h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª

feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 29 de março de 2011.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação da Dispensa de Licitação Nº 6/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2011

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso XXVI, artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para repasse ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no valor total de R\$ 10.752,00 (dez mil, setecentos e cinquenta e dois reais).

Concórdia, SC, 29 de março de 2011.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Editais de Notificação Barragem de contenção das cheias

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos para a construção da Barragem de contenção das cheias, provenientes do Contrato nº 292.763-81/2009, no valor de R\$ 305.053,03 (trezentos e cinco mil cinquenta e três reais e três centavos).

Concórdia SC, 29 de março 2011.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Extrato do Convênio 14/2011- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO 14/2011- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o ESPORTE CLUBE BANGU neste município, inscrito no CNPJ sob nº 75.319.749/0001-03, representado pelo seu Presidente, senhor CLAUDIO BERNARDI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjugação de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado dos Pintos e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 2.000,00
PRAZO: De 22.03.2011 a 31.12.2011.
DATA DA ASSINATURA: 22 de março de 2011.

Extrato do Convênio 15/2011- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO 15/2011- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o CRUZEIRO ESPORTE CLUBE neste município, inscrito no CNPJ sob nº 80.638.943/0001-83, representado pelo seu Presidente, senhor NILSON SEGATTO.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjugação de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha 24 de Fevereiro e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 3.000,00
PRAZO: De 24.03.2011 a 31.12.2011.
DATA DA ASSINATURA: 24 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 12/2011- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 12/2011- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e a ASSOCIAÇÃO CONCORDIENSE DE FUTSAL, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 07.830.972/0001-52, representada pelo seu Presidente, senhor SÉRGIO LUIZ PRIMAM.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjugação de esforços, para incentivo e difusão do esporte e representação do Município na Liga Nacional de Futsal, no ano de 2011.

VALOR: R\$ 56.000,00
PRAZO: De 18.03.2011 a 31.12.2011.
DATA DA ASSINATURA: 18 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 13/2011- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 13/2011- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e a ASSOCIAÇÃO ESPORTE CLUBE GUANABARA, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 80.637.986/0001-44, representado pelo seu Presidente, senhor NADIR SEGALIN.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjugação de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Saracura e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 3.000,00
PRAZO: De 22.03.2011 a 31.12.2011.
DATA DA ASSINATURA: 22 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 19/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 19/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARRA DO CASTILHO, inscrita no CNPJ

sob nº 07.782.892/0001-79, representada pelo seu Presidente, senhor LAURI KAISER.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Castilho e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 5.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 14 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 20/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 20/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o CLUBE DE MÃES COLABORADORAS DA COMUNIDADE DE LINHA DOS COQUEIROS, inscrito no CNPJ sob nº 78.507.449/0001-38, representada pela sua Presidenta, senhora MARLENE HIRT CHIAMOLERA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha dos Coqueiros e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 13.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 14 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 21/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 21/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA PRESIDENTE CASTELO, inscrita no CNPJ sob nº 07.129.548/0001-85, representada pelo seu Presidente, senhor CLADEMIR ANTONIO MACHADO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Castelo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 5.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 14 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 22/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 22/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA CARAVÁGIO, inscrita no CNPJ sob nº 02.342.693/0001-26, representada pelo seu Presidente, senhor DÉLCIO BINDA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Caravágio e população em geral, estruturação

de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 14.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 14 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 23/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 23/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E CLUBE DE MÃES 2002 DE LINHA BOSCATO, inscrita no CNPJ sob nº 05.095.459/0001-30, representada pelo seu Presidente, senhor JUVIANO PEDROTTI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Boscato e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 2.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 14 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 24/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 24/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a SOCIEDADE ESPORTIVA INTERNACIONAL, inscrita no CNPJ sob nº 04.721.352/0001-97, representada pelo seu Presidente, senhor ADELMO GROHS.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Crescência e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 4.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 14 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 25/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 25/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, representada pela sua Assessora Administrativa, senhora ROSANE APARECIDA SULENTA TOCHETTO.

OBJETO: Conjunção de esforços, objetivando propiciar o atendimento, no Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Zilda Silveira Neves, de até 40 (quarenta) crianças, filhas de funcionários da CONVENIENTE, na faixa etária de 45 (quarenta e cinco) dias a 5 (cinco) anos de idade, em regime de 12 (doze) horas diárias, no período diurno.

PRAZO: 1º.1.2011 até 31.12.2011.
DATA DA ASSINATURA: 16 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 26/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 26/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o ESPORTE CLUBE ALVORADA, inscrito no CNPJ sob nº 05.833.720/0001-51, representada pelo seu Presidente, senhor ADEMIR FORCHESATO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Alvorada e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 5.000,00.
PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 27/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 27/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SINTRIAL - QUINTINO, inscrita no CNPJ sob nº 01.501.266/0001-80, representada pelo seu Presidente, senhor ADILSO GABRIEL MIORANZA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Sintrial - Quintino e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 48.000,00.
PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 29/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 29/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARRA FRIA, inscrita no CNPJ sob nº 01.491.743/0001-74, representada pelo seu Presidente, senhor JUVELINO POZZO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Fria e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 3.000,00.
PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 18 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 30/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 30/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TRÊS BARRAS, inscrita no CNPJ sob nº 01.691.289/0001-03, representada pelo seu Presidente, senhor NELSO MAULI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Três Barras e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 2.000,00.
PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 18 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 31/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 31/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor LEOCERGIO SARTURI.

OBJETO: Conjunção de esforços, objetivando auxiliar na campanha pertinente ao projeto "Sábado D", no sentido de reforçar a condição do Município como pólo regional de compras e negócios, durante o exercício de 2011, desde que haja convenção coletiva de horários para este fim, celebrado entre as entidades Sindicais, Profissionais e Econômicas do Comércio.

VALOR: R\$ 60.000,00.
PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 22 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 32/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 32/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor LEOCERGIO SARTURI.

OBJETO: Conjunção de esforços, objetivando auxiliar na realização do "Troféu Marco Histórico Concórdiense", que visa valorizar e homenagear os empresários pioneiros nos setores de comércio, indústria e prestação de serviços.

VALOR: R\$ 25.000,00.
PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 22 de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 33/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 33/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o AUTOMÓVEL CLUBE DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 78.479.565/0001-90, representado pelo seu Presidente, senhor DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER.

OBJETO: Conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte automotor, mediante a realização da II Etapa do II Campeonato Citadino de Kart Concórdia-Caçador - CONCA.

VALOR: R\$ 10.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 22 de março de 2011.

Extrato do Edital de Processo Seletivo Público Nº 4/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 4/2011

Objeto: Processo Seletivo Público de classificação por provas de títulos e escrita para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Programa Saúde da Família - PSF, a serem contratados, por tempo indeterminado, nos Postos de Saúde dos Bairros Nazaré, Nossa Senhora da Salette, dos Industriários, das Nações, Cristal, São Cristóvão e Vila Jacob Biezu, no Município de Concórdia, SC.

Das inscrições: estarão abertas no período de 1º a 20 de abril de 2011, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Atalípio Magarinos, 326, Centro, Concórdia, SC.

Do número de vagas:

- 10 (dez) vagas para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Programa Saúde da Família - PSF, 40 (quarenta) horas semanais.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal, no mural da Câmara de Vereadores, na Secretaria Municipal de Saúde e no sítio www.concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 22 de março de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Termo de Rescisão do Termo de Autorização de Uso Gratuito Nº 4/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 4/2010

ESPÉCIE: Rescisão, amigável, a partir de 18 de março de 2011, do Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 4/2010, celebrado em 3 de maio de 2010, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor João Girardi e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SINTRIAL - QUINTINO, inscrita no CNPJ sob nº 01.501.266/0001-80, com sede em Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ADILSO GABRIEL MIORANZA.

DATA DA ASSINATURA: 18 de março de 2011.

Cordilheira Alta**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 941/2011**

LEI Nº 941/2011

"DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE TANQUE ISOTÉRMICO PARA COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PRODUTOS DE LEITE - COOPERAFLE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo do Município de Cordilheira Alta, por seus representantes aprovou e eu, RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições, que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar "UM TANQUE ISOTÉRMICO DE INOX COM CAPACIDADE PARA TRANSPORTAR 4.500 LITROS DE LEITE", para a Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Produtos de Leite - COOPERAFLE.

Art. 2º. As despesas com manutenção, guarda, restauração e conservação do bem, será de inteira responsabilidade da COOPERAFLE.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n. 914/2010.

Cordilheira Alta, SC, 25 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Lei Nº 942/2011

LEI Nº 942/2011

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONÁLIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e em sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

08 - Secretaria Municipal da Infra Estrutura

08.01 - Secretaria Municipal da Infra Estrutura

15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infra Estrutura

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

Fonte de Recursos - 01.83 - Operações de Crédito

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação do Crédito Especial que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da operação de crédito celebrada com o BADESC - Agência

Catarinense de Fomento S/A, nos termos do art. 43, § 1º, IV da Lei nº. 4.320/64.

Art. 3º. Fica igualmente suplementado no orçamento corrente nos termos do Anexo I da Portaria nº. 340 de 26/04/2006 na rubrica de receita nº. 2114.99.00 - Outras Operações de Créditos Internas - Contratuais, no valor de até R\$ 800.000,00 destinada ao registro da receita oriunda da operação de crédito celebrada com o BADESC - Agência Catarinense de Fomento S/A.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 28 de março de 2011
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Lei Nº 943/2011

LEI Nº 943/2011

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento na aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 28 de março de 2011
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Lei Nº 944/2011

LEI Nº 944/2011

"APROVA O DESMEMBRAMENTO EM QUATRO UNIDADES, DO IMÓVEL MATRICULADO NO CRI SOB O N. 52921, SITUADO NA COMUNIDADE DE FERNANDO MACHADO NESTE MUNICÍPIO, COM ÁREA TOTAL DE 4.000,00m², NA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo do Município de Cordilheira Alta, por seus representantes aprovou e eu, RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições, que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu nome sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Desmembramento dos Lotes Urbanos n.º 51, 52 56 e 57, da Quadra n.º 24, localizado na Comunidade de Fernando Machado, neste Município, com área de 4.000,00m² (quatro mil metros quadrados), em quatro novas áreas, conforme indica o Art.2º.

§ 1º O imóvel referido no caput deste artigo, encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó/SC, sob nº 52.921, possuindo os seguintes limites e confrontações: ao Norte com a Rua 7 de Setembro; ao Sul com a Rua 15 de Novembro; ao Leste com uma Travessa; ao Oeste com os lotes n. 53 e 58.

§ 2º A propriedade do imóvel indicado no parágrafo anterior é titularizada pelo Sr. Edir Feliz de Marco e por sua esposa Sra. Maria de Marco.

Art. 2º - As áreas desmembradas passam a possuir seguintes características:

§ 1º Lote nº 51, da Quadra 24, com área de 1.000,00m² - Confrontando: ao Norte, em 20m, com a Rua 7 de Setembro; ao Sul, em 20m, com o lote n. 56; ao Leste, em 50m, com uma travessa; ao Oeste, em 50m, com o lote n. 52;

§ 2º Lote nº 52, da Quadra 24, com área de 1000,00m² - Confrontando: ao Norte, em 20m, com a Rua 7 de Setembro; ao Sul, em 20m, com o lote n. 57; ao Leste, em 50m, com o lote n. 51; ao Oeste, em 50m, com o lote n. 53.

§ 3º Lote nº 56, da Quadra 24, com área de 1000,00m² - Confrontando: ao Norte, em 20m, com o lote n. 51; ao Sul, em 20m, com a Rua 15 de Novembro; ao Leste, em 50m, com uma travessa; ao Oeste, em 50m, com o lote n. 57;

§ 4º Lote nº 57, da Quadra 24, com área de 1000,00m² - Confrontando: ao Norte, em 20m, com o lote n. 52; ao Sul, em 20m, com a Rua 15 de Novembro; ao Leste, em 50m, com o lote n. 56; ao Oeste, em 50m, com o lote n. 58.

Art. 3º - Os proprietários dos Imóveis apresentarão à Prefeitura Municipal, a certidão de inteiro teor da matrícula relativa ao desmembramento ora aprovado.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de março de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretario de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria 154/2011

PORTARIA Nº 154/2011

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Córdilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde ao Servidor, Sr. HELVICO JOSE SABBBI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 18 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Convocação para Apresentação de Documentos Nº 002/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 002/2011

(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados nas etapas de provas escrita, títulos e prática bem como no exame médico do concurso público de que trata o respectivo Edital, à comparecer no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação deste, ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, Avenida Getúlio Vargas, nº. 443 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.

Cargo	Nome
Agente Comunitário de Saúde - Rio Paulo	Marília Begalke Melchert
Agente Comunitário de Saúde - Ano Bom	Hanelora Kruger Kiatkowski
Agente Comunitário de Saúde - Centro	Doris Fuck Raduenz
Agente Comunitário de Saúde - Semi-nário	Sonia Marli Eiselt Bertoldi

Médico Pediatra	Ana Cecília Medeiros Mano Azevedo
Odontólogo	Eduardo Fernandes Walter
Operador de Máquina I	Simião Biar
Psicólogo	Kátia Thaise Duarte dos Santos
Técnico em Enfermagem	Débora Caroline Schmoeller
Trabalhador Braçal	Haloir Wischral

Os aprovados no Concurso, ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

- I. Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório), com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;
- II. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- III. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- IV. Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- V. Declaração de não ter sofrido no exercício da Função Pública as penalidades disciplinares;
- VI. Cópia dos seguintes documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de identidade;
 - Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
 - CPF;
 - Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
 - Comprovar idade mínima de 18 anos;
 - Uma foto 3x4;
 - Certidão de Nascimento ou Casamento;
 - Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP;
 - Folha Corrida Judicial;
 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
 - Outros documentos exigidos por Lei, que venham a ser exigidos pelo setor de recursos humanos do município;
- VII. O candidato, mesmo aprovado no concurso, será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.

O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido de 15 (quinze) dias, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 28 dias do mês de março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. de Administração e Fazenda

Edital de Desistência Nº 002/2011

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 002/2011

(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em entendimento e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO que a candidata Sra. SUELI TEREZINHA VALCZAK DE OLIVEIRA, aprovada na 1º fase do Concurso Público 001/2010, desistiu por escrito no dia 21 de março de 2011, do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Ano Bom.

RESOLVE: homologar a desistência expressa da candidata SUELI



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

TEREZINHA VALCZAK DE OLIVEIRA do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Ano Bom.

Gabinete do prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 28 dias do mês de março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. de Administração e Fazenda

Edital de Resultado de Exame Médico Nº 002/2011

EDITAL DE RESULTADO DE EXAME MÉDICO nº 002/2011

(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Divulga o resultado da 2º fase - Exame Médico pré-admissional, referente ao Edital de Convocação para Exame Médico nº 001/2011 de 01 de março de 2011, 002/2011 de 04 de março de 2011 e 004/2011 de 14 de março de 2011:

Cargo	Nome	Situação
Agente Comunitário de Saúde - Rio Paulo	Marília Begalke Melchert	Apta
Agente Comunitário de Saúde - Ano Bom	Hanelora Kruger Kiatkowski	Apta
Agente Comunitário de Saúde - Centro	Doris Fuck Raduenz	Apta
Agente Comunitário de Saúde - Seminário	Sonia Marli Eiselt Bertoldi	Apta
Médico Pediatra	Ana Cecília Medeiros Mano Azevedo	Apta
Odontólogo	Eduardo Fernandes Walter	Apto
Operador de Máquina I	Simião Biar	Apto
Psicólogo	Kátia Thaise Duarte dos Santos	Apta
Técnico em Enfermagem	Débora Caroline Schmoeller	Apta
Trabalhador Braçal	Haloir Wischral	Apto

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 28 dias do mês de março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 009/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 009/2011

Altera dispositivos da Lei nº 195 de 03 de julho de 2006 que Autoriza a Admissão de Servidores em Caráter Temporário e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município,

que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ao Artigo 1º da Lei nº 195 de 03 de julho de 2006 fica incluído a Letra "e" e "f", com a seguinte redação:

"Art. 1º

e) 01 (um) Odontólogo;

f) 01 (um) Auxiliar de Consultório Dentário (ACD)."

Art. 2º Ao Art. 4º da Lei nº 195 de 03 de julho de 2006 ficam inseridas as funções de Odontólogo com carga horária 40 (quarenta) horas semanais com vencimento de R\$: 2.000,00 (dois mil reais) e Auxiliar de Consultório Dentário (ACD) com carga horária 40 (quarenta) horas semanais com vencimento de R\$: 793,60 (setecentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças interino

Republicada com correções.

Lei Complementar Nº 010/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2011

Altera o anexo V da Lei nº 037, de 04/11/1997, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Município e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A quantidade de vagas da Função Gratificada de motorista de ambulância - FG-1, prevista no anexo V da Lei nº 037, de 04 de novembro de 1997 passa de 03 (três) para 05 (cinco).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças interino

Republicada com correções.

Lei Complementar Nº 011/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2011

Altera o Artigo 17 da Lei nº 038 de 04 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 17 da Lei nº 038 de 04 de novembro de 1997

passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 A promoção consiste na Progressão Funcional estabelecida na Lei que define o quadro de pessoal e seus vencimentos.”

Art. 2º Ficam revogados os incisos e parágrafos do Artigo 17 da Lei nº 038 de 04 de novembro de 1997.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças interino

Republicada com correções.

Lei Nº 285, de 22 de março de 2011.

LEI Nº 285, de 22 de março de 2011.

Define Perímetro Urbano na Localidade de Morro do Soares e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes conferem a Lei Orgânica do Município, Art. 62, Inciso I, apresenta à Câmara de Vereadores para análise e deliberação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica definido como Perímetro Urbano na localidade de Morro do Soares a área que inicia no Vértice P01 de coordenadas N=6.791.170 e E=632.900, deste segue com distância de 655,00m até o P02 de coordenadas N=6.791.565 e E=633.419, deste segue com distância de 100,00m até o P03 de coordenadas N=6.791.541 e E=633.519, deste segue com distância de 711,00m até o P04 de coordenadas N=6.790.831 e E=633.485, deste segue com distância de 681,50m até o P05 de coordenadas N=6.790.405 e E=634.017, deste segue com distância de 300,00m até o P06 de coordenadas N=6.790.174 e E=633.825, deste segue com distância de 358,00m até o P07 de coordenadas N=6.790.493 e E=633.424, deste segue com distância de 115,50m até o P08 de coordenadas N=6.790.401 e E=633.354, deste segue com distância de 358,00m até o P09 de coordenadas N=6.790.615 e E=633.067, deste segue com distância de 163,16m até o P10 de coordenadas N=6.790.744 e E=633.168, deste segue com distância de 503,50m até o P01 de coordenadas N=6.791.170 e E=632.900 ponto inicial da descrição deste perímetro, com 599.180,32m², conforme memorial descritivo e mapa de localização anexos.

Art. 2º Fica revogada a Lei Municipal nº 268, de 20 de maio de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças interino

Republicada com correções.

Portaria Nº 037, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 037, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, AGNEL DA SILVA COELHO, para o cargo de MOTORISTA I, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 038, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 038, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JOSÉ ADRIANO DE VARGAS MACHADO, para o cargo de MOTORISTA II, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 039, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 039, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, DIÓRGENES SIMÃO, para o cargo de MOTORISTA II, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 040, de 28 de março de 2011

PORTARIA Nº 040, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, EZEQUIEL BARABAS, para o cargo de MOTORISTA II, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 041, de 28 de março de 2011

PORTARIA Nº 041, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LINDOMAR FRIEBEL BORGES, para o cargo de MOTORISTA II, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 042, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 042, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ELIZANDRO BAUER DE JESUS, para o cargo de MOTORISTA II, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 043, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 043, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, KÁTIA APARECIDA PEREIRA, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 044, de 28 de março de 2011

PORTARIA Nº 044, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, MARCELO DAL TOE FERREIRA para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 045, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 045, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ELIOMAR COSTA HELENA para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 046, de 28 de março de 2011

PORTARIA Nº 046, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, VANDERLEI GONÇALVES TROMBIN para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 047, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 047, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ROGÉRIO FAGUNDES para o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS I, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 048, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 048, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, FELIPE COSTA DA SILVA para o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS I, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 049, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 049, de 28 de março de 2011.
Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, EVANI ALVES para o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS I, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 050, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 050, de 28 de março de 2011.
Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, VALMIR ZANATTA para o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS I, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 051, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 051, de 28 de março de 2011.
Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, GIOVANI EDUARDO MADRUGA para o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS II, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 052, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 052, de 28 de março de 2011.
Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ADRIANO VOTRI ZEFINO para o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS II, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 053, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 053, de 28 de março de 2011.
Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JAIRO BORGES DE SOUZA para o cargo de PEDREIRO, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 054, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 054, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JOSÉ ELOI PIAZZA para o cargo de AUXILIAR DE MECÂNICO, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 055, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 055, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, MARTA PEZENTE para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 056, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 056, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ANDRÉIA KUHN DA SILVA para o cargo de ENFERMEIRA, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 057, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 057, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, BÁRBARA ROVARIS DE LUCA para o cargo de FISIOTERAPEUTA, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 058, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 058, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, DALDRIAN SCARABELOT para o cargo de FISIOTERAPEUTA, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 059, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 059, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LETÍCIA VASCONCELOS DE MOURA para o cargo de MÉDICO, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 060, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 060, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, IEDA MARIA CANELLA CANDIDO para o cargo de NATURÓLOGA, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 061, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 061, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, BRUNA MIGLIORANZA GRECHI para o cargo de NUTRICIONISTA, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 062, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 062, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO para o cargo de AGENTE FINANCEIRO, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 063, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 063, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LUCIA REGINA MARCON BORGES para o cargo de AGENTE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria Nº 064, de 28 de março de 2011.

PORTARIA Nº 064, de 28 de março de 2011.

Nomeia Servidor para Cargo Permanente que Especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 12, da Lei nº 038/1997, de 04 de novembro de 1997;

Considerando a Homologação do Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, DANIEL LESSA PEREIRA para o cargo de VIGIA, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2011, de 04 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de março de 2011.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Edital de Concurso Público Nº1/2011

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 61472;1/2011

O MUNICÍPIO DE ERMO, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 01.608.905/0001-01, com sede na Rod. SC 448, KM 06, Nº 120, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO

A homologação dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 1/2011, de 04 de fevereiro de 2011, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Prefeitura Municipal de Ermo, aos 28 dias do mês de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato PMF Nº. 50/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 50/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - EFICAZ ASSESSORIA DE MARKETING LTDA
DO OBJETO - contratação de agência de publicidade para assessorar e intermediar a divulgação de atos e campanhas publicitárias do município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2011.
VALOR - R\$ 70.075,00 (setenta mil e setenta e cinco reais)
VIGÊNCIA - 31/12/2011
DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (27)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 35/PMF/2011
DATA DA ASSINATURA -16 de março de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 10/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 10/2011
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 118/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - CARLESSI ENG. COM. E CONST. LTDA
DO OBJETO - O presente termo tem por objeto a redução de R\$ 708,89 (setecentos e oito reais e oitenta e nove centavos) do Contrato nº 118/PMF/2010, haja vista que, devido a supressão de serviços e por modificação do projeto e necessidade de obras, conforme laudo do Engenheiro Civil Ademar João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de sua transcrição.
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA - 04 de março de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 11/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 11/2011
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 118/2009

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SAFRABON PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA DO OBJETO - serviços para execução das obras de construção da 1ª etapa do Complexo Desportivo, Bairro Santa Isabel, Forquilha/SC, com urbanização de área na Rua Bonifácio Back; implantação de uma pista de atletismo; área para salto em distância; dois campos gramados e um de areia para futebol suíço; arquibancada; vestiários; área de lazer com churrasqueira; passeios calçados; áreas de paradas com bancos e estacionamento, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO: O prazo de execução do contrato 118/2009 será prorrogado de 19/03/2011 para 19/06/2011 consequentemente a vigência do contrato será em 19/09/2011.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 04/03/2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 29/PMF/2011

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 29/PMF/2011

QUARTA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 29/PMF/2011, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA AVENIDA PROFESSOR EURICO BACK, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC (TRECHO ESTACA 89 A 107) EXTENSÃO TOTAL DE 360 METROS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS, CONFORME PROGRAMA GPD - CONTRATO Nº. 2624.00326628-74/2010.

Às quinze horas do dia vinte e um do mês de março do ano de dois mil e onze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 29/PMF/2011. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sr. Rejane Maria Loch, a comissão de licitação confirmou o recebimento de uma nova proposta da empresa TECNICON CONTRUÇÃO CIVIL LTDA. pois a mesma apresentou a Certidão expedida pela Junta Comercial e está classificada, para fins deste processo licitatório, como Micro empresa podendo beneficiar-se na Lei Federal 123/06, conforme citado na Ata 01. Desta forma, a proposta da empresa supracitada sofreu empate legalmente previsto, dando a oportunidade de um novo lance. A empresa TECNICON CONTRUÇÃO CIVIL LTDA apresentou o valor de R\$ 58.993,12 (cinquenta e oito mil novecentos e noventa e três reais e doze centavos), tornando-se assim, vencedora deste certame. As empresas serão comunicadas desta decisão que será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Sugerem os membros ao Senhor Prefeito Municipal que analise o processo licitatório e, em decorrido o prazo recursal de cinco dias úteis, sem interposição de recursos, ou com a renúncia expressa do mesmo, homologue este processo licitatório, para, após querendo, adjudicar o objeto à vencedora. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 21 de março de 2011.
REJANE MARIA LOCH
Presidente da Comissão de Licitações

JADNA COLOMBO PEREIRA
Secretária

RENATA PEREIRA
Membro

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 30/PMF/2011

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 30/PMF/2011

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 30/PMF/2011, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, OBRAS DE ARTE CORRENTE E SINALIZAÇÃO DA AVENIDA PROFESSOR EURICO BACK (ESTACA 100 ATÉ 112 + 14,58 M) E ROTATÓRIA JUNTO À RODOVIA GABRIEL ARNS NUMA EXTENSÃO DE 114,58 METROS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS, CONFORME PROGRAMA GPD - CONTRATO Nº. 0324811-56/2010.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezoito do mês de março do ano de dois mil e onze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 030/PMF/2011. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sr. Rejane Maria Loch, a comissão de licitação analisou as propostas, os preços globais propostos foram: TECNICON CONTRUÇÃO CIVIL LTDA, R\$ 136.373,89 (cento e trinta e seis mil trezentos e setenta e três reais e oitenta e nove centavos); e CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA, R\$ 179.029,58 (cento e setenta e nove mil vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos). Considerando o valor previsto para esta licitação, verificou-se que a empresa Confer Construtora Fernandes apresentou sua proposta acima do previsto, tendo sua proposta desclassificada. Decide esta comissão por unanimidade declarar vencedora a empresa TECNICON CONTRUÇÃO CIVIL LTDA. As empresas serão comunicadas desta decisão que será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Sugerem os membros ao Senhor Prefeito Municipal que analise o processo licitatório e, em decorrido o prazo recursal de cinco dias úteis, sem interposição de recursos, ou com a renúncia expressa do mesmo, homologue este processo licitatório, para, após querendo, adjudicar o objeto à vencedora. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 18 de março de 2011.
REJANE MARIA LOCH
Presidente da Comissão de Licitações

JADNA COLOMBO PEREIRA
Secretária

RENATA PEREIRA
Membro

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0975/2011

PORTARIA Nº 0975, DE 29 DE MARÇO DE 2011.
Revoga Ampliação de Carga Horária.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0385 de 28 de março de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ELIZABETT RIBEIRO DE MELLO ZONTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 469.480.669-68, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, a partir de 31 de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0976/2011

PORTARIA N.º 0976 DE 29 DE MARÇO DE 2011.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALESSANDRO CAMILO FRAGOSO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 082.366.009-55, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0977/2011

PORTARIA N.º 0977 DE 29 DE MARÇO DE 2011.
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico

estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 005/2010, homologado pelo decreto 310/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELIZABETT RIBEIRO DE MELLO ZONTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 469.480.669-68, no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0978/2011

PORTARIA Nº 0978, DE 29 DE MARÇO DE 2011.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0387/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está assumindo a função de Diretora do Centro de Educação Infantil Santo Antonio;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MICHELLY FERLIN HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.881.489-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de abril de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MICHELLY FERLIN HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.881.489-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, função gratificada FGM - Diretor Escolar nível 2, a partir de 02 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0979/2011

PORTARIA Nº 0979, DE 29 DE MARÇO DE 2011.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0387/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MICHELLY FERLIN HILDEBRAND DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 032.881.489-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, função gratificada FGM - Diretor Escolar nível 2, a partir de 02 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0980/2011

PORTARIA Nº 0980 DE 29 DE MARÇO DE 2011.

Retifica e Ratifica a Portaria nº. 0545/2011

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 0545 de 31 de janeiro de 2011, que concedeu Função Gratificada à servidora TATIANA REZZADORI, alterando para Função Gratificada FMG - Diretor Escolar Nível 2.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 0545 de 31 de janeiro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0981/2011

PORTARIA Nº 0981, DE 29 DE MARÇO DE 2011.

Reduz Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e

em conformidade com o processo administrativo n.º 1690, de 09 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 20 (vinte) para 12 (doze) horas semanais a carga horária da servidora ANDREA CAMARGO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 079.042.218-29, nomeada no cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, no período de 09 de fevereiro de 2011 até 08 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0982/2011

PORTARIA Nº 0982, DE 29 DE MARÇO DE 2011.

Concede Licença a Servidor Público.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010 e com o Processo Administrativo nº 1.689, de 09 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor IVAN PALERMO IMTHON, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o nº 341.097.309-53, servidor nomeado no cargo de provimento efetivo de MÉDICO, com carga horária de 20 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de interesses particulares, no período de 02 de março de 2011 até 1º de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial Nº 0006/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2011 - SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme segue:

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor, novo, de fabricação nacional, para uso da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 15/04/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 29 de março de 2011.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

Edital de Imposição de Penalidade 993/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 324 993/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MCE1529	54604543C	CARLOS ALEXANDRE RICHTER	5185/1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Imposição de Penalidade 977/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 324 977/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZV2113	54602470C	GILBERTO BECKER	5185/1	167
MAC0504	54604576C	CLOVIS DE LIMA	5541/4	181 * XVII
MCW5044	54606063C	ADRIANA SERPA BUKOVITZ	5720/0	186 * I
MEO1488	54602459C	ANDRE LUIZ DI DOMENICO SILVA	5452/2	181 * VIII
MGP8145	54602989C	JOSE CORDEIRO	7030/2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Imposição de Penalidade 981/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 324 981/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BEM6468	54602976C	ERICO LOURENCO CARNEIRO DOS SANTOS	5541/4	181 * XVII
LNC6294	54604698C	ALESSANDRO CLAIR SCHUERMANN	5380/0	181 * I
LYC3501	54606493C	ANGELA MARIA GAIO BONETTI	5835/0	195
LYE5557	54602451C	HUGO VALDIR KELLER	5452/1	181 * VIII
LYZ9122	54603031C	JAIR BORGES DA SILVA	5541/4	181 * XVII
LZD0310	54605094C	JOVENIL FERREIRA DOS SANTOS	6068/1	209
LZP3353	54606598C	ANTONIO TESSARO DELFES	5541/4	181 * XVII
MAK2930	54604747C	ISMAEL GOMES	5460/0	181 * IX
MBC3939	54604538C	SEBASTIAO XAVIER DE SOUSA	5452/1	181 * VIII
MDJ4335	54603045C	PATRICIA CRISTIANE CAMARGO PRIMO	7030/2	244 * I
MEL6734	54602408C	OSNIR DE OLIVEIRA	5452/2	181 * VIII
MGZ0302	54606077C	MARISTELA SERAFINI KRIEGER ME	5185/1	167
MHM9789	54603918C	LOCATELLI E VIERO LOCATELLI LTDA ME	5550/0	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Imposição de Penalidade 985/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 324 985/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MAJ6653	54604548C	PEDRO ZOLLNER	5541/1	181 * XVII
MBM4943	54892186B	COTRAVI COOPERATIVA DOS TRANSP. DE PASSAGEIROS DI	5460/0	181 * IX
MHS4944	54602353C	BRUNO PITTOL	5541/4	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Imposição de Penalidade 989/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 324 989/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LWV7717	54604532C	AVELINO DA SILVA MOURA	5541/4	181 * XVII
LXD9893	54606592C	ROSENILDA MEIRELLES	5541/4	181 * XVII
LXY5538	54604092C	GILBERTO FALCHETTI	7366/2	252 * VI
LZR9086	54606596C	ATAIDES FERREIRA	5541/4	181 * XVII
MAB4009	54604575C	JOAO CARLOS PIRES	5541/4	181 * XVII
MAF8746	54602390C	FERMINO ANTUNES DOS SANTOS	6823/1	231 * IV
MCO4743	54605034C	MARCELO FERNANDO DE LIMA	5541/4	181 * XVII
MEP6935	54604547C	RENATO BOGO	7030/2	244 * I
MER7765	54602603C	GERCI APARECIDA FERREIRA DE SOUZA	5738/0	186 * II
MHH3316	54604573C	JOSE JACIR SARTORI	5541/4	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Imposição de Penalidade 997/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 324 997/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJR8667	54602815C	GIOVANE FERREIRA DA SILVA	5185/1	167
LXR7599	54602921C	ISAIAS RIBEIRO HUBAR	7234/0	250 * I * a
LXT6630	55256463C	TIAGO RISSI	5835/0	195
MCO9789	55519461A	ALCINEI GONCALVES FERREIRA	5738/0	186 * II
MDD4617	54602392C	SIDINEI MALLMANN	7234/0	250 * I * a
MDK2590	54606593C	ARCILEI DOMINGOS GATTI	5541/4	181 * XVII
MHQ5819	54892247B	ADAIR LINS	7048/1	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Notificação de Autuação 970/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 324 970/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MAB2514	54604511C	FLAVIO DE OLIVEIRA	5541/4	181 * XVII
MGC6092	54605037C	FRANCIANA LUCIA SCAPINI	5541/4	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Notificação de Autuação 973/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 324 973/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABK9756	54602856C	LIGIANE NASCIMENTO	5460/0	181 * IX
KIZ4357	54602432C	VALDOMIRO ANTUNES DE LIMA	5452/2	181 * VIII
MBC1180	54602826C	JOSE ADAIR FERREIRA	5215/2	170
MHF1626	54602924C	MAIKEL DOUGLAS GRANEMANN DA SILVA NORDT	7030/2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Notificação de Autuação 979/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 324 979/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MJZ7770	54602926C	ODAIR JOSE DA SILVA	5967/0	203 * V
MJZ7770	54602927C	ODAIR JOSE DA SILVA	5797/0	191

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Notificação de Autuação 983/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 324 983/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ANG7848	54603163C	FERNANDO GONÇALVES RICHTER	5460/0	181 * IX
IAV0938	54604100C	LENON PADILHA	5738/0	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Notificação de Autuação 987/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 324 987/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBZ2156	54603172C	JULIANO FERREIRA LISBOA	5185/1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Notificação de Autuação 991/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 324 991/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ALP7152	54603165C	MAURICIO VATRIN LIMA	5185/1	167
BSC4794	54603260C	CLAUDECIR DOS SANTOS	6858/0	231 * VII
BSS4434	55256558C	ELISANGELA APARECIDA CAREGNATO CORDEIRO	5835/0	195
MFG7437	54605851C	GILMAR ANTONIO MARTINS DOS SANTOS	5835/0	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Edital de Notificação de Autuação 995/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 324 995/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MAF9476	54603184C	LAUDELINO SILVA	5207/0	169
MDM7363	54605857C	ROBERTA STEFANELLO	5720/0	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 29 DE MARÇO DE 2011

RUI VITAL BATAGELO

PRESIDENTE DO ORTFRAI

Anexos do RREO Município de Fraiburgo

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	58.710.000,00	58.710.000,00	11.495.153,26	19,58	11.495.153,26	19,58	47.214.846,74
RECEITAS CORRENTES	53.197.400,00	53.197.400,00	9.940.448,58	18,69	9.940.448,58	18,69	43.256.951,42
RECEITA TRIBUTARIA	8.524.040,00	8.524.040,00	1.656.138,11	19,43	1.656.138,11	19,43	6.867.901,89
IMPOSTOS	4.632.000,00	4.632.000,00	629.059,20	13,58	629.059,20	13,58	4.002.940,80
TAXAS	3.192.040,00	3.192.040,00	923.652,41	28,94	923.652,41	28,94	2.268.387,59
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	700.000,00	700.000,00	103.426,50	14,78	103.426,50	14,78	596.573,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	800.000,00	800.000,00	123.820,79	15,48	123.820,79	15,48	676.179,21
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	800.000,00	800.000,00	123.820,79	15,48	123.820,79	15,48	676.179,21
RECEITA PATRIMONIAL	751.470,00	751.470,00	170.949,83	22,75	170.949,83	22,75	580.520,17
RECEITAS IMOBILIARIAS	17.000,00	17.000,00	1.730,20	10,18	1.730,20	10,18	15.269,80
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	734.470,00	734.470,00	169.219,63	23,04	169.219,63	23,04	565.250,37
RECEITA DE SERVIÇOS	3.621.320,00	3.621.320,00	667.085,20	18,42	667.085,20	18,42	2.954.234,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.526.000,00	38.526.000,00	7.083.721,45	18,39	7.083.721,45	18,39	31.442.278,55
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	38.361.000,00	38.361.000,00	7.068.837,53	18,43	7.068.837,53	18,43	31.292.162,47
Transf. de Instituições Privadas	155.000,00	155.000,00	14.883,92	9,60	14.883,92	9,60	140.116,08
Transf. de Pessoas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	974.570,00	974.570,00	238.733,20	24,50	238.733,20	24,50	735.836,80
Multas e Juros de Mora	546.450,00	546.450,00	126.542,71	23,16	126.542,71	23,16	419.907,29
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	37.300,00	37.300,00	15.274,46	40,95	15.274,46	40,95	22.025,54
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	373.300,00	373.300,00	96.914,80	25,96	96.914,80	25,96	276.385,20
RECEITAS DIVERSAS	17.520,00	17.520,00	1,23	0,01	1,23	0,01	17.518,77
RECEITAS DE CAPITAL	5.512.600,00	5.512.600,00	1.554.704,68	28,20	1.554.704,68	28,20	3.957.895,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.500.000,00	5.500.000,00	1.249.999,98	22,73	1.249.999,98	22,73	4.250.000,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.500.000,00	5.500.000,00	1.249.999,98	22,73	1.249.999,98	22,73	4.250.000,02
ALIENAÇÃO DE BENS	12.600,00	12.600,00	54.720,18	434,29	54.720,18	434,29	-42.120,18
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.600,00	7.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	54.720,18	094,40	54.720,18	094,40	-49.720,18
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	249.984,52	0,00	249.984,52	0,00	-249.984,52
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	249.984,52	0,00	249.984,52	0,00	-249.984,52
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	58.710.000,00	58.710.000,00	11.495.153,26	19,58	11.495.153,26	19,58	47.214.846,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	58.710.000,00	58.710.000,00	11.495.153,26	19,58	11.495.153,26	19,58	47.214.846,74
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	58.710.000,00	58.710.000,00	11.495.153,26	19,58	11.495.153,26	19,58	47.214.846,74
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.447.399,37	—	—	487.568,03	—	—
Superávit Financeiro	—	3.447.399,37	—	—	487.568,03	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	58.710.000,00	8.468.857,30	67.178.857,30	22.331.272,15	22.331.272,15	6.216.098,21	6.216.098,21	9,25	60.962.759,09
DESPESAS CORRENTES	45.682.950,00	1.525.266,11	47.208.216,11	14.451.017,14	14.451.017,14	5.666.437,92	5.666.437,92	12,00	41.541.778,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.463.220,00	254.731,98	27.717.951,98	3.474.297,39	3.474.297,39	3.460.517,82	3.460.517,82	12,48	24.257.434,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	3.472,91	3.472,91	3,47	96.527,09
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.119.730,00	1.270.534,13	19.390.264,13	10.966.719,75	10.966.719,75	2.202.447,19	2.202.447,19	11,36	17.187.816,94
DESPESAS DE CAPITAL	12.727.050,00	6.943.591,19	19.670.641,19	7.880.255,01	7.880.255,01	549.660,29	549.660,29	2,79	19.120.980,90
INVESTIMENTOS	11.227.050,00	6.943.591,19	18.170.641,19	6.946.417,65	6.946.417,65	341.149,22	341.149,22	1,88	17.829.491,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	933.837,36	933.837,36	208.511,07	208.511,07	13,90	1.291.488,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	58.710.000,00	8.468.857,30	67.178.857,30	22.331.272,15	22.331.272,15	6.216.098,21	6.216.098,21	9,25	60.962.759,09

Continua 2/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	58.710.000,00	8.468.857,30	67.178.857,30	22.331.272,15	22.331.272,15	6.216.098,21	6.216.098,21	9,25	60.962.759,09
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.279.055,05	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	58.710.000,00	8.468.857,30	67.178.857,30	22.331.272,15	22.331.272,15	6.216.098,21	11.495.153,26	9,25	60.962.759,09

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 28/03/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
Tesoureira

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	58.710.000,00	67.178.857,30	22.331.272,15	22.331.272,15	6.216.098,21	6.216.098,21	100,00	9,25	60.962.759,09
Legislativa	2.100.000,00	2.100.000,00	228.128,79	228.128,79	167.765,06	167.765,06	2,70	7,99	1.932.234,94
Ação Legislativa	2.100.000,00	2.100.000,00	228.128,79	228.128,79	167.765,06	167.765,06	2,70	7,99	1.932.234,94
Administração	5.477.260,00	5.493.598,25	1.495.279,03	1.495.279,03	794.346,99	794.346,99	12,78	14,46	4.699.251,26
Administração Geral	5.477.260,00	5.493.598,25	1.495.279,03	1.495.279,03	794.346,99	794.346,99	12,78	14,46	4.699.251,26
Segurança Pública	632.270,00	853.623,21	208.750,03	208.750,03	70.565,98	70.565,98	1,14	8,27	783.057,23
Policiamento	422.320,00	476.660,20	145.547,76	145.547,76	36.471,72	36.471,72	0,59	7,65	440.188,48
Defesa Civil	209.950,00	376.963,01	63.202,27	63.202,27	34.094,26	34.094,26	0,55	9,04	342.868,75
Assistência Social	1.349.070,00	1.524.489,77	518.495,08	518.495,08	188.036,69	188.036,69	3,02	12,33	1.336.453,08
Assistência ao Idoso	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	102.000,00	167.000,00	165.432,00	165.432,00	27.222,00	27.222,00	0,44	16,30	139.778,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	234.370,00	257.665,66	131.464,36	131.464,36	31.234,91	31.234,91	0,50	12,12	226.430,75
Assistência Comunitária	1.011.700,00	1.098.824,11	221.598,72	221.598,72	129.579,78	129.579,78	2,08	11,79	969.244,33
Saúde	9.253.010,00	9.903.831,30	2.352.505,22	2.352.505,22	1.331.287,41	1.331.287,41	21,42	13,44	8.572.543,89
Atenção Básica	9.253.010,00	9.903.831,30	2.352.505,22	2.352.505,22	1.331.287,41	1.331.287,41	21,42	13,44	8.572.543,89
Educação	18.286.230,00	18.900.725,83	5.444.382,47	5.444.382,47	1.846.163,86	1.846.163,86	29,70	9,77	17.054.561,97
Ensino Fundamental	10.870.650,00	11.280.897,65	3.339.206,32	3.339.206,32	1.021.307,36	1.021.307,36	16,43	9,05	10.259.590,29
Ensino Médio	526.390,00	532.355,44	279.370,00	279.370,00	25.380,14	25.380,14	0,41	4,77	506.975,30
Ensino Superior	500.000,00	500.000,00	417.128,00	417.128,00	21.691,56	21.691,56	0,35	4,34	478.308,44
Educação Infantil	6.357.810,00	6.539.467,97	1.398.104,97	1.398.104,97	773.891,28	773.891,28	12,45	11,83	5.765.576,69
Educação de Jovens e Adultos	31.380,00	48.004,77	10.573,18	10.573,18	3.893,52	3.893,52	0,06	8,11	44.111,25
Cultura	1.510.000,00	6.590.000,00	5.563.011,27	5.563.011,27	69.652,37	69.652,37	1,12	1,06	6.520.347,63
Difusão Cultural	1.510.000,00	6.590.000,00	5.563.011,27	5.563.011,27	69.652,37	69.652,37	1,12	1,06	6.520.347,63
Urbanismo	9.165.000,00	10.282.210,01	1.864.131,53	1.864.131,53	444.156,08	444.156,08	7,15	4,32	9.838.053,93
Infra-Estrutura Urbana	5.975.000,00	6.764.900,00	405.280,71	405.280,71	0,00	0,00	0,00	0,00	6.764.900,00
Serviços Urbanos	3.189.000,00	3.516.310,01	1.458.850,82	1.458.850,82	444.156,08	444.156,08	7,15	12,63	3.072.153,93
Saneamento Básico Urbano	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação	189.000,00	189.000,00	13.178,64	13.178,64	6.721,46	6.721,46	0,11	3,56	182.278,54
Habitação Rural	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Habitação Urbana	185.000,00	185.000,00	13.178,64	13.178,64	6.721,46	6.721,46	0,11	3,63	178.278,54

Continua 1/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	58.710.000,00	67.178.857,30	22.331.272,15	22.331.272,15	6.216.098,21	6.216.098,21	100,00	9,25	60.962.759,09
Saneamento	4.634.010,00	4.634.010,00	1.973.901,59	1.973.901,59	597.794,68	597.794,68	9,62	12,90	4.036.215,32
Saneamento Básico Rural	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
Saneamento Básico Urbano	4.602.010,00	4.602.010,00	1.973.901,59	1.973.901,59	597.794,68	597.794,68	9,62	12,99	4.004.215,32
Gestão Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Agricultura	1.286.000,00	1.656.000,00	653.011,93	653.011,93	228.858,08	228.858,08	3,68	13,82	1.427.141,92
Abastecimento	130.000,00	130.000,00	39.849,47	39.849,47	39.849,47	39.849,47	0,64	30,65	90.150,53
Extensão Rural	1.156.000,00	1.526.000,00	613.162,46	613.162,46	189.008,61	189.008,61	3,04	12,39	1.336.991,39
Indústria	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Promoção Industrial	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Comércio e Serviços	192.000,00	192.000,00	32.064,66	32.064,66	13.089,16	13.089,16	0,21	6,82	178.910,84
Promoção Comercial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	172.000,00	172.000,00	32.064,66	32.064,66	13.089,16	13.089,16	0,21	7,61	158.910,84
Transporte	732.400,00	955.618,93	337.046,76	337.046,76	112.985,27	112.985,27	1,82	11,82	842.633,66
Transporte Rodoviário	732.400,00	955.618,93	337.046,76	337.046,76	112.985,27	112.985,27	1,82	11,82	842.633,66
Desporto e Lazer	812.750,00	812.750,00	203.078,45	203.078,45	85.979,85	85.979,85	1,38	10,58	726.770,15
Desporto Comunitário	782.750,00	782.750,00	203.078,45	203.078,45	85.979,85	85.979,85	1,38	10,98	696.770,15
Lazer	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Encargos Especiais	2.716.000,00	2.716.000,00	1.444.306,70	1.444.306,70	258.695,27	258.695,27	4,16	9,52	2.457.304,73
Serviço da Dívida Interna	1.600.000,00	1.600.000,00	943.837,36	943.837,36	211.983,98	211.983,98	3,41	13,25	1.388.016,02
Outros Encargos Especiais	1.116.000,00	1.116.000,00	500.469,34	500.469,34	46.711,29	46.711,29	0,75	4,19	1.069.288,71

Continua 2/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	58.710.000,00	67.178.857,30	22.331.272,15	22.331.272,15	6.216.098,21	6.216.098,21	100,00	9,25	60.962.759,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	58.710.000,00	67.178.857,30	22.331.272,15	22.331.272,15	6.216.098,21	6.216.098,21	100,00	9,25	60.962.759,09

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 28/03/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPI
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-5

ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
Tesoureira

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.614.277,59	5.427.376,90	4.919.735,34	4.596.646,98	4.548.650,78	4.688.454,91	4.586.811,72	4.885.884,05	5.657.701,80	5.941.623,45	5.235.223,69	5.652.703,06	60.755.090,27	58.349.400,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	673.236,65	1.257.594,66	651.792,85	530.706,13	540.601,53	545.256,64	494.502,08	504.158,36	469.526,39	672.069,12	663.179,16	992.958,95	7.995.582,52	8.524.040,00
I.P.T.U.	117.825,60	734.724,84	71.437,58	24.376,43	58.614,49	33.335,87	33.274,32	29.550,92	6.714,22	12.770,63	592,61	16.384,68	1.139.602,19	1.000.000,00
I.S.S.	177.943,98	169.214,96	150.793,26	205.206,18	166.439,15	171.250,84	174.707,71	178.092,06	206.342,13	241.381,06	198.037,44	260.984,57	2.300.393,34	2.500.000,00
I.T.B.I.	70.647,23	38.729,85	48.008,62	52.704,39	38.833,00	71.292,91	35.667,85	40.980,45	27.417,90	51.438,20	12.940,46	36.002,54	524.663,40	520.000,00
I.R.R.F.	42.171,85	42.546,22	56.529,94	33.400,40	65.960,96	48.357,92	45.102,05	44.435,41	45.179,25	119.426,07	50.838,48	53.278,42	647.226,97	612.000,00
Outras Receitas Tributárias	264.647,99	272.378,79	325.023,45	215.018,73	210.753,93	221.019,10	205.750,15	211.099,52	183.872,89	247.053,16	400.770,17	626.308,74	3.383.696,62	3.892.040,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	56.916,46	138.290,06	56.739,37	57.956,69	57.351,79	62.245,84	60.988,15	59.290,03	61.989,74	62.473,60	64.761,99	59.058,80	798.062,52	800.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	74.661,66	62.917,17	78.345,29	82.037,14	87.258,58	93.567,55	87.526,98	80.820,39	85.783,82	104.964,91	77.206,55	93.743,28	1.008.833,32	751.470,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	342.158,01	278.797,34	309.693,85	269.276,58	321.198,35	302.696,52	275.773,44	323.310,77	451.990,11	310.827,13	276.620,61	390.464,59	3.852.807,30	3.621.320,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.324.234,21	3.594.884,52	3.696.461,56	3.486.244,61	3.354.917,81	3.570.695,81	3.528.254,37	3.776.561,36	3.992.109,39	4.651.019,76	4.043.561,50	3.987.638,12	45.006.583,02	43.678.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	704.526,36	844.128,28	1.039.293,84	901.974,85	663.256,83	888.896,57	742.021,46	798.777,43	957.546,03	1.664.369,16	1.157.327,83	1.246.851,06	11.608.969,70	11.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.017.156,49	998.684,96	933.413,76	969.371,87	977.448,35	1.003.675,27	1.055.495,15	1.134.825,09	1.102.154,64	1.180.426,79	1.092.421,73	971.874,97	12.436.949,07	12.400.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	176.933,96	151.280,06	162.319,76	156.865,78	165.490,59	158.129,48	171.268,09	179.303,64	160.276,60	99.535,84	80.060,75	122.638,86	1.784.103,41	2.000.000,00
Cota-Parte do ITR.	100,53	74,69	44,63	0,00	635,69	201,13	356,87	25.908,37	2.422,06	17.466,40	3.745,86	396,08	51.352,31	30.000,00
Transferências da LC 61/1989	17.759,26	18.717,00	18.441,86	21.547,83	22.941,75	22.196,51	22.126,28	23.027,22	24.530,41	28.838,88	24.625,04	22.603,31	267.355,35	250.000,00
Transferências da LC 87/1996	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.476,24	6.229,81	6.229,81	77.222,02	80.000,00
Transferências do FUNDEB	960.089,28	1.015.439,01	999.695,20	1.000.139,67	954.455,33	1.013.815,55	1.020.379,44	1.080.111,14	1.087.538,12	1.187.795,71	1.226.877,74	1.136.686,29	12.683.022,48	12.000.000,00
Outras Transferências Correntes	441.192,09	560.084,28	536.776,27	429.868,37	564.213,03	477.305,06	510.130,84	528.132,23	651.165,29	466.110,74	452.272,74	480.357,74	6.097.608,68	5.918.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	143.070,60	94.893,15	126.702,42	170.425,83	187.322,72	113.992,55	139.766,70	141.743,14	596.302,35	140.268,93	109.893,88	128.839,32	2.093.221,59	974.570,00
DEDUÇÕES (II)	384.590,34	403.872,05	431.997,84	411.247,08	367.249,69	415.914,79	399.548,60	433.663,38	450.681,01	507.936,48	473.359,52	474.118,65	5.154.179,43	5.152.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	384.590,34	403.872,05	431.997,84	411.247,08	367.249,69	415.914,79	399.548,60	433.663,38	450.681,01	507.936,48	473.359,52	474.118,65	5.154.179,43	5.152.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.229.687,25	5.023.504,85	4.487.737,50	4.185.399,90	4.181.401,09	4.272.540,12	4.187.263,12	4.452.220,67	5.207.020,79	5.433.686,97	4.761.864,17	5.178.584,41	55.600.910,84	53.197.400,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 28/03/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
Tesoureira

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 28 Fev 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.092.327,42	1.092.327,42	2.133.816,33
DEDUÇÕES (II)	9.830.189,65	9.830.189,65	12.170.474,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.881.689,65	9.881.689,65	13.990.563,79
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	51.500,00	51.500,00	1.820.089,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.737.862,23	-8.737.862,23	-10.036.658,35
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-8.737.862,23	-8.737.862,23	-10.036.658,35

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2011 (C - A)
VALOR	-1.298.796,12	-1.298.796,12

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	5.980.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 28 Fev 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 28/03/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
Tesoureira

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	52.462.930,00	9.771.228,95	9.771.228,95	7.833.018,49
Receita Tributária	8.524.040,00	1.656.138,11	1.656.138,11	1.407.873,41
I.P.T.U.	1.000.000,00	16.977,29	16.977,29	10.638,12
I.S.S.	2.500.000,00	459.022,01	459.022,01	363.350,48
I.T.B.I.	520.000,00	48.943,00	48.943,00	43.335,41
I.R.R.F.	612.000,00	104.116,90	104.116,90	106.871,07
Outras Receitas Tributárias	3.892.040,00	1.027.078,91	1.027.078,91	883.678,33
Receita de Contribuição	800.000,00	123.820,79	123.820,79	59.711,14
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	800.000,00	123.820,79	123.820,79	59.711,14
Receita Patrimonial Líquida	17.000,00	1.730,20	1.730,20	2.118,40
Receita Patrimonial	751.470,00	170.949,83	170.949,83	93.429,12
(-) Aplicações Financeiras	734.470,00	169.219,63	169.219,63	91.310,72
Transferências Correntes	38.526.000,00	7.083.721,45	7.083.721,45	5.485.812,84
F.P.M.	8.800.000,00	1.923.343,17	1.923.343,17	1.380.152,17
I.C.M.S.	9.920.000,00	1.651.437,50	1.651.437,50	1.438.434,30
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	19.806.000,00	3.508.940,78	3.508.940,78	2.667.226,37
Demais Receitas Correntes	4.595.890,00	905.818,40	905.818,40	877.502,70
Dívida Ativa	373.300,00	96.914,80	96.914,80	128.116,89
Diversas Receitas Correntes	4.222.590,00	808.903,60	808.903,60	749.385,81
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.512.600,00	1.554.704,68	1.554.704,68	258.630,44
Operações de Crédito (III)	5.500.000,00	1.249.999,98	1.249.999,98	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.600,00	54.720,18	54.720,18	691,04
Transferências de Capital	0,00	249.984,52	249.984,52	257.939,40
Convênios	0,00	249.984,52	249.984,52	257.939,40
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	249.984,52	249.984,52	257.939,40
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	52.462.930,00	10.021.213,47	10.021.213,47	8.090.957,89
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	47.208.216,11	5.666.437,92	5.666.437,92	4.809.884,52
Pessoal e Encargos Sociais	27.717.951,98	3.460.517,82	3.460.517,82	2.942.232,12
Juros e Encargos da Dívida (IX)	100.000,00	3.472,91	3.472,91	49.726,42
Outras Despesas Correntes	19.390.264,13	2.202.447,19	2.202.447,19	1.817.925,98
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	47.108.216,11	5.662.965,01	5.662.965,01	4.760.158,10
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.670.641,19	549.660,29	549.660,29	873.564,14
Investimentos	18.170.641,19	341.149,22	341.149,22	319.009,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.500.000,00	208.511,07	208.511,07	554.554,19
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.170.641,19	341.149,22	341.149,22	319.009,95

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	300.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	65.578.857,30	6.004.114,23	6.004.114,23	5.079.168,05
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-13.115.927,30	4.017.099,24	4.017.099,24	3.011.789,84
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	487.568,03	6.954.464,57
Superávit Financeiro	-	-	487.568,03	6.954.464,57
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-4.647.070,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 28/03/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
Tesoureira

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	51.500,00	-	-	-	51.500,00	140.924,42	5.878.060,18	20.515,93	2.284.756,95	3.713.711,72
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	51.500,00	0,00	0,00	0,00	51.500,00	140.924,42	5.048.311,54	14.000,32	2.093.713,16	3.081.522,48
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785,00	0,00	785,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	924,32	0,00	0,00	0,00	924,32	83.913,72	49.012,40	0,31	15.193,04	117.732,77
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.304.035,00	14.000,00	1.282.035,00	8.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.010,70	2.380.871,24	0,00	517.861,44	1.920.020,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.310.607,90	0,01	274.838,68	1.035.769,21
SECRETARIA DE SAÚDE	50.575,68	0,00	0,00	0,00	50.575,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.337,87	0,01	71.159,43	178.178,43
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	249.337,87	0,01	71.159,43	178.178,43
SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.555,79	6.515,60	41.581,20	54.458,99
AUTARQUIA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.555,79	6.515,60	41.581,20	54.458,99
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	477.854,98	0,00	78.303,16	399.551,82
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	477.854,98	0,00	78.303,16	399.551,82
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	51.500,00	0,00	0,00	0,00	51.500,00	140.924,42	5.878.060,18	20.515,93	2.284.756,95	3.713.711,72

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 28/03/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINE
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
Tesoureira

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.973.000,00	4.973.000,00	720.042,11	720.042,11	14,48
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.301.000,00	1.301.000,00	73.321,80	73.321,80	5,64
1.1.1- IPTU	1.000.000,00	1.000.000,00	16.977,29	16.977,29	1,70
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	111,23	111,23	11,12
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	33.541,03	33.541,03	16,77
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	22.692,25	22.692,25	22,69
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	520.000,00	520.000,00	48.943,00	48.943,00	9,41
1.2.1- ITBI	520.000,00	520.000,00	48.943,00	48.943,00	9,41
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.540.000,00	2.540.000,00	493.660,41	493.660,41	19,44
1.3.1- ISS	2.500.000,00	2.500.000,00	459.022,01	459.022,01	18,36
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	13.601,19	13.601,19	136,01
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	14.427,57	14.427,57	72,14
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	6.609,64	6.609,64	66,10
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	612.000,00	612.000,00	104.116,90	104.116,90	17,01
1.4.1- IRRF	612.000,00	612.000,00	104.116,90	104.116,90	17,01
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.760.000,00	25.760.000,00	4.735.005,11	4.735.005,11	18,38
2.1- Cota-Parte FPM	11.000.000,00	11.000.000,00	2.404.178,89	2.404.178,89	21,86
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.000.000,00	11.000.000,00	2.404.178,89	2.404.178,89	21,86
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.400.000,00	12.400.000,00	2.064.296,70	2.064.296,70	16,65
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	80.000,00	80.000,00	12.459,62	12.459,62	15,57
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	47.228,35	47.228,35	18,89
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	4.141,94	4.141,94	13,81
2.6- Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	202.699,61	202.699,61	10,13
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	30.733.000,00	30.733.000,00	5.455.047,22	5.455.047,22	17,75
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.704.920,00	1.704.920,00	280.108,47	280.108,47	16,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	274.281,35	274.281,35	22,86
5.2- Outras Transferências do FNDE	498.000,00	498.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	6.920,00	6.920,00	5.827,12	5.827,12	84,21
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.140.750,00	1.140.750,00	572.766,25	572.766,25	50,21
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.845.670,00	2.845.670,00	852.874,72	852.874,72	29,97

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.152.000,00	5.152.000,00	947.478,17	947.478,17	18,39
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.200.000,00	2.200.000,00	480.835,72	480.835,72	21,86
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.480.000,00	2.480.000,00	412.859,20	412.859,20	16,65
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	16.000,00	16.000,00	2.491,92	2.491,92	15,57
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	50.000,00	50.000,00	9.923,23	9.923,23	19,85
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	828,37	828,37	13,81
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	400.000,00	400.000,00	40.539,73	40.539,73	10,13
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.100.000,00	12.100.000,00	2.384.827,93	2.384.827,93	19,71
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.000.000,00	12.000.000,00	2.363.564,03	2.363.564,03	19,70
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	21.263,90	21.263,90	21,26
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.848.000,00	6.848.000,00	1.416.085,86	1.416.085,86	20,68
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.470.000,00	8.702.577,64	942.797,81	942.797,81	10,83
13.1- Com Educação Infantil	3.500.000,00	3.600.000,00	477.216,26	477.216,26	13,26
13.2- Com Ensino Fundamental	4.970.000,00	5.102.577,64	465.581,55	465.581,55	9,12
14- OUTRAS DESPESAS	3.630.000,00	3.630.000,00	313.835,04	313.835,04	8,65
14.1- Com Educação Infantil	1.520.000,00	1.520.000,00	141.831,57	141.831,57	9,33
14.2- Com Ensino Fundamental	2.110.000,00	2.110.000,00	172.003,47	172.003,47	8,15
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.100.000,00	12.332.577,64	1.256.632,85	1.256.632,85	10,19
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					232.577,64
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					232.577,64
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					29,78
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				232.577,64	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				232.577,64	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	7.683.250,00	7.683.250,00	1.363.761,81	1.363.761,81	17,75
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.218.800,00	6.350.457,97	773.891,28	773.891,28	12,19
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.020.000,00	5.120.000,00	619.047,83	619.047,83	12,09
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.198.800,00	1.230.457,97	154.843,45	154.843,45	12,58
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.161.160,00	9.453.557,87	945.254,38	945.254,38	10,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.080.000,00	7.212.577,64	637.585,02	637.585,02	8,84
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.081.160,00	2.240.980,23	307.669,36	307.669,36	13,73
25- ENSINO MÉDIO	526.390,00	532.355,44	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	16.406.350,00	16.836.371,28	1.719.145,66	1.719.145,66	10,21
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.416.085,86
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					21.263,90
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					232.577,64
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.669.927,40
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					49.218,26
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					0,9

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.205.000,00	1.362.722,26	16.705,00	16.705,00	1,23
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	474.880,00	501.632,29	19.010,15	19.010,15	3,79
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.679.880,00	1.864.354,55	35.715,15	35.715,15	1,92
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	18.086.230,00	18.700.725,83	1.754.860,81	1.754.860,81	9,38
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	442.577,44	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.363.564,03	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.221.420,81	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	21.263,90	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.605.984,56	0,00

FRAIBURGO, 29/03/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
Tesoureira

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 232.577,64, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	5.500.000,00	1.249.999,98		4.250.000,02
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	19.670.641,19	549.660,29	0,00	19.120.980,90
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	19.670.641,19	549.660,29	0,00	19.120.980,90
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-14.170.641,19	700.339,69		-14.870.980,88

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 28/03/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
Tesoureira

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.600,00	54.720,18	-42.120,18
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	54.720,18	-49.720,18
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.600,00	0,00	7.600,00
TOTAL	12.600,00	54.720,18	-42.120,18

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	34.438,25	0,00	0,00	34.438,25
Investimentos	34.438,25	0,00	0,00	34.438,25
TOTAL	34.438,25	0,00	0,00	34.438,25

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	16.338,25	54.720,18	71.058,43

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 28/03/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
Tesoureira

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.733.000,00	30.733.000,00	5.455.047,22	17,75
Impostos	4.632.000,00	4.632.000,00	629.059,20	13,58
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.000.000,00	1.000.000,00	16.977,29	1,70
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	520.000,00	520.000,00	48.943,00	9,41
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	2.500.000,00	2.500.000,00	459.022,01	18,36
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	612.000,00	612.000,00	104.116,90	17,01
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	341.000,00	341.000,00	90.982,91	26,68
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.000,00	11.000,00	13.712,42	124,66
Dívida Ativa dos Impostos	220.000,00	220.000,00	47.968,60	21,80
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	110.000,00	110.000,00	29.301,89	26,64
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	25.760.000,00	25.760.000,00	4.735.005,11	18,38
Da União	11.110.000,00	11.110.000,00	2.420.780,45	21,79
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	11.000.000,00	11.000.000,00	2.404.178,89	21,86
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	30.000,00	30.000,00	4.141,94	13,81
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	80.000,00	80.000,00	12.459,62	15,57
Do Estado	14.650.000,00	14.650.000,00	2.314.224,66	15,80
Cota-Parte do ICMS	12.400.000,00	12.400.000,00	2.064.296,70	16,65
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	250.000,00	250.000,00	47.228,35	18,89
Cota-Parte do IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	202.699,61	10,13
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	2.963.350,00	2.963.350,00	554.889,78	18,73
Da União para o Município	2.072.150,00	2.072.150,00	427.548,96	20,63
Do Estado para o Município	233.200,00	233.200,00	15.053,27	6,46
Outras Receitas do SUS	658.000,00	658.000,00	112.287,55	17,06
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	30.165.650,00	30.165.650,00	6.432.694,43	21,32
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.152.000,00	-5.152.000,00	-947.478,17	18,39
TOTAL	58.710.000,00	58.710.000,00	11.495.153,26	19,58

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.788.510,00	9.397.152,75	1.261.128,47	13,42
Pessoal e Encargos Sociais	5.978.560,00	5.997.214,34	837.806,84	13,97
Outras Despesas Correntes	2.809.950,00	3.399.938,41	423.321,63	12,45
DESPESAS DE CAPITAL	464.500,00	506.678,55	70.158,94	13,85
Investimentos	464.500,00	506.678,55	70.158,94	13,85

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	464.500,00	506.678,55	70.158,94	13,85
Investimentos	464.500,00	506.678,55	70.158,94	13,85
TOTAL (IV)	9.253.010,00	9.903.831,30	1.331.287,41	13,44

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.253.010,00	9.903.831,30	1.331.287,41	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.963.350,00	3.264.171,30	391.269,23	29,39
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.963.350,00	3.264.171,30	391.269,23	29,39
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	6.289.660,00	6.639.660,00	940.018,18	70,61

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	299.913,54	0,01

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	17,23
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	9.253.010,00	9.903.831,30	1.331.287,41	100,00
TOTAL	9.253.010,00	9.903.831,30	1.331.287,41	100,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

FRAIBURGO, 28/03/2011

 MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
 Controlador Interno

 ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
 Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

 ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
 Tesoureira

 NELMAR PINZ
 Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FRAIBURGO, 28/03/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
Tesoureira

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Município de FRAIBURGO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	58.710.000,00	
Previsão Atualizada		—	58.710.000,00	
Receitas Realizadas		11.495.153,26	11.495.153,26	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	487.568,03	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	58.710.000,00	
Créditos Adicionais		—	8.468.857,30	
Dotação Atualizada		—	67.178.857,30	
Despesas Empenhadas		22.331.272,15	22.331.272,15	
Despesas Liquidadas		6.216.098,21	6.216.098,21	
Superavit Orçamentário		—	5.279.055,05	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		22.331.272,15	22.331.272,15	
Despesas Liquidadas		6.216.098,21	6.216.098,21	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			55.600.910,84	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		5.980.000,00	-1.298.796,12	-21,72
Resultado Primário		-4.647.070,00	4.017.099,24	-86,44
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	51.500,00	0,00	0,00	51.500,00
EXECUTIVO	51.500,00	0,00	0,00	51.500,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.018.984,60	20.515,93	2.284.756,95	3.713.711,72
EXECUTIVO	5.541.129,62	20.515,93	2.206.453,79	3.314.159,90
LEGISLATIVO	477.854,98	0,00	78.303,16	399.551,82
TOTAL:	6.070.484,60	20.515,93	2.284.756,95	3.765.211,72
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		93.449,61	25%	1,71
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		710.220,17	60%	29,78
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.249.999,98	4.250.000,02	
Despesa de Capital Líquida		549.660,29	19.120.980,90	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		54.720,18	-42.120,18
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	34.438,25
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	940.018,17	15,00	17,23

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 28/03/2011

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

ILOIR M. DE OLIVEIRA ARALDI
Tesoureira

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N.º 219/2011

PORTARIA N.º 219, DE 28 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, bem como pelos ditames da Lei 8.666/93, da Lei Federal nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e:

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado a Secretaria Municipal de Administração o Ofício SCL n.º 091/2010, da Diretoria de Licitações, solicitando a abertura de Sindicância para apurar irregularidades na execução da Ata de Registro de Preço n.º 15/2010 da Prefeitura e Ata de Registro de Preço n.º 13/2010 do Fundo Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante os servidores designados pela Portaria n.º 133/2011, RENATO DA SILVEIRA, TIAGO MEDEIROS e ELIANE PEREIRA, com a presidência do primeiro e secretariado por JANAINA DE PAULAS.

Art.3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria n.º 150/2011.

Art. 6º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 28 de Março de 2011.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 220/2011

PORTARIA N.º 220, DE 28 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado em 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do processo de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, referente à Portaria n.º 141, de 10/02/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de Março de 2011.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 221/2011

PORTARIA N.º 221, DE 28 DE MARÇO DE 2011.

ALTERA A PORTARIA N.º 133/2011, QUE "DESIGNA COMISSÃO SINDICANTE PERMANENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, demais legislação vigente, e

RESOLVE,

Art.1º. O artigo 2º da Portaria n.º 133, de 08 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. DESIGNAR, como membros titulares os servidores: TIA-GO MEDEIROS, GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, ELIANE PEREIRA, JOÃO MANOEL DO NASCIMENTO, GABRIEL ENZWEILER DAMASIO, RENATO DA SILVEIRA e JANAINA DE PAULAS."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de Março de 2011.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 222/2011

PORTARIA N.º 222, DE 28 DE MARÇO DE 2011.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 003/2011.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: MARIO CESAR SILVA, TIAGO MEDEIROS e MAURILIO MACHADO, para sob a presidência do primeiro, efetuarem o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 003/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de Março de 2011.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 223/2011

PORTARIA N.º 223, DE 28 DE MARÇO DE 2011.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 002/2011.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: MARIA EUGÊNIA ALVES, ROSA JOAQUINA DE SOUZA e ROZELI ALEXANDRINO, para sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 002/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de Março de 2011.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 224/2011

PORTARIA N.º 224, DE 28 DE MARÇO DE 2011.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 001/2011.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: TULA SOUZA DO AMARAL, CÁTIA DE LOURDES FERREIRA MARCON e RUI CARLOS MARQUES DE BARCELLOS, para sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 001/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de Março de 2011.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 04/2011 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso XXX do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 45/2011; DL nº. 04/2011; Contratada: Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina; Objeto: Prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural, no município; Valor: R\$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais); Data da contratação: 21/03/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Dispensa de Licitação DL007/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, adquiriu por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo Nº. 58/2011; DL Nº. 007/2011; Contratado: Bertoldo Álvaro dos Santos; Objeto: Aquisição de um imóvel, sendo fração de terreno parte de um todo maior, constituído por um terreno urbano localizado no lugar denominado Ambrósio, no Município de Garopaba, com forma de um polígono irregular com cinco lados fazendo frente ao sul em dois segmentos de 47,75 metros e 66,50 metros, num total de 114,25 metros, fundos ao norte em 100,41 metros, lateral direita ao oeste em 45,92 metros e lateral esquerda ao leste em 43,49 metros, perfazendo a área de 5.074,02 m²; Valor: R\$ 303.223,44 (trezentos e três mil duzentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos); Data da Assinatura: 22/03/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 4.261 de 24 de Março de 2011.

DECRETO Nº. 4.261 DE 24 DE MARÇO DE 2011.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA ZELINA KREMER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a partir de 31 de março, a vacância do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, da servidora ZELINA KREMER, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em decorrência de sua aposentadoria.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de março de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Errata ao Decreto Nº 4.141/11

O Prefeito Municipal DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 4.141/2011, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 666, de 27 de janeiro de 2011 nos seguintes termos:

No art. 1º, onde se lê:

(...) com 40 horas semanais.

Leia-se:

(...) com 20 horas semanais.

Gaspar - SC, 24 de março de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.401, de 25 de Março de 2011.

PORTARIA Nº. 2.401, DE 25 DE MARÇO DE 2011.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR MARCOS VINÍCIO VANSUITA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, e considerando o teor do Ofício nº. 043/2011/SEMED, de 15 de março de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor municipal MARCOS VINÍCIO VANSUITA, matrícula nº. 8020, ocupante do cargo de Zelador, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo fato de que, em tese, quanto às suas obrigações junto ao Centro de Desenvolvimento Infantil Ivan Carlos Debortoli Duarte, estaria faltando com zelo e comprometimento no exercício das funções que lhe competem, bem como desrespeitando sua superior hierárquica e demais colegas de trabalho e, ainda, deixando de cumprir com

regularidade sua carga horária, sem justificativas plausíveis, por meio de faltas, atrasos e saídas sem autorização.

Art. 2º. O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Carlos Francisco Bornhausen, ocupante do cargo em provimento efetivo de Desenhista, Carlos Eduardo Junkes, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Projetos, e Valdéria Stanke Pamplona, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará o servidor sujeito à penalização disciplinar, com fundamento nos artigos 146, incisos I, III, IV, IX, X e XI, 147, incisos I, IV, V e XIV, e 162, incisos III, VI, e XIII, e 169, da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Os servidores designados para participar da Comissão Processante ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de março de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.402 de 25 de Março de 2011.

PORTARIA Nº. 2.402 DE 25 DE MARÇO DE 2011.

DISPENSA A PEDIDO EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensada de suas atividades, a pedido, a partir desta data, a servidora ANA GRAZIELA PALMA, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada com 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de março de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Aviso do Pregão Presencial Nº 3/2011

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 3/2011

O OBJETO é o Registro de Preços de serviços de Arbitragem para eventos esportivos. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 18/04/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 18/04/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar, 28 de março de 2011.
RENATO CESAR ZIMMERMANN
Diretor-Presidente

Aviso do Pregão Presencial Nº 4/2011

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 4/2011

O OBJETO é o Registro de Preços de serviços de transporte de atletas para competições municipais, estaduais e federais. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 15/04/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 15/04/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar, 28 de março de 2011.
RENATO CESAR ZIMMERMANN
Diretor-Presidente

Aviso do Pregão Presencial Nº 45/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 45/2011

O OBJETO é o Registro de Preços para serviços de escavação, assentamento de tubos de concreto, recobrimento das tubulações e confecção de caixas coletoras pluviais. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 13/04/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 13/04/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar, 28 março de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 47/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 47/2011

O OBJETO é o Registro de Preços de gás oxigênio medicinal. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 14/04/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 14/04/2011 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar, 28 de março de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 720-2011 - Dispõe sobre o Zoneamento do Uso do Solo do Entorno do Aeródromo - Zuseado do Município de Gov. Celso Ramos SC e dá Outras Providências

LEI Nº. 720/2011, DE 28 DE MARÇO DE 2011
DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO DO USO DO SOLO DO ENTORNO DO AERÓDROMO - ZUSEADO DO MUNICÍPIO DE GOV. CELSO RAMOS SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 59, caput da Lei Orgânica do Município de Governador Celso Ramos, promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I - DO ZONEAMENTO DO AERÓDROMO
SEÇÃO I - Das áreas de Proteção

Art. 1º - Para efeito desta Lei Complementar, ao Zoneamento do Uso do Solo entorno do Aeródromo Governador Celso Ramos - ZUSEA, compreende a Zona de Proteção de Ruídos - ZPR, a Zona de Proteção ao Aeródromo - ZPA e a Área de Segurança Aeroportuária - ASA, de forma sobreposta.

§ 1º - O zoneamento citado no caput, visa eliminar ou impedir que se instalem na área de Zoneamento do Uso de Solo do Aeródromo, edificações e atividades que se constituam em perigo aeroviário, obedecendo legislações específicas, as quais passam a compor a presente Lei Complementar, quais sejam:

I - a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Governador Celso Ramos -SC;

II - o Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº. 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que tratadas Planos de Zona de Proteção e de Zoneamento de Ruídos;

III - a Portaria nº. 1.141/GM5, de 8 de dezembro de 1987, que trata dos Planos de Zona de Proteção e de Zoneamento de Ruído;

IV - a Resolução CONAMA nº. 4, de 9 de outubro de 1.995, que trata de Área de Segurança Aeroportuária;

V - o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº. 139 - Certificação Operacional de Aeroportos, de 27 de novembro de 2.003;

VI - a Portaria nº. 398/GM5, de 4 de junho de 1.999, que dispõe sobre a aplicação do anexo 14 à Convenção de Aviação Civil Internacional do Território Nacional;

VII - o Manual de Implementação de Aeroportos - ANAC

VIII - demais legislações e normas específicas no âmbito da União, do Estado e do Município.

§ 2º - Os parâmetros inseridos nos zoneamentos citados no caput, foram definidos segundo a classificação tipo VFR (Visual Flight Rules - Regras de Voo Visual), Código

2 - Pista entre oitocentos metros (800,00m) e mil e duzentos metros (1.200,00m) e na categoria V - Pista de Aviação Regular de Médio Porte e Baixa Densidade

SEÇÃO II - Da Zona de Proteção de Ruídos - ZPR:

Art. 2º - Será considerada Zona de Proteção de Ruído do Aeródromo de Governador Celso Ramos - ZPR, a área, representada por superfícies imaginárias, sujeita a níveis críticos de incômodo causado pelo ruído das aeronaves de acordo com o Plano Básico de Zoneamento de Ruído - PBZR, definido no Código Brasileiro de Aeronáutica.

PARÁGRAFO ÚNICO - O PBZR é constituído de duas curvas denominadas Curvas de Nível de Ruído 1 e 2, que delimitam três (3) áreas de ruídos, representadas pela figura 1, quais sejam:

I - área 1 - composta pela área de cem metros (100,00m) de cada lateral da pista prolongando até trezentos metros (300,00m) de cada cabeceira e, por estar mais próxima à pista, resulta num ruído mais intenso, podendo causar sérios problemas de incômodo conforme o tempo de exposição;

II - área 2 - composta pela área de duzentos metros (200,00m) de cada lateral da pista prolongando até quinhentos metros (500,00m) de cada cabeceira, excluindo a Área I e, por estar numa faixa intermediária, o ruído e o incômodo são menores, tornando possível a instalação de algumas atividades, mas restringindo a implantação daquelas ligadas à saúde, educação e cultura;

III - área 3 - composta pela área com distância superior ao limite da área II e, por estar numa região mais afastada da pista, não são registrados níveis de incômodo mais significativo e, portanto, não são estabelecidas restrições ao seu uso.

Art. 3º - Na ÁREA 1 são permitidas a implantação, o uso e o desenvolvimento das atividades abaixo relacionadas, desde que atendam os requisitos exigidos na SEÇÃO III (Zona de Proteção ao Aeródromo), em seus diversos artigos;

I - Produção e extração de recursos naturais:

- a) agricultura;
- b) piscicultura;
- c) silvicultura;
- d) mineração;
- e) atividades equivalentes.

II - Serviços públicos ou de utilidade pública:

- a) estação de tratamento de água e esgoto;
- b) reservatório de água;
- c) cemitério; e
- d) equipamentos urbanos equivalentes.

III - Comercial:

- a) depósito e armazenagem;
- b) estacionamento e garagem para veículos;
- c) feiras livres;
- d) equipamentos urbanos equivalentes.

IV - Recreação e lazer ao ar livre:

- a) praças, parques, áreas verdes;
- b) campos de esportes;
- c) equipamentos urbanos equivalentes.

V - Transporte:

- a) rodovias;
- b) ferrovias;
- c) terminais de carga e passageiros;
- d) auxílio à navegação aérea; e
- e) equipamentos urbanos equivalentes.

VI - industrial.

§ 1º - Na área 1, as atividades, edificações, e os equipamentos já

existentes e não relacionados neste artigo não poderão ser ampliados a partir da vigência desta Lei.

§ 2º - A implantação, o uso e o desenvolvimento de atividades tratadas nos incisos II - alíneas "a" e "c", III - alíneas "a" e "b" e V - alínea "c" deste artigo, só poderão ser permitidos quando atendidas as normas legais vigentes para tratamento acústico nos locais de permanência de público e funcionários, mediante aprovação prévia conforme legislação específica.

§3º - A implantação, o uso e o desenvolvimento de atividades tratadas nos incisos I - alínea "e", II - alínea "d", III - alínea "d", IV - alínea "c", V - alíneas "a", "b" e "e" e VI deste artigo, só serão permitidos mediante aprovação prévia conforme legislação específica.

Art. 4º. - Não são permitidos a implantação, o uso e o desenvolvimento na ÁREA II das seguintes atividades:

I - Residencial.

II - Saúde:

- a) hospital e ambulatório;
- b) consultório médico;
- c) asilo;
- d) equipamentos urbanos equivalentes.

III - Educacional:

- a) escola;
- b) creche;
- c) equipamentos urbanos equivalentes.

IV - Serviços Públicos ou de Utilização Pública:

- a) hotel e motel;
- b) edificações para atividades religiosas;
- c) centros comunitários e profissionalizantes;
- d) equipamentos urbanos equivalentes.

V - Cultural:

- a) biblioteca;
- b) auditório, cinema, teatro;
- c) equipamentos urbanos equivalentes.

Parágrafo único - As atividades acima referidas poderão ser, eventualmente, autorizados pelos órgãos municipais competentes, mediante aprovação da Agencia Nacional de Aviação Civil -ANAC.

Art. 5º. - Eventuais restrições ao uso do solo na ÁREA 3, decorrentes dos níveis de incômodo sonoro, serão estabelecidas pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Governador Celso Ramos.

SEÇÃO III - Da Zona de Proteção ao Aeroporto - ZPA

Art. 6º. - A ZPA representa o conjunto de superfícies imaginárias, definido pelo Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo - PBZPA, estabelecido pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, devendo coibir a implantação de obstáculos e de atividades que possam restringir a operacionalização do Aeródromo de forma segura.

Art. 7º. - Os aspectos primordiais a serem observados na ZPA referem-se basicamente a:

I - Restrições de gabaritos impostos às instalações e edificações, temporárias ou permanentes, fixas ou móveis, que possam comprometer as manobras das aeronaves;

II - Atividades que produzam quantidade de fumaça que possam comprometer o vôo visual;

III - Atividades que produzam quantidades de partículas de sólido

que possa danificar as turbinas das aeronaves;

IV - Atividades que possam atrair pássaros;

V - Equipamentos de difícil visibilidade ou que prejudiquem a visibilidade do piloto.

Art. 8º. - A ZPA é composta pelas seguintes superfícies, conforme a figura 02 abaixo:

- I - faixa de pista;
- II - áreas de aproximação;
- III - áreas de decolagem;
- IV - áreas de transição;
- V - áreas horizontal interna;
- VI - área cônica;
- VII - área horizontal externa.

§ 1º - A FAIXA DE PISTA ou ÁREA DE PISTA, representa a área retangular, com mil e cem metros (1.100,00m) de comprimento, por cento e cinqüenta (150,00m) de largura, onde não são permitidos quaisquer aproveitamentos que ultrapassem, em cada ponto, a altitude do ponto mais próximo, situado no eixo da pista ou no seu prolongamento, tais como construções, instalações e colocação de objetos de natureza temporária ou permanente, fixos ou móveis, exceto auxílios a navegação aérea indispensáveis. A Faixa de Pista envolve:

I - a pista de pouso, com mil e duzentos e dez metros (1.210,00m) de comprimento e trinta metros (30,00m) de largura;

II - a zona de parada, destinada a proteger as aeronaves em operação de pouso e decolagem, possui sessenta metros (60,00m) de comprimento ao final de cada cabeceira, da pista de pouso e da faixa preparada;

III - a faixa preparada, destinada a reduzir o risco de dano às aeronaves que, eventualmente, saiam da pista (área de segurança), possui sessenta metros (60,00m) de cada lado da pista de pouso, prolongando até o final da zona de parada.

Figura 2 - Representação da ZPA de acordo com o PBZPA

§ 2º - As ÁREAS DE APROXIMAÇÃO estendem-se no sentido do prolongamento de ambas as cabeceiras da pista, num plano inclinado de rampa um para trinta (1/30), iniciando com a largura da Faixa de Pista, de cento e cinqüenta metros (150,00m), e desenvolvendo-se com uma abertura angular de seis (6º) graus para cada lado até atingir três mil metros (3.000,00m) de projeção horizontal de distância da faixa de pista.

§ 3º - As ÁREAS DE DECOLAGEM estendem-se no sentido do prolongamento de ambas as cabeceiras da pista, num plano inclinado de rampa um para vinte (1/20), iniciando a partir da Faixa de Pista, de cento e cinqüenta metros (150,00m), e desenvolvendo-se com uma abertura angular de seis (6º) graus para cada lado até atingir oitenta metros (80,00m) de altura e um mil e seiscentos metros (1.500,00m) de projeção horizontal de distância da faixa de pista.

§ 4º - As ÁREAS DE TRANSIÇÃO estendem-se em rampa com inclinação de um para sete (1/7) para ambos os lados a partir dos limites laterais da Faixa de Pista até atingir quarenta e cinco metros (45,00m) de altura em relação à elevação do aeródromo.

§ 5º - A ÁREA HORIZONTAL INTERNA estende-se para fora dos limites dos gabaritos das Áreas de Aproximação e Transição, com desnível de 45 metros (45,00m) em relação à elevação do aeródromo e seu limite externo é elíptico, com centros nas cabeceiras da pista e raio igual a quatro mil metros (4.000,00m).

§ 6º - A ÁREA CÔNICA estende-se em rampa de um para vinte (1/20) para fora dos limites externos da área Horizontal Interna até atingir cento e quarenta e cinco metros (145,00m) acima da elevação do aeródromo.

§ 7º - A ÁREA HORIZONTAL EXTERNA estende-se para fora dos limites externos do gabarito da Área Cônica com desnível de cento e quarenta e cinco metros (145,00m), com relação à elevação do aeródromo e limite externo.

Art. 9º. - Na área de pista não são permitidos quaisquer aproveitamentos que ultrapassem o seu gabarito, tais como construções, instalações e colocação de objetos de natureza temporária ou permanente, fixos ou móveis, exceto aqueles destinados ao auxílio à navegação aérea que, obrigatoriamente, tenham de ser instalados nesta área.

Art. 10 - Nas áreas de aproximação, decolagem e transição não são permitidas implantações de qualquer natureza que ultrapassem os seus gabaritos, salvo as torres de controle e os auxílios à navegação aérea que, a critério do órgão específico, possam ser instalados na área de transição, mesmo que ultrapassem o gabarito desta área.

§1º - Nas áreas citadas no caput deste artigo, não são permitidas implantações de natureza perigosa, mesmo que não ultrapassem os gabaritos fixados.

§ 2º - Denomina-se implantação de natureza perigosa toda aquela que produza ou armazene material explosivo ou inflamável, ou cause perigosos reflexos, irradiações, fumo ou emanações que possam proporcionar riscos à navegação aérea, a exemplo de siderúrgicas e similares, refinarias de combustíveis, indústrias químicas, depósitos ou fábricas de gases, combustíveis ou explosivos, áreas cobertas de material refletivo, matadouros, vazadouros de lixo, culturas agrícolas suscetíveis à presença de pássaros, assim como outras que possam proporcionar riscos semelhantes à navegação aérea.

Art. 11 - Qualquer implantação prevista para ocorrer na ZPA, temporária ou permanente, fixa ou móvel, independente de sua natureza, exceto aquelas que atendam aos requisitos constantes no § 2º deste artigo, terá que ser submetida à autorização do Comando Aéreo Regional - COMAR.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal somente expedirá o respectivo alvará após a anuência do COMAR.

§ 2º - Ficam permitidas, independentemente de autorização ou consulta ao COMAR, as implantações que se elevem acima da superfície do terreno em, no máximo, oito metros (8,00m) na Área Horizontal Interna, dezenove metros (19,00m) na Área Cônica e trinta metros (30,00m) na Área Horizontal Externa, qualquer que seja o desnível em relação à elevação do aeródromo, exceto as seguintes instalações ou construções:

- I - torres da alta tensão;
- II - cabos aéreos;
- III - torres de telecomunicações;
- IV - postes e outros objetos cuja configuração seja pouco visível à distância. a cento e cinqüenta metros (150,00m) ou mais de altura, mesmo fora da ZPA, deverá ser informada ao COMAR.

SEÇÃO IV - Da Área de Segurança ao Aeródromo - ASA

Art. 12 - Constitui a Área de Segurança ao Aeródromo - ASA de Governador Celso Ramos o conjunto de superfícies imaginárias, definida pela Resolução CONAMA 04/95, formada pela abrangência de um raio de treze mil metros (13.000,00m) a partir do

“centro geométrico do aeródromo”.

Art. 13 - Na ASA haverá restrição à implantação de atividades que caracterizem “foco de atração de pássaros”, como por exemplo, deposição e/ou tratamento de resíduos sólidos urbanos, matadouros, curtumes, vazadouros de lixo, culturas agrícolas e similares que atraiam pássaros, assim como quaisquer outras atividades que possam proporcionar riscos semelhantes à navegação aérea.

Parágrafo único - A implantação de atividades relacionadas no caput deste artigo, deverá obter autorização do Comando Aéreo Regional - COMAR. (ex. figura 03)

ÁREA HORIZONTAL EXTERNA CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 - As novas propriedades e atividades, bem como as já instaladas na ZPA e na ZR, estarão sujeitas as restrições estabelecidas pelos PBZPA e PBZR.

Art. 15 - O Poder Executivo poderá estabelecer, via decreto, procedimentos complementares necessários ao cumprimento desta Lei Complementar.

Art. 16 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA PROCESSO LICITATÓRIO 32/2011.
Ratifico por este termo, a dispensa de Licitação, para a contratação de empresas para o fornecimento de materiais e prestação de serviços que se façam necessários ao atendimento da situação emergencial que se encontra o município, no período do Decreto de Emergência n.º 004/2011 de 24 de janeiro de 2011.
Base legal: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.
Dotação Orçamentária: 08.01 2091.3390.10000
Contratado: Empreiteira de Mão de Obra Ladiani Ltda
Valor: R\$ 78.926,80 (setenta e oito mil e novecentos e vinte e seis reais e oitenta reais e oitenta centavos).
Empenho n.º: 1.953
Contratado: Nascimento Valler
Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Empenho n.º: 1.955
Contratado: Renato Tomelin Epp
Valor: R\$ 228.500,00 (duzentos e vinte e oito mil e quinhentos reais)
Empenho n.º: 1.957
Contratado: Ermenegildo Wilbert (ME)
Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Empenho n.º: 1.958
Contratado: Terraplenagem Gonzaga Ltda
Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Empenho n.º: 1.960

Contratado: Athenas Administradora de Bens Ltda
Valor: R\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil)
Empenho n.º: 1.961
Contratado: LLX Transportadora Ltda – Me
Valor: R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais)
Empenho n.º: 1.963
Contratado: L. T Wonsiewski & Cia Ltda- Me
Valor: R\$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais)
Empenho n.º: 1.965
Contratado: L.T Wonsiewski & Cia Ltda - Me
Valor: R\$ 283.500,00 (duzentos e oitenta e três mil e quinhentos reais)
Empenho n.º: 1.966
Contratado: Artefatos de Cimento Tepasse Ltda
Valor: R\$ 8.820,00 (oito mil e oitocentos e vinte reais)
Empenho n.º: 1.967
Contratado: Pedreira Rio Branco
Valor: R\$ 42.350,00 (quarenta e dois mil e trezentos e cinquenta reais)
Empenho n.º: 1.968
Contratado: Prestadora de Serv. E Confec. Nesse Ltda
Valor: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)
Empenho n.º: 1.969
Contratado: Madeireira Bome Ltda
Valor: R\$ 39.990,00 (trinta e nove mil e novecentos e noventa reais)
Empenho n.º: 1.970
Contratado: Serrana Engenharia Ltda
Valor: R\$ 59.707,50 (cinquenta e nove mil e setecentos e sete reais e cinquenta centavos)
Empenho n.º: 1.971
Contratado: Paviplan Pavimentação Ltda
Valor: R\$ 227.566,87 (duzentos e vinte e sete mil e quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos)
Empenho n.º: 1.972
Contratado: Santa Helena Industrial Ltda
Valor: R\$ 280.850,00 (duzentos e oitenta reais e oitocentos e cinquenta reais)
Empenho n.º: 1.973
Contratado: Guaramirim Controle Pragas Ltda Me
Valor: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)
Empenho n.º: 1.974
Contratado: Extração e Com. de areia Ottomar Ltda
Valor: R\$ 141.600,00 (cento e quarenta e um mil e seiscentos reais)
Empenho n.º: 1.975
Contratado: Parisi Transportes e Terraplenagem Ltda- Epp
Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Empenho n.º: 1.976
Contratado: JJ Pavimentações Ltda Me
Valor: R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais)
Empenho n.º: 1.978
Contratado: H Heineck Administradora de Bens Ltda
Valor: R\$ 86.600,00 (oitenta e seis mil e seiscentos reais)
Empenho n.º: 1.979
Contratado: Guaramirim Comercio e Transportes Ltda Me
Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Empenho n.º: 1.980
Contratado: Oliveira Plenagem Ltda Me
Valor: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
Empenho n.º: 1.981
Contratado: Ade Terraplanagem Ltda - Epp
Valor: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
Empenho n.º: 1.982
Contratado: Nino Pré- Fabricados Ltda- Me
Valor: R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais)
Empenho n.º: 1.984
Contratado: Aurea de Oliveira Borba (Me)
Valor: R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais)
Empenho n.º: 1.985

Guaramirim-SC, 02 de fevereiro de 2011

NILSON BYLAARDT

PREFEITO MUNICIPAL

extrato de contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDAÇÃO CULTURAL

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 03/2011

Objeto: Aquisição de Cargas e Vasilhames de Gás de Cozinha.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º16/2011 - PMG.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: TRANSPORTADORA E DISTRIBUIDORA DEVIGILI LTDA - EPP

Valor do Contrato: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais)

Vigência: Início: 07/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 07 de março de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 09/2011 - FMA

Objeto: Aquisição de Cargas e Vasilhames de Gás de Cozinha.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º16/2011 - PMG.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: TRANSPORTADORA E DISTRIBUIDORA DEVIGILI LTDA - EPP

Valor do Contrato: R\$ 2.730,00 (dois mil e setecentos e trinta reais)

Vigência: Início: 07/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 07 de março de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 39/2011

Objeto: Aquisição de Cargas e Vasilhames de Gás de Cozinha.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º16/2011 - PMG.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: TRANSPORTADORA E DISTRIBUIDORA DEVIGILI LTDA - EPP

Valor do Contrato: R\$ 45.050,00 (quarenta e cinco mil e cinquenta reais)

Vigência: Início: 07/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 07 de março de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 20/2011 - FMS

Objeto: Aquisição de Cargas e Vasilhames de Gás de Cozinha.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 16/2011 - PMG.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: TRANSPORTADORA E DISTRIBUIDORA DEVIGILI LTDA - EPP

Valor do Contrato: R\$ 5.550,00 (cinco mil e quinhentos e cinquenta reais)

Vigência: Início: 07/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 07 de março de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDAÇÃO CULTURAL

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 04/2011 - FC

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de mão de obra de limpeza e roçada, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Modalidade de Licitação: Tomada de Preços n.º 04/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: Empreiteira de Mão de Obra Ladiane.

Valor do Contrato: R\$ 1.108,00 (hum mil e cento e oito reais)

Vigência: Início: 24/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 24 de março de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 10/2011 - FMA

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de mão de obra de limpeza e roçada, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Modalidade de Licitação: Tomada de Preços n.º 04/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: Empreiteira de Mão de Obra Ladiane.

Valor do Contrato: R\$ 8.310,00 (oito mil e trezentos e dez reais)

Vigência: Início: 24/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 24 de março de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 40/2011 - PMG

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de mão de obra de limpeza e roçada, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim.
Modalidade de Licitação: Tomada de Preços n.º 04/2011.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.
Contratada: Empreiteira de Mão de Obra Ladiane.
Valor do Contrato: R\$ 198.332,00 (cento e noventa e oito mil e trezentos e trinta e dois reais).
Vigência: Início: 24/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 24 de março de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO
Nº. 41/2011- PMG

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a execução da Instalação da iluminação em praça pública, espaço família feliz, incluindo fornecimento de material e mão de obra.
Modalidade de Licitação: Convite n.º 28/2011.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.
Contratada: Tissi Comercio e Instalações de Materiais Elétricos Ltda.
Valor do Contrato: R\$: 40.970,99 (quarenta mil e novecentos e setenta reais)
Vigência: Início: 23/03/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 23 de março de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDAÇÃO CULTURAL
EXTRATO DO CONTRATO
Nº. 05/2011- FC

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em serviços de vigilância e segurança patrimonial com monitoramento eletrônico de alarme para as unidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim..
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 08/2011 - PMG.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.
Contratada: Casvig - Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda.
Valor do Contrato: R\$ 4.638,66 (quatro mil e seiscentos e trinta e oito reais e sessenta e seis reais)
Vigência: Início: 24/03/2011 Término: 24/03/2012.

Guaramirim-SC, 24 de março de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO
Nº. 11/2011- FMA

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em serviços de vigilância e segurança patrimonial com monitoramento eletrônico de alarme para as unidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim..
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 08/2011 - PMG.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.
Contratada: Casvig - Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda.
Valor do Contrato: R\$ 12.366,90 (doze mil e trezentos e sessenta e seis reais e noventa centavos)
Vigência: Início: 24/03/2011 Término: 24/03/2012.

Guaramirim-SC, 24 de março de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO
Nº. 21/2011- FMS

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em serviços de vigilância e segurança patrimonial com monitoramento eletrônico de alarme para as unidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim..
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 08/2011 - PMG.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.
Contratada: Casvig - Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda.
Valor do Contrato: R\$ 34.005, 06 (trinta e quatro mil e cinco reais e seis centavos)
Vigência: Início: 24/03/2011 Término: 24/03/2012.

Guaramirim-SC, 24 de março de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO
Nº. 42/2011 - PMG

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em serviços de vigilância e segurança patrimonial com monitoramento eletrônico de alarme para as unidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim..
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 08/2011 - PMG.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.
Contratada: Casvig - Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda.
Valor do Contrato: R\$ 502.289, 62 (quinhentos e dois mil e duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos)
Vigência: Início: 24/03/2011 Término: 24/03/2012.

Guaramirim-SC, 24 de março de 2011
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 370/2011

PORTARIA Nº 370/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, ao Servidor VALDECIR PEREIRA DA SILVA, (Matr. 2555) nascido aos 22/03/1971, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/A, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 6/B, anexo III, a partir de 23 de março de 2011, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de março de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 371/2011

PORTARIA Nº 371/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/A, do quadro geral, 40 horas semanais, a Servidora MARIZA MIOTTO (Matr. 2582), ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 3 anos de Estágio Probatório de 07 de Fevereiro de 2008 a 06 de Fevereiro de 2011, consoante o que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 378/2011

PORTARIA Nº 378/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 23 de março de 2011, por tempo indeterminado, com fulcro no Artigo 71, inciso I, §1º, da Lei Complementar Nº 191/2005, à Servidora NILZA DE FÁTIMA PEREIRA (Matr. 1222), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/A, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 379/2011

PORTARIA Nº 379/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar a redação da Portaria Nº. 318/2011, da Servidora ANGELA CRISTINA BILIBIO (Matr. 3028), a qual atribuiu exercício para a mesma atuar no PROAPA, onde se lê: junto à E.B.M Cruz e Sousa; leia-se: junto à E.B.M Estação Luzerna.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 380/2011

PORTARIA Nº 380/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora SOLANGE DE FÁTIMA PONTES (Matr. 274), nascida aos 25/03/1963, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/E, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 7/A, anexo III, a partir de 25 de março de 2011, de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar Nº 081 de 04 de dezembro de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de março de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 381/2011

PORTARIA Nº 381/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR em Caráter Temporário a Senhora NEIVA LUCIA RIBEIRO DA SILVA (Matr. 3341), a partir de 28 de março de 2011, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível 5, Letra "A", 40 horas semanais, aprovada pelo Processo Seletivo Nº. 002/2010/SMS/HO, de 19 de agosto de 2010, em substituição à Servidora VALESCA ANSCHAU, a qual se encontra de Licença Sem Remuneração, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 174/2005. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 382/2011

PORTARIA Nº 382/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCICIO à Servidora SIMONE APARECIDA BORSOI (Matr. 3282), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 1/A, Anexo III, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, junto à E.B.M Cruz e Souza para atuar no PROAPA - Projeto de Apoio Pedagógico na Alfabetização, 20 horas semanais, período vespertino, a partir de 28 de março de 2011, de conformidade com a Lei 233/2007 e alterações posteriores.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 28 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 383/2011

PORTARIA Nº 383/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCICIO à Servidora TALITA PEREIRA DIAS (Matr. 3274), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 2/A, Anexo III, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, junto à E.B.M

Cruz e Souza para atuar no PROAPA - Projeto de Apoio Pedagógico na Alfabetização, 20 horas semanais, período matutino, a partir de 28 de março de 2011, de conformidade com a Lei 233/2007 e alterações posteriores.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 28 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2011

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2011

OBJETO

Credenciamento de empresas especializadas para dar publicidade aos atos, programas educativos e campanhas institucionais do poder executivo municipal

CONTRATADO Vitacir Favero ME.

VALOR

CmC Preto e Branco - R\$ 10,00

CmC Capa Colorida - R\$ 12,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25, da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 28 de março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba**PREFEITURA MUNICIPAL****Publicação de Extrato de Cancelamento de Pregão Presencial 40/2011 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica cancelado o Processo Licitatório nº 55/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 40/2011, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 30 de março de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Dispensa 01/2011 (SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 05/2011

DISPENSA Nº 01/2011

Objeto: Locação de um imóvel, não residencial, para instalação da administração da Secretaria Municipal de Saúde, Centro de especialidades Odontológicas, Farmácia Pública Municipal.

Locador: Adelir Pereira dos Santos.

Valor Mensal: R\$ 7.457,48 Prazo: 12 meses

Valor Total: 89.489,76
Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 30 de março de 2011.
MARIA MADALENA DOMINGOS NUNES
Secretária Municipal de Saúde

Publicação de Extrato de Inexigibilidade 01/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 65/2011
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2011

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de entrega dos carnes de IPTU e da taxa de coleta de lixo.
Valor Total: R\$ 80.000,00
Empresa: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
Fundamento: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 30 de março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Extrato FMS 107/2006 A07

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato FMS 107/2006 A07
Contratada: EMPRESA CLINVET - CLÍNICA VETERINÁRIA ZULEIGA DE OLIVEIRA ME.
C.N.P.J: 81.779.084/0001-05

Objeto Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original até 01 de Abril de 2011, e o reequilíbrio econômico financeiro, de 4,68%, equivalente ao INPC de 12 meses.
Valor Mensal: R\$ 7.584,41
Fundamento: Carta Convite nº. 28/2006

Imbituba, 22 de Março de 2011.
LEA DE OLIVEIRA LOPES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

ZULEIGA DE OLIVEIRA
Representante Legal
Contratada

Extrato FMS 52/2010 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato FMS 52/2010 A01
Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
C.N.P.J: 83.291.807/0001-58

Objeto Prorrogação do prazo de vigência do contrato original até o dia 31 de dezembro de 2011, e a alteração da cláusula segunda onde o teto passará ao valor de R\$ 8.659,15 (oito mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos), e o incentivo para R\$ 3.030,70 (três mil, trinta reais e setenta centavos) mensais, durante 12 (doze) meses.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 11.689,85
Fundamento: Processo nº. 03/2007 Pregão 03/2007

Imbituba, 30 de dezembro de 2010
LEA DE OLIVEIRA LOPES
Secretária Municipal

Credenciante

Associação de pais e amigos dos excepcionais - APAE
Representante Legal
Credenciada

Extrato FMS 53/2007 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato FMS 53/2007 A04
Contratada: ZINATA COLETAS DE LIXO LTDA
C.N.P.J: 06.179.264/0001-30

Objeto Prorrogação do prazo de vigência do contrato original até o dia 31 de dezembro de 2011, bem como o acréscimo de R\$8.894,25 (oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato original.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 3.705,93
Fundamento: Processo nº. 03/2007 Pregão 03/2007

Imbituba, 30 de dezembro de 2010
LEA DE OLIVEIRA LOPES
Secretária Municipal
Contratante

ROBERTO LUIZ RODRIGUES
Representante Legal
Contratada

Extrato FUNREBOM 01/2010 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato FUNREBOM 01/2010 A01
Contratada: INNOVARE COMÉRCIO DE COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA.
C.N.P.J: 09.172.400/0001-59

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato original até 31 de dezembro de 2011.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 2.520,00
Fundamento: Processo nº. 03/2009 Dispensa 01/2010

Imbituba, 08 de Janeiro de 2011
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

VALDIR ROSA DE SOUZA JÚNIOR
Representante Legal
Contratada

Extrato FUNREBOM 08/2009 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato FUNREBOM 08/2009 A01
Contratada: CENDI COM. LOCAÇÃO EQUIP. DE SEG. TRAB. LTDA. ME
C.N.P.J: 08.022.172/0001-78

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato original até 22 de março de 2011.
PRAZO: 22/03/2011 Valor: R\$ 4.249,98
Fundamento: Processo nº. 09/2009 Pregão 06/2009

Imbituba, 20 de Dezembro de 2010
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

CLEUSA APARECIDA T. DA LUZ
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI 115/2006 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI 115/2006 A05
Contratada: XBRAMAR SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA.
C.N.P.J.: 05.099.250/0001-44

Objeto: Prorrogação de prazo dos serviços de locação de equipamentos.
PRAZO: 01/05/2011 VALOR: R\$20.000,00
Fundamento: Processo nº. 122/2006

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

MAURO RODRIGUES
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI 12/2009 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI 12/2009 A04
Contratada: IVANI DE S. MIRANDA
C.N.P.J.: 08.788.363/0001-45

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de dezembro de 2011.
PRAZO: 31/12/2011 VALOR: R\$90.000,00

Imbituba, 21 de Dezembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

IVANI DE S. MIRANDA
Representante Legal
Contratado

Extrato PMI 131/2006 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI 131/2006 A04
Contratada: MOACIR SILVA
C.P.F.: 343.246.319-72

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original até 29 de dezembro de 2011.
PRAZO: 29/12/2011 VALOR: R\$590,12 mensais

Imbituba, 23 de Dezembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

MOACIR SILVA
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI 134/2009 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI 134/2009 A02
Contratada: GILBERTO PIRES
C.P.F.: 306.031.619-87

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de dezembro de 2011.
PRAZO: 31/12/2011 VALOR: R\$4.352,17

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

GILBERTO PIRES
Representante Legal
Contratado

Extrato PMI 16/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI 16/2011 A00
Contratada: EMPRESA IMBITUBA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
C.N.P.J.: 08.600.054/0001-08

Objeto Aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes e materiais, destinados aos veículos da Secretaria de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Turismo, SEDESTH, gabinete, Secretaria de Agricultura e Pesca, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Desenvolvimento Regional Sul e Secretaria de Desenvolvimento Regional Norte.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 505.247,50
Fundamento: Processo nº. 01/2011 Pregão nº. 01/2011

Imbituba, 21 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

JOÃO ALBERTO GOMES DOMINGUES
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI 17/2010 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI 17/2010 A01
Contratada: NATÁLIA COUTO DE SOUZA
C.P.F.: 520.903.299-04

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de dezembro de 2011.
PRAZO: 31/12/2011 VALOR: R\$390,25 mensais
Fundamento: Processo nº. 14/2010 Dispensa 01/2010

Imbituba, 02 de Fevereiro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal
Contratante

NATÁLIA COUTO DE SOUZA
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI 25/2009 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI 25/2009 A02
Contratada: EDITORA SOFT´S E LIVROS LTDA
C.N.P.J.: 58.560.012/0001-50

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de dezembro de 2011.
PRAZO: 31/12/2011 VALOR: R\$530.622,01

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

HILDEBRANDO FERNANDES SOUZA
Procurador
Contratado

Extrato PMI 32/2010 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI 32/2010 A03
Contratada: EMPRESA CLARO S/A.
C.N.P.J: 40.432.544/0001-47

Objeto Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de Dezembro de 2011.
Valor: R\$ 85.425,60
Fundamento: Processo nº. 22/2009 Pregão nº.19/2009

Imbituba, 23 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

ALEXANDRE DE MELLO SILVA
MATHEUS PEREIRA
Representantes Legais
Contratada

Extrato PMI Saneamento 02/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SANEAMENTO 02/2011 A00
Contratada: EMPRESA J. L. CONSTRUTORA LTDA ME.
C.N.P.J: 12.587.530/0001-67

Objeto Execução de serviços para recuperação de dispositivo de drenagem pluvial projetado nos bairros de Nova Brasília e Mirim.
PRAZO: 22/05/2011 Valor: R\$ 4.983,36
Fundamento: Processo nº. 03/2011 Dispensa nº. 03/2011

Imbituba, 23 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

J. L. Construtora LTDA ME.
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SDR Norte 23/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SDR NORTE 23/2011 A00
Contratada: EMPRESA VILA NOVA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18
Objeto Aquisição de 32 (trinta e duas) carradas de aterro, para manutenção e reformas das vias públicas, estradas vicinais, para conter erosões causadas por águas das chuvas.
PRAZO: 21/04/2011 Valor: R\$ 4.800,00
Fundamento: Processo nº. 35/2010 Dispensa nº. 05/2010

Imbituba, 17 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

JULIANO TORQUATO PIRES
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SDR Sul 36/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SDR SUL 36/2011 A00
Contratada: EMPRESA CONSTRUVILA LTDA.
C.N.P.J: 01.855.390/0001-44

Objeto Aquisição de tubos de concreto para uso da Secretaria de Desenvolvimento Regional Sul, no que diz respeito a drenagens pluviais.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 10.166,00
Fundamento: Processo nº. 33/2011 Pregão nº. 25/2011

Imbituba, 23 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

EDSON CORREA
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SDR Sul 37/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SDR SUL 37/2011 A00
Contratada: EMPRESA MARIA CRISTINA DA SILVA & CIA LTDA.
C.N.P.J: 07.323.544/0001-33

Objeto Aquisição de tubos de concreto para uso da Secretaria de Desenvolvimento Regional Sul, no que diz respeito a drenagens pluviais.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 13.820,00
Fundamento: Processo nº. 33/2011 Pregão nº. 25/2011

Imbituba, 23 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Maria Cristina da Silva & CIA LTDA.
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEAD 92/2009 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEAD 92/2009 A04
Contratada: EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.
C.N.P.J: 00.456.865/0001-67
Objeto Acréscimo do número de usuários do Sistema Betha Sapo para 10 (dez).
Valor: R\$ 1.692,63
Fundamento: Processo nº. 47/2009 Tomada de Preços nº. 03/2009

Imbituba, 23 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

ILSE CRISTINA DE SOUZA
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEAGP 22/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEAGP 22/2011 A00
Contratada: EMPRESA PETRUS ARQUITETURA ENGENHARIA S/C LTDA.
C.N.P.J: 05.864.496/0001-65

Objeto Contratação de uma Empresa para elaboração de maquete física do projeto do prédio da nova sede da Administração Municipal.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 6.000,00
Fundamento: Processo nº. 36/2011 Dispensa nº. 06/2011

Imbituba, 23 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Petrus Arquitetura Eng. S/C LTDA.
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEAGP 46/2010 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEAGP 46/2010 A02
Contratada: EMPRESA IMBITUBA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO
C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto Prorrogação do Contrato original até 14 de fevereiro de 2011.
Valor: R\$ 33.000,00
Fundamento: Processo nº. 01/2010 Pregão nº. 01/2010

Imbituba, 23 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

JOÃO ALBERTO GOMES DOMINGUES
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEDESTH 04/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDESTH 04/2011 A00
Contratada: EMPRESA SANDRO LUIZ DA SILVA ME.
C.N.P.J: 80.977.994/0001-30
Objeto Aquisição de fraldas geriátricas e infantis para atender os pacientes acamados e crianças portadoras de necessidades especiais, ambos pertencentes a famílias economicamente carentes.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 61.910,90
Fundamento: Processo nº. 08/2011 Pregão nº. 08/2011

Imbituba, 23 de Março de 2011.
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES
Secretária Municipal
Contratante

SANDRO LUIZ DA SILVA
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEDESTH 05/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDESTH 05/2011 A00
Contratada: EMPRESA VÂNIO VIEIRA - ME.
C.N.P.J: 78.613.445/0001-34
Objeto Aquisição de cestas básicas para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 103.840,00
Fundamento: Processo nº. 09/2011 Pregão nº. 09/2011

Imbituba, 23 de Março de 2011.
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES
Secretária Municipal
Contratante

VÂNIO VIEIRA
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEDETUR 07/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDETUR 07/2011 A00
Contratada: EMPRESA BM3 IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.
C.N.P.J: 12.098.843/0001-51

Objeto Aliena bens públicos imóvel(is).
PRAZO: 25/01/2013 Valor: R\$ 320.788,00
Fundamento: Processo nº. 213/2010 Concorrência nº. 05/2010

Imbituba, 21 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

BM3 Importação e C. de Plásticos LTDA.
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEDETUR 08/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEDETUR 08/2011 A00

Contratada: EMPRESA EMISUL INDÚSTRIA E COM. FIBRAS DE VIDRO LTDA.

C.N.P.J: 89.936.850/0001-00

Objeto Aliena bens públicos imóvel(is).

PRAZO: 25/01/2013 Valor: R\$ 51.740,00

Fundamento: Processo nº. 213/2010 Concorrência nº. 05/2010

Imbituba, 21 de Março de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

Emisul ind. e com. Fibras de vidro LTDA.

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEDETUR 09/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEDETUR 09/2011 A00

Contratada: EMPRESA ONIX TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA ME.

C.N.P.J: 10.669.788/0001-87

Objeto Aliena bens públicos imóvel(is).

PRAZO: 25/01/2013 Valor: R\$ 51.740,00

Fundamento: Processo nº. 213/2010 Concorrência nº. 05/2010

Imbituba, 21 de Março de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

Ônix Tecnologia do Brasil LTDA ME.

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEDETUR 29/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEDETUR 29/2011 A00

Contratada: EMPRESA JEDSON MORAIS - ME

C.N.P.J: 08.415.380/0001-37

Objeto Organização do carnaval popular de imbituba 2011.

PRAZO: 07/03/2011 Valor: R\$ 157.500,00

Fundamento: Processo nº. 29/2011 Pregão nº. 23/2011

Imbituba, 17 de Março de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

JEDSON DE MORAIS

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEDUCE 15/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEDUCE 15/2011 A00

Contratada: EMPRESA IMBITUBA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto Aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes e materiais, destinados aos veículos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 339.973,60

Fundamento: Processo nº. 04/2011 Pregão nº. 02/2011

Imbituba, 21 de Março de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

JOÃO ALBERTO GOMES DOMINGUES

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEDUCE 24/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEDUCE 24/2011 A00

Contratada: EMPRESA BIT GÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS E TRANSPORTE LTDA.

C.N.P.J: 00.830.891/0001-03

Objeto Aquisição de gás de cozinha para as unidades escolares e centros municipais de educação.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 30.300,00

Fundamento: Processo nº. 18/2011 Pregão nº. 16/2011

Imbituba, 22 de Março de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

LUIZ CORRÊA DE BITTENCOURT

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEDUCE 25/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato PMI SEDUCE 25/2011 A00

Contratada: EMPRESA MARIA ROSANGELA ROCHADEL LUIZ ME.

C.N.P.J: 06.324.279/0001-45

Objeto Aquisição de gás de cozinha para as unidades escolares e centros municipais de educação.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 16.030,00

Fundamento: Processo nº. 18/2011 Pregão nº. 16/2011

Imbituba, 22 de Março de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

Maria Rosangela Rochadel L. ME.

Representante Legal

Contratada

Extrato PMI SEDUCE 31/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDUCE 31/2011 A00
Contratada: EMPRESA JEDSON DE MORAIS - ME
C.N.P.J: 08.415.380/0001-37

Objeto Prestação de serviços de sonorização de eventos de acordo com as especificações do contrato.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 19.600,00
Fundamento: Processo nº. 32/2011 Pregão nº. 24/2011

Imbituba, 17 de Março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

JEDSON DE MORAIS
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEDUCE 32/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDUCE 32/2011 A00
Contratada: EMPRESA JM COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
C.N.P.J: 85.388.320/0001-13

Objeto Aquisição de móveis escolares para as escolas municipais e centros de educação infantil.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 72.092,00
Fundamento: Processo nº. 20/2011 Pregão nº. 18/2011

Imbituba, 22 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

JAIRO JOSÉ TEIXEIRA MACHADO
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEDUCE 33/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDUCE 33/2011 A00
Contratada: EMPRESA PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - EPP.
C.N.P.J: 03.790.887/0001-57

Objeto Aquisição de bebedouro de pressão MF-40 INOX.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 10.480,00
Fundamento: Processo nº. 10/2011 Pregão nº. 08/2011

Imbituba, 23 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEDUCE 35/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDUCE 35/2011 A00
Contratada: EMPRESA LEONARDO SILVA BORGES ME.
C.N.P.J: 11.044.760/0001-17

Objeto Prestação de serviço de conservação e limpeza de pátio com poda de árvore, corte de grama e capinar o local se necessário com monitoramento.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 33.250,00
Fundamento: Processo nº. 27/2011 Pregão nº. 21/2011

Imbituba, 23 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

LEONARDO SILVA BORGES ME.
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEDUCE 38/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEDUCE 38/2011 A00
Contratada: EMPRESA CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA.
C.N.P.J: 01.375.841/0001-46

Objeto Recuperação, fornecimento de materiais e mão de obra para reforma geral e ampliação da Escola Municipal Belarminda de Souza Pires.
PRAZO: 21/09/2011 Valor: R\$ 794.124,68
Fundamento: Processo nº. 02/2011 Tomada de Preço nº. 01/2011

Imbituba, 23 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

SAULO FORMIGONI
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEINFRA 01 2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEINFRA 01/2011 A00
Contratada: EMPRESA SERRANA ENGENHARIA LTDA.
C.N.P.J: 83.073.536/0001-64

Objeto A coleta, o armazenamento, o transporte, o transbordo, o tratamento, a destinação e a disposição final de resíduos sólidos domiciliares e de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 1.596.000,00
Fundamento: Processo nº.193/2010 Concorrência nº. 04/2010

Imbituba, 21 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

ODAIR JOSÉ MANNRICH
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEINFRA 17/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEINFRA 17/2011 A00
Contratada: EMPRESA CONSTRUVILA LTDA.
C.N.P.J: 01.855.390/0001-44

Objeto Aquisição de tubos de concreto para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura, no que diz respeito a drenagens pluviais.
PRAZO: até quando houver saldo de material. Valor: R\$ 26.200,00
Fundamento: Processo nº. 19/2011 Pregão nº. 17/2011

Imbituba, 21 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

EDSON CORREA
Representante Legal
Contratada

Extrato PMI SEINFRA 18/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato PMI SEINFRA 18/2011 A00
Contratada: EMPRESA INDÚSTRIA E TRANSPORTES LTDA.
C.N.P.J: 79.670.634/0001-01

Objeto Aquisição de tubos de concreto para uso da secretaria municipal de infraestrutura, no que diz respeito a drenagens pluviais.
PRAZO: até quando houver saldo de material. Valor: R\$ 34.250,00
Fundamento: Processo nº. 19/2011 Pregão nº. 17/2011

Imbituba, 17 de Março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

AIRTON ACÁCIO LIMA
Representante Legal
Contratada

Extrato SEAD 77/2009 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEAD 77/2009 A03
Contratada: RENATO JACQUES TEIXEIRA
C.P.F: 290.257.109-72

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de dezembro de 2011.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 2.103,60
Fundamento: Processo nº. 77/2009 Dispensa 14/2009

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

RENATO JACQUESTEIXEIRA
Representante Legal
Contratada

Extrato SEAD 92/2009 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEAD 92/2009 A03
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA
C.N.P.J.: 00.456.865/0001-67

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de dezembro de 2011.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 176.805,98
Fundamento: Processo nº. 47/2009 Tomada de Preço 03/2009

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

ILSE CRISTINA DE SOUZA
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDESTH 01/2010 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDESTH 01/2010 A01
Contratada: GERCINO SOUZA.
C.P.F: 05.808.759-34.

Objeto: Prorrogação do prazo de contrato original até 31 de dezembro de 2011.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 820,00 mensais
Fundamento: Processo nº. 02/2010 Dispensa 01/2010

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010.
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES
Secretária Municipal
Contratante

GERCINO SOUZA
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDESTH 01/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDESTH 01/2011 A00
Contratada: CASA DAS BATERIAIS PEÇAS E SERVIÇOS PARA AUTOMÓVEIS.
C.N.P.J: 82.539.636/0001-70

Objeto Prestação de serviços de manutenção de peças originais de primeira linha para o motor e caixa de marcha do veículo Corsa, adquirido no programa Bolsa Família.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 4.205,61
Fundamento: Processo nº. 32/2010 Pregão 20/2010

Imbituba, 24 de Janeiro de 2011
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES
Secretária SEDESTH
Contratante

JOÃO CELIR LUIZ
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDESTH 09/2010 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDESTH 09/2010 A01
Contratada: JAIME PACHECO ALVES.
C.P.F: 289.42.879-4.

Objeto: Prorrogação do prazo de contrato original até 31 de dezembro de 2011.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 2.200,00 mensais

Fundamento: Processo nº. 09/2010 Dispensa 02/2010

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010.
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES
Secretária Municipal
Contratante

JAIME PACHECO ALVES
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDESTH 25/2006 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDESTH 25/2006 A05
Contratada: SERGIO DA CRUZ LOPES.
C.P.F: 040.218.190-53.

Objeto: Prorrogação até 25/10/2011, da locação de imóvel não residencial, onde funciona o Atendimento ao Grupo de Idosos e Mulheres.

PRAZO: 25/10/2011 Valor: R\$ 252,31 mensais

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010.
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES
Secretária Municipal
Contratante

SÉRGIO DA CRUZ LOPES
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDESTH 31/2010 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDESTH 31/2010 A01
Contratada: NADIR DOS SANTOS ABREU.
C.P.F: 841.251.879-91.

Objeto: Prorrogação do prazo de contrato original até 31 de dezembro de 2011.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 334,00 mensais

Fundamento: Processo nº. 28/2010 Dispensa 10/2010

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010.
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES
Secretária Municipal
Contratante

NADIR DOS SANTOS ABREU
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDESTH 34/2008 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDESTH 34/2008 A03
Contratada: LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA - ME.
C.N.P.J.: 07.292.316/0001-43.

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original até 28 de fevereiro de 2011.

PRAZO: 28/02/2011

Fundamento: Processo nº. 01/2008 Carta Convite 01/2008

Imbituba, 28 de Dezembro de 2010.
VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES
Secretária Municipal
Contratante

IVETE GERALDO
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDUCE 11/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDUCE 11/2011 A00
Contratada: SURFPRO PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA ME.
C.N.P.J: 10.330.997/0001-00

Objeto: Aquisição de sistema para apuração de resultados em tempo real nota à nota surfpro e confecção de hotsite que centralizará todas as informações.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 3.600,00

Fundamento: Processo nº. 23/2011 Dispensa 01/2011

Imbituba, 09 de Fevereiro de 2011
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Surfpro proc. de dados Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDUCE 12/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDUCE 12/2011 A00
Contratada: VERA LÚCIA ESPÍNDOLA MOREIRA
C.N.P.J: 05.399.372/0001-56

Objeto: Locação de tenda para os eventos de verão na Praia da Vila, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

PRAZO: 11/04/2011 Valor: R\$ 7.900,00

Fundamento: Processo nº. 24/2011 Dispensa 02/2011

Imbituba, 09 de Fevereiro de 2011
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

VERA LÚCIA ESPÍNDOLA MOREIRA
Representante Legal
Contratada

Extrato SEDUCE 19/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEDUCE 19/2011 A00
Contratada: LÍDIO RODRIGUES SOBRINHO - ME
C.N.P.J: 00.223.151/0001-09

Objeto: Aquisição de camisetas brancas e coloridas para alunos e jalecos e tocas para merendeiras do município.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 13.564,65
Fundamento: Processo nº. 08/2010 Pregão 06/2011

Imbituba, 15 de Fevereiro de 2011
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

LÍDIO RODRIGUES SOBRINHO
Representante Legal
Contratada

Extrato SEINFRA 02/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEINFRA 02/2011 A00
Contratada: LASCA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.
C.N.P.J: 80.080.948/0001-33

Objeto: Fornecimento de materiais e mão-de-obra para recuperação do talude da beira da praia de Vila Esperança, Imbituba-SC.
PRAZO: 20/02/2011 Valor: R\$ 77.364,00
Fundamento: Processo nº. 227/2010 Carta Convite 46/2010

Imbituba, 20 de Janeiro de 2011
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

JAIME PACHECO ALVES
Representante Legal
Contratada

Extrato SEINFRA 03/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEINFRA 03/2011 A00
Contratada: CONSTRUVILA LTDA.
C.N.P.J: 01.855.390/0001-44

Objeto: Fornecimento de materiais e mão-de-obra para pavimentação com peças pré-moldadas de concreto - PCC, da Rua Vanderlei de Carvalho, trecho compreendido entre as ruas André Manoel de Oliveira e Aristides B. Francalacci, situada no bairro Village.
PRAZO: 24/04/2011 Valor: R\$ 43.892,60
Fundamento: Processo nº. 226/2010 Carta Convite 45/2010

Imbituba, 24 de Janeiro de 2011
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

EDSON CORREA
Representante Legal
Contratada

Extrato SEINFRA 04/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEINFRA 04/2011 A00
Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA-EPP.
C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: Implantação da pavimentação, com peças pré-moldadas de concreto - PCC, da Rua Romeu Pires, situada em Vila Nova Alvorada.
PRAZO: 24/04/2011 Valor: R\$ 31.307,02
Fundamento: Processo nº. 223/2010 Carta Convite 43/2010

Imbituba, 24 de Janeiro de 2011
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

JOÃO DIAS MELO
Representante Legal
Contratada

Extrato SEINFRA 05/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEINFRA 05/2011 A00
Contratada: CONSTRUVILA LTDA.
C.N.P.J: 01.855.390/0001-44

Objeto: Implantação da pavimentação, com peças pré-moldadas de concreto - PCC, da Rua Manoel de Araújo, situada em Vila Nova.
PRAZO: 24/04/2011 Valor: R\$ 19.522,06
Fundamento: Processo nº. 215/2010 Carta Convite 41/2010

Imbituba, 24 de Janeiro de 2011
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

EDSON CORREA
Representante Legal
Contratada

Extrato SEINFRA 109/2009 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEINFRA 109/2009 A03
Contratada: MONTEC ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.
C.N.P.J: 91.771.147/0001-30

Objeto Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de dezembro de 2011.
PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 117.584,71
Fundamento: Processo nº. 87/2009 Pregão: 58/2009

Imbituba, 28 de Dezembro de 2010
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

PEDRO KUZNIECOW
Representante Legal
Contratada

Extrato SEINFRA 13/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SEINFRA 13/2011 A00

Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA-EPP

C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: Prestação de serviços para drenagem da Rua Carapicu e recuperação de pavimentação na Barra da Ibiraquera.

Valor: R\$ 14.990,25

Fundamento: Processo nº. 25/2010 Dispensa 03/2011

Imbituba, 09 de Fevereiro de 2011

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

JOÃO DIAS MELO

Representante Legal

Contratada

Extrato SEINFRA 14/2011 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SEINFRA 14/2011 A00

Contratada: TERRA SOL USINA DE PRESERVAÇÃO DE MADEIRA LTDA..

C.N.P.J: 09.478.313/0001-21

Objeto: Aquisição de madeira e ferragem para contenção emergencial da erosão da margem direita da Barra da Lagoa da Ibiraquera.

PRAZO: 11/03/2011 Valor: R\$ 15.915,00

Fundamento: Processo nº. 11/2010 Pregão 09/2011

Imbituba, 09 de Fevereiro de 2011

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

MARCOS JACHIMEK FLORES

Representante Legal

Contratada

Extrato SEINFRA 155/2009 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SEINFRA 155/2009 A01

Contratada: VILA NOVA MATERIAIS DE CONTRUÇÃO

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de dezembro de 2011.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 16.800,00

Fundamento: Processo nº. 76/2009 Pregão 76/2010

Imbituba, 07 de Dezembro de 2010

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

JULIANO TORQUATO PIRES

Representante Legal

Contratada

Extrato SEINFRA 175/2010 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SEINFRA 175/2010 A02

Contratada: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA.

C.N.P.J: 09.008.659/0001-69

Objeto Prorrogação do prazo do contrato original até 08 de março de 2011.

PRAZO: 08/03/2011 Valor: R\$ 39.550,00

Fundamento: Processo nº. 174/2010 Dispensa 69/2010

Imbituba, 05 de Dezembro de 2011

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

NILTON CEZAR CORDEIRO

Representante Legal

Contratada

Extrato SEINFRA 200/2010 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SEINFRA 200/2010 A01

Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA.

C.N.P.J: 01.375.841/0001-46

Objeto: Acréscimo de 24,33% (vinte e quatro vírgula trinta e três por cento) sobre o valor do contrato original e a prorrogação do prazo do contrato original até 01 de março de 2011.

PRAZO: 01/03/2011 Valor: R\$ 13.248,00

Fundamento: Processo nº. 195/2010 Carta Convite 33/2010

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

SAULO FORMIGONI

Representante Legal

Contratada

Extrato SEINFRA 37/2010 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato SEINFRA 37/2010 A02

Contratada: MONTEC ENGENHARIA LTDA.

C.N.P.J: 91.771.147/0001-30

Objeto Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de dezembro de 2011.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 90.000,00

Fundamento: Processo nº. 37/2010 Pregão 24/2010

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

PEDRO KUZNIECOW

Representante Legal

Contratada

Extrato SEINFRA 56/2010 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEINFRA 56/2010 A01
Contratada: DEDETIZADORA E.E.L. LTDA ME.
C.N.P.J: 09.478.313/0001-21

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de dezembro de 2011.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 20.400,00
Fundamento: Processo nº. 62/2010 Pregão 42/2010

Imbituba, 22 de Dezembro de 2010
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante
EDÍLSON LIDUINO
Representante Legal
Contratada

Extrato SEINFRA 74/2010 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato SEINFRA 74/2010 A02
Contratada: VILA NOVA MATERIAIS DE CONTRUÇÃO
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto Prorrogação do prazo do contrato original até 31 de dezembro de 2011.

PRAZO: 31/12/2011 Valor: R\$ 299.920,00
Fundamento: Processo nº. 71/2010 Pregão 46/2010

Imbituba, 30 de Dezembro de 2010
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

JULIANO TORQUATO PIRES
Representante Legal
Contratada

FMS 28/2008 A06

Extrato FMS 28/2008 A06
Contratada: ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA - ABENP - HOSPITAL SÃO CAMILO.
C.N.P.J: 02.765.097/0016-35

Objeto Prorrogação do prazo de vigência do contrato original. O prazo iniciará em 01 de Janeiro de 2011, finalizando em 01 de Abril de 2011.

Valor: R\$ 80.000,00
Fundamento: Processo nº. 13/2008 Lei Municipal nº. 3.300 de 04/03/2008.

Imbituba, 23 de Março de 2011.
LEA DE OLIVEIRA LOPES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

IRMÃ CÉLIA VOLPATO
Representante Legal
Contratada

FMS 50/2008 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato FMS 50/2008 A03
Contratada: EMPRESA SANAVAL SERV. E TRANSP. PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
C.N.P.J: 07.134.536/0001-49

Objeto Prorrogação do prazo do Contrato Original até 31/12/2012.
Fundamento: Processo nº. 23/2008 Pregão nº. 20/2008

Imbituba, 22 de Março de 2011.
LÉA DE OLIVEIRA LOPES
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

DILNEI MANOEL DOS SANTOS JUNIOR
Representante Legal
Contratada

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 1º Bim / 2011

+ [CPL] -----{ 001 }+
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Balanço Orçamentário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.543.470,32	9.543.470,32	2.296.466,10	24,060	2.296.466,10	24,060	7.247.004,22
RECEITAS CORRENTES	8.298.470,32	8.298.470,32	1.833.003,60	22,090	1.833.003,60	22,090	6.465.466,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	263.457,00	263.457,00	34.536,17	13,110	34.536,17	13,110	228.920,83
IMPOSTOS	218.257,00	218.257,00	29.455,18	13,500	29.455,18	13,500	188.801,82
TAXAS	39.200,00	39.200,00	5.080,99	12,960	5.080,99	12,960	34.119,01
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	6.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	42.360,00	42.360,00	9.264,90	21,870	9.264,90	21,870	33.095,10
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	42.360,00	42.360,00	9.264,90	21,870	9.264,90	21,870	33.095,10
RECEITA PATRIMONIAL	64.900,00	64.900,00	23.895,99	36,820	23.895,99	36,820	41.004,01
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	12.000,00	12.000,00	1.876,30	15,640	1.876,30	15,640	10.123,70
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	52.900,00	52.900,00	22.019,69	41,630	22.019,69	41,630	30.880,31
RECEITA DE SERVIÇOS	44.000,00	44.000,00	5.028,42	11,430	5.028,42	11,430	38.971,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.840.328,39	7.840.328,39	1.756.670,36	22,410	1.756.670,36	22,410	6.083.658,03
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.810.328,39	7.810.328,39	1.741.197,76	22,290	1.741.197,76	22,290	6.069.130,63
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	30.000,00	30.000,00	15.472,60	51,580	15.472,60	51,580	14.527,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.424,93	43.424,93	3.607,76	8,310	3.607,76	8,310	39.817,17
MULTAS E JUROS DE MORA	18.814,93	18.814,93	2.168,13	11,520	2.168,13	11,520	16.646,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.000,00	8.000,00	519,74	6,500	519,74	6,500	7.480,26
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.510,00	6.510,00	919,89	14,130	919,89	14,130	5.590,11
RECEITAS DIVERSAS	10.100,00	10.100,00	0,00	0,000	0,00	0,000	10.100,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.245.000,00	1.245.000,00	463.462,50	37,230	463.462,50	37,230	781.537,50
ALIENAÇÃO DE BENS	45.000,00	45.000,00	157.000,00	348,890	157.000,00	348,890	-112.000,00
Alienação de Bens Móveis	45.000,00	45.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	45.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	157.000,00	0,000	157.000,00	0,000	-157.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.200.000,00	1.200.000,00	306.462,50	25,540	306.462,50	25,540	893.537,50
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.200.000,00	1.200.000,00	306.462,50	25,540	306.462,50	25,540	893.537,50
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	9.543.470,32	9.543.470,32	2.296.466,10	100,000	2.296.466,10	100,000	7.247.004,22
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	9.543.470,32	9.543.470,32	2.296.466,10	100,000	2.296.466,10	100,000	7.247.004,22
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	9.543.470,32	9.543.470,32	2.296.466,10		2.296.466,10		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	226.009,89	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	226.009,89	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	226.009,89	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

								INSCRITAS EM			
								RESTOS A PAGAR			
								NÃO	%		
DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		PROCESSADOS	(g+h)	Saldo a	
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício		(g+h)	Liquidar	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	/f	(f-(g+h))	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	9.543.470,32	580.641,14	10.124.111,46	5.418.461,30	5.418.461,30	1.185.707,11	1.185.707,11	0,00	11,71	8.938.404,35	
DESPESAS CORRENTES	7.462.931,50	128.795,79	7.591.727,29	4.968.976,83	4.968.976,83	1.120.470,81	1.120.470,81	0,00	14,76	6.471.256,48	
Pessoal e Encargos Sociais	3.253.705,33	14.370,40	3.268.075,73	2.873.791,99	2.873.791,99	619.326,09	619.326,09	0,00	18,95	2.648.749,64	
Juros/Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas Correntes	4.209.226,17	114.425,39	4.323.651,56	2.095.184,84	2.095.184,84	501.144,72	501.144,72	0,00	11,59	3.822.506,84	
DESPESAS DE CAPITAL	2.030.538,82	451.845,35	2.482.384,17	449.484,47	449.484,47	65.236,30	65.236,30	0,00	2,63	2.417.147,87	
Investimentos	2.030.538,82	451.845,35	2.482.384,17	449.484,47	449.484,47	65.236,30	65.236,30	0,00	2,63	2.417.147,87	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	9.543.470,32	580.641,14	10.124.111,46	5.418.461,30	5.418.461,30	1.185.707,11	1.185.707,11	0,00	11,71	8.938.404,35	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	9.543.470,32	580.641,14	10.124.111,46	5.418.461,30	5.418.461,30	1.185.707,11	1.185.707,11	0,00	11,71	8.938.404,35	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	1.110.758,99	1.110.758,99	-	-	-	
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	9.543.470,32	580.641,14	10.124.111,46	5.418.461,30	5.418.461,30	2.296.466,10	2.296.466,10	0,00	11,71	8.938.404,35	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	SALDO
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

									INSCRITAS EM			
								RESTOS A PAGAR				
		D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		NÃO	%	Saldo a	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	PROCESSADOS		(g+h)	Liquidar	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	/f		(f-(g+h))	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho BaldisseraTéc. Cont.CRC/SC 28720/O-2
Joanei BavarescoResponsável pelo Controle Interno
Edvans PasqualSec. Adm. e Finanças
VALCIR APONSO SERIGHELLI

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPEAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
	DESPEAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.543.470,32	10.124.111,46	5.418.461,30	5.418.461,30	1.185.707,11	1.185.707,11	100,00	11,71	8.938.404,35
01	LEGISLATIVA	465.189,27	465.189,27	243.663,77	243.663,77	44.095,82	44.095,82	3,72	9,48	421.093,45
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	465.189,27	465.189,27	243.663,77	243.663,77	44.095,82	44.095,82	3,72	9,48	421.093,45
	Subtotal	465.189,27	465.189,27	243.663,77	243.663,77	44.095,82	44.095,82	3,72	9,48	421.093,45
04	ADMINISTRAÇÃO	1.168.399,99	1.228.730,90	979.217,20	979.217,20	209.407,08	209.407,08	17,66	17,04	1.019.323,82
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	905.399,99	965.727,99	790.235,40	790.235,40	170.248,60	170.248,60	14,36	17,63	795.479,39
04.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	263.000,00	263.002,91	188.981,80	188.981,80	39.158,48	39.158,48	3,30	14,89	223.844,43
	Subtotal	1.633.589,26	1.693.920,17	1.222.880,97	1.222.880,97	253.502,90	253.502,90	21,38	14,97	1.440.417,27
06	SEGURANÇA PÚBLICA	9.400,00	17.400,00	4.714,35	4.714,35	2.221,11	2.221,11	0,19	12,77	15.178,89
06.181	POLICIAMENTO	9.400,00	17.400,00	4.714,35	4.714,35	2.221,11	2.221,11	0,19	12,77	15.178,89
	Subtotal	1.642.989,26	1.711.320,17	1.227.595,32	1.227.595,32	255.724,01	255.724,01	21,57	14,94	1.455.596,16
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	133.089,12	133.089,12	42.068,07	42.068,07	9.908,32	9.908,32	0,84	7,44	123.180,80
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	30.999,58	30.999,58	6.854,89	6.854,89	354,89	354,89	0,03	1,14	30.644,69
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLES	87.289,54	87.289,54	30.954,60	30.954,60	5.672,61	5.672,61	0,48	6,50	81.616,93
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	14.800,00	14.800,00	4.258,58	4.258,58	3.880,82	3.880,82	0,33	26,22	10.919,18
	Subtotal	1.776.078,38	1.844.409,29	1.269.663,39	1.269.663,39	265.632,33	265.632,33	22,40	14,40	1.578.776,96
10	SAÚDE	2.086.318,60	2.151.583,97	1.148.843,00	1.148.843,00	320.874,64	320.874,64	27,06	14,91	1.830.709,33
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.496.642,00	1.561.907,37	898.539,77	898.539,77	229.879,21	229.879,21	19,39	14,72	1.332.028,16
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATO	575.000,00	575.000,00	250.048,23	250.048,23	90.740,43	90.740,43	7,65	15,78	484.259,57
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.200,00	7.200,00	255,00	255,00	255,00	255,00	0,02	3,54	6.945,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	7.476,60	7.476,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.476,60
	Subtotal	3.862.396,98	3.995.993,26	2.418.506,39	2.418.506,39	586.506,97	586.506,97	49,46	14,68	3.409.486,29
12	EDUCAÇÃO	2.413.411,00	2.844.150,48	1.207.280,40	1.207.280,40	231.622,25	231.622,25	19,53	8,14	2.612.528,23
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	65.000,00	65.000,00	11.500,00	11.500,00	3.584,51	3.584,51	0,30	5,51	61.415,49
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.677.911,00	1.795.680,93	870.500,26	870.500,26	212.721,59	212.721,59	17,94	11,85	1.582.959,34
12.362	ENSINO MÉDIO	315.000,00	315.000,00	14.165,41	14.165,41	4.201,42	4.201,42	0,35	1,33	310.798,58
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	350.000,00	662.969,55	311.114,73	311.114,73	11.114,73	11.114,73	0,94	1,68	651.854,82
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
	Subtotal	6.275.807,98	6.840.143,74	3.625.786,79	3.625.786,79	818.129,22	818.129,22	69,00	11,96	6.022.014,52
13	CULTURA	127.000,00	127.000,00	89.064,70	89.064,70	10.892,28	10.892,28	0,92	8,58	116.107,72
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	127.000,00	127.000,00	89.064,70	89.064,70	10.892,28	10.892,28	0,92	8,58	116.107,72
	Subtotal	6.402.807,98	6.967.143,74	3.714.851,49	3.714.851,49	829.021,50	829.021,50	69,92	11,90	6.138.122,24
15	URBANISMO	904.106,42	920.411,80	473.468,73	473.468,73	135.363,03	135.363,03	11,42	14,71	785.048,77
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	904.106,42	920.411,80	473.468,73	473.468,73	135.363,03	135.363,03	11,42	14,71	785.048,77
	Subtotal	7.306.914,40	7.887.555,54	4.188.320,22	4.188.320,22	964.384,53	964.384,53	81,33	12,23	6.923.171,01
17	SANEAMENTO	111.000,00	111.000,00	101.372,50	101.372,50	10.137,25	10.137,25	0,85	9,13	100.862,75
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	111.000,00	111.000,00	101.372,50	101.372,50	10.137,25	10.137,25	0,85	9,13	100.862,75
	Subtotal	7.417.914,40	7.998.555,54	4.289.692,72	4.289.692,72	974.521,78	974.521,78	82,19	12,18	7.024.033,76
20	AGRICULTURA	1.039.695,92	1.039.695,92	506.564,93	506.564,93	92.446,50	92.446,50	7,80	8,89	947.249,42
20.602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	35.000,00	35.000,00	29.958,10	29.958,10	7.203,10	7.203,10	0,61	20,58	27.796,90
20.606	EXTENÇÃO RURAL	1.004.695,92	1.004.695,92	476.606,83	476.606,83	85.243,40	85.243,40	7,19	8,48	919.452,52
	Subtotal	8.457.610,32	9.038.251,46	4.796.257,65	4.796.257,65	1.066.968,28	1.066.968,28	89,99	11,80	7.971.283,18
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
23.695	TURISMO	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
	Subtotal	8.460.110,32	9.040.751,46	4.796.257,65	4.796.257,65	1.066.968,28	1.066.968,28	89,99	11,80	7.973.783,18
25	ENERGIA	118.360,00	118.360,00	102.539,73	102.539,73	21.771,74	21.771,74	1,84	18,39	96.588,26
25.752	ENERGIA ELÉTRICA	118.360,00	118.360,00	102.539,73	102.539,73	21.771,74	21.771,74	1,84	18,39	96.588,26
	Subtotal	8.578.470,32	9.159.111,46	4.898.797,38	4.898.797,38	1.088.740,02	1.088.740,02	91,82	11,89	8.070.371,44
26	TRANSPORTE	662.000,00	662.000,00	469.812,15	469.812,15	78.946,57	78.946,57	6,66	11,93	583.053,43

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	662.000,00	662.000,00	469.812,15	469.812,15	78.946,57	78.946,57	6,66	11,93	583.053,43
	Subtotal	9.240.470,32	9.821.111,46	5.368.609,53	5.368.609,53	1.167.686,59	1.167.686,59	98,48	11,89	8.653.424,87
27	DESPORTO E LAZER	253.000,00	253.000,00	49.851,77	49.851,77	18.020,52	18.020,52	1,52	7,12	234.979,48
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	203.000,00	203.000,00	49.851,77	49.851,77	18.020,52	18.020,52	1,52	8,88	184.979,48
27.813	LAZER	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	Subtotal	9.493.470,32	10.074.111,46	5.418.461,30	5.418.461,30	1.185.707,11	1.185.707,11	100,00	11,77	8.888.404,35
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	Subtotal	9.543.470,32	10.124.111,46	5.418.461,30	5.418.461,30	1.185.707,11	1.185.707,11	100,00	11,71	8.938.404,35
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I+II)	9.543.470,32	10.124.111,46	5.418.461,30	5.418.461,30	1.185.707,11	1.185.707,11	100,00	11,71	8.938.404,35

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Téc. Cont.CRC/SC 28720/O-2
Josnei Bavaresco

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de IOMERÊ                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária          |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida            |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social              |
|                               MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011                        |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	03/2010	04/2010	05/2010	06/2010	07/2010	08/2010	09/2010
RECEITAS CORRENTES (I)	837.611,25	885.967,04	970.797,59	867.889,40	812.796,99	892.856,52	846.978,51
Receita Tributária	13.148,15	28.347,75	72.653,97	18.152,43	15.796,54	22.534,28	22.387,54
IPTU	0,00	2.609,52	41.463,49	658,23	780,54	2.855,98	3.438,26
ISS	3.966,19	8.924,33	4.574,70	3.653,95	5.110,01	6.512,29	8.697,29
ITBI	200,00	1.228,80	689,62	3.712,38	373,52	1.499,00	2.044,00
IRRF	7.747,57	9.087,82	9.184,14	8.942,10	8.770,40	9.896,91	5.930,27
Outras	1.234,39	6.497,28	16.742,02	1.185,77	762,07	1.770,10	2.277,72
Receita de Contribuições	7.610,50	4.545,38	4.189,90	3.854,26	4.145,05	4.130,84	4.072,07
Receita Patrimonial	7.074,50	5.741,97	7.683,82	8.048,84	7.527,81	4.931,35	6.312,69
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.873,06	31.841,29	2.796,20	3.406,99	2.139,64	12.972,02	2.603,76
Transferências Correntes	796.750,39	814.232,30	881.527,50	824.514,35	775.120,26	845.224,31	809.255,73
Cota-Parte do FPM	264.197,38	316.548,12	389.735,18	338.240,57	248.721,31	333.336,20	278.258,05
Cota-Parte do ICMS	368.017,63	361.334,86	337.721,73	350.731,89	355.655,43	365.173,94	383.977,45
Cota-Parte do IPVA	27.769,34	22.377,10	27.545,39	29.173,62	28.027,03	18.693,89	22.116,70
Cota-Parte do ITR	56,09	0,00	7,57	25,92	0,00	0,00	166,33
Transf.da LC 87/1996	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.343,17
Transferência do FUNDEB	40.894,01	43.333,26	42.637,02	42.557,71	40.706,64	43.238,31	43.518,23
Outras Transferências	93.472,77	68.295,79	81.537,44	61.441,47	99.666,68	82.438,80	78.875,80
Demais Receitas Correntes	8.154,65	1.258,35	1.946,20	9.912,53	8.067,69	3.063,72	2.346,72
II-DEDUÇÕES	133.760,64	141.874,84	152.804,86	145.662,09	128.609,30	145.515,44	138.973,48
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	133.760,64	141.874,84	152.804,86	145.662,09	128.609,30	145.515,44	138.973,48
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	703.850,61	744.092,20	817.992,73	722.227,31	684.187,69	747.341,08	708.005,03

+=[CPL]=-----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão
	10/2010	11/2010	12/2010	01/2011	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	941.704,67	960.569,29	1.259.437,10	1.118.379,83	1.101.698,48	11.496.686,67	9.960.567,93
Receita Tributária	15.733,36	19.954,17	27.743,72	25.304,85	9.231,32	290.988,08	263.457,00
IPTU	82,93	2.726,48	959,54	0,00	238,88	55.813,85	59.400,00
ISS	5.683,62	4.980,85	9.585,71	1.379,02	1.468,85	64.536,81	61.500,00
ITBI	264,00	1.976,00	1.260,00	9.898,00	1.270,00	24.415,32	16.000,00
IRRF	9.126,55	8.680,93	15.355,85	10.433,80	4.766,63	107.922,97	81.357,00
Outras	576,26	1.589,91	582,62	3.594,03	1.486,96	38.299,13	45.200,00
Receita de Contribuições	4.361,18	4.876,96	4.581,15	4.822,14	4.442,76	55.632,19	42.360,00
Receita Patrimonial	5.714,95	9.825,94	10.951,95	10.226,40	13.669,59	97.709,81	64.900,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	8.319,45	6.823,26	14.918,93	790,04	4.238,38	95.723,02	44.000,00
Transferências Correntes	904.959,65	916.961,70	1.198.924,09	1.075.511,88	1.068.233,19	10.911.215,35	9.502.426,00
Cota-Parte do FPM	299.541,54	359.079,75	624.138,45	433.997,93	467.569,14	4.353.363,62	4.401.020,00
Cota-Parte do ICMS	412.701,00	400.895,49	429.235,81	507.506,80	455.128,00	4.728.080,03	3.516.415,48
Cota-Parte do IPVA	27.455,62	12.494,02	8.282,27	16.998,54	26.525,61	267.459,13	254.648,74
Cota-Parte do ITR	2.558,45	0,00	68,33	83,51	6,99	2.973,19	3.100,00
Transf.da LC 87/1996	2.343,17	2.343,17	2.343,17	2.905,51	2.905,51	29.242,72	30.052,60
Transferência do FUNDEB	46.065,78	46.382,48	50.658,40	47.009,60	43.478,31	530.479,75	480.000,00
Outras Transferências	114.294,09	95.766,79	84.197,66	67.009,99	72.619,63	999.616,91	817.189,18
Demais Receitas Correntes	2.616,08	2.127,26	2.317,26	1.724,52	1.883,24	45.418,22	43.424,93
II-DEDUÇÕES	150.586,26	156.737,61	180.593,30	194.539,52	192.535,19	1.862.192,53	1.662.097,61
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	150.586,26	156.737,61	180.593,30	194.539,52	192.535,19	1.862.192,53	1.662.097,61
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	791.118,41	803.831,68	1.078.843,80	923.840,31	909.163,29	9.634.494,14	8.298.470,32

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

Téc. Cont.CRC/SC 28720/O-2
 Josnei Bavaresco

Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
 VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2010				de 2010				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.445,00	0,00	570,00	6.875,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,00	0,00	570,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.015,00	0,00	1.140,00	6.875,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2010				de 2010				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

Téc. Cont.CRC/SC 28720/O-2
 Josnei Bavaresco

Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
 VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Municipípio de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/ o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária	
Valor	0,00	

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(01/2011)	Exercício Anterior(2010)	Exercício Atual(2011)
BENS E DIREITOS DO RPPS			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/ o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 Antoninho Baldissera

 Téc. Cont.CRC/SC 28720/O-2
 Josnei Bavaresco

 Responsável pelo Controle Interno
 Edvans Pasqual

 Sec. Adm. e Finanças
 VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Municipípio de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.244.733,17	1.244.733,17	2.613.966,14
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.244.733,17	1.244.733,17	2.613.966,14
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.244.733,17	-1.244.733,17	-2.613.966,14
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.244.733,17	-1.244.733,17	-2.613.966,14

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-1.369.232,97	-1.369.232,97

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-217.720,88

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Téc. Cont.CRC/SC 28720/O-2
Josnei Bavaresco

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI


```

+=[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|                               Município de IOMERÊ                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária           |
|                               Demonstrativo do Resultado Primario                 |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social             |
|                               JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO   |
|-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	8.245.570,32	1.810.983,91	1.810.983,91	1.346.777,35
Receita Tributária	263.457,00	34.536,17	34.536,17	26.349,88
IPTU	59.400,00	238,88	238,88	0,00
ISS	61.500,00	2.847,87	2.847,87	5.340,75
IRRF	81.357,00	15.200,43	15.200,43	17.604,65
ITBI	16.000,00	11.168,00	11.168,00	1.900,00
Outras	45.200,00	5.080,99	5.080,99	1.504,48
Receita de Contribuição	42.360,00	9.264,90	9.264,90	4.992,69
Outras Contribuições	42.360,00	9.264,90	9.264,90	4.992,69
Receita Patrimonial Líquida	12.000,00	1.876,30	1.876,30	1.695,00
Receita Patrimonial	64.900,00	23.895,99	23.895,99	10.948,55
(-) Aplicações Financeiras	52.900,00	22.019,69	22.019,69	9.253,55
Transferências Correntes	7.840.328,39	1.756.670,36	1.756.670,36	1.279.863,24
FPM	3.520.816,00	721.253,72	721.253,72	517.557,09
ICMS	2.813.132,38	770.108,00	770.108,00	520.445,21
Outras Transferências	1.506.380,01	265.308,64	265.308,64	241.860,94
Demais Receitas Correntes	87.424,93	8.636,18	8.636,18	33.876,54
Dívida Ativa	6.510,00	919,89	919,89	6.388,65
Diversas Receitas Correntes	80.914,93	7.716,29	7.716,29	27.487,89
Receitas de Capital (II)	1.245.000,00	463.462,50	463.462,50	20.775,94
(-) Alienação de Ativos (V)	45.000,00	157.000,00	157.000,00	0,00
Transferências de Capital	1.200.000,00	306.462,50	306.462,50	20.775,94
Outras Transferências de Capital	1.200.000,00	306.462,50	306.462,50	20.775,94
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	1.200.000,00	306.462,50	306.462,50	20.775,94
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	9.445.570,32	2.117.446,41	2.117.446,41	1.367.553,29

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	7.591.727,29	1.120.470,81	1.120.470,81	955.162,69
Pessoal e Encargos Sociais	3.253.290,73	613.807,29	613.807,29	571.485,71
Outras Despesas Correntes	4.338.436,56	506.663,52	506.663,52	383.676,98
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	7.591.727,29	1.120.470,81	1.120.470,81	955.162,69
Despesas de Capital (XI)	2.482.384,17	65.236,30	65.236,30	22.332,50
Investimentos	2.482.384,17	65.236,30	65.236,30	22.332,50
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	2.482.384,17	65.236,30	65.236,30	22.332,50
Reserva de Conting. (XVI)	50.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	10.124.111,46	1.185.707,11	1.185.707,11	977.495,19
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-678.541,14	931.739,30	931.739,30	390.058,10
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			226.009,89	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-97.900,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de IOMERÊ

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RRRO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput art.212 Const)	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	225.781,93	225.781,93	30.235,43	30.235,43	13,39
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	66.724,93	66.724,93	1.019,13	1.019,13	1,53
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	59.400,00	59.400,00	238,88	238,88	0,40
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	1.814,93	1.814,93	574,72	574,72	31,67
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	3.510,00	3.510,00	140,82	140,82	4,01
1.1.4- Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/P	2.000,00	2.000,00	64,71	64,71	3,24
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	16.000,00	16.000,00	11.168,00	11.168,00	69,80
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	16.000,00	16.000,00	11.168,00	11.168,00	69,80
1.3 - Receita Resultante do - ISS	61.700,00	61.700,00	2.847,87	2.847,87	4,62
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	61.500,00	61.500,00	2.847,87	2.847,87	4,63
1.3.2- Multas e Juros de Mora do Imposto s/Servi	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Q	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	81.357,00	81.357,00	15.200,43	15.200,43	18,68
1.4.1- Imp.S/a Renda e Prov.Qualquer Natureza e	81.357,00	81.357,00	15.200,43	15.200,43	18,68
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.310.488,04	8.310.488,04	1.935.375,78	1.935.375,78	23,29
2.1 - Cota Parte do FPM	4.401.020,00	4.401.020,00	901.567,07	901.567,07	20,49
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	4.401.020,00	4.401.020,00	901.567,07	901.567,07	20,49
2.2- Cota-Parte do ICMS	3.516.415,48	3.516.415,48	962.634,80	962.634,80	27,38
2.3- Transf.Financ. ICMS Desoneração Lei LC 87/96	30.052,60	30.052,60	5.811,02	5.811,02	19,34
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	105.251,22	105.251,22	21.748,24	21.748,24	20,66
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	3.100,00	3.100,00	90,50	90,50	2,92
2.6- Cota-Parte do IPVA	254.648,74	254.648,74	43.524,15	43.524,15	17,09
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	8.536.269,97	8.536.269,97	1.965.611,21	1.965.611,21	23,03

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	88.660,00	88.660,00	12.502,23	12.502,23	14,10
5.1- Rec.Rem.Dep. Ban. de Rec.Vinc. Salário Educaç	1.300,00	1.300,00	650,70	650,70	50,05
5.1- Transf. do Salário Educação	42.360,00	42.360,00	11.851,53	11.851,53	27,98
5.2- Rec.Rem.Dep.Banc.Alimentação Escolar PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Rec.Rem.Dep.Banc.Apoio Transp. Escolar PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transf. Direta PNAE-Alimentação	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transf. Direta do FNDE ref PNATE	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	88.660,00	88.660,00	12.502,23	12.502,23	14,10



[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de IOMERÊ

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB					
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada (a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a) x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.662.097,61	1.662.097,61	387.074,71	387.074,71	23,29
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	880.204,00	880.204,00	180.313,35	180.313,35	20,49
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	703.283,10	703.283,10	192.526,80	192.526,80	27,38
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	6.010,52	6.010,52	1.162,20	1.162,20	19,34
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	21.050,24	21.050,24	4.349,56	4.349,56	20,66
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	620,00	620,00	18,09	18,09	2,92
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	50.929,75	50.929,75	8.704,71	8.704,71	17,09
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	482.100,00	482.100,00	90.947,70	90.947,70	18,86
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	480.000,00	480.000,00	90.487,91	90.487,91	18,85
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	2.100,00	2.100,00	459,79	459,79	21,89
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)	1.182.097,61	1.182.097,61	296.586,80	296.586,80	25,09

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d) x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	482.100,00	489.741,76	71.186,14	71.186,14	14,54
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	482.100,00	489.741,76	71.186,14	71.186,14	14,54
14.0 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	482.100,00	489.741,76	71.186,14	71.186,14	14,54

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	0,00
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11) x 100	% 78,27

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	7.641,76
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011	0,00

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.134.067,49	2.134.067,49	491.402,80	491.402,80	23,03
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f) = (e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	50.000,00	56.129,69	11.114,73	11.114,73	19,80
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	50.000,00	56.129,69	11.114,73	11.114,73	19,80
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.449.151,00	1.456.792,76	212.721,59	212.721,59	14,60
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	482.100,00	489.741,76	71.186,14	71.186,14	14,54
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	967.051,00	967.051,00	141.535,45	141.535,45	14,64
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[www.cplinformatica.com.br]

003

CONSOLIDADO

Município de IOMERÊ

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE (23+24+25+26+27+28)	1.499.151,00	1.512.922,45	223.836,32	223.836,32	14,79

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	296.586,80
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	459,79
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	296.127,01
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24) - (37)	519.963,33

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 26,45

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS (40+41+42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	1.499.151,00	1.512.922,45	223.836,32	223.836,32	14,79

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
---	------	------

VALOR

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS

	FUNDEB (b)	FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	7.641,76	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	90.487,91	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	55.482,48	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	459,79	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	43.106,98	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Téc. Cont.CRC/SC 28720/O-2
Josnei Bavaresco

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Municipio de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	2.482.384,17	65.236,30	65.236,30	2.417.147,87
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	2.482.384,17	65.236,30	65.236,30	2.417.147,87
--------------------------------	--------------	-----------	-----------	--------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-2.482.384,17	-65.236,30	-65.236,30	-2.417.147,87
---------------------	---------------	------------	------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Téc. Cont.CRC/SC 28720/O-2
Josnei Bavaresco

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Municipípio de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	45.100,00	158.298,73	-113.198,73
Rec.Rem.Dep.Banc.Alienação de Bens Outros	0,00	1.165,20	-1.165,20
Rec.Rem.Dep.Banc Alienação de Bens Educação	100,00	0,00	100,00
Rec.Rem. Dep. Ban. Alienação de Bens Saúde	0,00	133,53	-133,53
Alienação de Bens Móveis	45.000,00	0,00	45.000,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	157.000,00	-157.000,00
Total	45.100,00	158.298,73	-113.198,73

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	57.965,83	8.155,70	49.810,13
Despesas de Capital	57.965,83	8.155,70	49.810,13
Investimentos	57.965,83	8.155,70	49.810,13
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	57.965,83	8.155,70	49.810,13

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	23.074,44	150.143,03	173.217,47

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Téc. Cont.CRC/SC 28720/0-2
Josnei Bavaresco

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	8.536.269,97	8.536.269,97	1.965.611,21	23,03
Impostos	225.781,93	225.781,93	30.235,43	13,39
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	59.400,00	59.400,00	238,88	0,40
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	81.357,00	81.357,00	15.200,43	18,68
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	16.000,00	16.000,00	11.168,00	69,80
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	61.500,00	61.500,00	2.847,87	4,63
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	1.814,93	1.814,93	574,72	31,67
Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serviços Qua	100,00	100,00	0,00	0,00
Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/Prop.Ter	2.000,00	2.000,00	64,71	3,24
Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Qual.Nat	100,00	100,00	0,00	0,00
Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urbana -	3.510,00	3.510,00	140,82	4,01
Receitas de transf. constitucionais e Legais	8.310.488,04	8.310.488,04	1.935.375,78	23,29
da União	8.310.488,04	8.310.488,04	1.935.375,78	23,29
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	4.401.020,00	4.401.020,00	901.567,07	20,49
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	3.100,00	3.100,00	90,50	2,92
Transf.Financ. ICMS Desoneração Lei LC 87/96	30.052,60	30.052,60	5.811,02	19,34
Cota-Parte do ICMS	3.516.415,48	3.516.415,48	962.634,80	27,38
Cota-Parte do IPVA	254.648,74	254.648,74	43.524,15	17,09
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	105.251,22	105.251,22	21.748,24	20,66
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	439.677,96	439.677,96	73.208,80	16,65
da União para o Município	381.105,96	381.105,96	72.065,89	18,91
Transf. Rec. Sistema Unico Saude-SUS Rep. Fundo	381.105,96	381.105,96	72.065,89	18,91
do Estado para o Município	58.572,00	58.572,00	1.142,91	1,95
Transf.Rec. Estado p/Programa de Saude-Repasse F	58.572,00	58.572,00	1.142,91	1,95
(-)Dedução para o Fundef	-1.662.097,61	-1.662.097,61	-387.074,71	23,29
Total de Receita de Impostos	7.313.850,32	7.313.850,32	1.651.745,30	22,58

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	1.754.343,70	1.806.743,24	316.461,64	17,52
Pessoal e Encargos Sociais	904.166,34	907.230,18	170.989,49	18,85
Outras Despesas Correntes	850.177,36	899.513,06	145.472,15	16,17
Despesas de Capital	331.974,90	344.840,73	4.413,00	1,28
Investimentos	331.974,90	344.840,73	4.413,00	1,28
Total	2.086.318,60	2.151.583,97	320.874,64	14,91

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	320.874,64	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	805.877,96	851.157,73	84.174,71	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	785.877,96	818.291,90	79.807,71	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	20.000,00	32.865,83	4.367,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	236.699,93	0,00

+=[CPL]=-----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2010 (e)	Aplic.Apurada em 2010 (F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2010	Can.em 2011(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	22,52	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2010				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	12,04
--	-------

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	1.496.642,00	1.561.907,37	229.879,21	71,64
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	575.000,00	575.000,00	90.740,43	28,28
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.200,00	7.200,00	255,00	0,08
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	7.476,60	7.476,60	0,00	0,00
Total	2.086.318,60	2.151.583,97	320.874,64	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	805.877,96	851.157,73	84.174,71	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	785.877,96	818.291,90	79.807,71	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	20.000,00	32.865,83	4.367,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	2.086.318,60	2.151.583,97	236.699,93	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Téc. Cont.CRC/SC 28720/O-2
Josnei Bavaresco

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	9.543.470,32
Previsão Atualizada da Receita	0,00	9.543.470,32
Receitas Realizadas	2.296.466,10	2.296.466,10
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	226.009,89
Déficit Orçamentário	0,00	580.641,14

Balanco Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	9.543.470,32
Dotação Atualizada	0,00	10.124.111,46
Despesas Empenhadas	5.418.461,30	5.418.461,30
Despesas Liquidadas	1.185.707,11	1.185.707,11
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	5.418.461,30	5.418.461,30
Despesas Liquidadas	1.185.707,11	1.185.707,11

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	9.634.494,14

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-217.720,88	-1.369.232,97	628,8937
Resultado Primario	-97.900,00	931.739,30	-951,7255

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	8.015,00	0,00	1.140,00	6.875,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	26,453
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	78,2715
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	65.236,30	2.417.147,87

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	158.298,73	-113.198,73
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	8.155,70	49.810,13

Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	236.699,93	15,00	12,04

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Antoninho Baldissera

Téc. Cont.CRC/SC 28720/O-2
Josnei Bavaresco

Responsável pelo Controle Interno
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2084/2011

DECRETO N º 2084/2011, DE 28 DE MARÇO DE 2011.
PROMOVE TRANSFERÊNCIA/CESSÃO DE BEM MÓVEL MUNICIPAL
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 8º, inciso VII e VIII, 65, inciso VII, e, 87, inciso I, alínea "I", todos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de melhoria e agilização no atendimento, locomoção e na prestação de serviços prestados;

CONSIDERANDO a atual disponibilidade do veículo marca CHEVROLET MODELO IMP/GM CORSA WEGON GLS WD, PLACAS MBO-0247, 4 PORTAS, 092 CV, COR PRATA, CHASSI: 8AGSJ-35NO1R110577, COMBUSTIVEL GASOLINA, ANO DE FABRICAÇÃO 2000, MODELO 2001, pertencente Ao Fundo Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que o município adquiriu veículo novo para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde.

CONSIDERANDO a inexistência de prejuízos no que se refere a adequada e eficiente prestação de serviços:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o veículo marca CHEVROLET MODELO IMP/GM CORSA WEGON GLS WD, PLACAS MBO-0247, 4 PORTAS, 092 CV, COR PRATA, CHASSI: 8AGSJ35NO1R110577, COMBUSTIVEL GASOLINA, ANO DE FABRICAÇÃO 2000, MODELO 2001, cadastrado no patrimônio Municipal sob o código 680, transferido para a Secretaria Municipal da Infraestrutura, para uso exclusivo do Diretor de Projetos, Senhor José Felix Martins.

Art. 2º - Em virtude da transferência ora efetivada, as despesas com a manutenção do referido veículo, ficarão sob a responsabilidade da Secretaria da Infraestrutura, inclusive seu eventual condutor.

Art.3º - Fica o Departamento de Patrimônio e Material autorizada a promover a respectiva transferência.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), em 28 de março de 2011.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal Nº 330/2011

LEI MUNICIPAL Nº 330/2011

Data: 23 de março de 2011

Cria o Parque Natural Municipal Carijós, no Município de ITAPOÁ, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI

Art. 1Fica criado o Parque Natural Municipal Carijós, localizado no município de ITAPOÁ, no estado de Santa Catarina, com área de 39,76 hectares, com os objetivos de preservar os ambientes naturais pertencentes ao Bioma da Mata Atlântica, em especial os da Floresta Ombrófila Densa (FOD), possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico de acordo com memorial descritivo e mapa anexo.

§ 1º O Parque Natural Municipal Carijós tem os limites descritos a partir de levantamento topográfico e todas as coordenadas descritas no perímetro em anexo, estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas pelo Sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51WGr, tendo como datum o SAD-69 e fuso J22. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

§ 2º - Os limites e normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da Zona de Amortecimento, serão definidos durante o processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque.

§ 3º - Até a publicação do Plano de Manejo, o limite da Zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal Carijós é de cem metros em projeção horizontal, a partir do seu perímetro e suas normas de uso serão definidas conforme a legislação incidente, em norma específica.

Art. 2Cabe à Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, através do Departamento de Meio Ambiente vinculado à Prefeitura Municipal de ITAPOÁ, administrar o Parque Natural Municipal Carijós, adotando as medidas necessárias à sua efetiva gestão, implantação e manutenção, segundo as normas do SEUC e do SNUC.

Art. 3Fica estabelecido o prazo de dois anos, a partir da data de publicação desta Lei, para elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Carijós, nos termos dos arts. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, 12 a 16 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e 140 da Lei Estadual Nº 14.675, de 13 de abril de 2009.

Art. 4Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de março de 2011.

ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 331/2011

LEI MUNICIPAL Nº 331/2011

Data: 23 de março de 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ABRIGO AOS ANIMAIS CARENTES SÃO FRANCISCO DE ASSIS.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1.Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Proteção e Abrigo aos Animais Carentes São Francisco de Assis - APAACSFA, Associação Civil declarada de Utilidade Pública, através da Lei Municipal nº 320 de 13 de dezembro de 2010, qualificada como entidade sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, inscrita sob o nº 12.654.330/0001-80, com sede no município de Itapoá/SC, fundada em 2003.

Art. 2.O Convênio de que trata o artigo 1º desta Lei tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o Poder Executivo Municipal e a Associação de Proteção e Abrigo aos Animais Carentes São

Francisco de Assis - APAACSFSA, para a manutenção dos animais recolhidos nas ruas do município de Itapoá.

Art. 3. Para execução do objeto deste Convênio, o Município repassará à Associação R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) anual, ou no presente exercício, divididos em 09 (nove) parcelas no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada uma, correspondente aos gastos com alimentação e hospedagem dos animais.

Art. 4. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação do orçamento vigente, suplementadas se necessário, na seguinte rubrica:

14 Fundo Municipal de Saúde

2.167 Manutenção de Convênios com Entidades Protetoras de Animais

3.3.90

Art. 5. O prazo de vigência do convênio de que se refere esta Lei é de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado de comum acordo pelos partícipes por prazo determinado.

Art. 6. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de março de 2011.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº 332/2011

LEI MUNICIPAL Nº 332/2011

Data: 23 de março de 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI

Art. 1. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à alienação dos bens móveis, pertencentes ao Patrimônio da Prefeitura e inservíveis para a Administração Pública, abaixo relacionados:

I. Veículo marca Fiat, modelo Fiorino IE, placa MCB 9301;

II. Veículo marca Fiat, modelo Fiorino IE, placa MCB 9291;

III. Veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Fire, placa MDU 1541;

IV. Veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Fire, placa MGR 1210;

V. Veículo marca VW, modelo Gol Special, placa MDG 7301.

Art. 2. A alienação será procedida em conformidade com a Seção VI do Capítulo I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, baseado por melhor preço que for a proposta.

Art. 3. A avaliação dos bens será procedida pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis através de empresas legalmente constituídas e especializadas no segmento de comércio de veículos, para efeito de valor mínimo a ser lançado no Edital de Leilão.

Art. 4. A receita decorrente do processo de alienação terá destinação exclusiva para as despesas de capital ou previdenciária, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 23 de março de 2011.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 0385/2011.

PORTARIA Nº 0385/2011.

De: 01 de fevereiro de 2011.

FICA NOMEADO (A) PARA O CARGO.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 76/2001, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 001/2007, NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

Cargo	Nome	Sal. Inicial
Enfermeiro I	Daniele Santos Kuroba	R\$ 1.570,12

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de fevereiro de 2011.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 0573/2011

PORTARIA Nº 0573/2011

De: 23 de março de 2011.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), POR FALECIMENTO.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por falecimento, o(a) servidor(a) VILMAR VANDE DA ROSA, código 360.3, ocupante do cargo de Agente Operacional, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 23 de março de 2011.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço Nº 15/2011 - Pregão Presencial Nº09/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2011

PROCESSO Nº 20/2011

INTERESSADO: SECRETARIA DE SAÚDE

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de análises clínicas e laboratoriais, mediante requisições emitidas pela Secretaria de Saúde de Itapoá, nos itens conforme relação descrita no Anexo V do Edital.

Aos vinte e um dias do mês de março do corrente ano de 2011, o Município de Itapoá/SC, devidamente representado e assistido pela Secretaria de Saúde aqui denominada, ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Secretária de Saúde, Sra. SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, portadora do CI.RG. nº 3.410.151-9, inscrita no CNPF/MF nº: 944.334.299-53, matrícula nº 1210-6, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa REINALDO SAMPAIO BEXIGA – ME, pessoa jurídica de departamento privado, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 00.506.738/0001-25, Inscrição Estadual: Isento, com sede à Rua Avenida Brasil, nº 2681, Centro, nesta cidade de Itapoá/SC,

representada neste ato por proprietário o Sr. Reinaldo Sampaio Bexiga, portador do CNPF/MF nº 00.506.738/0001-25, e do CI.RG nº 3.085.316-4 SSP/PR, CRF nº 2826/SC, acordam proceder, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão nº 09/2011 em epígrafe, ao Registro de Preços nº 08/2011 resolvem registrar preço aos itens abaixo discriminados:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Acido Úrico	150	R\$ 1,85	R\$ 277,50
2	Albumina	10	R\$ 1,85	R\$ 18,50
3	Aldolase	2	R\$ 3,68	R\$ 7,36
4	Amilase	15	R\$ 2,25	R\$ 33,75
5	Bilirrubinas	40	R\$ 2,01	R\$ 80,40
6	Cálcio	15	R\$ 2,50	R\$ 37,50
7	Colesterol Total	650	R\$ 1,85	R\$ 1.202,50
8	Colesterol HDL	600	R\$ 3,51	R\$ 2.106,00
9	Creatinina	400	R\$ 1,85	R\$ 740,00
10	Creatinofosfoquinase Fração	2	R\$ 4,12	R\$ 8,24
11	Creatinofosfoquinase - Total	6	R\$ 3,68	R\$ 22,08
12	Curva Glicêmica - GTT	10	R\$ 10,65	R\$ 106,50
13	Curva Glicêmica Simplificada	2	R\$ 10,44	R\$ 20,88
14	Desidrogenase Láctica – LDH	3	R\$ 3,68	R\$ 11,04
15	Eletroforese de hemoglobina	4	R\$ 7,84	R\$ 31,36
16	Eletroforese de proteínas	2	R\$ 4,42	R\$ 8,84
17	Ferritina	10	R\$ 8,50	R\$ 85,00
18	Ferro sérico	5	R\$ 3,51	R\$ 17,55
19	Fosfatase Alcalina	50	R\$ 2,01	R\$ 100,50
20	Fósforo	10	R\$ 1,85	R\$ 18,50
21	Gamaglutamil Transferase (GG)	100	R\$ 3,51	R\$ 351,00
22	Glicose em Jejum	800	R\$ 1,85	R\$ 1.480,00
23	Glicose pós dextrosol	20	R\$ 2,50	R\$ 50,00
24	Glicose Pós Prandial	4	R\$ 1,85	R\$ 7,40
25	Hemoglobina Glicosilada	15	R\$ 15,67	R\$ 235,05
26	LDL - Colesterol	500	R\$ 3,51	R\$ 1.755,00
27	Lipase	2	R\$ 2,25	R\$ 4,50
28	Lípidios Totais	180	R\$ 1,85	R\$ 333,00
29	Magnésio	4	R\$ 2,04	R\$ 8,16
30	Mucoproteínas	10	R\$ 2,01	R\$ 20,10
31	Potássio	30	R\$ 2,10	R\$ 63,00
32	Proteínas Totais e Frações	10	R\$ 1,85	R\$ 18,50
33	Proteínas 24 horas	2	R\$ 2,17	R\$ 4,34
34	Sódio	20	R\$ 2,10	R\$ 42,00
35	Transaminase Oxalacética	150	R\$ 2,01	R\$ 301,50
36	Transaminase Pirúvica	150	R\$ 2,01	R\$ 301,50
37	Triglicerídeos	550	R\$ 3,51	R\$ 1.930,50
38	Uréia	100	R\$ 1,85	R\$ 185,00
39	VLDL	1000	R\$ 3,51	R\$ 3.510,00

Lote 1 - Bioquímica

Valor Total - Lote 1					R\$ 15.534,55
41	Lote 2 - Citologia	Células LE	5	R\$ 4,11	R\$ 20,55
42		Coagulograma	4	R\$ 5,80	R\$ 23,20
43		Contagem de Plaquetas	190	R\$ 2,73	R\$ 518,70
44		Coombs Indireto	15	R\$ 2,73	R\$ 40,95
45		Eritrograma	4	R\$ 2,73	R\$ 10,92
46		Fator Rho (D)	65	R\$ 1,43	R\$ 92,95
47		Grupo Sanguíneo	65	R\$ 1,43	R\$ 92,95
48		Hemograma	1150	R\$ 4,19	R\$ 4.818,50
49		KPTT	30	R\$ 3,50	R\$ 105,00
50		Prova de Laço	50	R\$ 2,73	R\$ 136,50
51		Reticulócitos	2	R\$ 2,73	R\$ 5,46
52		Retração do Coagulo	50	R\$ 2,73	R\$ 136,50
53		TAP	100	R\$ 2,73	R\$ 273,00
54		Tempo de Coagulação	65	R\$ 2,73	R\$ 177,45
55		Tempo de Sangramento	65	R\$ 2,73	R\$ 177,45
56		VHS	150	R\$ 2,73	R\$ 409,17
Valor Total - Lote 2					R\$ 7.039,2600
57	Lote 3 - Hormônios	Antígeno Prostático Específico	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
58		CA 125	2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
59		CA 19-9	2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
60		Estradiol (E2)	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
61		Estrona (E1)	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
62		Hormônio Folículo Estimulante	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
63		Hormônio Luteinizante- LH	4	R\$ 10,00	R\$ 40,00
64		Hormônio Tireoestimulante	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00
65		Paratormônio – PTH	10	R\$ 15,00	R\$ 150,00
66		Progesterona	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
67		Prolactina	4	R\$ 10,00	R\$ 40,00
68		T3 (Triiodotironina)	2	R\$ 10,00	R\$ 20,00
69		T3 Livre	25	R\$ 10,00	R\$ 250,00
70		T4 (Tiroxina)	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
71		T4 Livre	25	R\$ 10,00	R\$ 250,00
72		Testosterona Livre	5	R\$ 15,00	R\$ 75,00
73		Testosterona Total	5	R\$ 15,00	R\$ 75,00
74	Transferrina	10	R\$ 15,00	R\$ 149,98	
Valor Total - Lote 3					R\$ 1.899,98

75	Lote 4 - Imunologia	Ac. Anti-Tireoglobulina	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00
76		Anti -HIV	4	R\$ 18,55	R\$ 74,20
77		Antiestreptolisina "O"	25	R\$ 5,00	R\$ 125,00
78		Antígeno Austrália (HbsAg)	5	R\$ 25,00	R\$ 125,00
79		Antígeno Carcinoembrio- gênico	5	R\$ 22,00	R\$ 110,00
80		Antígeno Prostático Espe- cífico	40	R\$ 15,00	R\$ 600,00
81		Beta - HCG	250	R\$ 10,00	R\$ 2.500,00
82		Citomegalovirus – IGG/IGM	2	R\$ 33,00	R\$ 66,00
83		Colinesterase	10	R\$ 17,16	R\$ 171,60
84		Dosagem de IgA	2	R\$ 17,16	R\$ 34,32
85		Dosagem de IgE	6	R\$ 13,50	R\$ 81,00
86		Estriol (E3)	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
87		FAN- fator anti-núcleo	2	R\$ 17,21	R\$ 34,42
88		FTA-Abs-IGG	2	R\$ 16,50	R\$ 33,00
89		FTA-Abs-IGM	2	R\$ 16,50	R\$ 33,00
90		Hepatite "C"	4	R\$ 35,00	R\$ 140,00
91		Hepatite "A" IgG	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00
92		Hepatite "A" IgM	2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
93		Herpes Simples – IgG	2	R\$ 22,00	R\$ 44,00
94		Herpes Simples – IgM	2	R\$ 30,00	R\$ 60,00
95		Látex para Fator Reuma- tóide	10	R\$ 5,00	R\$ 50,00
96		Proteína "C" reativa - PCR	60	R\$ 5,00	R\$ 300,00
97		Rast – HX2	5	R\$ 18,00	R\$ 90,00
98		Toxoplasmose Avidéz	5	R\$ 35,00	R\$ 175,00
99		toxoplasmose IGG	200	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
100		Toxoplasmose IGM	200	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
101		Rubeola IGG	200	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
102		Rubeola IGM	200	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
103		VDRL	150	R\$ 5,00	R\$ 749,98
Valor Total - Lote 4					R\$ 16.682,32

104	Lote 5 - Microbiologia	Antibiograma	70	R\$ 6,20	R\$ 434,00
105		Bacterioscopia pelo GRAM	80	R\$ 3,00	R\$ 240,00
106		Bacterioscopia pelo Ziehl	30	R\$ 4,00	R\$ 120,00
107		Cultura	380	R\$ 6,87	R\$ 2.610,60
108		Exame à Fresco	100	R\$ 2,50	R\$ 250,00
109		Pesquisa de Leucócitos	10	R\$ 1,86	R\$ 18,58
Valor Total - Lote 5					R\$ 3.673,18
110	Lote 6 - Parasitologia	Parasitológico de Fezes	300	R\$ 1,65	R\$ 495,00
111		Pesquisa de Sangue Oculto	55	R\$ 1,66	R\$ 90,73
Valor Total - Lote 6					R\$ 585,7300
112	Lote 7 - Urinálise	Microalbuminúria	20	R\$ 5,00	R\$ 100,00
113		Urinálise	900	R\$ 3,77	R\$ 3.392,38
Valor Total - Lote 7					R\$ 3.492,3800
TOTAL					R\$ 49.981,6000

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS E DA FUTURA CONTRAÇÃO

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU.

2.1.1. A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário, e obedecido os dispostos no art. 4º § 1º do Decreto Federal 3.931/2001.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itapoá/SC não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.1.4 – A Unidade de Suprimentos, órgão gerenciador do SRP será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos;

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexos, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 09/2011.

3.3 - Para cada material de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 09/2011, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 - O preço unitário a ser pago por produto será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 08/2011, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano contados da data de sua publicação, previsto no art. 15 da Lei 8.666/93, § 3º inciso III, e Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001.

4.2 - A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário.

4.3 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Saúde, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, com início no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material/ou ordem de serviço.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e Art. 11 do Decreto Federal nº 3.931/2001, e que no qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

5.2 - Convocação para assinatura do Contrato:

5.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será(ão) convocada(s) por e-mail para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, assinar o Contrato;

5.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a empresa obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

5.4 - Na oportunidade de assinatura da ata de registro de preços a empresa deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) contratada, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante;

6.3 - O pagamento será efetuado 10 (décimo) dia após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal no órgão gerenciador.

6.4 - Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice

de atualização monetária o INPC – Índice Nacional de Preços de Consumidor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A entrega do objeto ou prestação do serviço só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem, ou do serviço.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura eletrônica correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

8.2 - Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;

b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;

c) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato. Caso aconteça, o MUNICÍPIO terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspensão do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Itapoá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a homologação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3 - Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará,

motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

8.4 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

8.5 - Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Município de

Itapoá poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

9.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

9.5 – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.6 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual será regido conforme art. 65, inciso II alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93, e poderão ser alterados com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuarem inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, teor do inciso XXI, do art.37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao contratado proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que a CONTRATADA não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originariamente prevista.

10.1.1. Para este restabelecimento de equilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer fato imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto às suas consequências; fato estranho às vontades das partes; fato inevitável; fato de causa de desequilíbrio muito grande no contrato – instabilidade econômica governamental.

10.2. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual, poderá se dar a qualquer tempo desde que comprovado os pressupostos para sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 11.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
 - a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) presentes razões de interesse público.

11.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

11.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município www.diariomunicipal.sc.gov.br, conforme Decreto Municipal nº 1150/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA OU SERVIÇO

12.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/Secretaria de Saúde, através do fiscal desta Sra. DENISE DE SOUZA ZAGONEL, CNPF/MF: 004.139.809-28, matrícula nº 654-8, ou servidor capacitado no ato designado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Itapoá - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ou venha se tornar.

13.2 - E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 21 de março de 2011.

ERVINO SPERANDIO
Município de Itapoá
Prefeito Municipal

REINALDO SAMPAIO BEXIGA – ME
Reinaldo Sampaio Bexiga

SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ
Município de Itapoá
Secretária de Saúde

TESTEMUNHAS:
NOME:
CNPF/MF:
NOME:
CNPF/MF:

Ato Justificativo de Anulação de Licitação - Convite Nº 06/2011

ATO JUSTIFICATIVO
DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de ultrassonografia, mediante requisições emitidas pela Secretaria da Saúde de Itapoá, nos itens conforme relação descrito no Anexo I, do edital.

Em 15/03/2011 foi realizada a sessão pública de julgamento do

Convite nº 06/2011 – Processo nº 23/2011, aonde transcorrido todas as formalidades do certame epigrafe, e tendo como participante apenas uma licitante, a empresa: DANIEL AMARAL DE FARIA E CIA LTDA, mesmo após ampla divulgação, e convite as mais duas empresas: CENTRO MÉDICO DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM S/C LTDA, CNPJ/MF: 79.382.164/0001-80, SÃO MARCOS RADIOLOGIA, CNPJ/MF: 79.401.055/0001-63, conforme protocolo, obtendo-se o resultado de R\$ 73.130,00 (setenta e três mil e cento e trinta reais).

Provocado parecer quanto à homologação do certame em epigrafe nego adjudicação e homologação pelo fato que no dia 10/02/2010 o município firmou contrato no valor de R\$ 56.460,00 em vigor até o ultimo 31/12/2010.

Resta comparação de preços a seguir:

Item	Exame	Ano 2010	Ano 2011	CIS AMUNESC PREÇO SUS
1.	Ultra – som ginecológico (via endovaginal)	48,00	62,00	24,20
2.	Ultra- som obstétrico (incluindo obstétricos via endovaginal)	48,00	57,00	24,20
3.	Ultra – Som abdome superior	50,00	76,00	24,20
4.	Ultra – Som abdômen total	78,00	103,00	37,95
5.	Ultra – Som vias urinárias	50,00	83,00	24,20
6.	Ultra – Som próstata (via trans abdominal)	50,00	66,00	24,20
7.	Ultrassom Mama	-	58,00	24,20
Total				

Cuida-se dos recursos públicos, cuida-se dos Princípios da economicidade, da isonomia, e da improbidade administrativa, e a o que se considerar que o valor diferencial de serviço de um exercício ano de 2010 no valor de R\$ 56.460,00, para outro seguinte, ano de 2011 no valor de R\$ R\$ 73.130,00, a diferença de R\$ 16.670,00 (dezesesseis mil seiscentos e setenta reais), configura lesão ao princípio da economicidade e aos cofres públicos.

Ainda há o que se considerar a importância referencial do preço SUS no total de R\$ 27.753,00, em que se o Município tivesse acesso a empresas interessadas a prestar serviços por este valor, como acontece nos grandes centros, a economia seria R\$ 45.377,00.

A administração pública age em proveito e para satisfazer o interesse público, daquilo que é de todos. Por isso se exige uma atuação, da Administração Pública, extremamente eficiente, e obtendo este resultado fica configurado o vício ao edital ocorridos erros insanáveis na licitação, quanto seu valor máximo, não podendo então surtir efeitos.

Mediante a todas as razões apresentadas fica prejudicada a licitação haja vista a decorrência de efeito exorbitante quanto ao preço superfaturado do resultado da licitação indo contra os princípios da economicidade, e da proposta mais vantajosa para administração pública.

Estas razões também encontram guarida no princípio da moralidade e da igualdade, pois se assim não ocorrer fere-se estes princípios de forma estridente, e a licitação cumpriu a sua razão de ser, pois não foi eficaz para os serviços públicos.

Pois bem, no caso de verificação de ato ilegal, a Administração tem o poder-dever de anulá-los, pelos motivos já expostos. Assim, se determinada licitação fora irregularmente processada e distinta da prescrita pela Lei de Licitações, a Administração deve anulá-la, haja vista que o vício, a princípio incapaz de ser convalidado, macula todo o procedimento.

São hipóteses previstas na Súmula 473 do Supremo Tribunal

Federal:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial." (grifo nosso).

Mas há também que observar o artigo 49 § 3o da Lei Federal de Licitações que rege que no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Portanto com o intuito de maior agilidade do serviço público, e para que não venha incorrer em mais prejuízos à administração pública municipal resolve anular o certame licitatório cumprindo o exposto no Art. 49 da Lei nº 8.666/93:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. (grifo nosso)

Itapoá, 25 de março de 2011.

Pelo exposto determino a anulação da licitação e que sigam os ulteriores termos.

ERVINO SPERANDIO
Município De Itapoá
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 33/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2011

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: SILVANA DE OLIVEIRA ZIOBER EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS com sede á Rua Aluizio Nunes Costa, nº 822, Bairro: Cidade Industrial na cidade de Maringá/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.547.961/0001-74 e Inscrição Estadual n.º 90465551-10.

Licitação: CONVITE N.º 08/2011 - PROCESSO Nº 28/2011;

Objeto: Aquisição de equipamentos de academias ao ar livre, conforme especificações do Anexo I do Edital.

Valor total: R\$ 15.675,00 (quinze mil seiscentos e setenta e cinco reais).

Orçamento: (Órgão 12 - Secretaria de Esporte e Juventude, Unidade 01 - Departamento de Esporte, Projeto/Atividade: 2.060 - Conv. Esporte e Juventude, Ficha: 171, Elemento: 3.3.90, Subelemento: 3.3.90.30.99 - Outros Materiais de Consumo, Vínculo: 22400 - Transferências de Convênios - Outros.

Data da assinatura: 29/03/2011;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total dos objetos, ou até 31/12/2011.

Itapoá, 29 de março de 2011.

ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 4.088 de 21 de Março de 2011.

LEI Nº 4.088 DE 21 DE MARÇO DE 2011.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, ATRAVÉS DO FUNREBOM, CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM, autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO, com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, objetivando a Cessão de Uso dos seguintes equipamentos:

- I) UMA MOTOSSERRA STIHL MS 381 SABRE 40CM;
- II) UMA MOTOSSERRA STIHL MS 192 SABRE 30CM;
- III) UM SISTEMA DE RESGATE HIDRÁULICO.

Parágrafo único - Os bens patrimoniais de que trata o "caput" do artigo 1º desta Lei, tem por finalidade exclusiva o uso nos serviços do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período se do interesse das partes.

Art. 3º As despesas relativas à operação, bem como a manutenção e conservação do bem ora cedido e as obrigações legais e encargos que venham ocorrer pelo uso do mesmo, responsabilizando-se pelos reparos, manutenção ou qualquer outra, correrão por conta do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 21 de março de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Nº 4.089 de 21 de Março de 2011.

LEI Nº 4.089 DE 21 DE MARÇO DE 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM A CRECHE IRMÃ SHEILA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Creche Irmã Sheila tendo como objeto a ação conjunta entre o Município de Joaçaba e a Creche Irmã Sheila para o atendimento de crianças na educação infantil, de acordo com a faixa etária de zero a cinco anos e onze meses atendida pela instituição.

Parágrafo único - O Município de Joaçaba repassará mensalmente

à Creche Irmã Sheila os recursos financeiros correspondentes ao repasse do FUNDEB recebido, calculado de acordo com o número de crianças atendidas pela instituição apurado pelo Censo Escolar, perfazendo um total/ano de R\$ 1.415,97 por criança atendida, sendo atualmente 66 (sessenta e seis) crianças.

Art. 2º A prestação de contas deverá acontecer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento.

Art. 3º O prazo de vigência do Convênio é a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2011.

Art. 4º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 21 de março de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Nº 4.090 de 21 de Março de 2011.

LEI Nº 4.090 DE 21 DE MARÇO DE 2011.

DENOMINA RUA OVALDIR HEBERLE QUE ESPECÍFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica denominada RUA OVALDIR HEBERLE àquela que tem início na Rua Rosa Heberle final no seu próprio fim, localizada no Bairro Vila Remor, conforme mapa em anexo;

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 21 de março de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Nº 4.091 de 21 de Março de 2011.

LEI Nº 4.091 DE 21 DE MARÇO DE 2011.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA CENTRO ESPÍRITA CASA DA LUZ DE JOAÇABA.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica declarada Entidade de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA CASA DA LUZ DE JOAÇABA, com sede e foro no Município de Joaçaba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba - (SC), em 21 de março de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 786/2011/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 786/2011/PMJ
PROVENIENTE DO PL 29/2011/PMJ - DL 5/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: ADEMAR SEBASTIÃO JACOMEL E RAUNI FELIPE FRANCO JACOMEL
OBJETO: Locação de um imóvel, localizado na Rua Tiradentes, nº 239, centro, da cidade de Joaçaba (SC), destinado a instalação do Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender
VALOR: Valor mensal de R\$ 3.930,00, totalizando 37.335,00.
DATA DE ASSINATURA: 16/03/2011.
VIGÊNCIA: 31/12/2011.

SIMAE

Portaria JHL 22/01

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 22/2011 DE 01/03/2011

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º Designar: Graciela Pratto Bordin da Rosa, Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. C, para responder pela Função de Gerente do Setor Comercial do SIMAE, no período de 09 à 28/março/2011, por motivo de Férias da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 01 de março de 2011.

Balancete Financeiro Por Categoria Econômica**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	769.835,97	Despesa Orçamentária	487.449,22
RECEITA PATRIMONIAL	18.571,12	Despesas exceto Intra-orçamentárias	438.972,80
RECEITA DE SERVIÇOS	694.973,37	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	211.033,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	45.265,42	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	213.016,62
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.629,27	INVESTIMENTOS	14.923,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	396,79		
		Despesas Intra-orçamentárias	48.476,42
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.525,02
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.951,40
Receita Extra - Orçamentária	638.918,01	Despesa Extra - Orçamentária	688.955,76
DEPOSITOS	108.589,67	DEPOSITOS	103.967,13
CONSIGNACOES	79.184,28	CONSIGNACOES	75.236,71
PREVIDENCIA SOCIAL	1.157,87	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	28.730,42
PENSAO ALIMENTICIA	4.743,97	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	584.988,63
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.790,20	OBRIGACOES A PAGAR	584.988,63
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	30.340,69		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.299,50		
OUTROS CONSIGNATARIOS	28.852,05		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	29.405,39		
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	29.405,39		
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	530.328,34		
OBRIGACOES A PAGAR	530.328,34		
FORNECEDORES	227.249,35		
PESSOAL A PAGAR	211.033,14		
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	42.525,02		
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.698,35		
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	41.822,48		
Saldos anteriores	2.697.876,23	Saldos atuais	2.930.225,23
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.654.519,60	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.887.070,53
BANCO C/ MOVIMENTO	17.630,57	BANCO C/ MOVIMENTO	17.428,64
BANCOS C/ VINCULADAS	25.726,06	BANCOS C/ VINCULADAS	25.726,06
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	4.106.630,21	Total	4.106.630,21

JOACABA , 28/03/2011

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

ADONES MARCIANO
Contador - CRC/SC 028953/O-4

Lages

CÂMARA DE VEREADORES

Edital Audiência Pública Nº 005/2011

EDITAL Nº 005/2011

Adilson Rodrigues de Appolinário, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, no uso de suas atribuições de conformidade com a Lei nº 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 28 de abril de 2011 (quinta - feira);
Horário: 19:00 horas;

Assunto: Discutir as necessidades básicas de infraestrutura do Bairro Guarujá.

Local: Associação de Moradores do Bairro Guarujá
Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.cameralages.sc.gov.br.

Lages, 29 de março de 2011.
ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO
Presidente

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 004/2011

P O R T A R I A Nº 004/ 2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, GIOVANE DA SILVA AMANCIO, aprovado em 4º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 005/2011

P O R T A R I A Nº 005/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, ANDRÉ HENRIQUE CHAGAS, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Técnico do Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Fevereiro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 006/2011

P O R T A R I A Nº 006/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, DIEGO LOUREIRO PADÃO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Técnico do Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 02/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, fin. Planej.

Portaria nº 007/2011

P O R T A R I A Nº 007/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ANDRÉ HENRIQUE CHAGAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Clínico do Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 02/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Fevereiro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, fin. Planej.

Portaria nº 008/2011

P O R T A R I A Nº 008/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER- SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, a pedido, LUIZ QUERINO NETTO, Auxiliar de Mecânico, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Fevereiro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito em Exercício

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administracao, Fin. Planej.

Portaria nº 010/2011

P O R T A R I A Nº 010/ 2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JOSÉ PRUDENTE MACHADO, aprovado em 5º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Fevereiro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 011/2011

P O R T A R I A Nº 011/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, MARLENE RABELO, Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal do Hospital Municipal Henrique Lage.

Art. 2º - O motivo da demissão da servidora é em razão de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/02/2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 03 de Fevereiro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 012/2011

P O R T A R I A Nº 012/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR, KARLA ADRIANA DANDOLINI MASIERO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária

Municipal junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 04/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 04 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 013/2011

P O R T A R I A Nº 013/ 2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CÁSSIO FERREIRA, aprovado em 2º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Digitador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Parágrafo único - Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 04 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 014/2011

P O R T A R I A Nº 014/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.126/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 10.02.2011 a 10.02.2012, à funcionária Pública do Quadro de Pessoal do Hospital Municipal Henrique Lage, DALVA APARECIDA

LEANDRO, ocupante do cargo de Recepcionista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 10 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 015/2011

P O R T A R I A Nº 015/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, BRUNA RAMOS GAZOLA, do Cargo de Provisão em Comissão de Coordenador (a) de Setor junto a Secretaria Municipal da Família e Ação Social, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 11/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 11 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 016/2011

P O R T A R I A Nº 016/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 044/2009, de 10/02/2009, que alterou a carga horária e concedeu gratificação de 40% (quarenta por cento) à servidora pública, SILVIA VARGAS NUNES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 11/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 11 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal de Lauro Müller na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. E planej.

Portaria nº 017/2011

PORTARIA Nº 017/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora pública RAQUEL SALVADOR CRISTIANO, Professora II, MAG LP 4C, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 30 (trinta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Quilometro Um.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 11 de Fevereiro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 018/2011

PORTARIA Nº 018/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com os dispositivos legais da Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora RAQUEL SALVADOR CRISTIANO, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal Quilometro Um.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, incidente sobre o vencimento correspondente a 20 (vinte) horas, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura

Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 019/2011

PORTARIA Nº 019/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com os dispositivos legais da Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora ROSINETE NUNES, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal Tia Marli.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, incidente sobre o vencimento correspondente a 20 (vinte) horas, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 020/2011

PORTARIA Nº 020/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com os dispositivos legais da Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a professora MARLIZE SPRICIGO CROTTI, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 021/2011

PORTARIA Nº 021/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com os dispositivos legais da Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora SILVIA VARGAS NUNES, para que a mesma exerça a função de Coordenadora Pedagógica, na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 022/2011

PORTARIA Nº 022/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora pública ROSIMARI FONTANELA DOMINGOS, Professora II, MAG LP 4C, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Quilometro Um.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 023/2011

PORTARIA Nº 023/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no

artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora pública REJANE VASIELEVSKI MIRANDA, Professora II, MAG LP 4C, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 024/2011

PORTARIA Nº 024/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora pública ARISTELA DE OLIVEIRA VIEIRA, Professora II, MAG LP 1A, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 14 de fevereiro de 2011 até 20 de dezembro de 2011, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves, em substituição a funcionária Rejane Vasielevski Miranda, que foi designada como Diretora Escolar.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 025/2011

PORTARIA Nº 025/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC,

no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora pública MARIA HELOISA DALSASSO MEDEIROS, Professora II, MAG LP 1A, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 14 de fevereiro de 2011 até 20 de dezembro de 2011, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Mina Nova, em substituição a funcionária Maria Lúcia Gonçalves Mariot, que foi designada como Diretora Escolar.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 026/2011

PORTARIA Nº 026/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora pública KARINE MADEIRA TAVARES BIANQUINI, Professora II, MAG LP 1A, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 14 de fevereiro de 2011 até 20 de dezembro de 2011, para desempenhar suas funções laborais no Pré Escolar Irani Vargas, em substituição a funcionária Maria Lúcia Gonçalves Mariot, que foi designada como Diretora Escolar.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 027/2011

PORTARIA Nº 027/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora pública VANDERLÉIA BATISTA VELHO, Professora II, MAG LP 1A, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 14 de fevereiro de 2011 até 20 de dezembro de 2011, para desempenhar suas funções laborais no Pré Escolar Branca de Neve, em substituição a funcionária Karla Adriana Dandolini Masiero, que foi designada como Secretária Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 028/2011

PORTARIA Nº 028/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora pública MARIA IGNES GERTRUDES MARIOT, Professora I, MAG ST 1A, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16 de fevereiro de 2011 até 28 de março de 2011, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Marli, em substituição a funcionária Janielle Mafioletti, que encontra-se em licença maternidade.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 029/2011

PORTARIA Nº 029/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DAIANI DA SILVA REDIVO MAZON, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 14 de fevereiro de 2011 a 20 de dezembro de 2011, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Rio Capivaras Alto, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária efetiva Libera Terezinha Moraes, que foi designada como Coordenadora do NAES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 030/2011

PORTARIA Nº 030/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DÉBORA CRISTINA BITTENCOURT, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 22 de fevereiro de 2011 a 20 de dezembro de 2011, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária efetiva Regina da Silva Antunes João, que foi designada como Secretária Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 22/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 031/2011

PORTARIA Nº 031/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROSINETE APARECIDA BAGGIO FERNANDES, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 14 de fevereiro de 2011 a 20 de dezembro de 2011, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária efetiva Rejane Vasielevski Miranda, que foi designada como Diretora Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria nº 032/2011

PORTARIA Nº 032/2011.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARITSA TOURNIER TAVARES, para a função de Professora I, referência - MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 14 de fevereiro de 2011 a 20 de dezembro de 2011, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto a Secretaria

Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária efetiva Fabiana da Silva Spindola, que foi designada como Diretora Escolar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Portaria Nº 009/2011

P O R T A R I A Nº 009/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, JOSÉ PRUDENTE MACHADO, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Departamento de Urbanismo junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 01/02/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 01 de Fevereiro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. Planej.

Luzerna

CÂMARA DE VEREADORES

Moção 002/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA

MOÇÃO Nº. 002/2011

A Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna, SC, por meio da presente Moção, vem demonstrar seu apoio ao Projeto de Lei nº 5.476/2001, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional, e que elimina a cobrança da assinatura básica dos serviços de

telefonia fixa .

Ainda que venha sendo vinculado na imprensa local, que a população poderá revelar seu apoio ao referido Projeto por meio de ligação ao número 0800-619619, é necessário demonstrar aos dignos representantes Federais o crescente clamor popular de nosso Município em favor da aprovação do cogitado Projeto de Lei. Judicialmente, a legalidade da cobrança é inquestionável, como já se pronunciou o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, na Apelação Cível n. 2006.047355-5, da relatoria do Des. Sérgio Roberto Baasch Luz: "É de se concluir que não há ilegalidade alguma na cobrança da assinatura básica mensal, notadamente porque o usuário dispõe de prévio conhecimento acerca das condições em que se dá a prestação do serviço, não sendo obrigado nem induzido à contratação do mesmo caso não seja de seu interesse, cabendo-lhe, a qualquer tempo, requisitar a suspensão ou a interrupção do serviço prestado". Com igual entendimento, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a vigência da Lei paulista nº 13.854, que proibia a cobrança da assinatura básica mensal pelas concessionárias de serviços de telecomunicações, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.369. Outras tiveram igual sorte (ADI nº 3322 e 3533, que declararam a inconstitucionalidade das Leis Distritais nº 3.426/2004 e 3.596/2005; e ADI nº 3.847, que declarou a inconstitucionalidade da Lei Catarinense nº 13.921/2007).

Assim, embora o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), a Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como outras entidades afins possam questionar judicialmente a legalidade da cobrança de assinatura básica mensal e requerer a suspensão desse tipo de iniciativa, parece-nos que a discussão acerca da legalidade da cobrança será infrutífera.

Cabe, desta forma, ao Congresso Nacional, representante maior do povo, demonstrar que trabalha pelo interesse popular, mobilizando-se no sentido de obter a aprovação ao Projeto de Lei nº 5.476/01, que elimina a cobrança da assinatura básica dos serviços de telefonia fixa, uma atitude justa em desfavor de uma taxa abusiva que é cobrada do consumidor, mesmo sem a utilização do serviço.

Ante ao exposto, após aprovação em Plenário e atendidas as formalidades regimentais, REQUEREMOS fique constando da Ata da presente Sessão Legislativa, MOÇÃO DE APOIO ao Projeto de Lei Federal nº 5.476/01, que está tramitando no Congresso Nacional, que elimina a cobrança da assinatura básica dos serviços de telefonia fixa, oficiando-se aos Deputados(as) Federais Catarinenses (CARMEN ZANOTTO - PPS/SC; CELSO MALDANER - PMDB/SC; DÉCIO LIMA - PT/SC; EDINHO BEZ - PMDB/SC; ESPERIDIÃO AMIN - PP/SC; JORGE BOEIRA - PT/SC; JORGINHO MELLO - PSDB/SC; LUCI CHOINACKI - PT/SC; MAURO MARIANI - PMDB/SC; ONOFRE SANTO AGOSTINI - DEM/SC; PEDRO UCZAI - PT/SC; ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA - PMDB/SC; RONALDO BENEDET - PMDB/SC; VALDIR COLATTO - PMDB/SC; ZONTA - PP/SC) e às Câmaras Municipais de Vereadores dos municípios que compõe à Associação dos Municípios do Meio-Oeste de Santa Catarina - AMMOC (Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval D'oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Ouro, Tangará, Treze Tílias e Vargem Bonita) para que reiterem, aos nossos representantes na Câmara Federal de Deputados, o apoio à aprovação do Projeto de Lei descrito, por se tratar de anseio da comunidade local e do povo Catarinense.

É a Moção.

Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna, SC.

ANDRÉ MUNZLINGER

ALCIR J. DENARDI

MOISÉS DIERSMANN

SÉRGIO MARTENDAL (Vereador Proponente)

JULIANO SCHNEIDER

MAURI SCHLINDWEIN
JOÃO B. ZAMBONI
SIRLEI S. RECALCATTI
RODRIGO SOUSA

Moção 003/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA
MOÇÃO Nº. 003/2011

A Câmara Municipal de Luzerna/SC, por meio da presente Moção, manifesta o seu protesto em relação à situação das rodovias SC-452, que liga o município de Luzerna/SC ao município de Água Doce/SC, bem como da SC-303, que liga o município de Luzerna/SC ao município de Ibicaré/SC.

Sabemos dos esforços do Governo Estadual em recuperar as diversas rodovias estaduais que não se encontram em boas condições. Entretanto, as rodovias supracitadas deveriam ter uma maior atenção por parte do Governo, pois é inegável o fato de estarem em péssimas condições e de apresentarem trechos desnecessariamente perigosos, que com simples esforços por parte do Poder Público poderiam ser corrigidos, como nos casos onde é possível ver o crescimento de vegetação no acostamento das pistas que encobrem a sinalização de trânsito e também entopem as canaletas que possibilitariam o escoamento da água acumulada na pista.

Salientamos que, ao longo dos dois últimos anos, diversos foram os pedidos feitos pelos Vereadores desta Casa em relação à situação de tais rodovias, e até o presente momento muito pouco foi feito, sendo que neste período muitos acidentes ocorreram, inclusive fatais.

Assim, demonstra-se necessário que o DEINFRA, no uso de suas atribuições institucionais, promova as melhorias necessárias nas rodovias SC-452 e SC-303, para evitar que ocorram consequências deletérias, como a perda de vidas em razão dos problemas apontados.

Assinam a presente moção todos os vereadores desta Casa. Encaminhe-se cópia da mesma ao DEINFRA e às Câmaras de Vereadores de Água Doce e Ibicaré.

Luzerna (SC), 28 de março de 2011.

ANDRÉ MUNZLINGER
ALCIR J. DENARDI
MOISÉS DIERSMANN
SÉRGIO MARTENDAL
JULIANO SCHNEIDER
MAURI SCHLINDWEIN
JOÃO B. ZAMBONI
SIRLEI S. RECALCATTI
RODRIGO SOUSA

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital do Pregão Presencial Nº 02/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 102/2011
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2011
REGISTRO DE PREÇOS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo seu Gestor Sr. Marcos Nei Correa de Siqueira no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 11/04/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras DE CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL, EM CILINDROS FORNECIDOS EM COMODATO COM CAPACIDADE DE 1 M³ E 7 M³, PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE E UNIDADE MISTA DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 12:00 às 18:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 28 de março de 2011
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
GESTOR DO FUNDO

Edital do Pregão Presencial Nº 11/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 24/2011
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Gilmar Antonio Huber no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 13/04/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste

Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de ETILÔMETRO (BAFÔMETRO), GPS, EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, TORRE, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA ESCRITÓRIO, EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE INFORMÁTICA, EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E ELÉTRO-ELETRONICOS, CONFORME ANEXO VII, para secretarias e Fundos do município de Monte Carlo conforme necessidade. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 12:00 às 17:30:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 28 de março de 2011.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 40/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2011

Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho Tiburcio Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: SUPERMERCADO BARPP LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Enio Lopes de Albuquerque, nº 1430, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.846.564/0001-56, neste ato representada pela Sra. EDAMARA FERNANDA ALVES, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR, E COMPOR ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE, PROGRAMA PET, CASA LAR, IDOSOS E ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MATERIAIS DE LIMPEZA, AGUA E GAS DE COZINHA PARA FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO, para secretarias e Fundos do município de Monte Carlo.

As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

Pela entrega do objeto da presente ata, o FORNECEDOR receberá a importância unitária abaixo descrita por item pelo LOTE nº 02, haja vista, ter aceito assumir o lugar do antigo vencedor do referido processo, passando a partir dessa data a ser o novo vencedor, assumindo todas as responsabilidades, deveres e direitos,

conforme segue:

6047SUPERMERCADO BARPP LTDA ME		LOTE 02				
ITEM	Especificação	Un.Med. de Qt	de Cotada	Marca	o Unitário	Preço Total
1	IOGURTE COM POLPA DE FRUTA INTEGRAL	LT	3300	FRIMESA	1,05	3472,92
2	Iogurte com polpa de fruta integral (bandeja)	bdj	7800	FRIMESA	1,05	8211,84
3	QUEIJO TIPO MUSELA FATIADO SEM GLÚTEN. RESF ATÉ 10º C	KG	710	TIROL	9,72	6899,99
16	LEITE DE VACA INTEGRAL UHT EM EMBALAGEM TETRA PARK 1 LT	UNI	42200	REALTA	1,30	55024,58
17	LEITE DE VACA DESNATADO TIPO LONGA VIDA C/ 0 LT	LT	144	REALTA	1,05	151,60
48	LEITE EM PO DE 1ª QUALIDADE CX CONTENDO 24 UNIDADES DE 400GR	CXA	116	IOLAY	101,23	11742,89
13	LEITE EM PÓ RECEM NASCIDO Nº 02 C/ 400 GR	LATA	100	NESTLE	11,58	1158,09
27	LEITE EM PÓ PARA RECÉM NASCIDO Nº 01	CX	100	NESTLE	11,58	1158,09
Total					-->	87820,00

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 59/2010, Pregão Presencial nº 29/2010 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12(dose) meses adiante, a iniciar na data de assinatura do termo de ata.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 28 de março de 2011.

Município de Monte Carlo ANTONINHO T. GONÇALVES Órgão Gerenciador	SUPERMERCADO BARPP LTDA ME EDAMARA FERNANDA ALVES Fornecedor
---	--

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MARCOS N. C. DE SIQUEIRA Órgão Participante	FUNREBOM ANTONINHO T. GONÇALVES Órgão Participante
--	--

FUNREBOM
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Participante

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 41/2011 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2011

Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho

Tibúrcio Gonçalves, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNREBOM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e Antoninho Tibúrcio Gonçalves respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: SUPERMERCADO BELA VISTA LTDA ME (ELSON ANTONIO BARPP) pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Enio Lopes de Albuquerque, nº 25, na cidade de Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.617.278/0001-51, neste ato representada pelo Sr. ELSON ANTONIO BARPP, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR, E COMPOR ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE, PROGRAMA PET, CASA LAR, IDOSOS E ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MATERIAIS DE LIMPEZA, ÁGUA E GAS DE COZINHA PARA FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, para secretarias e Fundos do município de Monte Carlo.

As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

Pela entrega do objeto da presente ata, o FORNECEDOR receberá a importância unitária abaixo descrita por item pelo LOTE nº 08, haja vista, ter aceito assumir o lugar do antigo vencedor do referido processo, passando a partir dessa data a ser o novo vencedor, assumindo todas as responsabilidades, deveres e direitos, conforme segue:

SUPERMERCADO BELA VISTA			LOTE 08			
ITEM	Especificação	Un. Med. Qt	de Co-tada	Marca	o Uni-tário	Preço Total
79	ABOBRINHA DE 1ª QUALIDADE	UNI	1820	COMUN	0,87	1578,30
80	ALFACE DE PRIMEIRA QUALIDADE	UN	1510	COMUN	0,66	997,20
81	ALHO PCT C/ 100GRS 1º QUALIDADE	PCT	1160	COMUN	1,31	1522,85
82	BATATA DE 1ª QUALIDADE EM BOLSA DE 50 KG	BOLS	160	INGLESA	51,71	8274,34
83	CEBOLA (1ª QUALIDADE) - BOLSA 10 KG	BLS	280	COMUN	7,40	2071,78
84	CENOURA DE 1ª QUALIDADE	KG	2020	COMUN	1,34	2699,93
85	LARANJA (1ª QUALIDADE) - CX 20 KG	CX	720	COMUN	20,29	14607,36
86	REPOLHO 1ª QUALIDADE	KG	1120	COMUN	0,52	579,15
87	MAMÃO FORMOSA DE 1ª QUALIDADE	KG	2500	COMUN	1,56	3898,50
88	BANANA 1ª QUALIDADE CX. C/ 20 KG	CX	645	CATURRA	13,13	8467,30
89	BETERRABA DE 1ª QUALIDADE	KG	1310	CAMUN	0,92	1198,65

90	MAÇÃ (1ª QUALIDADE) - CX. 20 KG	CX	705	GALA	17,50	12339,90
91	TEMPERO VERDE EM MAÇO	UN	1660	COMUN	0,64	1056,59
92	TOMATE DE 1ª QUALIDADE	KG	1360	COMUN	1,39	1893,53
93	CHUCHU DE 1ª QUALIDADE	KG	860	COMUN	0,94	807,37
94	PEPINO IN NATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	910	COMUN	1,23	1114,93
95	MORANGA CABUTIÁ, CADA UNI PESANDO EM MÉDIA 2 KG	UNI	360	COMUN	1,67	601,49
96	MANDIOCA "IN NATURA" LAVADA	KG	550	COMUN	1,90	1045,83
97	MELANCIA, CADA UNIDADE PESANDO DE 8 A 10 KG	UNI	480	COMUN	6,68	3207,89
98	ACELGA DE BOA QUALIDADE	UN	120	COMUN	1,90	228,18
99	BATATA DOCE DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	128	COMUN	1,25	159,88
10	COUVE FLOR 1º QUALIDADE GRAUDA.	UNI	240	COMUN	1,50	358,97
10	FEIJÃO-DE-VAGEM PRIMEIRA QUALIDADE	KG	180	COMUN	2,53	455,40
10	LIMÃO PRIMEIRA QUALIDADE	KG	90	COMUN	3,30	297,16
10	PIMENTÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE EM KG	KG	90	COMUN	1,50	134,61
11	ABACAXI IN NATURA C/ PESO MÉDIO DE 2 A 3 KG A UND	UN	300	COMUN	4,28	1284,12
11	AGRIÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, MAÇO C/ 2250 G	UN	100	COMUN	1,03	102,63
11	BRÓCOLIS DE PRIMEIRA QUALIDADE MAÇO C/ 1 KG	UN	250	COMUN	1,48	369,95
12	BROTO DE ALFAFA, BANDEJA C/ 500 GR	UN	200	COMUN	4,85	970,64
12	MELÃO COM PESO MÉDIO DE 2 A 3 KG	UN	300	COMUN	3,87	1160,01
12	MORANGO IN NATURA BANDEJA C/ 500 GR	UN	200	COMUN	2,58	515,56
					Total	--> 74000,00

As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011.

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 59/2010, Pregão Presencial nº 29/2010 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12(dose) meses adiante, a iniciar na data de assinatura do termo de ata.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 28 de março de 2011.

Município de Monte Carlo ANTONINHO T. GONÇALVES Órgão Gerenciador	SUPERMERCADO BELA VISTA LTDA ME ELSON ANTONIO BARPP Fornecedor
---	--

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MARCOS N. C. DE SIQUEIRA Órgão Participante	FUNREBOM ANTONINHO T. GONÇALVES Órgão Participante
--	--

FUNREBOM
ANTONINHO T. GONÇALVES
Órgão Participante

Morro da Fumaça

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato de Fornecimento Nº 038/2011

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 038/2011. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. CONTRATADA: CREMA ENGENHARIA LTDA. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA GREGORIO ESPINDOLA, ESPECIFICADOS E QUANTIFICADOS NA FORMA DESCRITA NO ANEXO I, QUE PASSA A SER PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO, JUNTAMENTE COM O EDITAL E DOCUMENTOS ATINENTES A ESTE INSTRUMENTO. DATA DE ASSINATURA 10/03/2011. VIGENCIA 30/09/2011. Tomada de Preço 017/2011. VALOR: 117.734,46.

Edital de Convocação Parcial Referente ao Concurso Público Nº 001/2009

Edital de Convocação Parcial Referente ao Concurso Público nº 001/2009

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município: Convoca os aprovados no concurso público, referente ao edital 01/2009, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 - Centro, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30 as 17:00 para início dos procedimentos relativos à nomeação.

VETERINÁRIO		
Classificação	Inscrição	Nome
1º	000006001380	ROBERTO RADAMÉS NETTO

Morro da Fumaça, 28 de Março de 2011.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Edital de Convocação Parcial Referente ao Concurso Público Nº 001/2010

Edital de Convocação Parcial Referente ao Concurso Público nº 001/2010

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e

de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município: Convoca os aprovados no concurso público, referente ao edital 01/2010, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 - Centro, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à nomeação.

ENFERMEIRO ESF		
Classificação	Inscrição	Nome
2º	000007000436	LARISSA ZACCARON BERTAN

Morro da Fumaça/SC, 28 de Março de 2011

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Administração e Planejamento

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Administração e Planejamento

Homologação e Adjudicação da Tomada de Preço 017/2011

MUNICIPIO DE MORRO DA FUMAÇA. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO 017/2011. DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO 10/03/2011. OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA GREGORIO ESPINDOLA, ESPECIFICADOS E QUANTIFICADOS NA FORMA DESCRITA NO ANEXO I, QUE PASSA A SER PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO, JUNTAMENTE COM O EDITAL E DOCUMENTOS ATINENTES A ESTE INSTRUMENTO. VENCEDORA: CREMA ENGENHARIA LTDA. VALOR: R\$ 117.734,46.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Resumo Ata da Fase De Habilitação CV 005/2011

Resumo de Ata de Habilitação Processo Licitatório nº 035/2011 - CV 005/2011

Entregaram tempestivamente os envelopes de documentação e proposta as seguintes empresas: COMERCIAL BITTENCOURT LTDA. E COMERCIAL MULTVILLE LTDA.

FASE DE HABILITAÇÃO: Após análise da documentação, a Comissão verificou que as empresas cumpriram as exigências editalícias, estando habilitadas a participarem do presente processo.

FASE DE PROPOSTA: Marcou-se a abertura dos envelopes contendo as propostas para dia 31/04/2011, as 13:30 Horas.

Nova Trento/SC, 28 de março de 2011.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Presidente Comissão de Licitações

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Rescisão Contratual do CR Nº 007/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA-FORMAQ

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL do Contrato Administrativo n. 007/2010, Proveniente do Processo Licitatório 057/2010, Pregão Presencial n. 017/2010, com fundamento nas Cláusulas Quinta, Sexta e Nona do referido instrumento e no art. 79, I, da Lei nº 8.666/93.

Objeto : O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato nº 007/2011, celebrado em 14 de Janeiro de 2011.

Novo Horizonte, 28 de Março de 2011

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Palmitos

PREFEITURA MUNICIPAL

RREO Referente ao 1º Bimestre de 2011

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.460.000,00	24.460.000,00	3.922.298,06	16,04	3.922.298,06	16,04	20.537.701,94
RECEITAS CORRENTES	23.411.000,00	23.411.000,00	3.907.869,40	16,69	3.907.869,40	16,69	19.503.130,60
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.235.800,00	2.235.800,00	305.137,94	13,65	305.137,94	13,65	1.930.662,06
IMPOSTOS	1.636.700,00	1.636.700,00	175.660,82	10,73	175.660,82	10,73	1.461.039,18
TAXAS	599.100,00	599.100,00	129.477,12	21,61	129.477,12	21,61	469.622,88
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	381.000,00	381.000,00	65.062,41	17,08	65.062,41	17,08	315.937,59
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação	381.000,00	381.000,00	65.062,41	17,08	65.062,41	17,08	315.937,59
RECEITA PATRIMONIAL	202.800,00	202.800,00	37.414,83	18,45	37.414,83	18,45	165.385,17
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	182.800,00	182.800,00	34.926,46	19,11	34.926,46	19,11	147.873,54
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	15.000,00	15.000,00	2.488,37	16,59	2.488,37	16,59	12.511,63
RECEITA DE SERVIÇOS	112.700,00	112.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.207.500,00	20.207.500,00	3.469.359,43	17,17	3.469.359,43	17,17	16.738.140,57
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.848.500,00	19.848.500,00	3.458.577,14	17,42	3.458.577,14	17,42	16.389.922,86
Transf. de Convênio	359.000,00	359.000,00	10.782,29	3,00	10.782,29	3,00	348.217,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	271.200,00	271.200,00	30.894,79	11,39	30.894,79	11,39	240.305,21
Multas e Juros de Mora	53.400,00	53.400,00	5.558,76	10,41	5.558,76	10,41	47.841,24
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	134.800,00	134.800,00	19.417,06	14,40	19.417,06	14,40	115.382,94
RECEITAS DIVERSAS	83.000,00	83.000,00	5.918,97	7,13	5.918,97	7,13	77.081,03
RECEITAS DE CAPITAL	1.049.000,00	1.049.000,00	14.428,66	1,38	14.428,66	1,38	1.034.571,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	5.857,70	0,00	5.857,70	0,00	-5.857,70
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	5.857,70	0,00	5.857,70	0,00	-5.857,70
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	49.000,00	49.000,00	8.570,96	17,49	8.570,96	17,49	40.429,04
Outras Receitas - Restituição de Alienação	49.000,00	49.000,00	8.570,96	17,49	8.570,96	17,49	40.429,04
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.460.000,00	24.460.000,00	3.922.298,06	16,04	3.922.298,06	16,04	20.537.701,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.460.000,00	24.460.000,00	3.922.298,06	16,04	3.922.298,06	16,04	20.537.701,94
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.460.000,00	24.460.000,00	3.922.298,06	16,04	3.922.298,06	16,04	20.537.701,94
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	141.231,27	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	141.231,27	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.460.000,00	2.016.181,27	26.476.181,27	9.049.254,71	9.049.254,71	3.409.686,17	3.409.686,17	12,88	23.066.495,10
DESPESAS CORRENTES	21.539.300,00	-41.000,00	21.498.300,00	8.039.971,83	8.039.971,83	3.357.002,89	3.357.002,89	15,62	18.141.297,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.423.605,00	0,00	11.423.605,00	2.146.141,07	2.146.141,07	1.736.337,93	1.736.337,93	15,20	9.687.267,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	92.500,00	0,00	92.500,00	89.100,00	89.100,00	18.613,72	18.613,72	20,12	73.886,28
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.023.195,00	-41.000,00	9.982.195,00	5.804.730,76	5.804.730,76	1.602.051,24	1.602.051,24	16,05	8.380.143,76
DESPESAS DE CAPITAL	2.900.700,00	2.057.181,27	4.957.881,27	1.009.282,88	1.009.282,88	52.683,28	52.683,28	1,06	4.905.197,99
INVESTIMENTOS	2.705.700,00	2.057.181,27	4.762.881,27	841.162,92	841.162,92	48.007,00	48.007,00	1,01	4.714.874,27
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	175.000,00	0,00	175.000,00	168.119,96	168.119,96	4.676,28	4.676,28	2,67	170.323,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.460.000,00	2.016.181,27	26.476.181,27	9.049.254,71	9.049.254,71	3.409.686,17	3.409.686,17	12,88	23.066.495,10
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	24.460.000,00	2.016.181,27	26.476.181,27	9.049.254,71	9.049.254,71	3.409.686,17	3.409.686,17	12,88	23.066.495,10
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	512.611,89	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	24.460.000,00	2.016.181,27	26.476.181,27	9.049.254,71	9.049.254,71	3.409.686,17	3.922.298,06	12,88	23.066.495,10

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	260.434,39	-	14.434,39	246.000,00	152.081,55	1.080.212,05	-	345.491,58	886.802,02
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	260.392,28	0,00	14.392,28	246.000,00	152.081,55	636.151,94	0,00	305.645,73	482.587,76
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	12.287,00	0,00	12.287,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E P	0,00	2.105,28	0,00	2.105,28	0,00	0,00	70.460,00	0,00	9.330,00	61.130,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR	0,00	246.000,00	0,00	0,00	246.000,00	30.201,89	134.568,70	0,00	97.365,24	67.405,35
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.187,54	0,00	41.720,03	161.467,51
SECRETARIA DO TRAB., IND., COM., SERVIÇO E TI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.879,66	227.935,70	0,00	157.230,46	192.584,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS	0,00	42,11	0,00	42,11	0,00	0,00	276.244,45	0,00	39.845,85	236.398,60
SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	42,11	0,00	42,11	0,00	0,00	276.244,45	0,00	39.845,85	236.398,60
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.815,66	0,00	0,00	167.815,66
CAMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.815,66	0,00	0,00	167.815,66
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	260.434,39	0,00	14.434,39	246.000,00	152.081,55	1.080.212,05	0,00	345.491,58	886.802,02

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	5.857,70	-5.857,70
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	5.857,70	-5.857,70
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	5.857,70	-5.857,70

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	19.000,02	5.857,70	24.857,72

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.460.000,00	26.476.181,27	9.049.254,71	9.049.254,71	3.409.686,17	3.409.686,17	100,00	12,88	23.066.495,10
Legislativa	1.230.000,00	1.230.000,00	196.258,32	196.258,32	118.894,33	118.894,33	3,49	9,67	1.111.105,67
Ação Legislativa	1.230.000,00	1.230.000,00	196.258,32	196.258,32	118.894,33	118.894,33	3,49	9,67	1.111.105,67
Administração	2.395.200,00	2.395.200,00	874.547,14	874.547,14	361.449,06	361.449,06	10,60	15,09	2.033.750,94
Administração Geral	1.841.400,00	1.841.400,00	563.815,13	563.815,13	294.095,16	294.095,16	8,63	15,97	1.547.304,84
Administração Financeira	260.000,00	260.000,00	124.939,89	124.939,89	33.983,78	33.983,78	1,00	13,07	226.016,22
Controle Externo	110.000,00	110.000,00	25.792,12	25.792,12	14.802,12	14.802,12	0,43	13,46	95.197,88
Comunicação Social	183.800,00	183.800,00	160.000,00	160.000,00	18.568,00	18.568,00	0,54	10,10	165.232,00
Segurança Pública	174.500,00	174.500,00	50.969,34	50.969,34	16.086,90	16.086,90	0,47	9,22	158.413,10
Policimento	174.500,00	174.500,00	50.969,34	50.969,34	16.086,90	16.086,90	0,47	9,22	158.413,10
Assistência Social	1.188.200,00	1.356.532,91	341.730,88	341.730,88	95.921,76	95.921,76	2,81	7,07	1.260.611,15
Assistência ao Idoso	69.000,00	69.000,00	20.900,00	20.900,00	6.915,49	6.915,49	0,20	10,02	62.084,51
Assistência ao Portador de Deficiência	51.700,00	51.700,00	48.030,72	48.030,72	5.505,12	5.505,12	0,16	10,65	46.194,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	437.000,00	437.000,00	167.224,15	167.224,15	35.829,83	35.829,83	1,05	8,20	401.170,17
Assistência Comunitária	630.500,00	798.832,91	105.576,01	105.576,01	47.671,32	47.671,32	1,40	5,97	751.161,59
Saúde	5.771.415,00	5.771.415,00	2.191.274,46	2.191.274,46	1.035.407,39	1.035.407,39	30,37	17,94	4.736.007,61
Atenção Básica	4.666.215,00	4.666.215,00	1.843.836,09	1.843.836,09	886.132,75	886.132,75	25,99	18,99	3.780.082,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	731.300,00	731.300,00	166.384,49	166.384,49	96.510,09	96.510,09	2,83	13,20	634.789,91
Vigilância Sanitária	99.200,00	99.200,00	47.114,42	47.114,42	15.635,77	15.635,77	0,46	15,76	83.564,23
Vigilância Epidemiológica	90.000,00	90.000,00	27.439,46	27.439,46	16.301,16	16.301,16	0,48	18,11	73.698,84
Alimentação e Nutrição	184.700,00	184.700,00	106.500,00	106.500,00	20.827,62	20.827,62	0,61	11,28	163.872,38
Educação	5.709.460,00	5.709.460,00	2.110.520,72	2.110.520,72	933.625,76	933.625,76	27,38	16,35	4.775.834,24
Ensino Fundamental	3.750.260,00	3.750.260,00	1.483.320,93	1.483.320,93	619.280,42	619.280,42	18,16	16,51	3.130.979,58
Ensino Médio	222.500,00	222.500,00	222.241,99	222.241,99	15.019,99	15.019,99	0,44	6,75	207.480,01
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Educação Infantil	1.693.700,00	1.693.700,00	401.957,80	401.957,80	299.325,35	299.325,35	8,78	17,67	1.394.374,65
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Cultura	113.000,00	113.000,00	9.650,88	9.650,88	1.858,48	1.858,48	0,05	1,64	111.141,52
Difusão Cultural	113.000,00	113.000,00	9.650,88	9.650,88	1.858,48	1.858,48	0,05	1,64	111.141,52
Urbanismo	1.731.000,00	3.082.200,00	1.495.413,14	1.495.413,14	228.632,74	228.632,74	6,71	7,42	2.853.567,26
Infra-Estrutura Urbana	100.000,00	1.451.200,00	545.118,80	545.118,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1.451.200,00
Serviços Urbanos	1.631.000,00	1.631.000,00	950.294,34	950.294,34	228.632,74	228.632,74	6,71	14,02	1.402.367,26

Continua 1/2

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.460.000,00	26.476.181,27	9.049.254,71	9.049.254,71	3.409.686,17	3.409.686,17	100,00	12,88	23.066.495,10
Habitação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Habitação Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Agricultura	1.713.195,00	1.713.195,00	372.648,27	372.648,27	184.269,63	184.269,63	5,40	10,76	1.528.925,37
Promoção da Produção Animal	248.000,00	248.000,00	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.000,00
Abastecimento	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Extensão Rural	1.345.195,00	1.345.195,00	372.348,27	372.348,27	184.269,63	184.269,63	5,40	13,70	1.160.925,37
Indústria	272.000,00	524.898,36	178.529,65	178.529,65	15.870,83	15.870,83	0,47	3,02	509.027,53
Infra-Estrutura Urbana	0,00	252.898,36	152.898,36	152.898,36	0,00	0,00	0,00	0,00	252.898,36
Promoção Industrial	272.000,00	272.000,00	25.631,29	25.631,29	15.870,83	15.870,83	0,47	5,83	256.129,17
Comércio e Serviços	190.000,00	336.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	336.250,00
Turismo	190.000,00	336.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	336.250,00
Transporte	2.877.430,00	2.974.930,00	730.554,06	730.554,06	318.012,32	318.012,32	9,33	10,69	2.656.917,68
Transporte Rodoviário	2.877.430,00	2.974.930,00	730.554,06	730.554,06	318.012,32	318.012,32	9,33	10,69	2.656.917,68
Desporto e Lazer	520.000,00	520.000,00	69.977,89	69.977,89	35.516,05	35.516,05	1,04	6,83	484.483,95
Desporto Comunitário	520.000,00	520.000,00	69.977,89	69.977,89	35.516,05	35.516,05	1,04	6,83	484.483,95
Encargos Especiais	534.600,00	534.600,00	427.179,96	427.179,96	64.140,92	64.140,92	1,88	12,00	470.459,08
Serviço da Dívida Interna	200.000,00	200.000,00	189.719,96	189.719,96	23.290,00	23.290,00	0,68	11,65	176.710,00
Outros Encargos Especiais	334.600,00	334.600,00	237.460,00	237.460,00	40.850,92	40.850,92	1,20	12,21	293.749,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	24.460.000,00	26.476.181,27	9.049.254,71	9.049.254,71	3.409.686,17	3.409.686,17	100,00	12,88	23.066.495,10

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.769.500,00	1.769.500,00	189.538,44	189.538,44	10,71
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	662.200,00	662.200,00	12.620,02	12.620,02	1,91
1.1.1- IPTU	578.200,00	578.200,00	112,72	112,72	0,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.000,00	3.000,00	19,94	19,94	0,66
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	9.697,17	9.697,17	16,16
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	21.000,00	21.000,00	2.790,19	2.790,19	13,29
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	170.000,00	170.000,00	47.568,20	47.568,20	27,98
1.2.1- ITBI	170.000,00	170.000,00	47.568,20	47.568,20	27,98
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	719.800,00	719.800,00	101.254,33	101.254,33	14,07
1.3.1- ISS	700.000,00	700.000,00	99.884,01	99.884,01	14,27
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	143,80	143,80	4,79
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	15.500,00	15.500,00	1.018,86	1.018,86	6,57
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.300,00	1.300,00	207,66	207,66	15,97
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	217.500,00	217.500,00	28.095,89	28.095,89	12,92
1.4.1- IRRF	217.500,00	217.500,00	28.095,89	28.095,89	12,92
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.520.000,00	16.520.000,00	3.109.133,90	3.109.133,90	18,82
2.1- Cota-Parte FPM	7.230.000,00	7.230.000,00	1.502.611,80	1.502.611,80	20,78
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.230.000,00	7.230.000,00	1.502.611,80	1.502.611,80	20,78
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.900.000,00	7.900.000,00	1.460.622,94	1.460.622,94	18,49
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	56.000,00	56.000,00	8.834,84	8.834,84	15,78
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	172.000,00	172.000,00	33.065,32	33.065,32	19,22
2.5- Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	319,44	319,44	15,97
2.6- Cota-Parte IPVA	1.160.000,00	1.160.000,00	103.679,56	103.679,56	8,94
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.289.500,00	18.289.500,00	3.298.672,34	3.298.672,34	18,04
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	447.400,00	447.400,00	60.899,04	60.899,04	13,61
5.1- Transferências do Salário-Educação	271.000,00	271.000,00	60.899,04	60.899,04	22,47
5.2- Outras Transferências do FNDE	176.400,00	176.400,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	148.000,00	148.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	148.000,00	148.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.000,00	3.000,00	317,87	317,87	10,60
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	598.400,00	598.400,00	61.216,91	61.216,91	10,23

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.238.000,00	3.238.000,00	621.826,35	621.826,35	19,20
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.380.000,00	1.380.000,00	300.522,29	300.522,29	21,78
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.580.000,00	1.580.000,00	292.124,41	292.124,41	18,49
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	11.200,00	11.200,00	1.766,96	1.766,96	15,78
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	34.400,00	34.400,00	6.613,07	6.613,07	19,22
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	400,00	400,00	63,86	63,86	15,96
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	232.000,00	232.000,00	20.735,76	20.735,76	8,94
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.112.000,00	3.112.000,00	508.539,74	508.539,74	16,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.100.000,00	3.100.000,00	506.506,40	506.506,40	16,34
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.000,00	12.000,00	2.033,34	2.033,34	16,94
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-138.000,00	-138.000,00	-115.319,95	-115.319,95	83,57
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.867.200,00	1.867.200,00	304.005,34	304.005,34	16,28
13.1- Com Educação Infantil	860.000,00	860.000,00	105.985,59	105.985,59	12,32
13.2- Com Ensino Fundamental	1.007.200,00	1.007.200,00	198.019,75	198.019,75	19,66
14- OUTRAS DESPESAS	1.244.800,00	1.244.800,00	214.155,47	214.155,47	17,20
14.1- Com Educação Infantil	210.000,00	210.000,00	63.887,43	63.887,43	30,42
14.2- Com Ensino Fundamental	1.034.800,00	1.034.800,00	150.268,04	150.268,04	14,52
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.112.000,00	3.112.000,00	518.160,81	518.160,81	16,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					59,78
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	4.572.375,00	4.572.375,00	824.668,09	824.668,09	18,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.070.000,00	1.070.000,00	169.873,02	169.873,02	15,88
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.070.000,00	1.070.000,00	169.873,02	169.873,02	15,88
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.106.060,00	4.106.060,00	680.015,34	680.015,34	16,56
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.042.000,00	2.042.000,00	348.287,79	348.287,79	17,06
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.064.060,00	2.064.060,00	331.727,55	331.727,55	16,07
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.176.060,00	5.176.060,00	849.888,36	849.888,36	16,42
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-115.319,95
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.033,34
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-113.286,61
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					963.174,97
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					29,2

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	271.000,00	271.000,00	68.717,41	68.717,41	25,36
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	284.100,00	284.100,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	555.100,00	555.100,00	68.717,41	68.717,41	12,38
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.731.160,00	5.731.160,00	918.605,77	918.605,77	16,03
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	80.300,77	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	506.506,40	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	427.881,09	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.033,34	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	160.959,42	0,00

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC N° 025218/O-3

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.126.714,31	2.183.007,29	2.447.984,64	2.084.591,44	2.069.031,55	2.090.647,33	2.190.072,67	2.167.664,60	2.210.766,31	2.838.797,37	2.221.278,54	2.308.417,21	26.938.973,26	26.649.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	97.379,93	225.294,88	414.769,98	95.260,77	169.970,67	147.476,50	191.506,54	124.127,69	101.665,62	300.624,09	100.021,41	205.116,53	2.173.214,61	2.235.800,00
I.P.T.U.	7,14	48.825,41	217.224,21	8.537,47	47.331,96	11.614,25	45.858,57	7.017,07	2.497,31	6.456,08	112,72	0,00	395.482,19	549.200,00
I.S.S.	42.009,85	86.509,63	47.748,89	49.703,79	48.266,27	88.121,92	53.060,08	53.428,68	55.312,05	246.301,76	49.610,77	50.273,24	870.346,93	700.000,00
I.T.B.I.	7.460,36	20.421,51	12.877,40	13.198,78	5.633,17	14.005,00	13.500,00	31.910,00	22.320,63	9.557,45	30.650,12	16.918,08	198.452,50	170.000,00
I.R.R.F.	11.185,24	27.312,55	10.556,05	11.015,42	30.745,40	19.596,29	6.768,01	20.271,20	12.247,62	23.757,08	13.245,36	14.850,53	201.550,75	217.500,00
Outras Receitas Tributárias	36.717,34	42.225,78	126.363,43	12.805,31	37.993,87	14.139,04	72.319,88	11.500,74	9.288,01	14.551,72	6.402,44	123.074,68	507.382,24	599.100,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	54.666,49	34.485,34	30.837,41	29.203,77	28.894,43	29.525,82	29.489,26	29.479,13	31.099,97	31.471,20	34.304,70	30.757,71	394.215,23	381.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	7.375,70	8.219,18	44.625,42	17.354,47	19.045,13	17.758,76	25.699,04	20.457,31	21.930,36	12.340,10	16.555,20	20.859,63	232.220,30	202.800,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	414,04	1.960,00	3.160,00	0,00	0,00	5.534,04	112.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.948.523,69	1.890.441,07	1.909.124,86	1.874.674,53	1.826.783,65	1.876.202,54	1.879.564,94	1.968.757,98	2.009.208,68	2.461.086,05	2.053.863,58	2.037.322,20	23.735.553,77	23.445.500,00
Cota-Parte do F.P.M.	440.328,98	527.580,18	649.558,64	563.734,28	414.535,51	555.560,36	463.763,40	499.235,88	598.466,26	1.040.230,73	723.329,88	779.281,92	7.255.606,02	7.230.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	699.384,86	684.761,19	651.685,10	654.252,71	667.280,94	685.238,32	715.954,60	785.979,86	752.686,08	795.461,18	774.167,23	686.455,71	8.553.307,78	7.900.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	110.699,93	96.864,16	101.449,12	103.954,90	135.513,40	91.013,44	111.444,02	84.437,60	74.583,58	36.388,02	37.876,30	65.803,26	1.050.027,73	1.160.000,00
Cota-Parte do ITR.	107,41	41,26	38,73	128,63	134,55	34,40	668,60	4.103,91	98,58	58,32	272,13	47,31	5.733,83	2.000,00
Transferências da LC 61/1989	12.176,88	12.833,57	12.644,90	14.774,55	15.730,33	15.219,33	15.171,16	15.788,89	16.819,57	19.773,71	17.037,80	16.027,52	183.998,21	172.000,00
Transferências da LC 87/1996	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.440,52	4.417,42	4.417,42	53.240,04	56.000,00
Transferências do FUNDEB	231.359,75	247.235,23	228.915,59	242.742,27	227.853,64	242.719,62	245.470,31	248.971,11	261.626,52	301.402,25	263.152,97	243.353,43	2.984.802,69	3.100.000,00
Outras Transferências Correntes	450.025,36	316.684,96	260.392,26	290.646,67	361.294,76	281.976,55	322.652,33	325.800,21	300.487,57	263.331,32	233.609,85	241.935,63	3.648.837,47	3.825.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.768,50	24.566,82	48.626,97	68.097,90	24.337,67	19.683,71	63.812,89	24.428,45	44.901,68	30.115,93	16.533,65	14.361,14	398.235,31	271.200,00
DEDUÇÕES (II)	253.035,85	265.303,94	281.627,66	270.338,87	247.527,02	270.300,95	263.245,20	276.623,34	289.418,73	324.265,26	311.419,91	310.406,44	3.363.513,17	3.238.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	253.035,85	265.303,94	281.627,66	270.338,87	247.527,02	270.300,95	263.245,20	276.623,34	289.418,73	324.265,26	311.419,91	310.406,44	3.363.513,17	3.238.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.873.678,46	1.917.703,35	2.166.356,98	1.814.252,57	1.821.504,53	1.820.346,38	1.926.827,47	1.891.041,26	1.921.347,58	2.514.532,11	1.909.858,63	1.998.010,77	23.575.460,09	23.411.000,00

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000.000,00	0,00		1.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.957.881,27	52.683,28	0,00	4.905.197,99
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.957.881,27	52.683,28	0,00	4.905.197,99
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.957.881,27	-52.683,28		-3.905.197,99

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PALMITOS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PALMITOS - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
 Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
 Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 28/02/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	24.460.000,00	
Previsão Atualizada		—	24.460.000,00	
Receitas Realizadas		3.922.298,06	3.922.298,06	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	24.460.000,00	
Créditos Adicionais		—	2.016.181,27	
Dotação Atualizada		—	26.476.181,27	
Despesas Empenhadas		9.049.254,71	9.049.254,71	
Despesas Liquidadas		3.409.686,17	3.409.686,17	
Superavit Orçamentário		—	512.611,89	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		9.049.254,71	9.049.254,71	
Despesas Liquidadas		3.409.686,17	3.409.686,17	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			23.575.460,09	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-190.846,72	0,00
Resultado Primário		0,00	495.117,73	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	260.434,39	0,00	14.434,39	246.000,00
EXECUTIVO	260.434,39	0,00	14.434,39	246.000,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.232.293,60	0,00	345.491,58	886.802,02
EXECUTIVO	1.064.477,94	0,00	345.491,58	718.986,36
LEGISLATIVO	167.815,66	0,00	0,00	167.815,66
TOTAL:	1.492.727,99	0,00	359.925,97	1.132.802,02
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		963.174,97	25%	29,20
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		304.005,34	60%	59,78
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida		52.683,28	4.905.197,99	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de PALMITOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		5.857,70	-5.857,70
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		594.255,53	15,00
			18,01

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 28 Feb 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	753.748,05	753.748,05	749.071,77
DEDUÇÕES (II)	2.605.305,59	2.605.305,59	2.791.476,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.863.907,97	2.863.907,97	3.760.571,65
Demais Haveres Financeiros	1.832,01	1.832,01	1.802,60
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	260.434,39	260.434,39	970.898,22
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.851.557,54	-1.851.557,54	-2.042.404,26
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.851.557,54	-1.851.557,54	-2.042.404,26

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2011 (C - A)
VALOR	-190.846,72	-190.846,72

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Dez 2010 (B)	Em 28 Feb 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	23.228.200,00	3.872.942,94	3.872.942,94	3.073.617,02
Receita Tributária	2.235.800,00	305.137,94	305.137,94	207.881,05
I.P.T.U.	549.200,00	112,72	112,72	31,06
I.S.S.	700.000,00	99.884,01	99.884,01	70.103,75
I.T.B.I.	170.000,00	47.568,20	47.568,20	30.561,73
I.R.R.F.	217.500,00	28.095,89	28.095,89	19.268,78
Outras Receitas Tributárias	599.100,00	129.477,12	129.477,12	87.915,73
Receita de Contribuição	381.000,00	65.062,41	65.062,41	33.541,35
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	381.000,00	65.062,41	65.062,41	33.541,35
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	2.488,37	2.488,37	1.820,12
Receita Patrimonial	202.800,00	37.414,83	37.414,83	9.957,44
(-) Aplicações Financeiras	182.800,00	34.926,46	34.926,46	8.137,32
Transferências Correntes	20.207.500,00	3.469.359,43	3.469.359,43	2.792.988,61
F.P.M.	5.850.000,00	1.202.089,51	1.202.089,51	862.565,12
I.C.M.S.	6.320.000,00	1.168.498,53	1.168.498,53	987.881,50
Convênios	359.000,00	10.782,29	10.782,29	5.802,34
Outras Transferências Correntes	7.678.500,00	1.087.989,10	1.087.989,10	936.739,65
Demais Receitas Correntes	383.900,00	30.894,79	30.894,79	37.385,89
Dívida Ativa	134.800,00	19.417,06	19.417,06	24.692,44
Diversas Receitas Correntes	249.100,00	11.477,73	11.477,73	12.693,45
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.049.000,00	14.428,66	14.428,66	200.733,93
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	5.857,70	5.857,70	5.666,34
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	185.700,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	185.700,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	49.000,00	8.570,96	8.570,96	9.367,59
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	49.000,00	8.570,96	8.570,96	195.067,59
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	23.277.200,00	3.881.513,90	3.881.513,90	3.268.684,61
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.498.300,00	3.357.002,89	3.357.002,89	2.681.431,95
Pessoal e Encargos Sociais	11.423.605,00	1.736.337,93	1.736.337,93	1.559.469,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	92.500,00	18.613,72	18.613,72	11.060,81
Outras Despesas Correntes	9.982.195,00	1.602.051,24	1.602.051,24	1.110.901,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.405.800,00	3.338.389,17	3.338.389,17	2.670.371,14
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.957.881,27	52.683,28	52.683,28	155.162,62
Investimentos	4.762.881,27	48.007,00	48.007,00	35.475,00
Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	175.000,00	4.676,28	4.676,28	119.687,62
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.782.881,27	48.007,00	48.007,00	35.475,00

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	26.208.681,27	3.386.396,17	3.386.396,17	2.705.846,14
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.931.481,27	495.117,73	495.117,73	562.838,47
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.289.500,00	18.289.500,00	3.298.672,34	18,04
Impostos	1.665.700,00	1.665.700,00	175.660,82	10,55
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	578.200,00	578.200,00	112,72	0,02
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	170.000,00	170.000,00	47.568,20	27,98
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	700.000,00	700.000,00	99.884,01	14,27
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	217.500,00	217.500,00	28.095,89	12,92
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	103.800,00	103.800,00	13.877,62	13,37
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	6.000,00	6.000,00	163,74	2,73
Dívida Ativa dos Impostos	75.500,00	75.500,00	10.716,03	14,19
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	22.300,00	22.300,00	2.997,85	13,44
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	16.520.000,00	16.520.000,00	3.109.133,90	18,82
Da União	7.288.000,00	7.288.000,00	1.511.766,08	20,74
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.230.000,00	7.230.000,00	1.502.611,80	20,78
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	2.000,00	2.000,00	319,44	15,97
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	56.000,00	56.000,00	8.834,84	15,78
Do Estado	9.232.000,00	9.232.000,00	1.597.367,82	17,30
Cota-Parte do ICMS	7.900.000,00	7.900.000,00	1.460.622,94	18,49
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	172.000,00	172.000,00	33.065,32	19,22
Cota-Parte do IPVA	1.160.000,00	1.160.000,00	103.679,56	8,94
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	9.408.500,00	9.408.500,00	1.245.452,07	13,24
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-3.238.000,00	-3.238.000,00	-621.826,35	19,20
TOTAL	24.460.000,00	24.460.000,00	3.922.298,06	16,04

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	5.419.915,00	5.419.915,00	999.093,77	18,43
Pessoal e Encargos Sociais	3.818.300,00	3.818.300,00	635.770,74	16,65
Outras Despesas Correntes	1.601.615,00	1.601.615,00	363.323,03	22,68
DESPESAS DE CAPITAL	166.800,00	166.800,00	15.486,00	9,28
Investimentos	166.800,00	166.800,00	15.486,00	9,28

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de PALMITOS - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	166.800,00	166.800,00	15.486,00	9,28
Investimentos	166.800,00	166.800,00	15.486,00	9,28
TOTAL (IV)	5.586.715,00	5.586.715,00	1.014.579,77	18,16

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	5.586.715,00	5.586.715,00	1.014.579,77	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.533.600,00	2.533.600,00	420.324,24	41,43
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.444.300,00	2.444.300,00	408.047,07	40,22
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	89.300,00	89.300,00	12.277,17	1,21
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	3.053.115,00	3.053.115,00	594.255,53	58,57

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	18,01
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	4.666.215,00	4.666.215,00	886.132,75	87,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	731.300,00	731.300,00	96.510,09	9,51
Vigilância Sanitária	99.200,00	99.200,00	15.635,77	1,54
Vigilância Epidemiológica	90.000,00	90.000,00	16.301,16	1,61
TOTAL	5.586.715,00	5.586.715,00	1.014.579,77	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PALMITOS, 21/03/2011

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Rosane Schafer Warken
Contador CRC/SC Nº 025218/O-3

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.750.000,00	41.750.000,00	8.388.956,39	20,09	8.388.956,39	20,09	33.361.043,61
RECEITAS CORRENTES	30.974.186,05	30.974.186,05	8.388.956,39	27,08	8.388.956,39	27,08	22.585.229,66
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.037.000,00	8.037.000,00	4.000.989,09	49,78	4.000.989,09	49,78	4.036.010,91
IMPOSTOS	6.875.000,00	6.875.000,00	3.390.776,54	49,32	3.390.776,54	49,32	3.484.223,46
TAXAS	1.125.000,00	1.125.000,00	610.212,55	54,24	610.212,55	54,24	514.787,45
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.420.000,00	1.420.000,00	260.152,54	18,32	260.152,54	18,32	1.159.847,46
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	610.000,00	610.000,00	121.537,49	19,92	121.537,49	19,92	488.462,51
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	810.000,00	810.000,00	138.615,05	17,11	138.615,05	17,11	671.384,95
RECEITA PATRIMONIAL	97.000,00	97.000,00	118.667,69	122,34	118.667,69	122,34	-21.667,69
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	97.000,00	97.000,00	118.667,69	122,34	118.667,69	122,34	-21.667,69
RECEITA DE SERVIÇOS	4.660.000,00	4.660.000,00	704.335,48	15,11	704.335,48	15,11	3.955.664,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.576.230,76	15.576.230,76	2.988.259,26	19,18	2.988.259,26	19,18	12.587.971,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.576.230,76	15.576.230,76	2.978.259,26	19,12	2.978.259,26	19,12	12.597.971,50
Transf. de Conv.	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.183.955,29	1.183.955,29	316.552,33	26,74	316.552,33	26,74	867.402,96
Multas e Juros de Mora	247.000,00	247.000,00	44.851,36	18,16	44.851,36	18,16	202.148,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	753,99	0,00	753,99	0,00	-753,99
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	913.000,00	913.000,00	270.227,54	29,60	270.227,54	29,60	642.772,46
RECEITAS DIVERSAS	23.955,29	23.955,29	719,44	3,00	719,44	3,00	23.235,85
RECEITAS DE CAPITAL	10.775.813,95	10.775.813,95	0,00	0,00	0,00	0,00	10.775.813,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.450.300,00	2.450.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450.300,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.450.300,00	2.450.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.325.513,95	8.325.513,95	0,00	0,00	0,00	0,00	8.325.513,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.145.513,95	8.145.513,95	0,00	0,00	0,00	0,00	8.145.513,95
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	950.000,00	950.000,00	189.394,10	19,94	189.394,10	19,94	760.605,90
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	950.000,00	950.000,00	189.394,10	19,94	189.394,10	19,94	760.605,90
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	830.000,00	830.000,00	175.425,57	21,14	175.425,57	21,14	654.574,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	830.000,00	830.000,00	175.425,57	21,14	175.425,57	21,14	654.574,43
RECEITA DE SERVIÇOS	120.000,00	120.000,00	13.968,53	11,64	13.968,53	11,64	106.031,47
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	42.700.000,00	42.700.000,00	8.578.350,49	20,09	8.578.350,49	20,09	34.121.649,51

Continua 1/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	42.700.000,00	42.700.000,00	8.578.350,49	20,09	8.578.350,49	20,09	34.121.649,51
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	42.700.000,00	42.700.000,00	8.578.350,49	20,09	8.578.350,49	20,09	34.121.649,51
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.445.873,87	—	—	504.711,04	—	—
Superávit Financeiro	—	2.445.873,87	—	—	504.711,04	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	41.749.100,00	2.672.623,87	44.421.723,87	15.945.997,06	15.945.997,06	6.114.490,76	6.114.490,76	13,76	38.307.233,11
DESPESAS CORRENTES	27.360.222,85	1.772.677,36	29.132.900,21	13.281.882,02	13.281.882,02	5.525.007,51	5.525.007,51	18,96	23.607.892,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.397.371,20	-5.700,00	14.391.671,20	2.186.052,07	2.186.052,07	2.185.158,07	2.185.158,07	15,18	12.206.513,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	240.000,00	20.100,00	260.100,00	240.000,00	240.000,00	52.913,91	52.913,91	20,34	207.186,09
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.722.851,65	1.758.277,36	14.481.129,01	10.855.829,95	10.855.829,95	3.286.935,53	3.286.935,53	22,70	11.194.193,48
DESPESAS DE CAPITAL	13.748.877,15	899.946,51	14.648.823,66	2.664.115,04	2.664.115,04	589.483,25	589.483,25	4,02	14.059.340,41
INVESTIMENTOS	13.424.877,15	920.046,51	14.344.923,66	2.475.545,80	2.475.545,80	558.055,05	558.055,05	3,89	13.786.868,61
INVERSOES FINANCEIRAS	74.000,00	0,00	74.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.000,00	-20.100,00	229.900,00	188.569,24	188.569,24	31.428,20	31.428,20	13,67	198.471,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	640.000,00	0,00	640.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640.000,00
RESERVA DO RPPS	570.000,00	0,00	570.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	950.900,00	17.000,00	967.900,00	210.625,80	210.625,80	144.455,93	144.455,93	14,92	823.444,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	830.900,00	17.000,00	847.900,00	122.225,80	122.225,80	122.225,80	122.225,80	14,42	725.674,20

Continua 2/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	950.900,00	17.000,00	967.900,00	210.625,80	210.625,80	144.455,93	144.455,93	14,92	823.444,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.000,00	0,00	120.000,00	88.400,00	88.400,00	22.230,13	22.230,13	18,53	97.769,87
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	42.700.000,00	2.689.623,87	45.389.623,87	16.156.622,86	16.156.622,86	6.258.946,69	6.258.946,69	13,79	39.130.677,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	42.700.000,00	2.689.623,87	45.389.623,87	16.156.622,86	16.156.622,86	6.258.946,69	6.258.946,69	13,79	39.130.677,18
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.319.403,80	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	42.700.000,00	2.689.623,87	45.389.623,87	16.156.622,86	16.156.622,86	6.258.946,69	8.578.350,49	13,79	39.130.677,18

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 312.260,66

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

PORTO BELO, 29/03/2011

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR
Controle Interno - Mat.: 1079-01

JOSE IRINEU SERPA
SECRETARIO DA FAZENDA

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Anexo II

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.749.100,00	44.421.723,87	15.945.997,06	15.945.997,06	6.114.790,76	6.114.790,76	97,69	13,77	38.306.933,11
Legislativa	807.000,00	807.000,00	122.314,01	122.314,01	102.182,97	102.182,97	1,63	12,66	704.817,03
Ação Legislativa	807.000,00	807.000,00	122.314,01	122.314,01	102.182,97	102.182,97	1,63	12,66	704.817,03
Judiciária	80.000,00	91.227,61	91.227,61	91.227,61	91.227,61	91.227,61	1,46	100,00	0,00
Ação Judiciária	80.000,00	91.227,61	91.227,61	91.227,61	91.227,61	91.227,61	1,46	100,00	0,00
Administração	2.953.728,00	3.443.460,00	1.647.825,79	1.647.825,79	588.850,41	588.850,41	9,41	17,10	2.854.609,59
Administração Geral	2.128.428,00	2.576.210,00	1.294.420,16	1.294.420,16	481.181,97	481.181,97	7,69	18,68	2.095.028,03
Administração Financeira	825.300,00	867.250,00	353.405,63	353.405,63	107.668,44	107.668,44	1,72	12,41	759.581,56
Segurança Pública	129.000,00	129.000,00	55.657,45	55.657,45	17.202,49	17.202,49	0,27	13,34	111.797,51
Defesa Civil	129.000,00	129.000,00	55.657,45	55.657,45	17.202,49	17.202,49	0,27	13,34	111.797,51
Assistência Social	612.269,86	637.917,86	207.304,54	207.304,54	69.556,93	69.556,93	1,11	10,90	568.360,93
Assistência ao Idoso	111.000,00	136.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.648,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	188.900,00	188.900,00	50.805,51	50.805,51	16.204,68	16.204,68	0,26	8,58	172.695,32
Assistência Comunitária	312.369,86	312.369,86	156.499,03	156.499,03	53.352,25	53.352,25	0,85	17,08	259.017,61
Previdência Social	1.439.800,00	1.439.800,00	150.579,53	150.579,53	130.112,86	130.112,86	2,08	9,04	1.309.687,14
Previdência do Regime Estatutário	1.439.800,00	1.439.800,00	150.579,53	150.579,53	130.112,86	130.112,86	2,08	9,04	1.309.687,14
Saúde	6.240.038,02	6.554.038,02	1.874.214,65	1.874.214,65	818.483,48	818.483,48	13,08	12,49	5.735.554,54
Atenção Básica	4.945.692,00	5.219.692,00	1.402.990,06	1.402.990,06	746.668,43	746.668,43	11,93	14,30	4.473.023,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	395.277,10	395.277,10	12.990,03	12.990,03	12.786,03	12.786,03	0,20	3,23	382.491,07
Suporte Profilático e Terapêutico	196.588,80	236.588,80	49.139,04	49.139,04	36.414,66	36.414,66	0,58	15,39	200.174,14
Vigilância Sanitária	143.116,72	143.116,72	20.986,49	20.986,49	18.047,87	18.047,87	0,29	12,61	125.068,85
Vigilância Epidemiológica	26.103,40	26.103,40	9.362,93	9.362,93	4.566,49	4.566,49	0,07	17,49	21.536,91
Alimentação e Nutrição	533.260,00	533.260,00	378.746,10	378.746,10	0,00	0,00	0,00	0,00	533.260,00
Educação	7.323.846,88	7.531.212,47	2.183.150,58	2.183.150,58	1.234.339,10	1.234.339,10	19,72	16,39	6.296.873,37
Ensino Fundamental	4.801.786,40	4.921.193,59	1.674.174,37	1.674.174,37	952.237,61	952.237,61	15,21	19,35	3.968.955,98
Ensino Médio	243,54	243,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243,54
Educação Infantil	2.399.396,94	2.486.319,14	508.976,21	508.976,21	282.101,49	282.101,49	4,51	11,35	2.204.217,65
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	16.036,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.036,20
Educação Especial	107.420,00	107.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.420,00
Cultura	291.150,00	316.150,00	85.398,22	85.398,22	36.861,75	36.861,75	0,59	11,66	279.288,25
Difusão Cultural	291.150,00	316.150,00	85.398,22	85.398,22	36.861,75	36.861,75	0,59	11,66	279.288,25
Urbanismo	7.693.953,29	8.271.391,35	3.583.920,18	3.583.920,18	1.181.646,43	1.181.646,43	18,88	14,29	7.089.744,92
Infra-Estrutura Urbana	2.777.850,00	2.838.918,06	1.384.456,70	1.384.456,70	132.409,70	132.409,70	2,12	4,66	2.706.508,36

Continua 1/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.749.100,00	44.421.723,87	15.945.997,06	15.945.997,06	6.114.790,76	6.114.790,76	97,69	13,77	38.306.933,11
Urbanismo	7.693.953,29	8.271.391,35	3.583.920,18	3.583.920,18	1.181.646,43	1.181.646,43	18,88	14,29	7.089.744,92
Serviços Urbanos	4.916.103,29	5.432.473,29	2.199.463,48	2.199.463,48	1.049.236,73	1.049.236,73	16,76	19,31	4.383.236,56
Saneamento	11.961.563,95	11.961.563,95	3.938.413,20	3.938.413,20	1.216.663,94	1.216.663,94	19,44	10,17	10.744.900,01
Saneamento Básico Urbano	11.961.563,95	11.961.563,95	3.938.413,20	3.938.413,20	1.216.663,94	1.216.663,94	19,44	10,17	10.744.900,01
Agricultura	315.000,00	608.650,00	347.881,33	347.881,33	36.894,66	36.894,66	0,59	6,06	571.755,34
Extensão Rural	315.000,00	608.650,00	347.881,33	347.881,33	36.894,66	36.894,66	0,59	6,06	571.755,34
Comércio e Serviços	767.000,00	1.476.380,71	802.885,97	802.885,97	374.947,13	374.947,13	5,99	25,40	1.101.433,58
Turismo	767.000,00	1.476.380,71	802.885,97	802.885,97	374.947,13	374.947,13	5,99	25,40	1.101.433,58
Comunicações	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Telecomunicações	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Desporto e Lazer	203.550,00	222.731,90	92.654,76	92.654,76	57.176,06	57.176,06	0,91	25,67	165.555,84
Desporto Comunitário	203.550,00	222.731,90	92.654,76	92.654,76	57.176,06	57.176,06	0,91	25,67	165.555,84
Encargos Especiais	860.200,00	860.200,00	762.569,24	762.569,24	158.644,94	158.644,94	2,53	18,44	701.555,06
Serviço da Dívida Interna	490.000,00	490.000,00	428.569,24	428.569,24	84.342,11	84.342,11	1,35	17,21	405.657,89
Transferências	370.200,00	370.200,00	334.000,00	334.000,00	74.302,83	74.302,83	1,19	20,07	295.897,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	950.900,00	967.900,00	210.625,80	210.625,80	144.455,93	144.455,93	2,31	14,92	823.444,07
Legislativa	43.000,00	43.000,00	3.383,70	3.383,70	3.383,70	3.383,70	0,05	7,87	39.616,30
Ação Legislativa	43.000,00	43.000,00	3.383,70	3.383,70	3.383,70	3.383,70	0,05	7,87	39.616,30
Administração	159.300,00	159.300,00	52.744,27	52.744,27	28.473,57	28.473,57	0,45	17,87	130.826,43
Administração Geral	123.300,00	123.300,00	47.912,30	47.912,30	23.641,60	23.641,60	0,38	19,17	99.658,40
Administração Financeira	36.000,00	36.000,00	4.831,97	4.831,97	4.831,97	4.831,97	0,08	13,42	31.168,03
Assistência Social	13.100,00	13.100,00	4.271,96	4.271,96	977,95	977,95	0,02	7,47	12.122,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	4.100,00	4.100,00	251,53	251,53	251,53	251,53	0,00	6,13	3.848,47
Assistência Comunitária	9.000,00	9.000,00	4.020,43	4.020,43	726,42	726,42	0,01	8,07	8.273,58
Previdência Social	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Previdência do Regime Estatutário	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Saúde	221.100,00	235.100,00	37.151,25	37.151,25	33.221,07	33.221,07	0,53	14,13	201.878,93
Atenção Básica	193.000,00	207.000,00	33.964,52	33.964,52	30.034,34	30.034,34	0,48	14,51	176.965,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.000,00	13.000,00	1.920,87	1.920,87	1.920,87	1.920,87	0,03	14,78	11.079,13
Vigilância Sanitária	15.000,00	15.000,00	1.265,86	1.265,86	1.265,86	1.265,86	0,02	8,44	13.734,14
Vigilância Epidemiológica	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00

Continua 2/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	950.900,00	967.900,00	210.625,80	210.625,80	144.455,93	144.455,93	2,31	14,92	823.444,07
Educação	341.100,00	344.100,00	85.146,79	85.146,79	53.632,67	53.632,67	0,86	15,59	290.467,33
Ensino Fundamental	224.000,00	224.000,00	54.531,63	54.531,63	33.993,97	33.993,97	0,54	15,18	190.006,03
Educação Infantil	117.100,00	120.100,00	30.615,16	30.615,16	19.638,70	19.638,70	0,31	16,35	100.461,30
Cultura	6.000,00	6.000,00	1.774,70	1.774,70	895,39	895,39	0,01	14,92	5.104,61
Difusão Cultural	6.000,00	6.000,00	1.774,70	1.774,70	895,39	895,39	0,01	14,92	5.104,61
Urbanismo	119.000,00	119.000,00	17.974,76	17.974,76	17.974,76	17.974,76	0,29	15,10	101.025,24
Infra-Estrutura Urbana	36.000,00	36.000,00	5.502,60	5.502,60	5.502,60	5.502,60	0,09	15,29	30.497,40
Serviços Urbanos	83.000,00	83.000,00	12.472,16	12.472,16	12.472,16	12.472,16	0,20	15,03	70.527,84
Saneamento	5.100,00	5.100,00	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00
Saneamento Básico Urbano	5.100,00	5.100,00	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00
Agricultura	15.000,00	15.000,00	2.509,88	2.509,88	2.509,88	2.509,88	0,04	16,73	12.490,12
Extensão Rural	15.000,00	15.000,00	2.509,88	2.509,88	2.509,88	2.509,88	0,04	16,73	12.490,12
Comércio e Serviços	20.000,00	20.000,00	3.379,86	3.379,86	2.319,92	2.319,92	0,04	11,60	17.680,08
Turismo	20.000,00	20.000,00	3.379,86	3.379,86	2.319,92	2.319,92	0,04	11,60	17.680,08
Desporto e Lazer	8.000,00	8.000,00	1.688,63	1.688,63	1.067,02	1.067,02	0,02	13,34	6.932,98
Desporto Comunitário	8.000,00	8.000,00	1.688,63	1.688,63	1.067,02	1.067,02	0,02	13,34	6.932,98
TOTAL (III) = (I + II)	42.700.000,00	45.389.623,87	16.156.622,86	16.156.622,86	6.259.246,69	6.259.246,69	100,00	13,79	39.130.377,18

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

PORTO BELO, 29/03/2011

ALBERT STADLER

Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI

CRC/SC 029.384/O-2

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR

Controle Interno - Mat.: 1079-01

JOSE IRINEU SERPA

SECRETARIO DA FAZENDA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Anexo X

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	7.861.000,00	7.861.000,00	3.622.011,02	3.622.011,02	46,08
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.973.000,00	4.973.000,00	1.783.035,97	1.783.035,97	35,85
1.1.1- IPTU	4.000.000,00	4.000.000,00	1.553.805,88	1.553.805,88	38,85
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	1.321,72	1.321,72	2,64
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	853.000,00	853.000,00	221.287,24	221.287,24	25,94
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	70.000,00	70.000,00	6.621,13	6.621,13	9,46
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.501.000,00	1.501.000,00	1.520.925,16	1.520.925,16	101,33
1.2.1- ITBI	1.500.000,00	1.500.000,00	1.524.158,64	1.524.158,64	101,61
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	10,72	10,72	1,07
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(3.244,20)	(3.244,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.212.000,00	1.212.000,00	295.295,63	295.295,63	24,36
1.3.1- ISS	1.200.000,00	1.200.000,00	293.301,96	293.301,96	24,44
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	1.862,54	1.862,54	186,25
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	60,01	60,01	0,60
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	71,12	71,12	7,11
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	175.000,00	175.000,00	22.754,26	22.754,26	13,00
1.4.1- IRRF	175.000,00	175.000,00	22.754,26	22.754,26	13,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.278.200,00	11.278.200,00	2.161.896,85	2.161.896,85	19,17
2.1- Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	1.366.541,21	1.366.541,21	20,10
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.800.000,00	6.800.000,00	1.366.541,21	1.366.541,21	20,10
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.550.000,00	3.550.000,00	670.326,76	670.326,76	18,88
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	25.000,00	25.000,00	4.078,48	4.078,48	16,31
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	76.500,00	76.500,00	14.939,59	14.939,59	19,53
2.5- Cota-Parte ITR	6.700,00	6.700,00	280,03	280,03	4,18
2.6- Cota-Parte IPVA	820.000,00	820.000,00	105.730,78	105.730,78	12,89
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	19.139.200,00	19.139.200,00	5.783.907,87	5.783.907,87	30,22
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	380.000,00	380.000,00	100.820,42	100.820,42	26,53
5.1- Transferências do Salário-Educação	380.000,00	380.000,00	98.682,70	98.682,70	25,97
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	2.137,72	2.137,72	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-1.315.000,00	-1.315.000,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	-935.000,00	-935.000,00	100.820,42	100.820,42	-10,78

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	890.640,00	890.640,00	157.995,45	157.995,45	17,74
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	710.000,00	710.000,00	134.065,18	134.065,18	18,88
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	15.300,00	15.300,00	2.728,29	2.728,29	17,83
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.340,00	1.340,00	55,99	55,99	4,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	164.000,00	164.000,00	21.145,99	21.145,99	12,89
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.100.000,00	4.100.000,00	840.102,38	840.102,38	20,49
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.100.000,00	4.100.000,00	835.946,13	835.946,13	20,39
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	4.156,25	4.156,25	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.209.360,00	3.209.360,00	677.950,68	677.950,68	21,12
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.240.000,00	3.177.000,00	439.669,45	439.669,45	13,84
13.1- Com Educação Infantil	1.275.000,00	1.212.000,00	233.161,28	233.161,28	19,24
13.2- Com Ensino Fundamental	1.965.000,00	1.965.000,00	206.508,17	206.508,17	10,51
14- OUTRAS DESPESAS	860.000,00	923.000,00	152.086,50	152.086,50	16,48
14.1- Com Educação Infantil	21.830,00	84.830,00	59.465,03	59.465,03	70,10
14.2- Com Ensino Fundamental	838.170,00	838.170,00	92.621,47	92.621,47	11,05
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.100.000,00	4.100.000,00	591.755,95	591.755,95	14,43
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					52,34
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				67.056,74	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	4.784.800,00	4.784.800,00	1.445.976,97	1.445.976,97	30,22
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.393.390,00	2.393.390,00	296.835,85	296.835,85	12,40
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.296.830,00	1.296.830,00	292.626,31	292.626,31	22,56
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.096.560,00	1.096.560,00	4.209,54	4.209,54	0,38
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.603.554,00	4.603.554,00	394.072,83	394.072,83	8,56
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.803.170,00	2.803.170,00	299.129,64	299.129,64	10,67
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.800.384,00	1.800.384,00	94.943,19	94.943,19	5,27
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.996.944,00	6.996.944,00	690.908,68	690.908,68	9,87
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					677.950,68
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.156,25
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					67.056,74
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					749.163,67
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					-58.254,99
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					—

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	380.000,00	590.365,59	41.494,56	41.494,56	7,03
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	273.002,88	273.002,88	555.568,53	555.568,53	203,50
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	653.002,88	863.368,47	597.063,09	597.063,09	69,16
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.649.946,88	7.860.312,47	1.287.971,77	1.287.971,77	16,39
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	259,45		0,00		

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	151.400,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	835.946,13	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	553.230,31	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.156,25	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	438.272,86	0,00

PORTO BELO, 29/03/2011

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR
Controle Interno - Mat.: 1079-01

JOSE IRINEU SERPA
SECRETARIO DA FAZENDA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 67.056,74, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Anexo XVI

Município de PORTO BELO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.139.200,00	19.139.200,00	5.783.907,87	30,22
Impostos	6.875.000,00	6.875.000,00	3.390.776,54	49,32
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.000.000,00	4.000.000,00	1.553.805,88	38,85
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	1.500.000,00	1.500.000,00	1.520.914,44	101,39
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.200.000,00	1.200.000,00	293.301,96	24,44
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	175.000,00	175.000,00	22.754,26	13,00
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	986.000,00	986.000,00	231.234,48	23,45
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	52.000,00	52.000,00	3.194,98	6,14
Dívida Ativa dos Impostos	863.000,00	863.000,00	221.347,25	25,65
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	71.000,00	71.000,00	6.692,25	9,43
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	11.278.200,00	11.278.200,00	2.161.896,85	19,17
Da União	6.831.700,00	6.831.700,00	1.370.899,72	20,07
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.800.000,00	6.800.000,00	1.366.541,21	20,10
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6.700,00	6.700,00	280,03	4,18
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	25.000,00	25.000,00	4.078,48	16,31
Do Estado	4.446.500,00	4.446.500,00	790.997,13	17,79
Cota-Parte do ICMS	3.550.000,00	3.550.000,00	670.326,76	18,88
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	76.500,00	76.500,00	14.939,59	19,53
Cota-Parte do IPVA	820.000,00	820.000,00	105.730,78	12,89
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	24.451.440,00	24.451.440,00	2.952.438,07	12,07
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-890.640,00	-890.640,00	-157.995,45	17,74
TOTAL	42.700.000,00	42.700.000,00	8.578.350,49	20,09

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	5.219.378,02	5.492.378,02	806.635,25	14,69
Pessoal e Encargos Sociais	3.972.852,00	4.090.852,00	608.487,54	14,87
Outras Despesas Correntes	1.246.526,02	1.401.526,02	198.147,71	14,14
DESPESAS DE CAPITAL	708.500,00	763.500,00	45.069,30	5,90
Investimentos	708.500,00	763.500,00	45.069,30	5,90
TOTAL (IV)	5.927.878,02	6.255.878,02	851.704,55	13,61

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	5.927.878,02	6.255.878,02	851.704,55	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.048.038,02	2.221.038,02	419.575,04	49,26
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.048.038,02	2.221.038,02	419.575,04	49,26
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	3.879.840,00	4.034.840,00	432.129,51	50,74

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <= %² [(V - VI) / I]	7,47
--	------

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.138.692,00	5.426.692,00	776.702,77	91,19
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	408.277,10	408.277,10	14.706,90	1,73
Suporte Profilático e Terapêutico	196.588,80	236.588,80	36.414,66	4,28
Vigilância Sanitária	158.116,72	158.116,72	19.313,73	2,27
Vigilância Epidemiológica	26.203,40	26.203,40	4.566,49	0,54
TOTAL	5.927.878,02	6.255.878,02	851.704,55	100,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO BELO, 29/03/2011

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR
Controle Interno - Mat.: 1079-01

JOSE IRINEU SERPA
SECRETARIO DA FAZENDA

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 363/2011 - RH

PORTARIA Nº 363, de 04 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de fevereiro a 21 de dezembro de 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ivete Aparecida Lopes, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição à servidora efetiva Renilda Aparecida Mello, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Projeto Crer no Ser, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2011.

Porto União - SC, em 04 de março de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 364/2011 - RH

PORTARIA Nº 364, de 04 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de Regência, à servidora contratada Ângela Maria Marcelo dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 5ª à 8ª série, de acordo com o Art. 30, Inciso III, e Art. 31 da Lei Municipal nº. 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2011.

Porto União - SC, em 04 de março de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 365/2011 - RH

PORTARIA Nº 365, de 04 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor efetivo Flávio Michel Doudera Zavaski, de dez (10) horas semanais para vinte (20) horas semanais, no período de 01 de março a 16 de dezembro de 2011, para exercer atividades de Professor 5ª à 8ª série (Artes), com vencimentos na Classe "A" referencia "01", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 e suas alterações, para atuar no Núcleo Educacional Frei Deodato.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2011.

Porto União, SC em 04 de março de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 366/2011 - RH

PORTARIA Nº 366, de 04 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Erilde Kreuzberg Wilhelms, de dez (10) horas semanais para quarenta (40) horas semanais, no período de 14 de fevereiro a 16 de dezembro de 2011, para exercer atividades de Professor 5ª à 8ª série, com vencimentos na Classe "A" referencia "01", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 e suas alterações, para desenvolver atividades físicas com os idosos dos grupos de 3ª Idade do Município.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2011.

Porto União, SC em 04 de março de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 367/2011 - RH

PORTARIA Nº 367, de 04 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora efetiva Rubia Cristina Braz de Oliveira, de vinte (20) horas semanais para quarenta (40) horas semanais, no período de 25 de fevereiro a 16 de dezembro de 2011, para exercer atividades de Professor 5ª à 8ª série, com vencimentos na Classe "A" referência "01", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 e suas alterações, para atuar no Programa de Municipalização da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de fevereiro de 2011.

Porto União, SC em 04 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 368/2011 - RH

PORTARIA Nº 368, de 04 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de fevereiro a 16 de dezembro 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Moisés Atílio Cabassa Junior, para exercer as funções do cargo de Professor 5ª à 8ª série (Educação Física), 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, e suas alterações, para exercer atividades extracurriculares complementares com os alunos do contraturno.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º O servidor acima mencionado exercerá suas funções junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, Núcleo Educacional Frei Deodato e Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2011.

Porto União - SC, em 04 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 369/2011 - RH

PORTARIA Nº 369, de 04 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 18 de fevereiro a 15 de abril de 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Alexandra Andréia Trevisan, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição à servidora efetiva Elaine de Oliveira Carvalho, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2011.

Porto União - SC, em 04 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 370/2011 - RH

PORTARIA Nº 370, de 04 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março a 21 de dezembro 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Verônica Mazur, para exercer as funções do cargo de Professor Educação Infantil, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Carmen Cristine Scheramp que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A contratada acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Berçário Maria Luiza Waldruff, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2011.

Porto União - SC, em 04 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 371/2011 - RH

PORTARIA Nº 371, de 04 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, José Osmari Stachera, aprovado em 2º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados - Distrito de São Miguel da Serra, conforme Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 372/2011 - RH

PORTARIA Nº 372, de 09 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, a partir de 07 de março de 2011, a carga horária do servidor efetivo Dércio Luis Kliemann, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de cinco (05:00) horas semanais para quarenta (40:00) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.725, de 25 de março de 2010, para atender a demanda da especialidade na Unidade Básica de Saúde do Bairro São Pedro.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 325, de 01 de abril de 2008.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 373/2011 - RH

PORTARIA Nº 373, de 10 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Irondi Bittencourt Martins, aprovado em 5º lugar, para o emprego público de Médico do PSF, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 374/2011 - RH

PORTARIA Nº 374, de 10 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Daiana Camargo, do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 375/2011 - RH

PORTARIA Nº 375, de 10 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Jefferson Alfred Caratchuk, das funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 376/2011 - RH

PORTARIA Nº 376, de 10 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II,

Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Vanderlei Jung, aprovado em 1º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados - Distrito de Santa Cruz do Timbó, conforme Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 377/2011 - RH

PORTARIA Nº 377, de 10 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de março a 06 de setembro de 2011, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ana Aparecida Oliveira Bueno, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição à servidora efetiva Rosangela Oliveira Bueno Zasneski, que se encontra em Licença Maternidade.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional da Lança, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 378/2011 - RH

PORTARIA Nº 378, de 11 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 11 de março de 2011 a 09 de março de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Irondi Bittencourt Martins, para exercer a função do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo II, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º O contratado acima mencionado, exercerá suas atividades

junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 11 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 379/2011 - RH

PORTARIA Nº 379, de 14 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 14 de março de 2011, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ANATALIA HESSA PITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo em extinção - isolado de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 380/2011 - RH

PORTARIA Nº 380, de 14 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora efetiva Sirlei Helena Krysiak Schor, para mais dez (10) horas semanais no período de 14 de março a 16 de dezembro de 2011, para exercer atividades de Professor 1ª à 4ª série, com vencimentos na Classe "B" referência "07", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 e suas alterações, para atuar no Programa de Municipalização da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo Educacional Frei Deodato, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 14 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 381/2011 - RH

PORTARIA Nº 381, de 14 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora efetiva Márcia Isabel Ludke Brixner, para mais dez (10) horas semanais no período de 14 de março a 16 de dezembro de 2011, para exercer atividades de Professor 1ª à 4ª série, com vencimentos na Classe "B" referência "05", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 e suas alterações, para atuar no Programa de Municipalização da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 14 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 382/2011 - RH

PORTARIA Nº 382, de 14 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora efetiva Carmen Cristine Scheramp, para mais dez (10) horas semanais no período de 14 de março a 16 de dezembro de 2011, para exercer atividades de Professor, com vencimentos na Classe "C" referência "06", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 e suas alterações, para atuar no Programa de Municipalização da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 14 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 383/2011 - RH

PORTARIA Nº 383, de 14 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Luana Santos, de dez (10) horas semanais para vinte (20) horas semanais, no período de 14 de março a 16 de dezembro de 2011, para exercer atividades de Professor, com vencimentos na Classe "A" referência "01", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 e suas alterações, para atuar no Programa de Municipalização da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 14 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 384/2011 - RH

PORTARIA Nº 384, de 15 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Deisy Jaqueline Tandler, do cargo de provimento efetivo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 385/2011 - RH

PORTARIA Nº 385, de 16 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II,

Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Deise Cristina Dembiski, aprovada em 1º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, conforme Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 386/2011 - RH

PORTARIA Nº 386, de 17 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Jakeline Stocker Rubyi, aprovada em 2º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, conforme Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 387/2011 - RH

PORTARIA Nº 387, de 17 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 17 de março de 2011, referente ao período aquisitivo de maio de 2003 a maio de 2008, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor EUSEBIO KUHLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 388/2011 - RH

PORTARIA Nº 388, de 18 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jussara Aparecida de Almeida, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 389/2011 - RH

PORTARIA Nº 389, de 18 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Thais Aparecida Jung, das funções do cargo de Enfermeiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 390/2011 - RH

PORTARIA Nº 390, de 18 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Para Tratar de Interesses Particulares, a partir de 18 de março de 2011, pelo período de dois (02) anos, sem remuneração, de acordo com o Art. 127, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores públicos do Município, à servidora Rosane Fink, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de março de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 391/2011 - RH

PORTARIA Nº 391, de 18 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV, sob o nº 866/2009, datada de 23 de abril de 2010, da Servidora MARIA ELISABETH HEMM, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 935 dias, ou seja, dois (02) anos, seis (06) meses e vinte e cinco (25) dias, junto ao IPREV- Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, a título de Tempo de Contribuição efetuada no período de 11 de março de 1986 a 30 de setembro de 1988, diante do vínculo de emprego mantido com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, sob o Regime Próprio de Previdência Social.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de março de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 392/2011 - RH

PORTARIA Nº 392, de 21 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 21 de março de 2011, referente ao período aquisitivo de julho de 2002 a julho de 2007, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora IRMA KRUG WLADKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de março de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 393/2011 - RH

PORTARIA Nº 393, de 21 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Alcione Aparecida Húpalo, das funções do cargo de Professor 1ª à 4ª série - ensino fundamental, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de março de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 394/2011 - RH

PORTARIA Nº 394, de 21 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Gisella Arruda de Oliveira, de vinte (20) horas semanais para quarenta (40) horas semanais, no período de 21 de março a 16 de dezembro de 2011, para exercer atividades de Professor 1ª à 4ª série, com vencimentos na Classe "B" referencia "01", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 e suas alterações, para atuar no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 21 de março de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 395/2011 - RH

PORTARIA Nº 395, de 22 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Eliane Soares Ferreira, de vinte (20) horas semanais para quarenta (40) horas semanais, no período de 22 de março a 16 de dezembro

de 2011, para exercer atividades de Professor 1ª à 4ª série, com vencimentos na Classe "B" referencia "01", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 e suas alterações, em razão do pedido de rescisão de Alcione Aparecida Húpalo que estava em vaga vinculada de Jane Aparecida Ferreira Rodrigues, que está exercendo a função de Diretora de Escola.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 22 de março de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 396/2011 - RH

PORTARIA Nº 396, de 22 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 22 de março de 2011 a 21 de março de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Antonio Carlos Pigatto Caus, para exercer a função do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo II, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º O contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 22 de março de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 397/2011 - RH

PORTARIA Nº 397, de 25 de março de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Roselani Volkman Kostek, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de março de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Dispensa de Licitação Nº 004/2009

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatorio 009/2011 EDUCAÇÃO
Dispensa de Licitação n.º 004/2011 - EDUCAÇÃO

Caracterização da Situação: O município necessita contratar curso visando a capacitação das professoras do programa de Municipalização de Educação de Jovens e Adulto (Formação Continuada) oferecendo suporte teórico-metodológico aos professores e coordenação de Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de Porto União buscando evidenciar a especialidade desta modalidade de ensino.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de empresa para ministrar curso.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre IEP Instituto de Educação Permanente, tendo em vista a participação de professores municipais curso de formação continuada promovido pelo Ministério da Educação, realizado em Lages para o Programa Brasil Alfabetizado, sendo que a coordenadora estadual de Educação de Jovens e Adultos Silvia Maria de Oliveira se destacou por seu conhecimento, competência e experiência nessa modalidade.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 3.846,00 (três mil oitocentos e quarenta e seis reais)

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

17 - Fundo Municipal da Educação
01 - Fundo Municipal da Educação
2078 - Manutenção do Eja
3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
Cód 55 -

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.
Porto União, 23 de fevereiro de 2011

CLÁUDIO MICHALIZYN
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 543/2011

Dispensa de Licitação Nº 004/2011

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatorio 024/2011
Dispensa de Licitação n.º 004/2011

Caracterização da Situação: O município necessita pretende instalar manta de impermeabilização de Geomembrana no aterro sanitário do Município de Porto União .

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de empresa, para executar os serviços de instalação de manta de impermeabilização de Geomembrana no aterro sanitário do Município de Porto União, com 6.150 m2 .

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Mega Impermeabilizações Ltda, visto que foi a que apresentou menor preço, conforme orçamentos anexo.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 8.979,00 (oito mil, novecentos e setenta e nove reais) estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:
Órgão - 0200- Poder Executiva
Unidade - 02007 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Atividade - 2018 - Manutenção dos Serviços de Limpesa Publica
Modalidade - 3390-100 - Aplicações Diretas
Complemento - 33903958 - Serviços de Limpesa e Conservação
Cód 43

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 15 de março de 2011.
CLAUDIO MICHALIZYN
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 543/2011

Processo Licitatório 002/2011 FAS Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 002/2011 FAS
Convite 001/2011 FAS

Expirado o prazo recursal, homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Mercado Kosera Ltda, Jackiw & Jackiw Ltda, Ade Com de Frutas e Verduras Ltda.

Porto União SC, 23 de março de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 023/2011 Homologação

Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 023/2011
Pregão presencial 014/2011
Termo de Homologação

Homologo o processo licitatorio e adjudico a empresa Fênix Informática e Telefonía Ltda, Lider Suprimentos para Informática Ltda, MWV Web Site Comercio de Produtos Eletroeletrônicos Ltda, Souza e Hanisch Eletroeletrônicos e Informática.

Porto União SC, 23 de março de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 004/2011 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 004/2011 FAS
Partes: Ade Comercio de Frutas e Verduras Ltda e Município de Porto União

Objeto: fornecimento de produtos alimentícios, materiais de higiene e limpeza para o Abrigo da Criança e do Adolescente - FAS
Valor total R\$ 504,89 (quinhentos e quatro reais e oitenta e nove

centavos)
Vigência: 30 (trinta) dias
Base legal cc001/2009 FAS e lei 8.666/93

Porto União, 23 de março de 2011.

ADE COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA
Contratada

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 005/2011 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 005/2011 FAS
Partes: Mercado Kosera Ltda e Município de Porto União

Objeto: fornecimento de produtos alimentícios, materiais de higiene e limpeza para o Abrigo da Criança e do Adolescente - FAS
Valor total R\$ 6.256,60 (seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos)
Vigência: 30 (trinta) dias
Base legal cc001/2009 FAS e lei 8.666/93

Porto União, 23 de março de 2011.
MERCADO KOSERA LTDA
Contratada

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 006/2011 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 006/2011 FAS
Partes: Jackiw & Jackiw Ltda e Município de Porto União

Objeto: fornecimento de produtos alimentícios, materiais de higiene e limpeza para o Abrigo da Criança e do Adolescente - FAS
Valor total R\$ 1.909,24 (mil reais e novecentos e nove reais e vinte e quatro centavos)
Vigência: 30 (trinta) dias
Base legal cc001/2009 FAS e lei 8.666/93

Porto União, 23 de março de 2011.
JACKIW & JACKIW LTDA
Contratada

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 030/2011

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 030/2011
Partes: Município de Porto União e Mega Impermeabilizações Ltda.

Objeto: serviços de instalação de membrana de geomembrana PEAD no aterro sanitário.
Valor total: R\$ 8.979,00 (oito mil, novecentos e setenta e nove reais)
Vigência: 90 (noventa) dias
Base legal art 24 inciso II da Lei 8.666/93

Porto União SC, 22 de março de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

MEGA IMPERMEABILIZAÇÕES LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 031/2011

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 031/2011
Partes: Município de Porto União e Fenix Informática e Telefonia Ltda.

Objeto: aquisição de equipamentos de informática diversos.
Valor total: R\$ 849,00 (oitocentos e quarenta e nove reais)
Vigência: 23 de setembro de 2011 podendo ser prorrogado por igual período
Base legal pregão presencial 014/2011 e lei 10.520/02

Porto União SC, 23 de março de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

FÊNIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA
Contratada

Extrato de Contrato 032/2011

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 032/2011
Partes: Município de Porto União e Líder Suprimentos para Informática Ltda.

Objeto: aquisição de equipamentos de informática diversos.
Valor total: R\$ 1.347,60 (hum mil trezentos e quarenta e sete reais)
Vigência: 23 de setembro de 2011 podendo ser prorrogado por igual período
Base legal pregão presencial 014/2011 e lei 10.520/02

Porto União SC, 23 de março de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

LÍDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA.
Contratada

Extrato de Contrato 033/2011

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 033/2011
Partes: Município de Porto União e MWV Web Site Com. De Produtos Eletroeletrônicos Ltda.

Objeto: aquisição de equipamentos de informática diversos.
Valor total: R\$ 2.341,50 (dois mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)
Vigência: 23 de setembro de 2011 podendo ser prorrogado por igual período
Base legal pregão presencial 014/2011 e lei 10.520/02

Porto União SC, 23 de março de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

MWV WEB SITE COM DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA.
Contratada

Extrato de Contrato 034/2011

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 034/2011
Partes: Município de Porto União e Souza & Hanisch Eletroeletrônicos e Informática Ltda.

Objeto: aquisição de equipamentos de informática diversos.
Valor total: R\$ 18.871,00 (dezoito mil, oitocentos e setenta e um reais)
Vigência: 23 de setembro de 2011 podendo ser prorrogado por igual período
Base legal pregão presencial 014/2011 e lei 10.520/02

Porto União SC, 23 de março de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

SOUZA & HANISCH ELETROELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA.
Contratada

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0294/2011

PORTARIA Nº. 0294/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio Funeral à LUCIA DA CUNHA, (Protocolo 126127/2011), em virtude do falecimento ocorrido no dia 04/03/2011, do servidor público municipal, MARIO DA CUNHA, aposentado pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP), de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretario Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0297/2011

PORTARIA Nº. 0297/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 16/03/2011, a servidora municipal DEBORA CRISTINA KALBUSCH DE OLIVEIRA, do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vf

Edital de Alteração do Pregão Presencial 027/2011 EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, comunicam aos interessados que fica alterado a redação dos itens 01 – PREÂMBULO e 2 – o OBJETO ITENS 01 e 14 do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2011, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

“
1.1 – ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:
Até o dia 11/04/2011, às 10:00h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 11/04/2011.

2 – OBJETO

2.1 – .Este edital refere-se à aquisição pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul de materiais elétricos para executar sistemas preventivos e elétricos no Pavilhão de Eventos Hermann Purnhagen, Secretaria Municipal de Empreendedorismo, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:

Item	Qte.	Especificações
01	15 Un.	Haste de aterramento cobreada em alta camada 5/8" x2,4 m.
02	40 Un.	Conector split bolt até 95 mm².
03	50 Un.	Terminal captor vertical 600 mm.
04	80 Un.	Terminal compressão em cobre 35 mm².
05	300 Un.	Cabo de cobre nu 35 mm².
06	200 Un.	Cabo de cobre nu 50 mm².
07	300 Un.	Conector split bolt 35 mm.
08	760 Un.	Conjunto parafuso nº 8 e bucha plástica para fixação.
09	15 Un.	Eletroduto PVC rígido 2" x 3 m.
10	15 Un.	Condulete tipo C 2".
11	60 Un.	Abraçadeira tipo C 2".
12	01 Un.	Central de alarme de incêndio.
13	400 Un.	Cabo shield 4 x 0,5 mm², com malha de aço para aterramento.

14	400 m.	Eletroduto PVC rígido 1".
15	15 Un.	Condulete de alumínio tipo T 1".
16	06 Un.	Acionador.
17	400 Un.	Abraçadeira em alumínio tipo C 1".
18	200 Un.	Cabo isolado PVC 2,5 mm², cor preta.
19	200 Un.	Cabo isolado PVC 2,5 mm², cor azul.
20	50 Un.	Caixa plástica sistema X, 2,4 x 2,4".
21	50 Un.	Tomada 2P + T.
22	10 Un.	Placa e saída para sinalização de emergência, com bateria incorporada com duração de no mínimo 2 horas.
23	16 Un.	Bloco autônomo 2 x 55w, com bateria incorporada com duração de no mínimo 2 horas.
24	05 Un.	Bloco autônomo 16w, com bateria incorporada com duração de no mínimo 2 horas.
25	200 Un.	Vala com 50 cm. de largura e 50 cm. de profundidade.

”

Rio do Sul, 29 de março de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 039/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2011

OBJETO: Registro de preço para contratação de serviços de encanador, carpinteiros, pedreiro, pintura e eletricista para atender a rede municipal de ensino. Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 12/04/2011, às 10:00h., no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 12/04/2011, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 29 de março de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES**Resolução Nº 608**

RESOLUÇÃO Nº 608, DE 28 DE MARÇO DE 2011

Altera a Resolução nº 607/2011, de 25 de março de 2011, que autoriza o pagamento de 2 diárias, inscrição e indenização de transporte a vereador e assessor parlamentar.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica revogado o Artigo 1º da Resolução nº 207 de 25 de março de 2011, que autoriza o pagamento de 2 diárias, inscrição e indenização de transporte a vereador e assessor parlamentar.

Art. 2º Fica alterado o artigo 3º da Resolução nº 207 de 25 de março de 2011, que autoriza o pagamento de 2 diárias, inscrição e indenização de transporte a vereador e assessor parlamentar, que passa a vigorar com a seguinte redação.

“ Art. 3º - Fica ainda autorizado o pagamento da Taxa de inscrição no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao assessor parlamentar Vanderlei Zanis.”

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de março de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Mesa

DIONÍSIO MAÇANEIRO

Vice Presidente da Mesa

JOSÉ THOMÉ

1º Secretário

2º Secretário

MÁRIO MIGUEL

Salto Veloso**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato de Contrato 0042/2011**

Extrato de Contrato 0042/2011

Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC

Contratado: Verona Engenharia LTDA

Objeto: Reforma Do Centro Esportivo Municipal

Valor: 72.398,68 reais

Vigência: 28/03/11 até 30/09/12.

Processo: 0033/2011

Licitação: TP 002/2011

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 28 de março de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA MUNICIPAL****Termo Aditivo ao Registro de Preços PL 05/2011**

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2011, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2011

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 005/2011, Modalidade Pregão Presencial – RP nº 005/2010, expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total referente ao Lote 01 - Item número 01 (um), do Processo supracitado, em razão da necessidade de dar continuidade aos trabalhos do Município nas vias urbanas.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este termo aditivo respeita esta condição;

Fica aditado o objeto do Processo Licitatório nº 005/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 005/2011, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUTAR PERFURAÇÃO COM DETONAÇÃO DE ROCHA, E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA E MATERIAIS PARA ESCOLAS E OUTROS, ficando aditado o seguinte item:

Contratada: ZYDEK & MOCCELLIN LTDA;

LOTE 01					
Item	Produto	Un. Medida	Quant.	Vr. Unit.	Total em R\$
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PERFURAÇÃO COM DETONAÇÃO DE ROCHA.	MTS	111,25	44,50	4.950,62

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 4.950,62 (quatro mil novecentos e cinquenta reais e sessenta e dois itens).

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de março de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ZYDEK & MOCCELLIN LTDA

PAULO CESAR ZYDEK

Representante Legal

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 03/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 03/2011 - Pregão Presencial Nº 03/2011.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR TRANSPORTE ESCOLAR E VIAGENS CULTURAIS COM ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO 2011.

FORNECEDOR: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS MENEGASSI LTDA ME.

VALOR: 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais).

FORNECEDOR: EXPRESSO MINUANO TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME.

VALOR: 23.300,00 (vinte e três mil e trezentos reais).

TOTAL: 54.100,00 (cinquenta e quatro mil e cem reais).



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

DATA DE ASSINATURA: 24/01/2011.
VIGÊNCIA: 24/01/2011 à 24/01/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 04/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 04/2011 - Pregão Presencial Nº 04/2011.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA, COM PLANTIO, NAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS DE SÃO LOURENÇO.

FORNECEDOR: NOIMAR DALL AGNOL LTDA ME.
VALOR: 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/01/2011.
VIGÊNCIA: 28/01/2011 à 28/01/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 05/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 05/2011 - Pregão Presencial Nº 05/2011.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUTAR PERFURAÇÃO COM DETONAÇÃO DE ROCHA, E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA E MATERIAIS PARA ESCOLAS E OUTROS.

FORNECEDOR: ZYDEK E MOCCELLIN LTDA.
VALOR: 19.802,50 (dezenove mil oitocentos e dois reais quatro mil reais).
FORNECEDOR: DECORATIVA TINTAS LTDA EPP.
VALOR: 38.715,85 (trinta e oito mil setecentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos).
TOTAL: 58.518,35 (cinquenta e oito mil quinhentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos).
DATA DE ASSINATURA: 28/01/2011.
VIGÊNCIA: 28/01/2011 à 28/01/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 07/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 07/2011 - Pregão Presencial Nº 06/2011.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIOS.

FORNECEDOR: CATARINENSE MANUTENÇÃO LTDA ME.
VALOR: 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 07/02/2011.
VIGÊNCIA: 07/02/2011 à 07/02/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 08/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 08/2011 - Pregão Presencial Nº 07/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DIVERSAS PARA A MANUTENÇÃO EM REFORMAS DE PONTILHÕES E OUTROS.
FORNECEDOR: INDÚSTRIA DE MADEIRAS E COMPENSADOS

HORIZONTE LTDA.

VALOR: 32.000,00 (trinta e dois mil reais).
FORNECEDOR: MADEIREIRA FAVERO LTDA.
VALOR: 36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais).
TOTAL: 68.800,00 (sessenta e oito mil oitocentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 07/02/2011.
VIGÊNCIA: 07/02/2011 à 07/02/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 09/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 09/2011 - Pregão Presencial Nº 08/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER OS 16 CLUBES DE IDOSOS.

FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA.
VALOR: 23.580,00 (vinte e três mil quinhentos e oitenta reais).
FORNECEDOR: LOVERA & CIA LTDA ME.
VALOR: 17.800,00 (dezessete mil e oitocentos reais).
TOTAL: 41.380,00 (quarenta e um mil trezentos e oitenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 08/02/2011.
VIGÊNCIA: 08/02/2011 à 08/02/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 11/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 11/2011 - Pregão Presencial Nº 10/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA REFERENCIADOS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA REALIZADOS NO CRAS, NO TRANSCORRER DO ANO DE 2011. RECURSO DO PAIF/PBF.

FORNECEDOR: FABIANE MIKOLAJCZYK ME.
VALOR: 8.375,00 (oito mil trezentos e setenta e cinco reais).
FORNECEDOR: CLAIRTO RICARDI ME.
VALOR: 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).
TOTAL: 17.975,00 (dezessete mil novecentos e setenta e cinco reais).
DATA DE ASSINATURA: 14/02/2011.
VIGÊNCIA: 14/02/2011 à 14/02/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 12/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 12/2011 - Pregão Presencial Nº 11/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER A3, ARMÁRIOS, PAINÉIS EM MDF SOB MEDIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PLAINA EM MADEIRA E RESTAURAÇÃO DE MÓVEIS.

FORNECEDOR: ANDREI LINHARES VIEIRA ME.
VALOR: 11.547,20 (onze mil quinhentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).
DATA DE ASSINATURA: 15/02/2011.
VIGÊNCIA: 15/02/2011 à 15/02/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 13/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 13/2011 - Pregão Presencial Nº 12/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS P13 E P45 PARA UTILIZAÇÃO NAS ESCOLAS E CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL.

FORNECEDOR: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.

VALOR: 5.152,00 (cinco mil cento e cinquenta e dois reais).

FORNECEDOR: ROZELI GRACIOLA FRANCHINI LTDA ME.

VALOR: 18.360,00 (dezoito mil trezentos e sessenta reais).

TOTAL: 23.512,00 (vinte e três mil quinhentos e doze reais).

DATA DE ASSINATURA: 17/02/2011.

VIGÊNCIA: 17/02/2011 à 17/02/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 14/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 14/2011 - Pregão Presencial Nº 13/2011.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS EM MODULAÇÃO EM AMPLITUDE (AM), DE ABRANGÊNCIA LOCAL, VISANDO A VEICULAÇÃO DE PROGRAMA DIÁRIO E SEMANAL, COM DIVULGAÇÃO DE ATOS, AVISOS E NOTÍCIAS DO GOVERNO MUNICIPAL, BEM COMO A INSERÇÃO DE MÍDIA DE 30 SEGUNDOS, COM ABRANGÊNCIA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

FORNECEDOR: RÁDIO DOZE DE MAIO LTDA

VALOR: 63.330,00 (sessenta e três mil trezentos e trinta reais).

DATA DE ASSINATURA: 17/02/2011.

VIGÊNCIA: 17/02/2011 à 17/02/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 15/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 15/2011 - Pregão Presencial Nº 14/2011.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS EM MODULAÇÃO EM AMPLITUDE (AM), DE ABRANGÊNCIA REGIONAL, VISANDO A VEICULAÇÃO DE PROGRAMA DIÁRIO E SEMANAL, COM DIVULGAÇÃO DE ATOS, AVISOS E NOTÍCIAS DO GOVERNO MUNICIPAL, BEM COMO A INSERÇÃO DE MÍDIA DE 30 SEGUNDOS, COM ABRANGÊNCIA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

FORNECEDOR: RÁDIO ATALAIA LTDA

VALOR: 22.130,00 (vinte e dois mil cento e trinta reais).

DATA DE ASSINATURA: 21/02/2011.

VIGÊNCIA: 21/02/2011 à 21/02/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 16/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 16/2011 - Pregão Presencial Nº 15/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA PARA CANTERIROS CENTRAIS E OUTROS.

FORNECEDOR: NOIMAR DALL AGNOL ME

VALOR: 80.000,00 (oitenta mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 22/02/2011.

VIGÊNCIA: 22/02/2011 à 22/02/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 17/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 17/2011 - Pregão Presencial Nº 16/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES PARA REURBANIZAÇÃO DO CENTRO URBANO.

FORNECEDOR: NOIMAR DALL AGNOL ME

VALOR: 37.300,00 (trinta e sete mil trezentos reais).

FORNECEDOR: ERBES & MENEGATTI LTDA ME

VALOR: 13.050,00 (treze mil e cinquenta reais).

TOTAL: 50.350,00 (cinquenta mil trezentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 25/02/2011.

VIGÊNCIA: 25/02/2011 à 25/02/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 22/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 22/2011 - Pregão Presencial Nº 19/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENLEIRADOR DE PEDRA 14 PÉS, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 0332685-96/2010.

FORNECEDOR: FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME

VALOR: 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 10/03/2011.

VIGÊNCIA: 10/03/2011 à 10/03/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 25/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 25/2011 - Pregão Presencial Nº 20/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PÃES PARA ESCOLAS DO MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: LOVERA & CIA LTDA ME

VALOR: 5.000,00 (cinco mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 10/03/2011.

VIGÊNCIA: 10/03/2011 à 10/03/2012.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 29/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2011

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 29/2011 - Pregão Presencial Nº 21/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS; EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ESCOLAS DO MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: D.G LAZARIN ME

VALOR: 17.200,00 (dezessete mil e duzentos reais).

FORNECEDOR: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR: 36.6290,00 (trinta e seis mil seiscentos e vinte e nove

reais).
FORNECEDOR: FRANCIELI DELA GIUSTINA ME
VALOR: 59.900,00 (cinquenta e nove mil novecentos reais).
FORNECEDOR: BAUZIL - IND. DE SABÃO E DERIVADOS QUÍMICOS LTDA
VALOR: 12.156,70 (doze mil cento e cinquenta e seis reais e setenta centavos).
FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
VALOR: 12.476,30 (doze mil quatrocentos e setenta e seis reais e trinta centavos).
TOTAL: 138.362,00 (cento e trinta e oito mil trezentos e sessenta e dois reais).
DATA DE ASSINATURA: 11/03/2011.
VIGÊNCIA: 11/03/2011 à 11/03/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 30/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 30/2011 - Pregão Presencial Nº 22/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ESCOLAS DO MUNICÍPIO.
FORNECEDOR: CLAIRTO RICARDI ME
VALOR: 95.550,00 (noventa e cinco mil quinhentos e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 17/03/2011.
VIGÊNCIA: 17/03/2011 à 17/03/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 32/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 32/2011 - Pregão Presencial Nº 23/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS E TACHAS, TACHÕES PARA SINALIZAÇÃO NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO.
FORNECEDOR: DIONER DA SILVA MELLO EPP (SINARGS)
VALOR: 125.186,50 (vinte e cinco mil cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).
FORNECEDOR: ELDORADO DISTRIBUIDORA DE FERRO E AÇO LTDA
VALOR: 20.000,00 (vinte mil reais).
FORNECEDOR: SANDRA REGINA FRIESE ME
VALOR: 218.100,00 (duzentos e dezoito mil e cem reais).
TOTAL: 263.286,50 (duzentos e sessenta e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 22/03/2011.
VIGÊNCIA: 22/03/2011 à 22/03/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 34/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2011
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 34/2011 - Pregão Presencial Nº 24/2011.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAVER PARA REFORMA DE PASSEIOS PÚBLICOS, DANIFICADOS PELA REVITALIZAÇÃO ASFÁLTICA NO PERÍMETRO URBANO.
FORNECEDOR: PAVIMENTI BLOCOS E PAVER LTDA
VALOR: 8.367,00 (oito mil trezentos e sessenta e sete reais).

FORNECEDOR: VISOLI PRÉ-MOLDADOS LTDA EPP
VALOR: 55.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais).
TOTAL: 64.317,00 (sessenta e quatro mil, trezentos e dezessete reais).
DATA DE ASSINATURA: 24/03/2011.
VIGÊNCIA: 24/03/2011 à 24/03/2012.
INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 038/2011

DECRETO n.º 038/2011

Exonera MICHELLE NALOVAIKO do Cargo de Agente Administrativo.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar MICHELLE NALOVAIKO do cargo de Agente Administrativo, contrato de trabalho nº. 051/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de março de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Contrato de Prestação de Serviço N.º 031/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 031/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LIGA PALHOENSE DE FUTEBOL AMADOR - LPHF, com sede na Rua Prefeito Nelson Martins, S/Nº, Centro - Palhoça -- SC, inscrito no CNPJ sob nº. 85.116.747.0001-62, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviço de arbitragem do Campeonato Intermunicipal da Liga dos Campeões.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais). O pagamento será efetuado em dez parcelas no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12/03/2011 a 15/05/2011.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de Março de 2011.

Município de São Pedro de Alcântara
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

LIGA PALHOCENSE DE FUTEBOL AMADOR LPHF
Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 032/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 032/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado SCAVI ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA, com sede na Rua Assis Brasil, nº 221 - Ponta de Baixo - São José -- SC, inscrito no CNPJ sob nº. 07.851.734/0001-23, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 - Este contrato tem como objeto a elaboração de Relatório de Inspeção Ambiental.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 2.465,00 (dois mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 16/03/2011 a 18/03/2011.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de Março de 2010.

Município de São Pedro de Alcântara
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

SCAVI ENGENHARIA E GEOLOGIA LTDA
Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 033/2011

CONTRATO Nº 033/2011

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ernei José Stahelin, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Sr. AGOSTINHO VENTURA, residente na Rua Geral Santa Tereza, s/nº - São Pedro de Alcântara - SC, portador do CPF nº 376.027.139-15, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto à prestação de serviço de roçada no Bairro da Lagoa Vermelha - São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definidos no objeto deste contrato, o valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste Contrato será de 16/03/2011 a 25/03/2011.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 16 de Março de 2011.

Contratante

Contratado

Contrato de Prestação De Serviço N.º 034/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 034/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado MARLI TEREZINHA COELHO STÄHELIN, com sede no Município de São Pedro de Alcântara/SC, inscrita no CPF sob nº. 016.979.059-27 PIS 1.169.487.139.2, doravante denominado CONTRATADA, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de costureira para confeccionar 9 (nove) aventais para o Grupo Juvenil de danças Folclóricas Germânicas de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará a CONTRATADA pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 23/03/2011 a 31/03/2011.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de Março de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

MARLI TEREZINHA COELHO STÄHELIN

Contratada

Schroeder**PREFEITURA MUNICIPAL****Dispensa Nº 02/2011-FAS****ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 2/2011 - DL**Processo Nr.: 9/2011**
Data: 29/03/2011

Folha: 1/2

Fornecedor: **SORRISO PURIFICADORES LTDA - ME**
Endereço: RUA REINOLDO RAU, 818 SALA 04
Cidade: JARAGUÁ DO SUL - SC
CNPJ: 07.049.058/0001-79

Código: 11684

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição e instalação de aparelho de purificador de água e bebedouro para suprir as necessidades do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Aparelho purificador de água Saúde: com capacidade de armazenamento é de 19 litros, possui 2 (dois) refis, responsáveis pela filtragem de 1.200 litros, purificação por gravidade, substitui o galão oferecendo praticidade, higiene e economia.	UN	550,00	550,00
2	1,00	Bebedouro - Accua - 3 (três) temperaturas - normal, quente e gelada: sistema de aquecimento e resfriamento com saídas independentes. Certificado INMETRO. Estrutura metálica, garantindo maior durabilidade e resistência, com chaves liga/desliga independentes (quente/frio). Baixo consumo de energia, com características técnicas: consumo de resfriamento : 100w, consumo de aquecimento: 420w, capacidade do tanque de resfriamento: 1,7 litros, capacidade do tanque de aquecimento: 0,6 litros, temperatura mínima (resfriamento) 8º C, temperatura máxima (aquecimento) 90º C, capacidade de resfriamento 1,7 litros por hora, capacidade de aquecimento de 4 litros por hora.	UN	550,00	550,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do incº artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas do mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

De acordo com o pedido feito pela Diretoria de Assistência Social o bebedouro que se encontra no CRAS apresenta defeito, ocasionado constrangimento aos usuários no momento em que estão se servindo.

SCHROEDER , 29 de Março de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 2/2011 - DL

Processo Nr.: 9/2011

Data: 29/03/2011

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER , 28 de Março de 2011

Valor da Despesa: 1.100,00 (um mil e cem reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DO DOCUMENTO FISCAL

Dispensa Nº 17/2011-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2011 - DL**

Processo Nr.: 52/2011
Data: 29/03/2011

Folha: 1/2

Fornecedor: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Código: 10016

Endereço: ROD. BR 101 KM200 Nº 5.018

Cidade: SÃO JOSÉ - SC

CNPJ: 06.224.121/0003-65

Inscrição Estadual: 254873057

Objeto da Compra: contratação de empresa especializada para revisão de 750 (setecentos e cinquenta) horas do Trator Esteira New Holland D130, ano de fabricação/modelo 2010, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Filtro de combustível 83977314	UN	73,19	73,19
2	1,00	Elemento de filtro de combustível 71104193	UN	24,11	24,11
3	1,00	Elemento filtrante sp. agua 75327640	UN	98,75	98,75
4	1,00	Filtro de óleo 76194572	UN	73,72	73,72
5	1,00	Óleo para motor 15 W 40	UN	146,66	146,66
6	1,00	Mão de obra para troca de peças, componentes e acessórios	UN	610,50	610,50

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

TEXTO

De acordo com pedido da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos o período de garantia ofertado pelo fabricante é de 1 (um) ano sem limites de horas, contado a partir da data da entrega técnica. A manutenção da máquina é exclusiva do fornecedor original da mesma. A entrega técnica ocorreu dia 06/04/2010.

SCHROEDER, 29 de Março de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 17/2011 - DL****Processo Nr.: 52/2011****Data: 29/03/2011**

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 24 de Março de 2011

Valor da Despesa: 1.026,93 (um mil e vinte e seis reais e noventa e três centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato do Contrato Nº. 50/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 50/2011-PMS

Dispensa de Licitação nº. 16/2011-PMS - Processo nº. 49/2010-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA -EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº. 284/2005, inscrita no CNPJ nº 83.052.191/0001-62, estabelecida a Rodovia Admar Gonzaga, nº 1347, Itacorubi, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.034-900.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural ao Município de Schroeder/SC.

Valor do contrato: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Data da Assinatura: 28/03/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 53/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 53/2011-PMS

Processo de licitação nº. 44/2011-PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 22/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: QUIMISA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 43.683.069/0001-70, estabelecida na Rodovia Ivo Silveira, nº 315, Km 03, Bateas, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, CEP: 88355-200.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para tratamento de água na Estação de Tratamento de Água – ETA, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
	<p>SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO isento de ferro (a granel), para tratamento de água. Concentração de Sulfato de Alumínio Igual ou maior que 50%. Embalado em bombonas resistentes com capacidade de 50 kg, e que apresente na embalagem o lote do produto, a data de fabricação e validade. Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo:</p> <p>Parâmetros físico-químicos Unidade Especificação</p> <p>Alumínio Total solúvel em água (em massa como Al₂O₃) % Maior ou igual a 7,50</p> <p>Ferro Total solúvel em água (em massa como Fe₂O₃) % Menor ou igual a 0,005</p> <p>Acidez livre (em massa como H₂SO₄) % Menor ou igual a 0,50</p> <p>Basicidade (em massa como Al₂O₃) % Menor ou igual a 0,20</p> <p>Resíduo insolúvel em água (em massa) % Menor ou igual a 0,20</p> <p>pH - Máximo 1,80</p>				

02	<p>Óxido de Alumínio Livre (Al2O3)</p> <p>- Ausente</p> <p>Densidade g/mL</p> <p>1,250 a 1,340</p> <p>Concentração de Sulfato de Alumínio (Al2(SO4)3)</p> <p>%</p> <p>Igual ou maior que 50%</p> <p>Nota:</p> <p>1. A análise do produto deve ser efetuada segundo os métodos de coleta e de ensaio constantes das Normas NB –1245, MB – 3123, MB – 3124, MB – 3125, MB – 3126 e MB – 3127.</p> <p>2. 02. O lote de sulfato de alumínio deve ser aceito se atender a todas as características estabelecidas nestas Normas, ou a critério do comprador em acordo com o fornecedor.</p> <p>3. 03. Em caso de divergência nos resultados analíticos entre comprador e fornecedor, pode ser indicado um laboratório de comum acordo.</p>	4000	Quilo	0,79	3.160,00
03	<p>HIPOCLORITO DE SÓDIO COMERCIAL</p> <p>mbalado em bombonas resistentes com capacidade de 50 kg, e que apresente na embalagem o lote do produto, a data de fabricação e validade. Produto fornecido na forma de solução aquosa, alcalina, coloração amarelo claro, límpida e de odor característico.</p> <p>Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo:</p> <p>Parâmetros físico-químicos</p> <p>Especificações</p> <p>Cloro ativo (% em massa como Cl)</p> <p>Igual ou superior a 11,0%</p> <p>Hidróxidos (% em massa como NaOH)</p> <p>Menor ou igual a 0,5%</p>	22000	Quilo	0,95	20.900,00
VALOR R\$ TOTAL					24.060,00

Valor do contrato: R\$ 24.060,00 (vinte e quatro mil e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 28/03/2011 – Vigência: 28/03/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 54/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 54/2011-PMS
Processo de licitação nº. 43/2011-PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 21/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: C.E. MACEDO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.965.552/0001-83, estabelecida na Carlos Essenfelder, nº. 1326, Bairro Boqueirão, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81650-090.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tubos de ferro para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	LACRE ANTI FRAUDE PARA HIDRÔMETRO, COR AZUL - 3/4"	5000	Peça	0,35	1.750,00
VALOR R\$ TOTAL					1.750,00

Valor do contrato: R\$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 29/03/2011 – Vigência: 29/03/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 55/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 55/2011-PMS
Processo de licitação nº. 43/2011-PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 21/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOSÉ MOREIRA FILHO, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.004.107/0001-24, estabelecida na Avenida João Moreira de Carvalho, nº. 557, Parque JD Santanense, na cidade de Itauna, Estado de Minas Gerais, CEP: 35.681-100..

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tubos de ferro para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	TUBO FD K7 DN200 PB, NBR 7675 , 5,80 METROS.	08	Peça	1.270,00	10.160,00
02	EXTREMIDADE FF, FB JE DN200.	01	Peça	200,00	200,00
VALOR R\$ TOTAL				10.360,00	

Valor do contrato: R\$ 10.360,00 (dez mil trezentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 29/03/2011 - Vigência: 29/03/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A14/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A14/2011 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 116/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.538.899/0001-98, estabelecida na Rua Goiás, nº. 318, Bairro Vila Lenzi, na Cidade Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89252-310, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Cecília Weiler Gumz, inscrita no CPF sob o nº. 988.235.079-87, portadora da Carteira de Identidade nº. 646.896-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 116/2010-PMS, celebrado em 25 de maio de 2010, proveniente do processo de licitação nº. 87/2010-PMS, na Modalidade Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 45/2010-PMS, viado o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses.

Considerando o disposto no Artigo 65, I, "b" da Lei Federal nº. 8.666/93, cc. art. 65 § 1º da mesma Lei, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Os recursos para atender as despesas do objeto do presente aditivo provirão da dotação orçamentária do exercício de 2011 – Fonte 18 e 164.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, devido a serviços e quantidades adicionais, não previstos inicialmente.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica Aditivado ao contrato 175 (cento e setenta e cinco) horas totalizando o valor de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme segue:

Lote	Descrição do Serviço
03	Serviço de mecânica para máquinas pesadas e maquinas agrícolas da Prefeitura Municipal conforme lote I, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral. Suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas freios, embreagem, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	
Custo por hora (R\$)	40,50
Total de Horas Aditivadas	175
Custo Total (R\$)	7.087,50

Cláusula 2ª – As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 28 de março de 2011.

Contratada:
OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA
Cecília Weiler Gumz
CPF nº. 988.235.079-87

Contratante:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 21/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2011

Número do Registro de Preços: 11/2011

Data do Registro: 29/03/2011

Válido até: 29/03/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tubos de ferro para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TUBO FD K7 DN200 PB, NBR 7675 , 5,80 METROS.	PC	JOSÉ MOREIRA FILHO (11824)	PAM	0	1.270,0000	1
			GOOD STEEL COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA (12004)	SUNS	0	1.280,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)	GOOD STEEL	0	1.700,0000	3
2	EXTREMIDADE FF, FB JE DN200.	PC	JOSÉ MOREIRA FILHO (11824)	EBS	0	200,0000	1
			GOOD STEEL COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA (12004)	SUNS	0	202,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)	ACB	0	270,0000	3
3	LACRE ANTI FRAUDE PARA HIDRÔMETRO, COR AZUL - 3/4"	PC	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)	PERPLAST	0	0,3500	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)	HIFER	0	0,5700	2
			JOSÉ MOREIRA FILHO (11824)	VEDASYSTEM	0	0,8300	3

SCHROEDER, 29 de Março de 2011.

Ata de Registro de Preço Presencial Nº 22/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2011

Número do Registro de Preços: 10/2011

Data do Registro: 28/03/2011

Válido até: 28/03/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para tratamento de água na Estação de Tratamento de Água - ETA, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze)

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	<p>SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO isento de ferro (a granel), para tratamento de água. Concentração de Sulfato de Alumínio Igual ou maior que 50%. Embalado em bombonas resistentes com capacidade de 50 kg, e que apresente na embalagem o lote do produto, a data de fabricação e validade. Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo:</p> <p>Parâmetros físico-químicos <input type="checkbox"/> Unidade <input type="checkbox"/> Especificação Alumínio Total solúvel em água (em massa como Al_2O_3) <input type="checkbox"/> % <input type="checkbox"/> Maior ou igual a 7,50 Ferro Total solúvel em água (em massa como Fe_2O_3) <input type="checkbox"/> % <input type="checkbox"/> Menor ou igual a 0,005 Acidez livre (em massa como H_2SO_4) <input type="checkbox"/> % <input type="checkbox"/> Menor ou igual a 0,50 Basicidade (em massa como Al_2O_3) <input type="checkbox"/> % <input type="checkbox"/> Menor ou igual a 0,20 Resíduo insolúvel em água (em massa) <input type="checkbox"/> % <input type="checkbox"/> Menor ou igual a 0,20 pH <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> Máximo 1,80 Óxido de Alumínio Livre (Al_2O_3) <input type="checkbox"/> - <input type="checkbox"/> Ausente Densidade <input type="checkbox"/> g/mL <input type="checkbox"/> 1,250 a 1,340 Concentração de Sulfato de Alumínio ($Al_2(SO_4)_3$) <input type="checkbox"/> % <input type="checkbox"/> Igual ou maior que 50%</p> <p>Nota: 1. <input type="checkbox"/> A análise do produto deve ser efetuada segundo os métodos de coleta e de ensaio constantes das Normas NB -1245, MB - 3123, MB - 3124, MB - 3125, MB - 3126 e MB - 3127. 2. <input type="checkbox"/> 02. O lote de sulfato de alumínio deve ser aceito se atender a todas as características estabelecidas nestas Normas, ou a critério do comprador em acordo com o fornecedor. 3. <input type="checkbox"/> 03. Em caso de divergência nos resultados analíticos entre comprador e fornecedor, pode ser indicado um laboratório de comum acordo.</p>	KG	QUIMISA S.A. (10295)	kemira	0	0,7900	1
3	<p>HIPOCLORITO DE SÓDIO COMERCIAL embalado em bombonas resistentes com capacidade de 50 kg, e que apresente na embalagem o lote do produto, a data de fabricação e validade. Produto fornecido na forma de solução aquosa, alcalina, coloração amarelo claro, límpida e de odor característico. Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo:</p> <p>Parâmetros físico-químicos <input type="checkbox"/> Especificações Cloro ativo (% em massa como Cl) <input type="checkbox"/> Igual ou superior a 11,0% Hidróxidos (% em massa como NaOH) <input type="checkbox"/> Menor ou igual a 0,5%</p>	KG	QUIMISA S.A. (10295)	multicloro	0	0,9500	1

SCHROEDER, 28 de Março de 2011.

Ata de Registro de Preço PR 07/2010-FAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2010****Número do Registro de Preços: 3/2010****Data do Registro: 30/09/2010****Válido até: 30/09/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de descupinização, desinsetização e desratização no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistênc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	<p>Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Na inspeção realizada constatou-se infestação por cupins de madeira seca no madeiramento superior da edificação.</p> <p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada o porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>INSETICIDAS QUE DEVERÃO SER UTILIZADOS: Os produtos que serão utilizados pela empresa devem ser de uso profissional; liberados e registrados pelo Ministério da Saúde/Departamento Técnico Normativo. O solvente utilizado deverá ser Polímero.</p> <p>GARANTIA E ACOMPANHAMENTO: 6 MESES</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		1.137,5000	1
			IMUNIZADORA JARAGUÁ LTDA. - ME (10719)		1.220,0000	2

SCHROEDER , 30 de Setembro de 2010.

Três Barras

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Credenciamento

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 002/2.011.

CREDENCIAMENTOS DE EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO.

O Município de Três Barras, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento nº. 002/2.011 para contratação de empresas de comunicação para prestação de serviços de radiodifusão, para divulgação e publicidade de programas e campanhas educativas sobre as atividades do órgão, leis, convênios, atos e contratos administrativos, etc., ao preço da tabela de valores anexa ao edital.

DAS INSCRIÇÕES: Os interessados no credenciamento deverão apresentar junto ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, os documentos para habilitação indicados no edital, que poderão ser entregues a partir do dia 01 de abril de 2.011.

VIGÊNCIA DOS CONTRATOS: Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses, caso haja interesse da Administração, com a anuência da credenciada, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO: A formalização do credenciamento se dará através de contrato específico originado por Inexigibilidade de Licitação com base legal na Lei 8.666/93 e suas alterações e neste credenciamento, após a entrega da documentação relacionada no edital, conforme minuta constante no anexo II do edital.

RECURSOS FINANCEIROS: Recursos Próprios do Município.

DAS INFORMAÇÕES: Informações sobre o andamento da licitação e resultados de julgamentos bem como copias do edital poderão ser obtidas nos dias úteis, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min horas, na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, ou através do telefone 47 3623-0121.

Três Barras - SC, 28 de março de 2.011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal.

SALVADOR DE MAIO NETO

Assessoria Jurídica.

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato Nº 05/2011. Fundo Municipal da Saúde

CONTRATO Nº 05/2011.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente

CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Paulinéia Lottermann Reis- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.936.352/0001-07, estabelecida na Rua Guilherme Ludwig, 242, área Industrial, no Município de São José do Inhacora/RS, neste ato representando pelo Leandro Alberto Kerber, representante legal, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 09/2011 e Pregão Presencial nº 05/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O Objeto do presente contrato consiste na aquisição de Móveis sob medida, com execução e montagem no Posto de Saúde, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Lote nº 01	Quant.	Descrição	Valor unit R\$	Valor total R\$
Armário aéreo para a sala de preparo de 01 medicamentos 01(item)	01	Armário aéreo medidas aproximadas (AxLxP): 1,20 x 2,60 x 0,32m, com seis (6) portas, com duas (2) divisões horizontais (prateleira) interna, com duas divisões verticais, cada divisão deverá compreender duas (2) portas, fechaduras com chaves cilíndricas, puxadores de alumínio sete (7) polegadas. Confeccionado em MDF BP sendo a estrutura com espessura de 15 mm e as prateleiras com espessura de 20 mm, e fundo com espessura de 3 mm, na cor branca (externo e interno). Acabamento em melaminico liso. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. Com montagem e instalação inclusa. (CONFORME DESENHO ANEXO 01 A e 01 B)	993,88	993,88

Bancada baixa para sala de preparo de medicamentos 02 (item)	01	Bancada com medidas aproximadas de (AxLxP) 0,85 x 1,60 x 0,51m. Com duas (2) portas com duas (2) divisões horizontais (prateleira) interna, com chaves cilíndricas e puxadores de alumínio 7 polegadas, e cinco (5) gavetas com puxadores de alumínio 7 polegadas e corredeiras telescópicas. Tampo em granito cinza ocre 20 mm, e engrossado 20 mm, com espelho de 10 cm, com medidas aproximadas de 1,64 x 0,55m. Confeccionada em MDF BP, sendo a estrutura com espessura de 15 mm e as prateleiras com espessura de 20 mm, fundo com espessura de 3 mm, na cor branca (interno e externo). Acabamento em melaminico liso. A bancada ficara suspensa há 0,15m do chão, presa na parede, na parte frontal com 2 pés de alumínio. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. Com montagem e instalação inclusa. (CONFORME DESENHO ANEXO 01 A e 01B).	1.299,67	1.299,67
Armário de depósito da central de materiais 03 (item)	01	Armário medindo com medidas aproximadas (AxLxP) de 3,0 x 1,60 x 0,40m. Confeccionado em 2 módulos. Módulo superior com 4 portas com altura de 1m, com 3 divisões horizontais (prateleiras) e 1 divisão vertical, com chaves cilíndricas e puxadores de alumínio de 7 polegadas. Módulo inferior com 4 portas de 2m de altura, com 4 divisões horizontais (prateleiras) e 1 divisão vertical, com chaves cilíndricas e puxadores de alumínio de 12 polegadas. Confeccionado em MDF BP, sendo a estrutura com espessura de 15 mm, e as prateleiras com espessura de 20 mm, e o fundo com espessura de 3 mm, na cor branca (interno e externo) com acabamento em melaminico liso. Entregue com montagem inclusa. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. (DESENHO EM ANEXO 02).	1.223,22	1.223,22

Bancada para autoclave – sala 03 04 (item)	01	Bancada com medidas aproximadas: (AxLxP) 0,85 x 2 x 0,60m. Com quatro (4) portas no lado esquerdo com uma divisão horizontal (prateleira) interna, e uma divisão vertical, com puxadores de alumínio de 7 polegadas. Com 5 gavetas no lado direito, com puxadores de alumínio de 7 polegadas, com corredeiras telescópicas. Tampo em granito cinza ocre de 20 mm, engrossado em 20 mm, com medidas aproximadas de 2,04 x 0,64m. Confeccionada em MDF BP, sendo a estrutura com espessura de 15 mm e as prateleiras com espessura de 20 mm, e fundo com espessura de 3 mm, na cor branca (interno e externo), acabamento em melaminico liso. Com 6 pés de alumínio de 0,15m. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. Com montagem e instalação inclusa. (CONFORME DESENHO ANEXO 02).	1.452,57	1.452,58
Bancada para sala de lavagem de material - Sala 01 05 (item)	01	Bancada de canto, em forma de L, com medidas aproximadas: (AxLxP) 0,70 x 1,91 x 0,51m. Comprimento interno da bancada 1,14m. Tampo em granito cinza ocre de 20 mm, engrossado 20 mm, com espelho de 10 cm, com medidas aproximadas de 1,96 x 0,55, no lado direito da bancada deve ter uma cuba, com medidas aproximadas de (LxCxP) de 0,34 x 0,56 x 0,17m. Lado direito com quatro (4) portas com uma divisão horizontal (prateleira) interna, e uma divisão vertical, com puxadores de alumínio de 7 polegadas, lado esquerdo 6 gavetas, com puxadores de alumínio com corredeiras telescópicas. Confeccionada em MDF BP sendo a estrutura com espessura de 15 mm, as prateleiras com espessura de 20 mm, e o fundo com espessura de 3 mm, de cor branca (interno e externo), acabamento em melaminico liso. A bancada ficara suspensa há 0,15m do chão, presa na parede, com 3 pés de alumínio na parte frontal. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. Com montagem e instalação inclusa. (CONFORME DESENHO ANEXO 03).	2.178,86	2.178,86

Armário aéreo para sala de depósito de medicamentos de controle especial 06 (item)	01	Armário aéreo com medidas aproximadas (AxLxP): 0,85 x 1,37 x 0,50m, com 3 portas, com 2 divisões horizontais (prateleiras) internas, com 1 divisão vertical, a divisão do lado esquerdo deve compreender apenas uma porta, e lado direito 2 portas, com estrutura de apoio nas prateleiras. Com chaves cilíndricas, com puxadores de alumínio de 7 polegadas. Confeccionado em MDF BP sendo a estrutura com espessura de 15 mm, as prateleiras com espessura de 18 mm, e o fundo com espessura de 3 mm, de cor branca (externo e interno), acabamento em melamínico liso. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. Com montagem inclusa. (CONFORME DESENHO ANEXO 04)	558,09	558,09
Armário para depósito material de expediente 07 (item)	01	Armário medindo com medidas aproximadas (AxLxP) de 3,0 x 2 x 0,40m. Confeccionado em 2 módulos. Módulo superior com 5 portas com altura de 1m, com 3 divisões horizontais e 2 divisões verticais, com chaves cilíndricas e puxadores de alumínio de 7 polegadas. Módulo inferior com 5 portas de 2m de altura, com 4 divisões horizontais e 2 divisões horizontais, com chaves cilíndricas e puxadores de alumínio de 12 polegadas. Confeccionado em MDF BP, sendo a estrutura com espessura de 15 mm, e as prateleiras com espessura de 20mm, e o fundo com espessura de 3 mm, de cor branca (interno e externo) com acabamento em melamínico liso. Entregues com montagem inclusa. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. (DESENHO EM ANEXO 05).	1.444,93	1.444,93

Bancada para sala de preparo de material para esterilização. Sala 02 08 (item)	01	Bancada de canto, em forma de L, com medidas aproximadas: (AxLxP) 0,70 x 1,91 x 0,51m. Comprimento interno da bancada 1,14m. Tampo em granito cinza ocre de 20 mm, engrossado 20 mm, com espelho de 10 cm, com medidas aproximadas de 1,96 x 0,55. Lado direito com 4 portas com uma prateleira interna horizontal, e uma divisão vertical, com puxadores de alumínio de 7 polegadas, lado esquerdo 6 gavetas, com puxadores de alumínio com corredeiras telescópicas. Confeccionada em MDF BP sendo a estrutura com espessura de 15 mm, as prateleiras com espessura de 20 mm, e o fundo com espessura de 3 mm, de cor branca (interno e externo), acabamento em melamínico liso. A bancada ficara suspensa há 0,15m do chão, presa na parede, com 3 pés de alumínio na parte frontal. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. Com montagem inclusa. (CONFORME DESENHO ANEXO 06).	2.132,99	2.132,99
Armário depósito de material de ambulatório 09 (item)	01	Armário medindo com medidas aproximadas (AxLxP) de 3,0 x 2,90 x 0,60m. Confeccionado em 2 módulos. Módulo superior com 8 portas com altura de 1m, com 3 divisões horizontais e 3 divisões verticais, com chaves cilíndricas e puxadores de alumínio de 7 polegadas. Módulo inferior com 8 portas de 2m de altura, com 4 divisões horizontais e 3 divisões verticais, com chaves cilíndricas e puxadores de alumínio de 12 polegadas. Confeccionado em MDF BP, sendo a estrutura com espessura de 15 mm, e as prateleiras com espessura de 20 mm, e o fundo com espessura de 3 mm, de cor branca (interno e externo) com acabamento em melamínico liso. Entregues com montagem inclusa. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. (DESENHO EM ANEXO 07).	2.217,09	2.217,09

Armário aéreo da sala de ambulatório 10 (item)	01	Armário aéreo medidas aproximadas (AxLxP): 0,85 x 2,93 x 0,30m, com 7 portas com 1 divisão interna horizontal (prateleira), com 3 divisões verticais, cada divisão deve compreender 2 portas, 1 divisão com 1 porta. Com chaves cilíndricas e puxadores de alumínio de 7 polegadas. Confeccionado em MDF BP sendo a estrutura com espessura de 15 mm, e as prateleiras com espessura de 20 mm, e o fundo de 3 mm, de cor branca (externo e interno) acabamento em melaminico liso. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. Com instalação e montagem inclusa. (CONFORME DESENHO ANEXO 08)	764,51	764,51
Bancada para sala de ambulatório 11 (item)	01	Bancada com medidas aproximadas: (AxLxP) 0,85 x 2,93 x 0,51m. Tampo em granito cinza ocre 20 mm, engrossado de 20 mm, com espelho de 10 cm, com medidas aproximadas de 2,96 x 0,55m. Do lado esquerdo 03 portas com uma divisão horizontal (prateleira) e uma divisão vertical, do lado direito duas portas com uma divisão horizontal (prateleira), com chaves cilíndricas e puxadores de inox de 7 polegadas. Ao centro 04 gavetas com medidas (AxLxP) 0,14m x 0,83 x 0,51 e 01 gaveta 0,21 x 0,83 x 0,51m, com corrediças telescópicas, e puxadores de inox 12 polegadas. Confeccionada em MDF BP, sendo a estrutura com espessura de 15 mm e as prateleiras com espessura de 20 mm, fundo com espessura de 3 mm, de cor branca (interno e externo), acabamento em melaminico liso. A bancada ficara suspensa há 0,15m do chão, presa na parede, 3 pés de alumínio na parte frontal. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. Com montagem e instalação inclusa. (CONFORME DESENHO ANEXO 08)	1.506,09	1.506,09

Bancada da farmácia 12 (item)	01	Bancada especial para atendimento e computador. Confeccionada em 2 módulos sobrepostos. Módulos inferior, com medidas aproximadas (AxLxP) de 0,82 x 0,51 x 2m. Com duas portas, com uma divisão horizontal (prateleira) com puxadores de alumínio de 7 polegadas, 4 gavetas com corrediças telescópicas e puxadores de alumínio de 7 polegadas. Tampo com medidas aproximadas de (LxP) 2 x 0,55m, com espessura de 1,5 cm, com borda de 3cm, com suporte para CPU, com medidas aproximadas de (Lx P) de 0,78 x 0,40m, ao centro recorte de 0,33m. Módulo superior com medidas aproximadas (LxPx A) 2 x 0,35 x 0,25m, espessura de 1,5 cm, com borda de 3,0 cm. Confeccionada em MDF BP, sendo a estrutura com espessura de 15 mm, e fundo com espessura de 3 mm, de cor branca (interno e externo), acabamento em melaminico liso. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. Com montagem e instalação inclusa. (Desenho anexo 09)	1.024,45	1.024,45
Balcão da cozinha 13 (item)	01	Balcão de cozinha medidas aproximadas de (LxPx A) de 2,60x0,51x0,70m. Com 4 colunas de gavetas, sendo 2 colunas à direita com 3 gavetas de medidas aproximadas de (LxPx A) 0,65x,51x0,23m, e à esquerda 1 coluna com 4 gavetas de medidas aproximadas (LxPx A) 0,65x0,51x0,17m, e 1 coluna com 1 gavetão com medidas aproximadas de (LxPx A) 0,65x,051x0,35m, e uma porta com medidas aproximadas de (LxPx A) 0,65x,051x0,35m. Com puxadores de alumínio de 7 polegadas, corrediças telescópicas. Tampo em granito cinza ocre de 20 mm, engrossado 20 mm, com espelho de 10 cm, com medidas aproximadas de (LxCxP), com cuba de medidas 0,42x0,34 x 0,14m, com cookdoop para fogão gabinete acoplado. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. Com montagem e instalação inclusa. (Desenho anexo 10)	1.903,64	1.903,64
Total geral do Lote			18.700,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o preço R\$

18.700,00(Dezoito mil e setecentos reais) pelo lote, cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias contados da efetiva entrega e instalação dos móveis objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 Os Móveis, objeto deste contrato deverão ser entregues a CONTRATANTE pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor lícitado e aprovado. A CONTRATADA deverá proceder a entrega conforme as necessidades que serão solicitadas pela respectiva Secretaria.

2.4 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

2.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1. O fornecimento dos Móveis, objeto deste contrato deverão ser efetuados mediante expedição pelo secretário responsável da "Autorização de Fornecimento", na qual constará a data de expedição, prazo para entrega, especificações dos Bens, quantitativo, prazo, local de entrega e preços unitários e totais, que não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

4.2 Todos os mobiliários deverão ser resistentes, confeccionado com materiais de excelente qualidade, acabamento perfeito, sem rebarbas ou elementos cortantes, devidamente nivelados, reforçados, confortáveis e com excelente ergonomia, sendo assim considerados os que atendam às especificações técnicas constantes do Anexo I.

4.3 O recebimento dos bens dar-se-á definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de instalação, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

4.4 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem a aquisição deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante, devidamente assinada pelo servidor municipal que recebeu a mobília.

4.5 Os Móveis sob –medida fornecidos à municipalidade terão prazo de garantia contratual de no mínimo 03 (três) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os Móveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 09/2011 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os Móveis devidamente montados no prazo estabelecido na proposta, com prazo de garantia de mínimo 03 (três) anos;

5.5 Fornecer os Móveis sob medida objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem em perfeita conformidade com as referidas

especificações dos anexos neste Edital.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da proponente as despesas decorrentes do deslocamento, alimentação, hospedagem do seu pessoal para efetuar a entrega, montagem e instalação; bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os objetos ora licitados;

5.7 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Fundo Municipal da Saúde acrescê-los, de acordo com a determinação legal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir os Móveis sob medida acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 do Fundo Municipal da Saúde:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.025 (dot 57)	4.4.90.00.00.00.00.0288.0 – Aquisição de Veículos Equip, e materiais Permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2011, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2. Por acordo entre as partes;

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com

prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., em 21 de Março de 2011.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo Municipal

PAULINÉIA LOTTERMANN REIS- ME
Contratada
LEANDRO ALBERTO KERBER
CPF: 770.963.410-53
Representante Legal

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34
Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 39/2011 Marino Scheid CONTRATO Nº 39/2011.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa MW PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua do Comércio, nº. 515, Centro, Itapiranga/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.822.332/0001-09, neste ato representado pelo Sr. Marino Scheid, brasileiro, separado, fotógrafo, portador da Carteira de Identidade nº.13R/464.643, inscrito no CPF nº 220.518.809-72, residente e domiciliado na Rua do comércio nº. 515, Apto. 02 no Município de Itapiranga/SC., doravante considerado CONTRATADO, firmam o presente contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Dispensa de Licitação e Compra Direta Nº 109/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de Organização e Ornamentação para a realização do Baile do Município no dia 30 de abril de 2011, com início as 20h30min, com escolha das Soberanas da Efactus 2012, nas dependências do Ginásio Municipal Casildo Froelisch, na Rua Santa Cruz, neste município de Tunápolis - SC, compreendendo os seguintes itens:

- a) Fotos do evento (antes e durante), onde deverão ser :
 - * 15 (quinze) Fotos , tamanho 15X21 das candidatas no ensaio;
 - * 15 (quinze) Fotos, tamanho 15X21 do evento, com álbum;
- b) Ornamentação de 10 (dez) mesas com 8 (oito) lugares cada contendo: Tampão, Toalha e sobre-toalha, cadeiras forradas com capas brancas longas, arranjo com flores naturais e placas de reserva; (destinadas a autoridades e pais das meninas)
- c) Ornamentação de 25(vinte e cinco) mesas com 8 (oito) lugares cada contendo: Tampão, Toalha e sobre-toalha, cadeiras forradas com capas brancas longas, arranjo com flores naturais e placas de reserva; (destinadas ao público em geral)
- d) Ornamentação de 1 (uma) mesa para lembrancinhas contendo: tampão, toalha e sobre-toalha;
- e) Ornamentação de 1(uma) mesa de apoio para somatório dos

pontos, contendo: toalha e sobre-toalha, e duas cadeiras forradas com capas brancas longas;

- f) 3 (três) Buquês (com flores naturais) para Rainha e Princesas;
- g) Ornamentação de 1 (uma) mesa para os Buquês;
- h) 3 (três) Faixas para Rainha e Princesas (Efactus 2012) - bordadas na cor vermelha em tecido cetim branco;
- i) Montagem da Passarela - no chão com flores (naturais)/arranjos ao redor;
- j) Bancada para Protocolo (duas pessoas), também com decoração;
- k) 16 (dezesesseis) Lembrancinhas, que serão entregues às candidatas e as antigas soberanas;
- l) Decoração na entrada do ginásio, com flores naturais, arranjos e tecidos;
- m) Decoração da entrada e saída do camarim com flores naturais, arranjos e tecidos;
- n) Decoração na entrada dos banheiros, com flores naturais, arranjos e tecidos;

A Decoração deve conter: flores naturais, arranjos - espalhados pelo ginásio;

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 O contratante pagará ao Contratado o valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), pagos até o dia 13 do mês subsequente do serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal e, se necessário, de relatórios dos serviços prestados que poderão ser efetuados através de sistemas eletrônicos on-line. Não haverá reajuste, nem atualização de valores com a vigência do presente instrumento, em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

3.1 Efetuar o pagamento ajustado.

3.2 Dar ao CONTRATADO as condições necessárias à regular execução do Contrato, com as dependências do Ginásio Municipal Casildo Froelisch devidamente limpo.

3.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, eventuais falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

4.1 O CONTRATADO obriga-se a cumprir todas as solicitações de organização e ornamentação feitas pelo CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades da Comissão Organizadora do Baile.

4.2 O CONTRATADO apresentará seus funcionários devidamente treinados, além de arcar com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas com as atividades desenvolvidas de acordo com este contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade, especialmente aquelas decorrentes de acidente de trabalho.

4.3 O CONTRATADO obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

4.4 O CONTRATADO cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

4.5 O CONTRATADO assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros.

4.6 O CONTRATADO é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como

eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias.

CLAUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO.

5.1 O Contratado deverá prestar os serviços descritos na cláusula 01 deste contrato, em condições que melhor se adaptem aos interesses tanto da municipalidade quanto da licitante vencedora, prevalecendo neste caso os interesses do município, sendo os trabalhos executados nas dependências do Ginásio Municipal Casildo Froelisch, no município de Tunápolis, devendo também ficar à inteira disposição do Município para consultas através de telefone, fax e internet, na sua sede, onde também poderá realizar os trabalhos possíveis e necessários para o integral cumprimento do objeto do presente Contrato.

5.2 Prestar os serviços de forma continuada, na sede do CONTRATADO de acordo com a conveniência administrativa, através de sistemas eletrônicos, como também na sede do CONTRATANTE, segundo a demanda e o que mais convier, inclusive nos casos mais urgentes tudo, na medida do possível, através de meios eletrônicos disponíveis, além da via telefônica, fax e e-mails.

5.3 Atender as solicitações dos serviços dentro do objeto contratado, que serão feitas pelos funcionários do CONTRATANTE, com apresentação de documentos específicos produzidos pela empresa, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS.

6.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes despesas previstas no orçamento de 2011:

Unidade Orçamentária Descrição

Orgão 03 - Secret.Administração, Planejamento e Finanças.

Projeto/Atividade 2.009 (dotação 8)

3.3.90.00.00.00.00.0104 - Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO.

7.1 O Presente contrato tem sua vigência até dia 02.05.2011, iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL.

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES.

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE.

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis - SC, 30 de março de 2011.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

MW PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

MARINO SCHEID
Contratado

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Relatório Resumido da Execução Orçamentária



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.028.390,61	10.028.390,61	1.907.451,84	19,02	1.907.451,84	19,02	8.120.938,77
RECEITAS CORRENTES	9.884.999,27	9.884.999,27	1.761.631,80	17,82	1.761.631,80	17,82	8.123.367,47
RECEITA TRIBUTARIA	423.869,91	423.869,91	87.925,82	20,74	87.925,82	20,74	335.944,09
IMPOSTOS	271.492,83	271.492,83	50.706,46	18,68	50.706,46	18,68	220.786,37
TAXAS	122.377,08	122.377,08	33.563,14	27,43	33.563,14	27,43	88.813,94
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	30.000,00	30.000,00	3.656,22	12,19	3.656,22	12,19	26.343,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.616,22	70.616,22	11.520,10	16,31	11.520,10	16,31	59.096,12
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	70.616,22	70.616,22	11.520,10	16,31	11.520,10	16,31	59.096,12
RECEITA PATRIMONIAL	62.671,29	62.671,29	14.942,78	23,84	14.942,78	23,84	47.728,51
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	62.671,29	62.671,29	14.942,78	23,84	14.942,78	23,84	47.728,51
RECEITA AGROPECUARIA	1.908,14	1.908,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.908,14
Outras Rec. Agropecuárias	1.908,14	1.908,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.908,14
RECEITA DE SERVIÇOS	262.745,29	262.745,29	38.762,96	14,75	38.762,96	14,75	223.982,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.044.054,98	9.044.054,98	1.599.914,39	17,69	1.599.914,39	17,69	7.444.140,59
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.023.309,96	9.023.309,96	1.599.195,96	17,72	1.599.195,96	17,72	7.424.114,00
Transf. de Conv.	20.745,02	20.745,02	718,43	3,46	718,43	3,46	20.026,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.133,44	19.133,44	8.565,75	44,77	8.565,75	44,77	10.567,69
Multas e Juros de Mora	5.588,49	5.588,49	1.530,97	27,40	1.530,97	27,40	4.057,52
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.615,50	9.615,50	6.428,53	66,86	6.428,53	66,86	3.186,97
RECEITAS DIVERSAS	3.929,45	3.929,45	606,25	15,43	606,25	15,43	3.323,20
RECEITAS DE CAPITAL	143.391,34	143.391,34	145.820,04	101,69	145.820,04	101,69	-2.428,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	61.000,00	61.000,00	139.000,00	227,87	139.000,00	227,87	-78.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	61.000,00	61.000,00	139.000,00	227,87	139.000,00	227,87	-78.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	50.447,34	50.447,34	5.870,04	11,64	5.870,04	11,64	44.577,30
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	28.944,00	28.944,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.944,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.944,00	6.944,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.944,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	2.000,00	950,00	47,50	950,00	47,50	1.050,00
Outras Receitas	2.000,00	2.000,00	950,00	47,50	950,00	47,50	1.050,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.028.390,61	10.028.390,61	1.907.451,84	19,02	1.907.451,84	19,02	8.120.938,77

Continua 1/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.028.390,61	10.028.390,61	1.907.451,84	19,02	1.907.451,84	19,02	8.120.938,77
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	10.028.390,61	10.028.390,61	1.907.451,84	19,02	1.907.451,84	19,02	8.120.938,77
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	712.322,23	—	—	80.599,56	—	—
Superávit Financeiro	—	712.322,23	—	—	80.599,56	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.028.390,61	2.421.622,23	12.450.012,84	2.993.366,60	2.993.366,60	1.333.139,86	1.333.139,86	10,71	11.116.872,98
DESPESAS CORRENTES	8.737.333,78	337.890,24	9.075.224,02	2.778.567,46	2.778.567,46	1.286.314,86	1.286.314,86	14,17	7.788.909,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.341.634,96	83.374,60	4.425.009,56	697.043,72	697.043,72	691.970,28	691.970,28	15,64	3.733.039,28
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	10.000,00	5.005,34	5.005,34	1.687,23	1.687,23	16,87	8.312,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.385.698,82	254.515,64	4.640.214,46	2.076.518,40	2.076.518,40	592.657,35	592.657,35	12,77	4.047.557,11
DESPESAS DE CAPITAL	1.271.056,83	2.083.731,99	3.354.788,82	214.799,14	214.799,14	46.825,00	46.825,00	1,40	3.307.963,82
INVESTIMENTOS	1.165.056,83	2.083.731,99	3.248.788,82	119.260,51	119.260,51	4.999,51	4.999,51	0,15	3.243.789,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	106.000,00	0,00	106.000,00	95.538,63	95.538,63	41.825,49	41.825,49	39,46	64.174,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.028.390,61	2.421.622,23	12.450.012,84	2.993.366,60	2.993.366,60	1.333.139,86	1.333.139,86	10,71	11.116.872,98

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.028.390,61	2.421.622,23	12.450.012,84	2.993.366,60	2.993.366,60	1.333.139,86	1.333.139,86	10,71	11.116.872,98
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	574.311,98	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.028.390,61	2.421.622,23	12.450.012,84	2.993.366,60	2.993.366,60	1.333.139,86	1.907.451,84	10,71	11.116.872,98

TUNAPOLIS, 28/03/2011

 ENÓI SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

 JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

 CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Relatorio Resumido da Execução Orçamentária



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.028.390,61	12.450.012,84	2.993.366,60	2.993.366,60	1.333.139,86	1.333.139,86	100,00	10,71	11.116.872,98
LEGISLATIVA	426.886,40	426.886,40	60.764,83	60.764,83	48.333,88	48.333,88	3,63	11,32	378.552,52
AÇÃO LEGISLATIVA	426.886,40	426.886,40	60.764,83	60.764,83	48.333,88	48.333,88	3,63	11,32	378.552,52
Administração	1.507.695,81	1.508.195,81	605.626,43	605.626,43	251.670,31	251.670,31	18,88	16,69	1.256.525,50
Administração Geral	1.507.695,81	1.508.195,81	605.626,43	605.626,43	251.670,31	251.670,31	18,88	16,69	1.256.525,50
Segurança Pública	22.120,00	30.654,80	693,69	693,69	233,69	233,69	0,02	0,76	30.421,11
Policimento	22.120,00	30.654,80	693,69	693,69	233,69	233,69	0,02	0,76	30.421,11
Assistência Social	458.913,56	468.905,04	110.207,13	110.207,13	52.824,99	52.824,99	3,96	11,27	416.080,05
Assistência ao Idoso	71.342,50	75.716,66	1.553,60	1.553,60	240,14	240,14	0,02	0,32	75.476,52
Assistência ao Portador de Deficiência	8.500,00	8.500,00	3.195,90	3.195,90	3.195,90	3.195,90	0,24	37,60	5.304,10
Assistência à Criança e ao Adolescente	105.293,50	105.293,50	64.414,02	64.414,02	17.477,35	17.477,35	1,31	16,60	87.816,15
Assistência Comunitária	273.777,56	279.394,88	41.043,61	41.043,61	31.911,60	31.911,60	2,39	11,42	247.483,28
Saúde	2.039.720,27	2.250.227,39	549.153,78	549.153,78	311.985,39	311.985,39	23,40	13,86	1.938.242,00
Atenção Básica	1.537.353,96	1.695.701,38	388.796,88	388.796,88	202.362,35	202.362,35	15,18	11,93	1.493.339,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	469.845,00	504.224,00	155.740,52	155.740,52	108.778,35	108.778,35	8,16	21,57	395.445,65
Vigilância Sanitária	22.760,07	37.988,17	4.616,38	4.616,38	844,69	844,69	0,06	2,22	37.143,48
Vigilância Epidemiológica	9.761,24	12.313,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.313,84
Educação	2.176.083,28	2.362.916,61	328.719,46	328.719,46	184.535,28	184.535,28	13,84	7,81	2.178.381,33
Ensino Fundamental	1.503.789,17	1.690.622,50	218.997,18	218.997,18	129.561,80	129.561,80	9,72	7,66	1.561.060,70
Ensino Médio	115.201,70	115.201,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.201,70
Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Educação Infantil	462.692,41	462.692,41	54.722,28	54.722,28	49.973,48	49.973,48	3,75	10,80	412.718,93
Educação de Jovens e Adultos	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
Educação Especial	67.000,00	67.000,00	55.000,00	55.000,00	5.000,00	5.000,00	0,38	7,46	62.000,00
Cultura	151.119,00	151.119,00	63.769,81	63.769,81	36.819,73	36.819,73	2,76	24,36	114.299,27
Difusão Cultural	151.119,00	151.119,00	63.769,81	63.769,81	36.819,73	36.819,73	2,76	24,36	114.299,27
Urbanismo	467.562,66	920.924,23	116.869,35	116.869,35	58.470,99	58.470,99	4,39	6,35	862.453,24
Infra-Estrutura Urbana	382.963,16	780.263,16	77.401,54	77.401,54	51.635,19	51.635,19	3,87	6,62	728.627,97
Abastecimento	84.599,50	140.661,07	39.467,81	39.467,81	6.835,80	6.835,80	0,51	4,86	133.825,27
Habitação	51.447,34	98.620,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.620,58
Habitação Rural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

Continua 1/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.028.390,61	12.450.012,84	2.993.366,60	2.993.366,60	1.333.139,86	1.333.139,86	100,00	10,71	11.116.872,98
Habitação	51.447,34	98.620,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.620,58
Habitação Urbana	50.447,34	97.620,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.620,58
Saneamento	4.970,19	4.970,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.970,19
Saneamento Básico Urbano	4.970,19	4.970,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.970,19
Agricultura	1.015.461,77	1.946.211,77	605.240,33	605.240,33	160.267,21	160.267,21	12,02	8,23	1.785.944,56
Abastecimento	310.725,50	460.725,50	206.714,91	206.714,91	31.034,02	31.034,02	2,33	6,74	429.691,48
Extensão Rural	701.643,77	1.482.393,77	396.902,04	396.902,04	127.609,81	127.609,81	9,57	8,61	1.354.783,96
Telecomunicações	3.092,50	3.092,50	1.623,38	1.623,38	1.623,38	1.623,38	0,12	52,49	1.469,12
Indústria	112.891,67	113.160,64	41.897,99	41.897,99	4.046,87	4.046,87	0,30	3,58	109.113,77
Administração Geral	43.891,67	43.891,67	3.897,99	3.897,99	231,44	231,44	0,02	0,53	43.660,23
Produção Industrial	69.000,00	69.268,97	38.000,00	38.000,00	3.815,43	3.815,43	0,29	5,51	65.453,54
Comunicações	4.000,00	4.000,00	3.000,00	3.000,00	552,70	552,70	0,04	13,82	3.447,30
Telecomunicações	4.000,00	4.000,00	3.000,00	3.000,00	552,70	552,70	0,04	13,82	3.447,30
Energia	82.736,22	103.094,31	9.231,67	9.231,67	9.231,67	9.231,67	0,69	8,95	93.862,64
Energia Elétrica	82.736,22	103.094,31	9.231,67	9.231,67	9.231,67	9.231,67	0,69	8,95	93.862,64
Transporte	1.075.381,44	1.481.518,71	357.481,93	357.481,93	155.182,78	155.182,78	11,64	10,47	1.326.335,93
Transporte Rodoviário	1.075.381,44	1.481.518,71	357.481,93	357.481,93	155.182,78	155.182,78	11,64	10,47	1.326.335,93
Desporto e Lazer	295.401,00	442.607,36	40.166,23	40.166,23	15.471,65	15.471,65	1,16	3,50	427.135,71
Desporto Comunitário	218.401,00	365.607,36	40.166,23	40.166,23	15.471,65	15.471,65	1,16	4,23	350.135,71
Lazer	77.000,00	77.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.000,00
Encargos Especiais	136.000,00	136.000,00	100.543,97	100.543,97	43.512,72	43.512,72	3,26	31,99	92.487,28
Serviço da Dívida Interna	116.000,00	116.000,00	100.543,97	100.543,97	43.512,72	43.512,72	3,26	37,51	72.487,28

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.028.390,61	12.450.012,84	2.993.366,60	2.993.366,60	1.333.139,86	1.333.139,86	100,00	10,71	11.116.872,98
Encargos Especiais	136.000,00	136.000,00	100.543,97	100.543,97	43.512,72	43.512,72	3,26	31,99	92.487,28
Outros Encargos Especiais	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	10.028.390,61	12.450.012,84	2.993.366,60	2.993.366,60	1.333.139,86	1.333.139,86	100,00	10,71	11.116.872,98

TUNAPOLIS, 28/03/2011

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERI

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	281.222,83	281.222,83	51.810,93	51.810,93	18,42
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	52.456,57	52.456,57	910,33	910,33	1,74
1.1.1- IPTU	47.294,57	47.294,57	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.617,00	1.617,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.925,00	2.925,00	725,31	725,31	24,80
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	620,00	620,00	185,02	185,02	29,84
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	48.222,93	48.222,93	11.996,93	11.996,93	24,88
1.2.1- ITBI	48.222,93	48.222,93	11.996,93	11.996,93	24,88
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	125.227,18	125.227,18	27.116,65	27.116,65	21,65
1.3.1- ISS	120.659,18	120.659,18	26.922,51	26.922,51	22,31
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	620,00	620,00	3,60	3,60	0,58
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.528,00	3.528,00	183,24	183,24	5,19
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	420,00	420,00	7,30	7,30	1,74
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	55.316,15	55.316,15	11.787,02	11.787,02	21,31
1.4.1- IRRF	55.316,15	55.316,15	11.787,02	11.787,02	21,31
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.919.766,96	8.919.766,96	1.665.136,17	1.665.136,17	18,67
2.1- Cota-Parte FPM	4.312.267,66	4.312.267,66	901.567,07	901.567,07	20,91
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.312.267,66	4.312.267,66	901.567,07	901.567,07	20,91
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.293.675,00	4.293.675,00	721.600,17	721.600,17	16,81
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	23.944,55	23.944,55	4.341,48	4.341,48	18,13
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	99.636,20	99.636,20	16.248,44	16.248,44	16,31
2.5- Cota-Parte ITR	2.027,11	2.027,11	99,18	99,18	4,89
2.6- Cota-Parte IPVA	188.216,44	188.216,44	21.279,83	21.279,83	11,31
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.200.989,79	9.200.989,79	1.716.947,10	1.716.947,10	18,66
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	3.990,00	3.990,00	83,33	83,33	2,09
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	180.010,28	180.010,28	17.963,57	17.963,57	9,98
5.1- Transferências do Salário-Educação	81.519,28	81.519,28	17.279,57	17.279,57	21,20
5.2- Outras Transferências do FNDE	98.491,00	98.491,00	684,00	684,00	0,69
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	21.910,49	1.863,03	1.863,03	8,50
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	21.910,49	21.910,49	1.863,03	1.863,03	8,50
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	198.790,00	198.790,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	404.700,77	404.700,77	19.909,93	19.909,93	4,92

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.804.235,66	1.804.235,66	331.844,84	331.844,84	18,39
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	871.735,80	871.735,80	180.313,35	180.313,35	20,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	869.735,00	869.735,00	143.137,83	143.137,83	16,46
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.788,91	4.788,91	868,28	868,28	18,13
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.927,24	19.927,24	3.249,70	3.249,70	16,31
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	405,42	405,42	19,82	19,82	4,89
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	37.643,29	37.643,29	4.255,86	4.255,86	11,31
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	854.591,29	854.591,29	133.195,28	133.195,28	15,59
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	845.316,29	845.316,29	132.645,30	132.645,30	15,69
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.275,00	9.275,00	549,98	549,98	5,93
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-958.919,37	-958.919,37	-199.199,54	-199.199,54	20,77
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	750.525,00	750.525,00	114.558,77	114.558,77	15,26
13.1- Com Educação Infantil	200.907,50	200.907,50	31.764,67	31.764,67	15,81
13.2- Com Ensino Fundamental	549.617,50	549.617,50	82.794,10	82.794,10	15,06
14- OUTRAS DESPESAS	104.066,29	113.963,08	2.094,00	2.094,00	1,84
14.1- Com Educação Infantil	59.477,06	59.477,06	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	44.589,23	54.486,02	2.094,00	2.094,00	3,84
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	854.591,29	864.488,08	116.652,77	116.652,77	13,49
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					86,01
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				9.896,79	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				3.465,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.300.247,45	2.300.247,45	429.236,78	429.236,78	18,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	260.384,56	260.384,56	31.764,67	31.764,67	12,20
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	260.384,56	260.384,56	31.764,67	31.764,67	12,20
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	594.206,73	604.103,52	84.888,10	84.888,10	14,05
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	594.206,73	604.103,52	84.888,10	84.888,10	14,05
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	854.591,29	864.488,08	116.652,77	116.652,77	13,49
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-199.199,54
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					549,98
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					13.361,79
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-185.287,77
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					301.940,54
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17,59

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	3.990,00	3.990,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	81.519,28	84.181,93	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	123.011,00	287.279,12	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	208.520,28	375.451,05	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.063.111,57	1.239.939,13	116.652,77	116.652,77	9,41
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	13.361,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	132.645,30	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	96.176,06	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	549,98	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	50.381,01	0,00

TUNAPOLIS, 29/03/2011

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 13.361,79, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 16/2011

DECRETO No 016/11, de 18 de Março de 2011.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal Escolar da Escola Municipal São Luis, conforme segue:

I - Diretora do Estabelecimento de Ensino - MARIA APARECIDA BRINA MONDARDO

II - Representante da Equipe Administrativa - CLÉA DE SOUZA FIGUERO

III - Representante da Equipe Auxiliar (APP) - VANDERLEI PEREIRA DE ALMEIDA

IV - Representante dos Professores dos Alunos da Educação Infantil - ROSANGELA SERAFIN MENEGARO

V - Representante dos Alunos da 1ª a 4ª série - SONIR BORDIGNON SCARABELO

VI - Representante dos Pais de Alunos da Educação Infantil - ROSANE BARDINI

VII - Representantes dos Pais de Alunos da 1ª a 4ª série - RENALDO SALVADOR

VIII - Representante do Clube de Mães - CLEIMAR SCHIAVINI NUNES ROCHA

IX - Representante da Pastoral da Criança - ELZA SCHIAVINI

X - Representante da CAEP - MARIA EVA MANTINHO DA ROSA

Art. 2º - O Conselho será presidido pela Diretora do Estabelecimento de Ensino.

Art. 3º - A duração do mandato deste Conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a recondução pelo menos uma vez.

Art. 4º - O exercício da Função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 18 de março de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 17/2011

DECRETO No 017/11, de 18 de Março de 2011.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LAURA ANDRADE.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal Escolar da Escola Municipal Professora Laura Andrade, conforme segue:

I - Diretora do Estabelecimento de Ensino - ELIANE RODRIGUES DE FREITAS CASTELLER

II - Representante da Equipe Administrativa - KATIA CARMINATTI PAROLO

III - Representante dos Professores dos Alunos da Educação Infantil - EDIANA PIZZOLLO BORDIGNON

IV - Representante dos Pais de Alunos de 1ª a 4ª série - KÁTIA MARIA PAZINI SCARABELO

V - Representante dos Professores de Alunos da 1ª a 4ª série - JANIR SACHET FELTRIN

VI - Representante dos Pais de Alunos da Educação Infantil - TATIANA GHELLERE SILVESTRI

VII - Representantes dos Pais de Alunos de 5ª a 8ª série - DALVA BARDINI CANEVER

VIII - Representante dos Professores de 5 a 8 série - LIANDRA DAL PONT PIAZZA

IX - Representante do Apostolado da Oração - ANEIDA BRISTOT DAGOSTIN

X - Representante da CAEP - CLOVIS TADEU DANDOLINI

Art. 2º - O Conselho será presidido pela Diretora do Estabelecimento de Ensino.

Art. 3º - A duração do mandato deste Conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a recondução pelo menos uma vez.

Art. 4º - O exercício da Função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 18 de março de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 18/2011

DECRETO No 018/11, de 18 de Março de 2011.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PROFESSORA MARIA DAS DORES CORDEIRO ANGELONI.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal Escolar do Centro de Educação Integral Professora Maria das Dores Cordeiro Angeloni, conforme segue:

I - Diretora do Estabelecimento de Ensino - MARIETI MONTEIRO RODRIGUES

II - Representante da Equipe Administrativa - ANAIR DE SOUZA SPADER

III - Representante dos Professores dos Alunos da Educação Infantil - IVANIR FERMO CARVALHO

IV - Representante dos Professores dos Alunos da 1ª a 4ª série - MARIA CLADIR DAL PONT FAVARO

V - Representante dos Pais de Alunos da Educação Infantil - EDVANIA MONTEIRO

VI - Representantes dos Pais de Alunos da 1ª a 4ª série - DENISE LIMA DE SOUZA MATTOS

VII - Representante do Clube de Mães - LOURDES PEREIRA ZEFERINO

VIII - Representante da Associação de Moradores - OSMAR PASETTI

Art. 2º - O Conselho será presidido pela Diretora do Estabelecimento de Ensino.

Art. 3º - A duração do mandato deste Conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a recondução pelo menos uma vez.

Art. 4º - O exercício da Função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 18 de março de 2011.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 19/2011

DECRETO No 019/11, de 18 de Março de 2011.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO BRAZ

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal Escolar da Escola Municipal São Braz, conforme segue:

I - Diretora do Estabelecimento de Ensino - NILCEIA DA ROSA FRANCISCO MORAES

II - Representante da Equipe Administrativa - ARCANGELA FÁVERO MENEGARO

III - Representante dos Professores dos Alunos da Educação Infantil - LUCINEIA DA SILVA

IV - Representante dos Professores dos Alunos da 1ª a 5ª série - TANIA MARIA KRUGER DOS SANTOS

V - Representante dos Pais de Alunos da Educação Infantil - VANUSA SENNA DA ROSA PAULO

VI - Representantes dos Pais de Alunos da 1ª a 5ª série - CRISTIANO HAHN MORAES

VII - Representante do Clube de Mães - ANA PAULA PAULO BORTOLUZZI

VIII - Representante da Associação de Moradores - MOACIR CUSTODIO

IX - Representante do Apostolado da Oração - PAULA TACIANA DE PAULA CUSTODIO

Art. 2º - O Conselho será presidido pela Diretora do Estabelecimento de Ensino.

Art. 3º - A duração do mandato deste Conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a recondução pelo menos uma vez.

Art. 4º - O exercício da Função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 18 de março de 2011.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 20/2011

DECRETO Nº 020/11, de 21 de Março de 2011

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 18.000,00

(dezoito mil reais), assim classificados:

08.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

08.244.0047.2.027-MANUT DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da fonte de recursos 52 - transferências do FNAS.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de Março de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0189/11

PORTARIA nº 0189/11

Exonera, a pedido, Servidor Público

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1.482/11,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, SIDNEI LUIZ RIQUETTA, do cargo de provimento efetivo de Contador, nível ANS-I-CON, admitido pela Portaria nº 1577/08.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 09 de março de 2011.

Videira, 23 de março de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no INPREVID aos 23 dias do mês de março de 2011

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

Portaria Nº 0193/11

PORTARIA nº 0193/11

Nomeia Técnico de Nível Superior

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

LEEDY MARI PAZIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Nível Superior, nível E-PE-ANS-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de março de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0194/11

PORTARIA nº 0194/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1361/11.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARILDA CATARINA ZANOTTI, Agente Operacional Especializado, CE04, de 1º de maio de 2011 até 1º de agosto de 2011, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2011.

Videira, 28 de março de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0195/11

PORTARIA nº 0195/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1361/11.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a NELSON SCHULTZ, Agente Operacional Especializado II, CE07, de 1º de maio de 2011 até 1º de agosto de 2011, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a

partir de 1º de maio de 2011.

Videira, 28 de março de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Concorrência Pública Nº 01/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2011

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Concorrência para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA-SC. As propostas e documentos serão recebidos até às 09:00h do dia 17 de Maio de 2011. O edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) no Departamento de Licitações. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, ou através dos telefones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min.

Videira, 28 de Março de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 026/11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/11

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de tomar posse no cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público nº 001/2008:

CONVOCADADA	CARGO	PORTARIA NOMEAÇÃO
1.LEEDY MARI PAZIN	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	0193/11, DE 28/03/2011

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;

- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica.

Obs: Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 28 de março de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO 1 BIM 2011

Município de VIDEIRA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.680.868,00	78.680.868,00	13.355.460,24	16,97	13.355.460,24	16,97	65.325.407,76
RECEITAS CORRENTES	77.280.868,00	77.280.868,00	13.144.596,25	17,01	13.144.596,25	17,01	64.136.271,75
RECEITA TRIBUTARIA	11.173.000,00	11.173.000,00	1.324.009,85	11,85	1.324.009,85	11,85	9.848.990,15
IMPOSTOS	9.459.000,00	9.459.000,00	1.169.106,38	12,36	1.169.106,38	12,36	8.289.893,62
TAXAS	1.629.000,00	1.629.000,00	123.424,21	7,58	123.424,21	7,58	1.505.575,79
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	85.000,00	85.000,00	31.479,26	37,03	31.479,26	37,03	53.520,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.383.589,00	3.383.589,00	422.421,39	12,48	422.421,39	12,48	2.961.167,61
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.623.589,00	2.623.589,00	285.346,19	10,88	285.346,19	10,88	2.338.242,81
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	760.000,00	760.000,00	137.075,20	18,04	137.075,20	18,04	622.924,80
RECEITA PATRIMONIAL	5.589.612,00	5.589.612,00	680.182,04	12,17	680.182,04	12,17	4.909.429,96
RECEITAS IMOBILIARIAS	77.000,00	77.000,00	10.504,20	13,64	10.504,20	13,64	66.495,80
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	5.437.612,00	5.437.612,00	660.845,59	12,15	660.845,59	12,15	4.776.766,41
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	60.000,00	60.000,00	5.114,01	8,52	5.114,01	8,52	54.885,99
Outras Rec. Patrimoniais	15.000,00	15.000,00	3.718,24	24,79	3.718,24	24,79	11.281,76
RECEITA DE SERVIÇOS	893.000,00	893.000,00	133.907,45	15,00	133.907,45	15,00	759.092,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.702.889,00	53.702.889,00	10.301.788,01	19,18	10.301.788,01	19,18	43.401.100,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	53.616.889,00	53.616.889,00	10.288.041,94	19,19	10.288.041,94	19,19	43.328.847,06
Transf. de Instituições Privadas	14.000,00	14.000,00	3.122,57	22,30	3.122,57	22,30	10.877,43
Transf. de Conv.	72.000,00	72.000,00	10.623,50	14,75	10.623,50	14,75	61.376,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.538.778,00	2.538.778,00	282.287,51	11,12	282.287,51	11,12	2.256.490,49
Multas e Juros de Mora	1.010.500,00	1.010.500,00	111.045,15	10,99	111.045,15	10,99	899.454,85
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	703.478,00	703.478,00	58.224,67	8,28	58.224,67	8,28	645.253,33
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	605.100,00	605.100,00	78.787,57	13,02	78.787,57	13,02	526.312,43
RECEITAS DIVERSAS	219.700,00	219.700,00	34.230,12	15,58	34.230,12	15,58	185.469,88
RECEITAS DE CAPITAL	1.400.000,00	1.400.000,00	210.863,99	15,06	210.863,99	15,06	1.189.136,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	95.870,00	191,74	95.870,00	191,74	-45.870,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	95.870,00	958,70	95.870,00	958,70	-85.870,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	100.000,00	100.000,00	19.382,46	19,38	19.382,46	19,38	80.617,54
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	750.000,00	750.000,00	95.611,53	12,75	95.611,53	12,75	654.388,47
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	750.000,00	750.000,00	95.611,53	12,75	95.611,53	12,75	654.388,47
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.254.401,00	5.254.401,00	482.131,54	9,18	482.131,54	9,18	4.772.269,46
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.254.401,00	5.254.401,00	482.131,54	9,18	482.131,54	9,18	4.772.269,46
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	221.146,00	221.146,00	30.833,18	13,94	30.833,18	13,94	190.312,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.033.255,00	5.033.255,00	451.298,36	8,97	451.298,36	8,97	4.581.956,64
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	221.146,00	221.146,00	30.833,18	13,94	30.833,18	13,94	190.312,82
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.033.255,00	5.033.255,00	451.298,36	8,97	451.298,36	8,97	4.581.956,64

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.254.401,00	5.254.401,00	482.131,54	9,18	482.131,54	9,18	4.772.269,46
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	83.935.269,00	83.935.269,00	13.837.591,78	16,49	13.837.591,78	16,49	70.097.677,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	83.935.269,00	83.935.269,00	13.837.591,78	16,49	13.837.591,78	16,49	70.097.677,22
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	83.935.269,00	83.935.269,00	13.837.591,78	16,49	13.837.591,78	16,49	70.097.677,22
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	871.457,11	—	—	48.245,26	—	—
Superávit Financeiro	—	871.457,11	—	—	48.245,26	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.591.661,00	2.073.873,43	81.665.534,43	17.642.553,00	17.642.553,00	7.953.191,75	7.953.191,75	9,74	73.712.342,68
DESPESAS CORRENTES	59.674.551,00	849.338,94	60.523.889,94	16.335.344,58	16.335.344,58	7.537.616,59	7.537.616,59	12,45	52.986.273,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.809.851,00	-82.400,00	31.727.451,00	5.469.243,16	5.469.243,16	4.413.149,57	4.413.149,57	13,91	27.314.301,43
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00	211.183,22	211.183,22	211.183,22	211.183,22	15,08	1.188.816,78
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.464.700,00	931.738,94	27.396.438,94	10.654.918,20	10.654.918,20	2.913.283,80	2.913.283,80	10,63	24.483.155,14
DESPESAS DE CAPITAL	12.758.900,00	1.224.534,49	13.983.434,49	1.307.208,42	1.307.208,42	415.575,16	415.575,16	2,97	13.567.859,33
INVESTIMENTOS	11.058.900,00	1.224.534,49	12.283.434,49	1.002.676,02	1.002.676,02	111.042,76	111.042,76	0,90	12.172.391,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.700.000,00	0,00	1.700.000,00	304.532,40	304.532,40	304.532,40	304.532,40	17,91	1.395.467,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.858.210,00	0,00	6.858.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.858.210,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.343.608,00	0,00	4.343.608,00	647.692,99	647.692,99	647.692,99	647.692,99	14,91	3.695.915,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.343.608,00	0,00	4.343.608,00	647.692,99	647.692,99	647.692,99	647.692,99	14,91	3.695.915,01

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.343.608,00	0,00	4.343.608,00	647.692,99	647.692,99	647.692,99	647.692,99	14,91	3.695.915,01
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	83.935.269,00	2.073.873,43	86.009.142,43	18.290.245,99	18.290.245,99	8.600.884,74	8.600.884,74	10,00	77.408.257,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	83.935.269,00	2.073.873,43	86.009.142,43	18.290.245,99	18.290.245,99	8.600.884,74	8.600.884,74	10,00	77.408.257,69
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.236.707,04	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	83.935.269,00	2.073.873,43	86.009.142,43	18.290.245,99	18.290.245,99	8.600.884,74	13.837.591,78	10,00	77.408.257,69

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 478.292,92

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 29/03/2011

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.591.661,00	81.665.534,43	17.642.553,00	17.642.553,00	7.953.191,75	7.953.191,75	92,47	9,74	73.712.342,68
Legislativa	1.110.000,00	1.110.000,00	146.443,86	146.443,86	121.221,86	121.221,86	1,41	10,92	988.778,14
Ação Legislativa	1.110.000,00	1.110.000,00	146.443,86	146.443,86	121.221,86	121.221,86	1,41	10,92	988.778,14
Administração	6.304.900,00	6.404.900,00	1.568.367,93	1.568.367,93	945.241,44	945.241,44	10,99	14,76	5.459.658,56
Planejamento e Orçamento	644.000,00	644.000,00	109.075,11	109.075,11	103.374,68	103.374,68	1,20	16,05	540.625,32
Administração Geral	5.058.900,00	5.158.900,00	1.386.487,30	1.386.487,30	771.931,28	771.931,28	8,98	14,96	4.386.968,72
Normatização e Fiscalização	602.000,00	602.000,00	72.805,52	72.805,52	69.935,48	69.935,48	0,81	11,62	532.064,52
Segurança Pública	374.140,00	374.140,00	97.549,17	97.549,17	41.724,24	41.724,24	0,49	11,15	332.415,76
Policimento	374.140,00	374.140,00	97.549,17	97.549,17	41.724,24	41.724,24	0,49	11,15	332.415,76
Assistência Social	3.330.962,00	3.412.445,96	784.617,30	784.617,30	287.521,13	287.521,13	3,34	8,43	3.124.924,83
Assistência ao Idoso	199.962,00	209.938,69	69.025,50	69.025,50	8.200,00	8.200,00	0,10	3,91	201.738,69
Assistência ao Portador de Deficiência	78.959,00	78.959,00	78.459,00	78.459,00	18.297,20	18.297,20	0,21	23,17	60.661,80
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.980.141,00	2.006.021,89	484.576,42	484.576,42	233.828,39	233.828,39	2,72	11,66	1.772.193,50
Assistência Comunitária	1.071.900,00	1.117.526,38	152.556,38	152.556,38	27.195,54	27.195,54	0,32	2,43	1.090.330,84
Previdência Social	4.085.475,00	4.085.475,00	604.401,26	604.401,26	552.319,58	552.319,58	6,42	13,52	3.533.155,42
Previdência do Regime Estatutário	4.085.475,00	4.085.475,00	604.401,26	604.401,26	552.319,58	552.319,58	6,42	13,52	3.533.155,42
Saúde	11.503.161,00	11.843.161,00	4.904.723,78	4.904.723,78	1.304.962,41	1.304.962,41	15,17	11,02	10.538.198,59
Atenção Básica	3.637.741,00	3.747.741,00	1.105.065,11	1.105.065,11	429.329,11	429.329,11	4,99	11,46	3.318.411,89
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.189.195,00	7.419.195,00	3.718.104,33	3.718.104,33	839.686,26	839.686,26	9,76	11,32	6.579.508,74
Vigilância Sanitária	367.460,00	367.460,00	54.994,71	54.994,71	15.846,54	15.846,54	0,18	4,31	351.613,46
Vigilância Epidemiológica	308.765,00	308.765,00	26.559,63	26.559,63	20.100,50	20.100,50	0,23	6,51	288.664,50
Educação	17.999.513,00	18.364.389,32	4.004.554,20	4.004.554,20	1.595.869,77	1.595.869,77	18,55	8,69	16.768.519,55
Administração Geral	1.323.000,00	1.323.000,00	195.779,99	195.779,99	153.632,11	153.632,11	1,79	11,61	1.169.367,89
Alimentação e Nutrição	353.220,00	353.220,00	2.179,57	2.179,57	2.179,57	2.179,57	0,03	0,62	351.040,43
Ensino Fundamental	8.552.660,00	8.552.660,00	1.905.320,40	1.905.320,40	494.465,20	494.465,20	5,75	5,78	8.058.194,80
Ensino Médio	110.000,00	474.876,32	414.672,56	414.672,56	128,43	128,43	0,00	0,03	474.747,89
Ensino Superior	652.000,00	652.000,00	293.412,40	293.412,40	0,00	0,00	0,00	0,00	652.000,00
Educação Infantil	7.008.633,00	7.008.633,00	1.193.189,28	1.193.189,28	945.464,46	945.464,46	10,99	13,49	6.063.168,54
Cultura	287.000,00	357.000,00	31.741,40	31.741,40	19.541,95	19.541,95	0,23	5,47	337.458,05
Difusão Cultural	287.000,00	357.000,00	31.741,40	31.741,40	19.541,95	19.541,95	0,23	5,47	337.458,05
Urbanismo	13.488.000,00	14.195.513,15	2.674.453,90	2.674.453,90	1.347.410,98	1.347.410,98	15,67	9,49	12.848.102,17
Infra-estrutura Urbana	9.130.000,00	9.325.000,00	1.147.677,32	1.147.677,32	944.113,41	944.113,41	10,98	10,12	8.380.886,59
Serviços Urbanos	4.358.000,00	4.870.513,15	1.526.776,58	1.526.776,58	403.297,57	403.297,57	4,69	8,28	4.467.215,58

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.591.661,00	81.665.534,43	17.642.553,00	17.642.553,00	7.953.191,75	7.953.191,75	92,47	9,74	73.712.342,68
Habitação	340.000,00	340.000,00	3.236,17	3.236,17	3.236,17	3.236,17	0,04	0,95	336.763,83
Habitação Urbana	340.000,00	340.000,00	3.236,17	3.236,17	3.236,17	3.236,17	0,04	0,95	336.763,83
Saneamento	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00
Saneamento Básico Urbano	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.000,00
Agricultura	2.603.500,00	2.701.000,00	403.542,05	403.542,05	234.137,86	234.137,86	2,72	8,67	2.466.862,14
Abastecimento	2.603.500,00	2.701.000,00	403.542,05	403.542,05	234.137,86	234.137,86	2,72	8,67	2.466.862,14
Indústria	665.000,00	665.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	665.000,00
Promoção Industrial	665.000,00	665.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	665.000,00
Comércio e Serviços	1.070.000,00	1.070.000,00	402.420,44	402.420,44	228.854,52	228.854,52	2,66	21,39	841.145,48
Turismo	1.070.000,00	1.070.000,00	402.420,44	402.420,44	228.854,52	228.854,52	2,66	21,39	841.145,48
Transportes	1.010.000,00	1.010.000,00	259.781,91	259.781,91	95.764,28	95.764,28	1,11	9,48	914.235,72
Transporte Rodoviário	1.000.000,00	1.000.000,00	259.781,91	259.781,91	95.764,28	95.764,28	1,11	9,58	904.235,72
Outros Encargos Especiais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Desporto e Lazer	1.268.655,00	1.561.155,00	531.351,07	531.351,07	144.674,46	144.674,46	1,68	9,27	1.416.480,54
Desporto Comunitário	1.268.655,00	1.561.155,00	531.351,07	531.351,07	144.674,46	144.674,46	1,68	9,27	1.416.480,54
Encargos Especiais	6.833.145,00	6.853.145,00	1.225.368,56	1.225.368,56	1.030.711,10	1.030.711,10	11,98	15,04	5.822.433,90
Transferências	295.000,00	295.000,00	179.700,00	179.700,00	47.600,00	47.600,00	0,55	16,14	247.400,00
Outros Encargos Especiais	6.538.145,00	6.558.145,00	1.045.668,56	1.045.668,56	983.111,10	983.111,10	11,43	14,99	5.575.033,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.858.210,00	6.858.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.858.210,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.343.608,00	4.343.608,00	647.692,99	647.692,99	647.692,99	647.692,99	7,53	14,91	3.695.915,01
Legislativa	13.000,00	13.000,00	745,08	745,08	745,08	745,08	0,01	5,73	12.254,92
Ação Legislativa	13.000,00	13.000,00	745,08	745,08	745,08	745,08	0,01	5,73	12.254,92
Administração	460.000,00	460.000,00	72.465,52	72.465,52	72.465,52	72.465,52	0,84	15,75	387.534,48
Planejamento e Orçamento	51.000,00	51.000,00	7.654,37	7.654,37	7.654,37	7.654,37	0,09	15,01	43.345,63
Administração Geral	350.000,00	350.000,00	61.298,19	61.298,19	61.298,19	61.298,19	0,71	17,51	288.701,81
Normatização e Fiscalização	59.000,00	59.000,00	3.512,96	3.512,96	3.512,96	3.512,96	0,04	5,95	55.487,04
Assistência Social	100.000,00	100.000,00	10.749,12	10.749,12	10.749,12	10.749,12	0,12	10,75	89.250,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	100.000,00	100.000,00	10.749,12	10.749,12	10.749,12	10.749,12	0,12	10,75	89.250,88
Saúde	499.000,00	499.000,00	80.568,23	80.568,23	80.568,23	80.568,23	0,94	16,15	418.431,77
Atenção Básica	85.000,00	85.000,00	13.035,11	13.035,11	13.035,11	13.035,11	0,15	15,34	71.964,89
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	385.000,00	385.000,00	62.688,63	62.688,63	62.688,63	62.688,63	0,73	16,28	322.311,37
Vigilância Sanitária	16.000,00	16.000,00	2.857,87	2.857,87	2.857,87	2.857,87	0,03	17,86	13.142,13

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.343.608,00	4.343.608,00	647.692,99	647.692,99	647.692,99	647.692,99	7,53	14,91	3.695.915,01
Saúde	499.000,00	499.000,00	80.568,23	80.568,23	80.568,23	80.568,23	0,94	16,15	418.431,77
Vigilância Epidemiológica	13.000,00	13.000,00	1.986,62	1.986,62	1.986,62	1.986,62	0,02	15,28	11.013,38
Educação	2.503.608,00	2.503.608,00	356.917,17	356.917,17	356.917,17	356.917,17	4,15	14,26	2.146.690,83
Administração Geral	146.000,00	146.000,00	23.328,16	23.328,16	23.328,16	23.328,16	0,27	15,98	122.671,84
Ensino Fundamental	810.000,00	810.000,00	142.983,10	142.983,10	142.983,10	142.983,10	1,66	17,65	667.016,90
Educação Infantil	1.547.608,00	1.547.608,00	190.605,91	190.605,91	190.605,91	190.605,91	2,22	12,32	1.357.002,09
Urbanismo	590.000,00	590.000,00	95.798,00	95.798,00	95.798,00	95.798,00	1,11	16,24	494.202,00
Infra-estrutura Urbana	590.000,00	590.000,00	95.798,00	95.798,00	95.798,00	95.798,00	1,11	16,24	494.202,00
Agricultura	123.000,00	123.000,00	20.471,36	20.471,36	20.471,36	20.471,36	0,24	16,64	102.528,64
Abastecimento	123.000,00	123.000,00	20.471,36	20.471,36	20.471,36	20.471,36	0,24	16,64	102.528,64
Comércio e Serviços	23.000,00	23.000,00	3.815,58	3.815,58	3.815,58	3.815,58	0,04	16,59	19.184,42
Turismo	23.000,00	23.000,00	3.815,58	3.815,58	3.815,58	3.815,58	0,04	16,59	19.184,42
Desporto e Lazer	32.000,00	32.000,00	6.162,93	6.162,93	6.162,93	6.162,93	0,07	19,26	25.837,07
Desporto Comunitário	32.000,00	32.000,00	6.162,93	6.162,93	6.162,93	6.162,93	0,07	19,26	25.837,07
TOTAL (III) = (I + II)	83.935.269,00	86.009.142,43	18.290.245,99	18.290.245,99	8.600.884,74	8.600.884,74	100,00	10,00	77.408.257,69

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 29/03/2011

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	10.390.000,00	10.390.000,00	1.261.455,72	1.261.455,72	12,14
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.432.000,00	3.432.000,00	73.394,96	73.394,96	2,14
1.1.1- IPTU	2.822.000,00	2.822.000,00	7.588,51	7.588,51	0,27
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	30.000,00	30.000,00	361,13	361,13	1,20
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	340.000,00	340.000,00	42.337,75	42.337,75	12,45
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	240.000,00	240.000,00	23.161,90	23.161,90	9,65
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(54,33)	(54,33)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	995.000,00	995.000,00	170.559,35	170.559,35	17,14
1.2.1- ITBI	995.000,00	995.000,00	171.446,37	171.446,37	17,23
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(887,02)	(887,02)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.921.000,00	4.921.000,00	879.094,93	879.094,93	17,86
1.3.1- ISS	4.600.000,00	4.600.000,00	852.606,37	852.606,37	18,53
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	77.000,00	77.000,00	4.083,65	4.083,65	5,30
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	124.000,00	124.000,00	9.182,41	9.182,41	7,41
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	13.222,50	13.222,50	11,02
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.042.000,00	1.042.000,00	138.406,48	138.406,48	13,28
1.4.1- IRRF	1.042.000,00	1.042.000,00	138.406,48	138.406,48	13,28
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	47.314.300,00	47.314.300,00	9.000.955,23	9.000.955,23	19,02
2.1- Cota-Parte FPM	14.050.000,00	14.050.000,00	3.005.223,59	3.005.223,59	21,39
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.050.000,00	14.050.000,00	3.005.223,59	3.005.223,59	21,39
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	28.500.000,00	28.500.000,00	5.312.925,55	5.312.925,55	18,64
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	150.000,00	150.000,00	32.700,94	32.700,94	21,80
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	600.000,00	600.000,00	122.386,67	122.386,67	20,40
2.5- Cota-Parte ITR	14.300,00	14.300,00	463,90	463,90	3,24
2.6- Cota-Parte IPVA	4.000.000,00	4.000.000,00	527.254,58	527.254,58	13,18
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	57.704.300,00	57.704.300,00	10.262.410,95	10.262.410,95	17,78
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.150.000,00	1.150.000,00	279.338,25	279.338,25	24,29
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.100.000,00	1.100.000,00	260.430,62	260.430,62	23,68
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	50.000,00	50.000,00	18.907,63	18.907,63	37,82
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	631.500,00	631.500,00	12.793,91	12.793,91	2,03
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.781.500,00	1.781.500,00	292.132,16	292.132,16	16,40

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	9.462.860,00	9.462.860,00	1.800.190,63	1.800.190,63	19,02
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.810.000,00	2.810.000,00	601.044,66	601.044,66	21,39
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	5.700.000,00	5.700.000,00	1.062.584,95	1.062.584,95	18,64
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	30.000,00	30.000,00	6.540,18	6.540,18	21,80
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	120.000,00	120.000,00	24.477,32	24.477,32	20,40
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.860,00	2.860,00	92,74	92,74	3,24
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	800.000,00	800.000,00	105.450,78	105.450,78	13,18
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	10.851.000,00	10.851.000,00	2.337.769,66	2.337.769,66	21,54
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	10.751.000,00	10.751.000,00	2.322.721,66	2.322.721,66	21,60
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	15.048,00	15.048,00	15,05
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.288.140,00	1.288.140,00	522.531,03	522.531,03	40,56
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.510.600,00	6.510.600,00	960.899,13	960.899,13	14,76
13.1- Com Educação Infantil	2.574.880,00	2.574.880,00	451.390,69	451.390,69	17,53
13.2- Com Ensino Fundamental	3.935.720,00	3.935.720,00	509.508,44	509.508,44	12,95
14- OUTRAS DESPESAS	4.340.400,00	4.340.400,00	455.428,68	455.428,68	10,49
14.1- Com Educação Infantil	1.689.760,00	1.689.760,00	371.002,48	371.002,48	21,96
14.2- Com Ensino Fundamental	2.650.640,00	2.650.640,00	84.426,20	84.426,20	3,19
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	10.851.000,00	10.851.000,00	1.416.327,81	1.416.327,81	13,05
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					41,10
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	14.426.075,00	14.426.075,00	2.565.602,74	2.565.602,74	17,78
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.521.105,00	7.521.105,00	1.136.070,37	1.136.070,37	15,11
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.264.640,00	4.264.640,00	822.393,17	822.393,17	19,28
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.256.465,00	3.256.465,00	313.677,20	313.677,20	9,63
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.186.360,00	8.186.360,00	623.328,98	623.328,98	7,61
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.586.360,00	6.586.360,00	593.934,64	593.934,64	9,02
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.600.000,00	1.600.000,00	29.394,34	29.394,34	1,84
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	15.707.465,00	15.707.465,00	1.759.399,35	1.759.399,35	11,20
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					522.531,03
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					15.048,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					537.579,03
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.221.820,32
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					11,91

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.150.000,00	1.150.000,00	14.119,32	14.119,32	1,23
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	438.156,00	438.156,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.588.156,00	1.588.156,00	14.119,32	14.119,32	0,89
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	17.295.621,00	17.295.621,00	1.773.518,67	1.773.518,67	10,25
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.322.721,66	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	418.852,54	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	15.048,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.918.917,12	0,00

VIDEIRA, 29/03/2011

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Associações

EGEM

Edital de Chamamento para inscrição Nº 12.2011 - Curso de Licitação

EDITAL Nº 12/2011

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO

1. OBJETIVO DO CURSO

Através da pontuação de diversas questões polêmicas acerca da licitação pública, contrato administrativo, registro de preços, contratação direta e do estatuto de micro e pequenas empresas, orientar os participantes com base na prática, aliada ao entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre as matérias citadas.

2. PÚBLICO-ALVO

Presidente e membro da comissão de licitação, pregoeiro, membro de equipe de apoio, chefe do departamento de compras, assessores jurídicos e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	São José/SC
Período das inscrições	De 28/03 até 20/04/2011
Vencimento do boleto de cobrança	20/04/2011
Homologação das inscrições	27/04/2011
Período de realização do curso	05 de maio de 2011
Carga horária	10 horas
Quantidade de vagas	120

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Praça XV de Novembro, 270. Centro - Florianópolis/SC
Telefone: 48 3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso serão enviadas as notas fiscais pelos Correios, juntamente com os certificados de participação emitidos pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia

08h30 às 12h

- Quais as principais novidades da Lei nº 12.349/10 em relação às licitações públicas? Como deve ser aplicada a margem de preferência para os produtos manufaturados e serviços nacionais, em conformidade ao § 5º e seguintes do artigo 3º da Lei nº 8.666/93?
- Como estruturar licitações para contratação de serviços de publicidade, de acordo com 12.232/10?
- Qual a diferença entre empreitada por preço global e por preço unitário? Quais os impactos da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União (Lei nº 12.309/10) em relação às licitações de obras e serviços de engenharia? Em empreitada por preço global, constando-se erro na definição dos quantitativos, é permitido promover alteração contratual?
- Quais as diretrizes para o planejamento das licitações públicas? O que se pode fazer na fase de planejamento para evitar número excessivo de aditivos?
- Pode haver compensação entre acréscimos e supressões? 13h30 às 17h30
- Quais os requisitos para a prorrogação dos contratos administrativos? Em quais hipóteses é permitido firmar contrato por prazo de 120 meses, de acordo com o inciso V do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, introduzido pela Lei nº 12.349/10?
- Qual a diferença entre atestado de capacidade técnica operacional e profissional? Podem-se exigir quantitativos? Como definir os quantitativos?
- Pode-se permitir a soma de quantitativos havidos em mais de um atestado?
- Qual a diferença entre reajuste, revisão e repactuação?
- Quais as penalidades administrativas a que se sujeitam os licitantes e contratados? Qual a abrangência da suspensão temporária e da declaração de inidoneidade? Qual o procedimento para aplicar as sanções administrativas? A declaração de inidoneidade acarreta a rescisão de contrato firmado anteriormente pela empresa penalizada? A Administração Pública pode desconsiderar a personalidade jurídica de empresa licitante?

6. PALESTRANTE

Dr. Joel de Menezes Niebuhr

Consultor da FECAM. Advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 12.639. Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre em Direito pela UFSC. Professor Convidado de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Professor Convidado de Direito Administrativo da Escola do Ministério Público de Santa Catarina. Professor Convidado de diversos cursos de especialização em Direito Administrativo. Autor dos livros "Princípio da Isonomia na Licitação Pública" (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000); "O Novo Regime Constitucional da Medida Provisória" (São Paulo: Dialética, 2001); "Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública" (São Paulo: Dialética, 2003), "Pregão Presencial e Eletrônico" (2. ed. Curitiba: Zênite, 2004), "Registro de Preços: Aspectos Práticos e Jurídicos" (Belo Horizonte: Fórum, 2008) e "Licitação Pública e Contrato Administrativo" (Curitiba:

Zênite, 2008) além de diversos artigos e ensaios publicados em revistas especializadas..

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

Ata da AGE de 17.03.2011

ATA Nº 008/2011, DE 17 DE MARÇO 2011 DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CON-TROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e onze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição n.º 692, página 188/189, no site da AMMVI e no mural da AGIR, em sua sede, às onze horas em primeira convocação, constadas a presença dos consorciados em número legal, foram

abertos os trabalhos junto ao Auditório Lino Grützmacher, na sala de reuniões, no endereço declinado no edital, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina sob a presidência do senhor doutor Sérgio Almir dos Santos, prefei-to do município de Indaial, que com a concordância de todos nomeou o Senhor Heinrich Luiz Pasold para secretariar os trabalhos. A assembleia contou ainda com a presença do senhor Laércio Demerval Schuster Júnior, prefeito de Timbó e vice-presidente da AGIR, senhor Lau-rino Dalke, prefeito do município de Benedito Novo, senhor João Paulo Kleinubing, prefeito de Blumenau, senhor Hartwig Persuhn, prefeito de Doutor Pedrinho e tesoureiro da AGIR, senhor Carlos Alberto Pegoretti, prefeito do município de Rodeio, senhor Paulo Maurício Pizzolatti, prefeito de Pomerode, senhor Fernando Tomaselli, prefeito de Rio dos Cedros e presidente do Conselho Fiscal, senhor Moacir Polidoro, prefeito do município de Acurra, senhor Pedro Celso Zuchi, prefeito de Gaspar além de várias outras presenças como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da assembleia geral extraor-dinária da AGIR foram iniciados após a verificação de número legal de consorciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 -. Aprovação dos nomes indicados para composição do Comitê de Regulação (art. 20, inc. XVI c/c art. 35, caput); 2 -. Aprovação do ingresso do Município de Gaspar no Consórcio (Art. 20, inc. II) e 3 -. Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e solicitou que fosse incluída na ordem do dia a leitura e votação da ata da assembleia anterior bem como determinou o registro das correspondências recebidas. Não havendo nenhuma manifestação o senhor presidente colocou o assunto em votação que restou aprovado a unanimidade de votos. Foi informado aos presentes que o consórcio recebeu um ofício de empresa Foz do Brasil, que está fazendo a implantação do sistema de saneamento de Blumenau, solicitando que a AGIR analise o repo-sição dos valores de seu contrato para com o Município de Blumenau e a outra foi um ofício da reitoria da UNIASSELVI, indicando o nome de um candidato ao cargo junto ao comitê de regulação, representado os usuários. Ato seguinte foi determinado ao secretário que fosse efetuada a leitura do edital de convocação e iniciados os debates sobre o primeiro item da pauta, ou seja, a aprovação dos nomes indicados para a composição do Comitê de Regulação da A-GIR. Pelo advogado da AMMVI, Dr. Heinrich Luiz Pasold foi feita uma rápida explanação de como ocorreram as indicações dos nomes e um breve relato sobre o currículo de cada um foi apresentado. O prefeito de Rodeio explicou que não fez a indicação de nenhum nome uma vez que teve dificuldades em encontrar uma pessoa com as qualificações necessárias ao cargo e sugeriu que um candidato em comum deveria representar os municípios menores. O Prefeito de Blumenau João Paulo Kleinubing, usando da palavra fez alguns comentários sobre os nomes apresentados no sentido que fossem aproveitados de forma que pudessem efetivamente representando os segmentos envolvidos, ou seja, os usuários, os prestadores de serviços e a agência em si. O senhor Presidente se manifestou no sentido de que o nome apresentado através de seu município, com certeza irá bem representar os municípios menores, indo de encontro ao que fora dito pelo prefeito de Rodeio. O Senhor prefeito de Benedito Novo também se manifestou que o nome apresentado através de seu município tem, da mesma forma, plenas condições de representar o segmento que irá representar junto ao Comitê. O prefeito de Gaspar ao fazer comentários sobre a profissional apresentada através dos prestadores daquele município informou que aquela é pessoa com plenas condições que desempenhar os desafios da missão. Após várias ponderações, por unanimidade de votos foram, nesta assembleia, foram aprovados os seguintes nomes: Indicados pela agência de regulação, os senhores Anísio Fantini, engenheiro civil; Senhor Célio Simão, economista da AMMVI e Jonas Lima, da SE-SAN de Indaial, estes como titulares e a Sra. Valdete Korz, contabilista, como suplente. Como presente dos prestadores de serviços a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, do município de Gaspar e Sandro Cardoso, engenheiro florestal,

através do município de Pomerode. Como suplente foi votado o nome do Engenheiro Gustavo D. Jettermann, do SAMAE de Timbó e representando os usuários o biólogo Julio Roussenq Neto, indicado através do Centro Univer-sitário Leonardo da Vinci de Indaial e o senhor Heverson Thrun, engenheiro florestal, através do município de Benedito Novo e ainda como suplente, a bióloga Scheila Mafra Ghododsi. Como nem todos os cargos foram preenchidos nesta assembleia, os presentes deliberam no sentido de convocar outra reunião extraordinária para o dia vinte e quatro de março do corrente ano nos termos do art. 23, § 1.º do estatuto, com horário em primeira convocação para as catorze horas e quinze minutos. Superado o assunto o senhor presidente informou que o município de Gaspar aderiu ao consórcio, nos termos da Lei Complementar n.º 48 de 20 de dezembro de 2010 e colocado o assunto em votação foi aprovado por todos. Em seguida foi assinado, pelo presidente e pelo prefeito Celso, o contrato de consórcio e o contrato de rateio com os prefeitos de Blumenau e de Benedito Novo como testemunhas. Em assuntos gerais o senhor presidente fez a convocação de uma nova assembleia geral extraordinária para tratar da votação dos outros nomes para o Comitê de Regulação e ainda para ser votada uma alteração estatutária. Para este assunto determinou pelo corpo técnico da AMMVI que fosse feito uma análise do assunto e uma redação preliminar fosse apresentada a todos os consorciados, até no dia vinte e dois, por meio eletrônico e que estes, em havendo interesse, façam suas propostas até as dezessete horas do dia vinte e três. Por força do artigo 23, § 2.º foi eleita a Comissão Especial tendo como presidente o Senhor Laércio Demerval Schuster Junior e como secretário o senhor Hartwig Persuhn que contarão com os trabalhos da assessoria da AMMVI, nos termos do Convênio em vigor. O texto básico da alteração estatutária será encaminhado aos consorciados e estes poderão se manifestar, sendo interpretado o silêncio como aprovação e sendo então o texto colocado em votação na assembleia especialmente convocada onde será votada a admissibilidade da emenda e posterior votação, após a apresentação da redação final pela Comissão Especial. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos desta assembleia, reiterando que a convocação extraordinária se faz nos termos do artigo 23, parágrafo 1.º do estatuto. Em seguida eu _____, secretário "ad hoc" lavrei a presente ata que, após aprovada pelo presidente será assinada e publicada nos termos estatutários.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente da Diretoria Executiva
(Assinatura na original)

CINCO

Extrato de Termo Aditivo n. 0001/2011 CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº TA.AT11CINCO01

Fornecedor: DIPROLMEDI - MEDICAMENTOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de medicamentos. Acréscimo nas quantidades para o Município de Iomere/SC nos ITENS: 05 e 08 do Lote 01, item 22 do Lote 08, item 27 do Lote 09 e itens 85, 86 e 87 do Lote 30, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 24.03.2011. Validade: 21.01.2011 a 30.04.2011. PAL nº: 0002/2011 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0002. Registro de Preços nº: 0001.

Fraiburgo(SC), 29 de março de 2011
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo



Balanco Anual 2010 - Anexo 06

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Entidade :CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Órgão: 01 - Consórcio Público

Unidade Orçamentária: 01 - Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			40,50	40,50
04.122	Administração Geral			40,50	40,50
04.122.0001	Desenvolvimento Regional			40,50	40,50
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO			40,50	40,50
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA				0,00
15	Urbanismo				0,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana				0,00
15.451.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA				0,00
15.452	Serviços Urbanos				0,00
15.452.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS				0,00
20	Agricultura			12.545,00	12.545,00
20.606	Extensão Rural			12.545,00	12.545,00
20.606.0001	Desenvolvimento Regional			12.545,00	12.545,00
20.606.0001.1.008	PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS				0,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL			12.545,00	12.545,00

Santa Catarina

Betha Sistemas

Exercício de 2010

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Entidade :CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Órgão: 01 - Consórcio Público

Unidade Orçamentária: 02 - Encargos Gerais do CINCO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais				0,00
28.846	Outros Encargos Especiais				0,00
28.846.0000	Encargos Especiais				0,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP				0,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				0,00
Total:				12.585,50	12.585,50

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Entidade :CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Órgão: 99 - Reserva de Contingência

Unidade Orçamentária: 99 - Reserva de Contingência

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0002	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
Total:					0,00
Total da Entidade:				12.585,50	12.585,50
TOTAL GERAL:				12.585,50	12.585,50

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Balanço Anual 2010**Santa Catarina**

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2010

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

A Lei de Meios, para o exercício de 2010 de nº 004/2010 de 14 de Outubro de 2010, estimou a receita em 155.000,00 e fixou a despesa em 155.000,00.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		155.000,00
+ Créditos Suplementares:	0,00	
+ Créditos Especiais:	0,00	0,00
- Reduções:		0,00
DESPESA AUTORIZADA:		155.000,00

Créditos Adicionais:

No exercício considerado, foram autorizados 0 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 0,00, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	0,00
Despesa a Menor	0,00
TOTAL:	0,00

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 31.500,00, verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 123.500,00, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	155.000,00
Arrecadacao a Menor	-123.500,00
Receita Arrecadada	31.500,00

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	155.000,00	31.500,00	-123.500,00
RECEITAS CORRENTES	155.000,00	31.500,00	-123.500,00
RECEITA TRIBUTARIA	200,00	0,00	-200,00
IMPOSTOS	100,00	0,00	-100,00
TAXAS	100,00	0,00	-100,00
RECEITA PATRIMONIAL	100,00	0,00	-100,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	100,00	0,00	-100,00
RECEITA DE SERVIÇOS	53.750,00	15.000,00	-38.750,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.950,00	16.500,00	-84.450,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	100.950,00	16.500,00	-84.450,00
Totais:	155.000,00	31.500,00	-123.500,00

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 16.500,00 correspondem a 52,3810% do total arrecadado.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	15.000,00	16.500,00	0,00	31.500,00

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 004/2010 foi de R\$ 155.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 12.585,50, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	117.800,00	12.585,50	-105.214,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.500,00	2.378,88	-24.121,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	91.300,00	10.206,62	-81.093,38
DESPESAS DE CAPITAL	35.200,00	0,00	-35.200,00
INVESTIMENTOS	35.200,00	0,00	-35.200,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	-2.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.000,00	0,00	-2.000,00

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2010

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 004/2010 foi de R\$ 155.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 12.585,50, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	-2.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.000,00	0,00	-2.000,00
Total	155.000,00	12.585,50	-142.414,50

81,0982 % do total.

A maior contratação de dispêndio deu-se em OUTRAS DESPESAS CORRENTES : R\$ 10.206,62 , que representa

foi a seguinte:

O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2007	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00
2010	12.585,50	0,00	12.585,50

Confronto da Receita e Despesa

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	155.000,00
Créditos Suplementares:	0,00
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	0,00
Total	155.000,00

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	12.585,50
Despesa a Menor	-142.414,50
RECEITA ARRECADADA	31.500,00
(-) Receita Prevista	155.000,00
RECEITA A MENOR	-123.500,00

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2010

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	0,00
RECEITA ARRECADADA	
Orçamentária	31.500,00
Interferências Ativas	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
Depósitos	162,38
TOTAL	31.662,38
DESPESA REALIZADA	
Orçamentária	
Empenhada e Paga	12.585,50
Empenhada a Pagar	0,00
Interferências Passivas	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
Depósitos	162,38
Saldo em 31/12/2010	18.914,50
TOTAL	31.662,38

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2010.

BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL	18.914,50
Total do Ativo Financeiro	18.914,50
ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO	18.914,50

Por ser turno, a representação do Patrimônio Permanente deu-se assim:

SALDO PATRIMONIAL (Ativo Real Líquido)

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 0,00, encontra-se assim discriminada:

DEPÓSITOS	0,00
-----------	------

NÃO HÁ MOVIMENTAÇÃO

O Saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2010:

Saldo do Exercício Anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	162,38 D
(-) Amortização no Exercício	162,38 D
Saldo do Exercício de 2010	0,00

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2010

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO -

CINCO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

RECEITA EFETIVA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	31.500,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS (2)	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (3)	0,00
Total	31.500,00

DESPESA EFETIVA

DESPESA ORÇAMENTÁRIA (4)	12.585,50
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS (5)	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (6)	0,00
Total	12.585,50

Superávit (7) 18.914,50

INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Variações Ativas	0,00
Variações Passivas	0,00
Total (8)	0,00

SUPERÁVIT PATRIMONIAL 18.914,50

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Econômica do exercício de 2010, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Balanco Anual 2010 - Anexo 01**Santa Catarina**

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2010

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
 Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	31.500,00	DESPESAS CORRENTES	12.585,50
RECEITA DE SERVIÇOS	15.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.378,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.500,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.206,62
		SUPERAVIT	18.914,50
TOTAL	31.500,00	TOTAL	31.500,00
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	18.914,50		
		SUPERAVIT	18.914,50
TOTAL	31.500,00	TOTAL	31.500,00

Resumo

RECEITAS CORRENTES	31.500,00	DESPESAS CORRENTES	12.585,50
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	18.914,50
TOTAL	31.500,00	TOTAL	31.500,00

Fraiburgo, 26/01/2011

 Nelmar Pinz
 Presidente

 Moisés Amadeu Patrício
 Contador CRC/SC nº 018341/O7

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

Balço Anual 2010 - Anexo 02

Betha Sistemas

Santa Catarina

Exercício de 2010

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			31.500,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		15.000,00	
1.6.0.0.20.00.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist. Técnica e Análise Proj.	4.000,00		
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	11.000,00		
1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Horas Máquinas	11.000,00		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		16.500,00	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		16.500,00	
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	16.500,00		
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	16.500,00		
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	16.500,00		
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	16.500,00		
1.7.2.3.37.05.01.02.00	Serviços de Máquinas - I	16.500,00		
1.7.2.3.37.05.01.02.31	Pessoal e Encargos Sociais	2.500,00		
1.7.2.3.37.05.01.02.33	Outras Despesas Correntes	14.000,00		

Total: 31.500,00

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
PresidenteMoisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O7Elói Ronnau
Diretor Executivo

Balanço Anual 2010 - Anexo 02A

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			12.585,50
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.378,88
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.378,88	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.861,68		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	517,20		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	107,66		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	409,54		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.206,62
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.206,62	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	5.676,12		
3.3.90.30.03.00.00.00	Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades	5.645,62		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	30,50		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	4.530,50		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	148,00		
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	520,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	40,50		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.822,00		
			Total:	12.585,50

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Balanço Anual 2010 - Anexo 02B

Betha Sistemas

Santa Catarina

Exercício de 2010

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Órgão: 01 - Consórcio Público

Unidade Orçamentária: 01 - Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
30000000000000	DESPESAS CORRENTES			12.585,50
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.378,88
31900000000000	Aplicacoes Diretas		2.378,88	
31901100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.861,68		
31901300000000	Obrigacoes Patronais	517,20		
31901301000000	FGTS	107,66		
31901302000000	Contribuições Previdenciárias - INSS	409,54		
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.206,62
33900000000000	Aplicacoes Diretas		10.206,62	
33903000000000	Material de Consumo	5.676,12		
33903003000000	Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades	5.645,62		
33903039000000	Material para Manutenção de Veículos	30,50		
33903900000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	4.530,50		
33903941000000	Fornecimento de Alimentação	148,00		
33903980000000	Hospedagens	520,00		
33903981000000	Serviços Bancários	40,50		
33903999000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.822,00		
Total da Unidade:				12.585,50
Total do Órgão:				12.585,50
Total da Entidade:				12.585,50
TOTAL GERAL:				12.585,50

Fraiburgo, 26/01/2011

 Nelmar Pinz
 Presidente

 Moisés Amadeu Patrício
 Contador CRC/SC nº 018341/O7

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

Balanco Anual 2010 - Anexo 07

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			40,50	40,50
04.122	Administração Geral			40,50	40,50
04.122.0001	Desenvolvimento Regional			40,50	40,50
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO			40,50	40,50
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				0,00
15	Urbanismo				0,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana				0,00
15.451.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA				0,00
15.452	Serviços Urbanos				0,00
15.452.0001	Desenvolvimento Regional				0,00
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS				0,00
20	Agricultura			12.545,00	12.545,00
20.606	Extensão Rural			12.545,00	12.545,00
20.606.0001	Desenvolvimento Regional			12.545,00	12.545,00
20.606.0001.1.008	PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS				0,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL			12.545,00	12.545,00
28	Encargos Especiais				0,00
28.846	Outros Encargos Especiais				0,00
28.846.0000	Encargos Especiais				0,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP				0,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				0,00
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0002	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0002	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
Total:		0,00	0,00	12.585,50	12.585,50

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Balanco Anual 2010 - Anexo 08**Santa Catarina**

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2010

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos - Anexo 08

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
04	Administração	40,50		40,50
04.122	Administração Geral	40,50		40,50
04.122.0001	Desenvolvimento Regional	40,50		40,50
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO	40,50		40,50
20	Agricultura		12.545,00	12.545,00
20.606	Extensão Rural		12.545,00	12.545,00
20.606.0001	Desenvolvimento Regional		12.545,00	12.545,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL		12.545,00	12.545,00
Total:		40,50	12.545,00	12.585,50

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Balanco Anual 2010 - Anexo 09

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
--------	--------	---------	-------------	------------	---------------------	---------------	-----------------	-------------------

Entidade: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

1	Consórcio Público					40,50		
99	Reserva de Contingência							

Total da Entidade:						40,50		
--------------------	--	--	--	--	--	-------	--	--

Total :						40,50		
---------	--	--	--	--	--	-------	--	--

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
--------	--------	---------	------------------------	-----------------------	-----------------------	-------	----------	----------

Entidade: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

1 Consórcio Público
99 Reserva de Contingência

Total da Entidade:

Total :

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
--------	--------	---------	---------	-----------------------	-----------	-----------	------------	------------------

Entidade: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

1 Consórcio Público
99 Reserva de Contingência

Total da Entidade:

Total :

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
--------	--------	---------	-------------------------	-------------	------------------------	-----------	------------------------	--------------

Entidade: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

1	Consórcio Público			12.545,00				
99	Reserva de Contingência							
Total da Entidade:				12.545,00				
Total :				12.545,00				

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

CÓDIGO	ÓRGÃOS	FUNÇÕES	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
--------	--------	---------	---------	-------------	------------------	--------------------	-------------------------	-------

Entidade: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

1	Consórcio Público							12.585,50
99	Reserva de Contingência							
Total da Entidade:								12.585,50
Total :								12.585,50

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O7

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Balanço Anual 2010 - Anexo 10**Santa Catarina**

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2010

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	155.000,00	31.500,00	6.400,00	129.900,00
RECEITAS CORRENTES	155.000,00	31.500,00	6.400,00	129.900,00
RECEITA TRIBUTARIA	200,00	0,00	0,00	200,00
IMPOSTOS	100,00	0,00	0,00	100,00
Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	100,00	0,00	0,00	100,00
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	100,00	0,00	0,00	100,00
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	100,00	0,00	0,00	100,00
TAXAS	100,00	0,00	0,00	100,00
Tx pela Prestacao de Servicos	100,00	0,00	0,00	100,00
Outras Taxas de Prestação de Serviços	100,00	0,00	0,00	100,00
RECEITA PATRIMONIAL	100,00	0,00	0,00	100,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	100,00	0,00	0,00	100,00
Remuneração de Depósitos Bancários	100,00	0,00	0,00	100,00
Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	50,00	0,00	0,00	50,00
Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	50,00	0,00	0,00	50,00
Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	50,00	0,00	0,00	50,00
Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	50,00	0,00	0,00	50,00
RECEITA DE SERVIÇOS	53.750,00	15.000,00	3.900,00	42.650,00
Serv. Administrativos	100,00	0,00	0,00	100,00
Serv. de Venda de Editais	100,00	0,00	0,00	100,00
Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Analise Proj.	100,00	4.000,00	3.900,00	0,00
Outros Servicos	53.550,00	11.000,00	0,00	42.550,00
Outros Serviços - Horas Máquinas	53.550,00	11.000,00	0,00	42.550,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.950,00	16.500,00	2.500,00	86.950,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	100.950,00	16.500,00	2.500,00	86.950,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	100.950,00	16.500,00	2.500,00	86.950,00
Transferências a Consórcios Públicos	100.950,00	16.500,00	2.500,00	86.950,00
ARROIO TRINTA	46.235,00	16.500,00	2.500,00	32.235,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	46.235,00	16.500,00	2.500,00	32.235,00
Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
Serviços de Máquinas - I	20.000,00	16.500,00	2.500,00	6.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	2.500,00	2.500,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.000,00	14.000,00	0,00	6.000,00
Iluminação Pública	25.475,00	0,00	0,00	25.475,00
Pessoal e Encargos Sociais	5.475,00	0,00	0,00	5.475,00
Outras Despesas Correntes	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Investimentos	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
CAÇADOR	800,00	0,00	0,00	800,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00	0,00	0,00	800,00
Manutenção do CINCO	800,00	0,00	0,00	800,00
Pessoal e Encargos Sociais	400,00	0,00	0,00	400,00
Outras Despesas Correntes	240,00	0,00	0,00	240,00
Investimentos	160,00	0,00	0,00	160,00
CALMON	760,00	0,00	0,00	760,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
FRAIBURGO	46.275,00	0,00	0,00	46.275,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	46.275,00	0,00	0,00	46.275,00
Manutenção do Cinco	800,00	0,00	0,00	800,00
Pessoal e Encargos Sociais	400,00	0,00	0,00	400,00
Outras Despesas Correntes	240,00	0,00	0,00	240,00
Investimentos	160,00	0,00	0,00	160,00
Serviços de Máquinas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Outras Despesas Correntes	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Iluminação Pública	25.475,00	0,00	0,00	25.475,00
Pessoal e Encargos Sociais	5.475,00	0,00	0,00	5.475,00
Outras Despesas Correntes	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Investimentos	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00



Santa Catarina**Betha Sistemas****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2010

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
IBIAM	760,00	0,00	0,00	760,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
IOMERÊ	760,00	0,00	0,00	760,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
LEBON RÉGIS	760,00	0,00	0,00	760,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
MACIEIRA	760,00	0,00	0,00	760,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
MATOS COSTA	760,00	0,00	0,00	760,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
PINHEIRO PRETO	760,00	0,00	0,00	760,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
RIO DAS ANTAS	760,00	0,00	0,00	760,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
SALTO VELOSO	760,00	0,00	0,00	760,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	760,00	0,00	0,00	760,00
Manutenção do CINCO	760,00	0,00	0,00	760,00
Pessoal e Encargos Sociais	380,00	0,00	0,00	380,00
Outras Despesas Correntes	228,00	0,00	0,00	228,00
Investimentos	152,00	0,00	0,00	152,00
VIDEIRA	800,00	0,00	0,00	800,00
GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00	0,00	0,00	800,00
Manutenção do CINCO	800,00	0,00	0,00	800,00
Pessoal e Encargos sociais	400,00	0,00	0,00	400,00
Outras Despesas Correntes	240,00	0,00	0,00	240,00
Investimentos	160,00	0,00	0,00	160,00
Totais:	155.000,00	31.500,00	6.400,00	129.900,00

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
Presidente

Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/07

Elói Ronnau
Diretor Executivo

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Balanco Anual 2010 - Anexo 11**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 Consórcio Público	153.000,00	0,00	153.000,00	12.585,50	140.414,50
01.01 Consórcio Integrado do Contestado - CINCO	148.000,00	0,00	148.000,00	12.585,50	135.414,50
0101.04 Administração	25.000,00	0,00	25.000,00	40,50	24.959,50
0101.04.122 Administração Geral	25.000,00	0,00	25.000,00	40,50	24.959,50
01.01.04.122.0001 Desenvolvimento Regional	25.000,00	0,00	25.000,00	40,50	24.959,50
01.01.04.122.0001.2.001 MANUTENÇÃO DO CINCO	15.000,00	0,00	15.000,00	40,50	14.959,50
3.1.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	40,50	1.959,50
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
3.3.90.39.81.00.00.00.1200 Serviços Bancários				40,50	
4.4.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
01.01.04.122.0001.2.002 DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
0101.15 Urbanismo	36.000,00	0,00	36.000,00	0,00	36.000,00
0101.15.451 Infra-Estrutura Urbana	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
01.01.15.451.0001 Desenvolvimento Regional	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
01.01.15.451.0001.2.004 DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	17.000,00	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
0101.15.452 Serviços Urbanos	16.000,00	0,00	16.000,00	0,00	16.000,00
01.01.15.452.0001 Desenvolvimento Regional	16.000,00	0,00	16.000,00	0,00	16.000,00
01.01.15.452.0001.2.005 DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS	16.000,00	0,00	16.000,00	0,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	800,00	0,00	800,00	0,00	800,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 Consórcio Público	153.000,00	0,00	153.000,00	12.585,50	140.414,50
01.01 Consórcio Integrado do Contestado - CINCO	148.000,00	0,00	148.000,00	12.585,50	135.414,50
0101.20 Agricultura	87.000,00	0,00	87.000,00	12.545,00	74.455,00
0101.20.606 Extensão Rural	87.000,00	0,00	87.000,00	12.545,00	74.455,00
01.01.20.606.0001 Desenvolvimento Regional	87.000,00	0,00	87.000,00	12.545,00	74.455,00
01.01.20.606.0001.1.008 PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
01.01.20.606.0001.2.008 DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL	67.000,00	0,00	67.000,00	12.545,00	54.455,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	2.378,88	4.621,12
3.1.90.11.00.00.00.00.1300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.861,68	
3.1.90.13.01.00.00.00.1300 FGTS				107,66	
3.1.90.13.02.00.00.00.1300 Contribuições Previdenciárias - INSS				409,54	
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	23.000,00	0,00	23.000,00	0,00	23.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	18.000,00	0,00	18.000,00	10.166,12	7.833,88
3.3.90.30.03.00.00.00.1300 Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades				5.645,62	
3.3.90.30.39.00.00.00.1300 Material para Manutenção de Veículos				30,50	
3.3.90.39.41.00.00.00.1300 Fornecimento de Alimentação				148,00	
3.3.90.39.80.00.00.00.1300 Hospedagens				520,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.1300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.822,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
01.02 Encargos Gerais do CINCO	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
0102.28 Encargos Especiais	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
0102.28.846 Outros Encargos Especiais	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
01.02.28.846.0000 Encargos Especiais	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
01.02.28.846.0000.0.300 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.28.846.0000.0.400 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1200 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1300 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
99 Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
99.99 Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
9999.99 Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
9999.99.999 Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
99.99.99.999.0002 Reserva de Contingência	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
99.99.99.999.0002.9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1200 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.1300 RESERVA DE CONTINGENCIA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
Total por Entidade:	155.000,00	0,00	155.000,00	12.585,50	142.414,50
Total Geral:	155.000,00	0,00	155.000,00	12.585,50	142.414,50

Fraiburgo, 26/01/2011

 Nelmar Pinz
 Presidente

 Moisés Amadeu Patrício
 Contador CRC/SC nº 018341/O7

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

Balanco Anual 2010 - Anexo 12**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	155.000,00	31.500,00	123.500,00	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENT.	155.000,00	12.585,50	142.414,50
Receita Tributária	200,00	0,00	200,00	Despesas Corrente	117.800,00	12.585,50	105.214,50
Receita Patrimonial	100,00	0,00	100,00	Despesas de Capital	37.200,00	0,00	37.200,00
Receita de Serviços	53.750,00	15.000,00	38.750,00				
Transferências Correntes	100.950,00	16.500,00	84.450,00				
SOMA	155.000,00	31.500,00	123.500,00	SOMA	155.000,00	12.585,50	142.414,50
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	SUPERÁVIT	0,00	18.914,50	-18.914,50
TOTAL	155.000,00	31.500,00	123.500,00	TOTAL	155.000,00	31.500,00	123.500,00

Fraiburgo, 26/01/2011

 Nelmar Pinz
 Presidente

 Moisés Amadeu Patrício
 Contador CRC/SC nº 018341/O7

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

Balanco Anual 2010 - Anexo 13**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Página: 1/1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	31.500,00	ORÇAMENTÁRIAS	12.585,50
Receitas	31.500,00	Despesas	12.585,50
Receitas Correntes	31.500,00	Despesas Correntes	12.585,50
Receita de Serviços	15.000,00	Pessoal e Encargos Sociais	2.378,88
Transferências Correntes	16.500,00	Outras Despesas Correntes	10.206,62
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	162,38	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	162,38
Depósitos	162,38	Depósitos	162,38
Consignações	162,38	Consignações	162,38
SOMA	31.662,38	SOMA	12.747,88
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18.914,50
		Bancos Conta Movimento	18.914,50
TOTAL	31.662,38	TOTAL	31.662,38

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
Presidente_____
Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O7_____
Elói Ronnau
Diretor Executivo

Balanço Anual 2010 - Anexo 14**Santa Catarina**

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2010

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	18.914,50		
DISPONÍVEL	18.914,50		
Bancos Conta Movimento	18.914,50		
ATIVO REAL	18.914,50	PASSIVO REAL	0,00
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	18.914,50
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	18.914,50
COMPENSADO	341.500,00	COMPENSADO	341.500,00
Execução Orçamentária da Receita	155.000,00	Execução Orçamentária da Receita	155.000,00
Fixação Orçamentária da Despesa	155.000,00	Fixação Orçamentária da Despesa	155.000,00
Execução da Programação Financeira	31.500,00	Execução da Programação Financeira	31.500,00
TOTAL	360.414,50	TOTAL	360.414,50

Fraiburgo, 26/01/2011

 Nelmar Pinz
 Presidente

 Moisés Amadeu Patrício
 Contador CRC/SC nº 018341/O7

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

Balanco Anual 2010 - Anexo 15**Santa Catarina**

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2010

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Página: 1/1

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Receitas	31.500,00	Despesas	12.585,50
Receitas Correntes	31.500,00	Despesas Correntes	12.585,50
Receita de Serviços	15.000,00	Pessoal e Encargos Sociais	2.378,88
Transferências Correntes	16.500,00	Outras despesas correntes	10.206,62
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Total das Variações Ativas	31.500,00	Total das Variações Passivas	12.585,50
RESULTADO PATRIMONIAL		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	18.914,50
TOTAL GERAL	31.500,00	TOTAL GERAL	31.500,00

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
Presidente_____
Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O7_____
Elói Ronnau
Diretor Executivo

Balanco Anual 2010 - Anexo 16**Santa Catarina**

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2010

Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Autorizações				Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
Leis (Nº e Data)	Nº Contrato	Qtde.	Valor da Emissão (R\$)			Inscrição	Baixa	

NADA A DECLARAR

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
Presidente_____
Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/07_____
Elói Ronnau
Diretor Executivo

Balanço Anual 2010 - Anexo 17**Santa Catarina**

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício 2010

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS				
Consignações	0,00	162,38	162,38	0,00
SUBTOTAL	0,00	162,38	162,38	0,00
NÃO HÁ MOVIMENTAÇÃO				

Fraiburgo, 26/01/2011

Nelmar Pinz
Presidente_____
Moisés Amadeu Patrício
Contador CRC/SC nº 018341/O7_____
Elói Ronnau
Diretor Executivo

Extrato Edital de Contratação Temporária Nº 0005/2011

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº. 0005 DE 29 DE MARÇO DE 2011.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, Sr. Nelmar Pinz, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, para atender as necessidades do Consórcio Público, previstos no seu Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto, para a função pública de OPERADOR DE MÁQUINA - Escavadeira Hidráulica e Retroescavadeira. O preenchimento de vagas será para o ano de 2011, podendo ser prorrogado, respeitadas as cláusulas, condições e prazos estabelecidos no Edital. As inscrições serão realizadas no período de 31 de março a 07 de abril de 2011, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Diretoria Executiva do Consórcio Público, localizada na sede do CINCO, sito à Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.cinco.sc.gov.br". Outras informações junto a Diretoria Executiva do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 29 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Presidente

Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

CIS/AMURC

Revogação Pregão Presencial 01_2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02_2011

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2011

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado, torna público para conhecimento dos interessados o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL, para Aquisição de filmes e material suplementar para os equipamentos de Raios X, Ressonância Magnética e Mamógrafo, que realizar-se-á nos termos que preceitua as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/06 está REVOGADO por motivo de interesse público.

Canoinhas, 29 de março de 2011.

ELÓI JOSÉ QUEGE

Presidente

CONEXSUL

Contrato do Consórcio Público CONEXSUL

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICÍPIOS CATARINENSES DE JACINTO MACHADO, PRAIA GRANDE, SANTA ROSA DO SUL, SÃO JOÃO DO SUL E SOMBRIO, CONSTITUINDO O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO

SUL CATARINENSE - CONEXSUL

Os Municípios Catarinenses de JACINTO MACHADO, PRAIA GRANDE, SANTA ROSA DO SUL, SÃO JOÃO DO SUL E SOMBRIO, através de seus Prefeitos Municipais, concordados e ajustados com objetivos comuns, resolvem formalizar o presente CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, constituindo o consórcio público denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL, observadas as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e do Decreto Federal nº 6.017/07, as leis municipais de ratificação e das demais disciplinas legais, obedecidas as seguintes condições:

CAPÍTULO I**DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA****SEÇÃO I****DA DENOMINAÇÃO**

Art. 1º. O consórcio público denomina-se CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL.

SEÇÃO II**DA NATUREZA JURÍDICA**

Art. 2º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL constitui-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, integrando, nos termos legais, a administração indireta dos municípios consorciados.

Art. 3º. O Consórcio Público adquiriu personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos municípios consorciados, na forma do Protocolo de Intenções, da Lei Federal nº 11.107/05 e Decreto Federal n. 6.017/07.

Parágrafo único - A vigência das leis de ratificação de no mínimo 03(três) municípios que subscreveram do Protocolo de Intenções é suficiente para aquisição de sua personalidade jurídica.

CAPÍTULO II**DOS OBJETIVOS E FINALIDADES****SEÇÃO I****DOS OBJETIVOS**

Art. 4º. São objetivos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL a colaboração técnica e financeira para a gestão do patrimônio urbanístico, paisagístico, turístico, histórico, cultural e ambiental comuns, visando a recuperação da Lagoa do Sombrio, o desenvolvimento da atividade pesqueira, a infraestrutura viária e proteção do Aquífero Guarany, envolvendo todos os municípios consorciados.

SEÇÃO II**DAS FINALIDADES**

Art. 5º. São finalidades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL:

I - realizar esforços conjuntos, através de ações destinadas ao desenvolvimento integrado, turístico, histórico, cultural e ambiental da Região do Extremo Sul do Estado de Santa Catarina, bem como, a recuperação e proteção da Lagoa do Sombrio;

II - articular-se com entidades públicas e privadas nacionais ou estrangeiras, com vistas ao planejamento e à obtenção de recursos para investimentos em projetos, obras ou serviços turísticos, históricos, culturais e ambientais dos municípios consorciados;

III - a realização de licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos municípios consorciados;

IV - adquirir ou administrar bens que possam estar direta ou indiretamente relacionados às ações de melhoria de infraestrutura viária dos municípios consorciados;

V - promover a revitalização do patrimônio turístico, cultural, histórico e ambiental como elemento estratégico no processo de desenvolvimento da região do extremo sul catarinense, incluindo todo o processo de valorização;

VI - promover a atividade turística na região extremo sul catarinense;

VII - desenvolver e promover a sustentabilidade turística e ambiental da região;

VIII - buscar soluções para o desenvolvimento social e econômico dos municípios consorciados;

IX - preservar a memória regional, promovendo o desenvolvimento sócio econômico, histórico, cultural, turístico, paisagístico e ambiental;

X - despertar os municípios envolvidos para a atividade turística, através da história, cultura e produtos de cada município, auxiliando na descoberta de suas potencialidades;

XI - buscar financiamento do consórcio tanto por repasses do Governo Federal e Estadual, bem como através de rateio entre os municípios envolvidos;

XII - promover desapropriações e instituir servidões nos termos da declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público;

XIII - contratar operações de crédito, sempre sujeita aos limites e condições próprias estabelecidas pelo Senado Federal;

XIV - promover reivindicações, estudos e propostas junto aos órgãos federais e estaduais de interesse comum dos associados;

XV - promover estudos e projetos que possibilitem a recuperação, manutenção, conservação e preservação da bacia do Rio Mampituba e Aquífero Guarany;

XVI - promover ações para o desenvolvimento da atividade pesqueira nos municípios consorciados;

XVII - estabelecer integração turística, cultural, histórica e ambiental entre os municípios consorciados;

XVIII - viabilizar a realização de serviços e obras para o desenvolvimento, manutenção e preservação do patrimônio turístico, cultural, histórico e ambiental da região do extremo sul catarinense;

XIX - orientar e viabilizar a formação de cursos e treinamentos aos agentes envolvidos nas ações desenvolvidas pelo consórcio público, na área de sua atuação.

XX - firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo (artigo 2º, § 1º, inciso I, da Lei 11.107/05), em todos os níveis, além de entidades particulares;

XXI - ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, para a prestação de serviços, gozando inclusive do aumento dos valores previstos na Lei de Licitações, para os casos de dispensa.

CAPÍTULO III

DA SEDE E DO PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 6º. O Consórcio tem sede na Avenida Nereu Ramos, 861, Sombrio/SC, CEP 88.960-000, podendo ser alterada por decisão da Assembléia Geral.

Art. 7º. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL, terá sua vigência por prazo indeterminado.

Parágrafo único - Qualquer alteração ou a extinção do consórcio público somente será realizada após aprovação da Assembléia Geral, devidamente ratificado, através de lei dos municípios consorciados.

CAPÍTULO IV

DA SUBSCRIÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 8º. São subscritores do Contrato de Consórcio Público do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL, que ratificaram por lei o protocolo de intenções:

I - MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.960.758/0001-36, com sede na Rua Pool Jorge Zacca, nº 75, na cidade de Jacinto Machado, SC., representado por seu Prefeito, Antonio João de Fáveri;

II - MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.913.211/0001-80, com sede na Rua Irineu Bornhausen, nº 320, na cidade de Praia Grande, SC., representado por seu Prefeito, Valcir Daros;

III - MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 80.989.965/0001-98, com sede na Rua Ferminio Pedro Rauup, nº 400, na cidade de Santa Rosa do Sul, SC., representando por sua Prefeita, Geci Geltrudes de Oliveira Casagrande;

IV - MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.547.274/0001-60, com sede na Avenida Nereu Ramos, nº 50, na cidade de São João do Sul, SC., representado por seu Prefeito, Alex Sandro Pereira Bianchin;

V - MUNICÍPIO DE SOMBRIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.963.216/0001-17, com sede na Avenida Nereu Ramos, nº 861, na cidade de Sombrio, SC., representado por seu Prefeito, José Antonio Tiscoski da Silva.

Art. 9º. O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por lei, converteu-se em contrato de consórcio público.

Parágrafo primeiro - Somente será considerado consorciado o Ente da Federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

Parágrafo segundo - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 02 (dois) anos da sua assinatura.

Parágrafo terceiro - A ratificação realizada após 02 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembléia Geral do Consórcio Público.

Art. 10. Consideram-se subscritores todos os municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos municípios mencionados nos incisos do artigo 6º do Protocolo de Intenções, desde que o seu representante legal tenha subscrito o protocolo de intenções.

Art. 11. Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do município dependerá de que as reservas sejam aprovadas em Assembléia Geral, pelos demais subscritores.

CAPÍTULO V

DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 12. A área de atuação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL corresponderá à soma da área dos territórios dos municípios consorciados.

Art. 13. O consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação, respeitadas as disposições do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público e as disposições legais aplicáveis à espécie.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 14. O Consórcio tem a seguinte organização administrativa:

I - Assembléia Geral;

II - Presidência;

III - Diretoria Executiva;

IV - Conselho Fiscal.

Parágrafo único - O estatuto do Consórcio Público poderá criar outros órgãos permanentes e a Presidência poderá instituir órgãos, singulares ou colegiados, de natureza deliberativa ou consultiva, permanente ou transitória.

Art. 15. O Consórcio Público terá sua organização por estatuto, que disciplinará a organização e funcionamento dos seus órgãos, observadas as determinações legais e do Protocolo de Intenções.

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 16. A Assembléia Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL é a instância máxima do Consórcio, constituída pelos Prefeitos dos municípios consorciados, cuja realização se dará ordinária ou extraordinariamente. Parágrafo Primeiro - No caso de impedimento ou ausência do Prefeito Municipal, este poderá delegar competência a qualquer agente público do Poder Executivo Municipal para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

Parágrafo Segundo - Uma mesma pessoa não poderá representar dois ou mais municípios consorciados na mesma Assembléia Geral.

Art. 17. A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 02(duas) vezes por ano, em datas a serem definidas, devendo a convocação ter antecedência mínima de 15(quinze) dias, através dos devidos meios legais.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral ocorrerá extraordinariamente, sempre que convocada com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas, para tratar de matéria especificada, inclusive, para decidir sobre alteração estatutária, de ordem administrativa ou de pessoal, por iniciativa do Presidente do Consórcio Público ou a pedido de 50%(cinquenta por cento) dos municípios consorciados.

Parágrafo Segundo - A Assembléia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

Art. 18. O quorum exigido para realização de Assembléia Geral, em primeira convocação, é de no mínimo 2/3(dois terços) dos consorciados.

Parágrafo único - Não se realizando em primeira convocação, considerar-se-á automaticamente convocada para 15 minutos depois no mesmo local, quando se realizará com qualquer número de participantes.

Art. 19. Cada consorciado terá direito a 01(um) voto na Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro - Somente terá direito a voto o Prefeito ou seu representante devidamente autorizado.

Parágrafo Segundo - Todos os votos serão públicos e nominais.

Art. 20. É de competência da Assembléia Geral:

I - Deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL;

II - aplicar a pena de exclusão do consórcio, observadas as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio e do Estatuto;

III - discutir, elaborar e aprovar o estatuto do consórcio, bem como suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio, cujos mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) plano de trabalho proposto pela Presidência;

c) o orçamento anual do consórcio, bem como respectivos créditos

adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio, até o último dia de agosto de cada ano;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio pelos consorciados;

f) a alienação e a oneração de bens do consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, que lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VI - homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VII - aprovar regulamentos dos serviços públicos;

VIII - discutir e aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;

IX - aprovar pedido de retirada de consorciado do consórcio público;

X - determinar a dissolução do consórcio público, na forma prevista no Protocolo de Intenções.

XI - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

XII - deliberar sobre a dispensa de licitação de serviços ao consórcio, nos termos da lei;

XIII - deliberar no decorrer do primeiro semestre de cada ano, sobre o balanço geral e prestações de contas do exercício, sobre o balanço geral e prestações de contas do exercício anterior, submetendo-o com o parecer do Conselho Fiscal à Assembléia Geral; e XIV - cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Será aceita a cessão de servidores com ou sem ônus para o consórcio mediante decisão da Assembléia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

Parágrafo Segundo - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto.

Parágrafo Terceiro - O Presidente e/ou o Vice-Presidente serão substituídos automaticamente no caso do eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido pelo novo Prefeito do município consorciado.

Art. 21. A Presidência (Presidente e o Vice-Presidente) será eleita em Assembléia Geral especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas até o início da sessão.

Parágrafo Primeiro - Somente poderá candidatar-se a cargos de Presidente e Vice-Presidente o Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

Parágrafo Segundo - A Presidência será eleita por voto público e nominal.

Parágrafo Terceiro - Será considerada eleita a Presidência (candidatos a Presidente e Vice-Presidente) que obtiverem ao menos 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

Parágrafo Quarto - Caso os candidatos a Presidência não tenham alcançado a maioria dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, com os candidatos mais votados.

Parágrafo Quinto - No segundo turno serão considerados eleitos os candidatos à Presidência que obtiverem a maioria dos votos, excetuados os votos brancos.

Parágrafo Sexto - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente e do Vice-Presidente em exercício.

Art. 22. Proclamado eleito o candidato a Presidente, caberá a este nomear os membros da Diretoria Executiva.

Art. 23. Em Assembléia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente ou Vice-Presidente ou membros do Conselho Fiscal do Consórcio, após a apresentação moção de censura com apoio de pelo menos 2/3(dois terços) dos consorciados.

Parágrafo Primeiro - As convocações de Assembléia Geral deverá constar como item de pauta "apreciação de eventuais moções de censura".

Parágrafo Segundo - Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

Parágrafo Terceiro - Antes da votação da moção de censura será garantida o contraditório e a ampla defesa ao membro que se pretenda destituir.

Parágrafo Quarto - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

Parágrafo Quinto - Caso aprovada moção de censura do Presidente do consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

Parágrafo Sexto - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

Parágrafo Sétimo - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembléia e nos 120 (cento e vinte) dias seguintes, com relação ao mesmo fato.

Art. 24. Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração do estatuto do consórcio.

Parágrafo Primeiro - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por votação de 2/3 dos presentes, aprovará resolução que estabeleça:

I - o projeto de estatuto;

II - o prazo para apresentação de emendas ou considerações, para votação em separado.

Parágrafo Segundo - O estatuto preverá as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

Parágrafo Terceiro - O estatuto do consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal estabelecida.

Art. 25. Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os entes federados representados na Assembléia Geral;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

Parágrafo único - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 26. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até 15(quinze) dias após a aprovação, publicada no órgão oficial de publicação do consórcio público.

SEÇÃO II DA PRESIDÊNCIA

Art. 27. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATORINENSE - CONEXSUL é administrado pela Presidência, que será composta de 01(um) Presidente e 01(um) Vice-Presidente, eleitos em Assembléia Geral, entre os membros do consórcio, com mandato de 02(dois) anos, permitida uma reeleição para o mesmo período subsequente, de acordo com as previsões do Protocolo de Intenções e Contrato e Consórcio Público.

Art. 28. A eleição dos membros da Presidência será realizada na primeira quinzena do mês de janeiro do ano correspondente e sua posse se dará imediatamente após o resultado da eleição, exceto

a primeira eleição.

Art. 29. Somente poderá ser votado para os cargos da Presidência do consórcio o Prefeito do Município que esteja consorciado por um período mínimo de 01(um) ano anterior a eleição e que não tenha débito para com o consórcio, com exceção da primeira Presidência do consórcio.

Parágrafo Primeiro - O Presidente do consórcio no caso de vacância, falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo - O afastamento do cargo de Prefeito é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.

Parágrafo Terceiro - Os membros da Presidência não têm direito à remuneração de qualquer espécie pelo exercício de suas funções.

Art. 30. São atribuições do Presidente, sem prejuízo do que prever o Estatuto:

I - representar judicial e extrajudicialmente o consórcio;

II - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;

IV - solicitar a cessão de servidores dos municípios consorciados e de outros órgãos da administração pública ao consórcio;

V - administrar o patrimônio do consórcio;

VI - autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio público;

VII - convocar a Assembléia Geral nos termos do Protocolo de Intenções e do Estatuto do consórcio;

VIII - prestar contas à Assembléia Geral e ao Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;

IX - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio;

X - elaborar o Relatório Geral das Atividades;

Parágrafo Primeiro - As competências previstas neste artigo poderão ser delegadas ao Vice-Presidente ou ao Diretor Executivo.

Parágrafo Segundo - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 31. Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

Art. 32. O substituto ou sucessor do Prefeito Municipal o substituirá na Presidência do Consórcio Público.

SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 33. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Executivo e um Diretor Administrativo e Financeiro, que exercerão funções administrativas e financeiras do consórcio.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria Executiva é dirigida pelo Diretor Executivo, a quem cabe cumprir as determinações do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, e demais disposições legais.

Parágrafo Segundo - Os membros da Diretoria Executiva ocuparão cargos em comissão, de livre admissão e demissão do Presidente do Consórcio, desde que com a aprovação em assembléia, e perceberão a remuneração estabelecida para o cargo.

Art. 34. Além do previsto no estatuto, compete ao Diretor Executivo:

I - julgar recursos relacionados a homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos, impugnação de edital de

licitação, além dos relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação do objeto licitado;

II - aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio;

III - autorizar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

IV - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

V - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

VI - contratar serviços especializados de consultoria e suporte técnico nas diversas áreas de interesse do Consórcio;

Art. 35. Para exercício dos cargos de Diretor Executivo e Diretor Administrativo e Financeiro, será exigida formação profissional de nível superior.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 36. O Conselho Fiscal é composto por 03(três) conselheiros, sendo Prefeitos eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 02(dois) anos.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença absoluta de municípios consorciados.

Parágrafo Segundo - Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal representantes legais de ente consorciado.

Parágrafo Terceiro - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

Parágrafo Quarto - Consideram-se eleitos os 03(três) candidatos com maior número de votos, e em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

Art. 37. Além do previsto no estatuto do consórcio, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Primeiro - O disposto no caput deste artigo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao consórcio.

Parágrafo Segundo - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VII DOS DIREITOS, DEVERES E DA REPRESENTAÇÃO

SEÇÃO I DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 38. Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos relacionados;

II - votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;

Art. 39. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público ou no Estatuto do Consórcio Público.

Art. 40. Constituem deveres dos consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, em especial, quanto ao pagamento das

contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II - acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;

III - participar ativamente das reuniões e Assembléias Gerais do consórcio.

SEÇÃO II DA REPRESENTAÇÃO

Art. 41. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL, poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com seus objetivos e finalidades previstas no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, com poderes amplos e irrestritos, podendo:

I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

II - prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;

III - outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembléia Geral do Consórcio.

CAPÍTULO VIII DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 42. Os agentes públicos que prestarão serviços remunerados ao consórcio serão contratados para ocuparem cargos e ou empregos públicos, previsto no Anexo I, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, além dos servidores cedidos pelos municípios consorciados, bem como, em caso de necessidade, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

Art. 43. A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos ou consultivos que sejam criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos municípios consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

Parágrafo Primeiro - Não haverá remuneração para o Presidente e o Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo - Os membros da Diretoria Executiva perceberão remuneração estabelecida para os cargos, prevista no Anexo I, parte integrante do Protocolo de Intenções e deste Contrato.

Art. 44. Os empregados públicos próprios do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Parágrafo Primeiro - Serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores com ou sem ônus para o consórcio.

Parágrafo Segundo - O Estatuto aprovado em Assembléia Geral disporá sobre a estrutura administrativa do consórcio e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto no Protocolo de Intenções, estabelecendo as descrições das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho e regime disciplinar de seus empregos públicos.

Parágrafo Terceiro - A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização do Diretor Executivo, observadas as formalidades legais.

Parágrafo Quarto - Os entes da federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada ente.

Parágrafo Quinto - Os servidores cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário ou poderão optar pelo regime jurídico do consórcio, somente sendo-lhes concedidos adicionais ou gratificações nos termos e valores estabelecidos pela Assembléia Geral.

Parágrafo Sexto - O pagamento de adicionais ou gratificações na

forma prevista no parágrafo anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

Art. 45. O quadro de pessoal do consórcio é composto pelos empregados públicos e ocupantes de cargos em comissão constantes no Anexo I.

Parágrafo Primeiro - Os empregos do consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os cargos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração do Presidente do Consórcio, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

Parágrafo Segundo - A remuneração e a carga horária e as atribuições dos cargos e empregos públicos são as definidas nos Anexos I e II, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

Parágrafo Terceiro - Observado o orçamento anual do Consórcio, o vencimento dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Parágrafo Quarto - Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

Parágrafo Quinto - A Assembléia Geral poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos e aos servidores cedidos sem ônus ao consórcio pelos entes da Federação que o compõe, estabelecendo seu valor monetário para fins de adequação a remuneração de mercado.

Art. 46. Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e pelo Diretor Executivo.

Parágrafo Primeiro - A cópia do edital será entregue a todos os municípios consorciados, para fins de divulgação.

Parágrafo Segundo - O edital será publicado na imprensa oficial, que poderá se dar de forma resumida, desde que indique local para consulta na sua íntegra.

Art. 47. Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, através de processo seletivo simplificado e nas seguintes situações:

I - até que se realize concurso público;

II - até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que se vierem a vagar;

III - na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

IV - para atender demandas do serviço, com programas e convênios.

V - assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

VI - realização de levantamentos cadastrais e sócio-econômicos, declarados urgentes e inadiáveis;

VII - execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;

VIII - houver suficiência de dotação orçamentária.

Parágrafo Primeiro - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

Parágrafo Segundo - As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 48. Além do salário e das demais vantagens previstas no Protocolo de Intenções, serão pagas aos empregados os seguintes adicionais, na forma estabelecida em lei:

I - décimo terceiro salário;

II - férias e adicional de férias;

III - adicional por serviço extraordinário;

IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V - adicional noturno.

Parágrafo único - O Estatuto preverá as formas de concessão de outras vantagens a ser concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

CAPÍTULO IX

DA GESTÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

SEÇÃO I

DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 49. Fica autorizado pelos municípios que integram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL, nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal n. 11.107/2005, a fazer gestão associada dos serviços públicos que constituem as finalidades previstas no artigo 5º do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

Art. 50. Ao consórcio é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

Parágrafo Primeiro - O consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos municípios consorciados.

Parágrafo Segundo - O disposto no parágrafo anterior não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Parágrafo Terceiro - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV - os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI - as penalidades e sua forma de aplicação;

VII - os casos de extinção;

VIII - os bens reversíveis;

IX - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;

XI - a periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII - demais cláusulas previstas na Lei 11.107/2005 e seu regulamento.

Parágrafo Quarto - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;
II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;
III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;
IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

Parágrafo Quinto - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

Parágrafo Sexto - Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

Parágrafo Sétimo - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

Parágrafo Oitavo - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio, por razões de economia.

Parágrafo Nono - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II - extinção do consórcio.

Parágrafo Dez - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

Parágrafo Onze - No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

Art. 51. O consórcio elaborará e firmará com os municípios consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único - São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I - a qualificação do consórcio e do ente consorciado;

II - o objeto e a finalidade do rateio;

III - a previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada a inclusão de despesas genéricas;

IV - a forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo Ente consorciado;

V - as penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;

VI - a vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;

VII - a indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;

VIII - o direito e obrigações das partes;

IX - a garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos municípios consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;

X - o direito do consórcio e dos municípios consorciados, isolados

ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;

XI - demais condições previstas na Lei Federal 11.107/2005 e seu regulamento.

Art. 52. Para o cumprimento de suas finalidades, deverá o consórcio realizar obrigatoriamente licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade.

Parágrafo Primeiro - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

Parágrafo Segundo - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

Parágrafo Terceiro - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

Parágrafo Quarto - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

Art. 53. O consórcio poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços pertinentes as suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I - elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II - aprovação da Assembléia Geral.

Parágrafo único - As tarifas previstas neste artigo podem ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da Assembléia Geral.

Art. 54. O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

Art. 55. O consórcio poderá ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Art. 56. O patrimônio do consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único - Os bens do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembléia Geral, exigida aprovação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos representantes dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

SEÇÃO II

RECEITAS E DESPESAS DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 57. A execução das receitas e das despesas do consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 58. Constituem recursos financeiros do consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento, e publicados em resolução pelo Presidente do consórcio;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;
V - as doações e legados;
VI - o produto de alienação de seus bens livres;
VII - o produto de operações de crédito;
VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;
IX - os créditos e ações;
X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;
XI - os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.
Parágrafo Primeiro - Os municípios consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma do Protocolo de Intenções;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

Parágrafo Segundo - Os municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio.

Parágrafo Terceiro - Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

Parágrafo Quarto - O consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

Parágrafo Quinto - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas na imprensa oficial.

Parágrafo Sexto - A fim de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Sétimo - Fica o consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por municípios consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CAPÍTULO X

DA RETIRADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 59. A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - A retirada do ente não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio.

Parágrafo Segundo - Os bens destinados ao consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão da maioria absoluta dos entes federativos consorciados do consórcio, manifestada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções do consórcio público ou pela Assembleia Geral do consórcio.

Art. 60. São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo Primeiro - Antes da exclusão prevista neste artigo, o ente consorciado poderá ser previamente suspenso por prazo determinado, para reabilitação.

Parágrafo Segundo - Em ambos os casos serão respeitados o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido maioria absoluta dos votos.

Parágrafo Quarto - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação da decisão.

CAPÍTULO XI

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 61. A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei dos municípios consorciados.

Parágrafo Primeiro - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembleia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

Parágrafo Segundo - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os municípios consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos municípios beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

Parágrafo Terceiro - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 62. A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido no Protocolo de Intenções, no Contrato e na legislação aplicável.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 63. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007, pelo Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio e Estatuto, e pelas leis de ratificações.

Art. 64. A interpretação do disposto neste Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, respeitando a autonomia dos municípios consorciados.

Art. 65. O contrato de consórcio público deverá ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo único - A publicação do contrato do consórcio público poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local em que se poderá obter o texto integral.

Art. 66. Deverá ser publicado anualmente relatório geral das atividades do consórcio.

Art. 67. O órgão oficial de publicação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL será o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado eletronicamente no endereço: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 68. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a administração pública em geral.

Art. 69. Para dirimir eventuais controvérsias do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca Sombrio, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordados, certos e ajustados, assinam o presente Contrato de Consórcio Público, em 03(três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Sombrio, 25 de março de 2011.

Subscritores do Contrato de Consórcio Público do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL:

Município de Jacinto Machado
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI;

Município de Praia Grande
VALCIR DAROS

Município de Santa Rosa Do Sul
GECI GELTRUDES DE OLIVEIRA CASAGRANDE

Município de São João Do Sul
ALEX SANDRO PEREIRA BIANCHIN;

Município de Sombrio
JOSÉ ANTONIO TISCOSKI DA SILVA

ANEXO I AGENTES PÚBLICOS - EMPREGOS PÚBLICOS

Empregos	Vagas	Jornada de Trabalho Semanal	Salário Base mensal	Formas de Provimento
Diretor Executivo	01	40	R\$ 3.000,00	Em Comissão - livre nomeação e exoneração
Diretor Administrativo e Financeiro	01	40	R\$ 2.100,00	Em Comissão - livre nomeação e exoneração
Assessor Jurídico	01	10	R\$ 1.100,00	Emprego Público - concurso público
Contador	01	20	R\$ 1.400,00	Emprego Público - concurso público
Analista Executivo	03	40	R\$ 1.400,00	Emprego Público - concurso público
Assistente Administrativo	02	40	R\$ 1.100,00	Emprego Público -concurso público
Agente de Serviços Gerais	02	40	R\$ 650,00	Emprego Público - concurso público

ANEXO II DOS AGENTES PÚBLICOS

a) Diretor Executivo:

I - Formação: Obrigatória de Nível Superior;

II - Atribuições sumárias:

- a) realizar administração geral do consórcio;
- b) promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
- e) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto.

b) Diretor Administrativo e Financeiro:

I - Formação: Obrigatória de Nível Superior;

II - atribuições sumárias:

- a) organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do consórcio, inclusive licitações e contratos;
- b) organizar e executar gestão técnica do consórcio, em especial a relativa a elaboração, desenvolvimento, implantação e manutenção de projetos e programas;
- c) gerenciar o patrimônio do consórcio;
- d) supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio;
- e) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto.

c) Assessor Jurídico:

I - Formação: Obrigatória de nível superior em Direito com registro no Conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão;

II - Atribuições sumárias:

- a) prestar assessoria jurídica ao consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos;
- b) representar o consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, opoente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do consórcio;
- c) analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos;
- d) demais atividades correlatas a função, além das previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto.

d) Contador:

I - Formação: Obrigatória de Nível Superior em Ciências Contábeis, com registro no Conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão;

II - Atribuições sumárias:

- a) supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis;
- b) examinar e elaborar processos de prestação de contas;
- c) auxiliar na elaboração da proposta orçamentária do consórcio;
- d) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto.

e) Analista Executivo:

I - Formação: Obrigatória de Nível Superior em Secretariado Executivo; Administração de Empresas; Administração com ênfase em Recursos Humanos; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Turismo; Ciências Sociais; Administração com ênfase em Finanças; Ciências Sociais; Serviço Social; Psicologia; Direito, ou Ciências da Computação.

II - Atribuições sumárias:

- a) realizar o planejamento, organização e controle do Consórcio;
- b) liderar e inovar a administração do consórcio, em busca da constante melhoria da eficiência e eficácia das políticas públicas, em favor do interesse dos municípios consorciados;
- c) participar nos processos de licitação, realizar o controle de documentos de pessoal do consórcio, demais atividades administrativas;
- d) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto.

f) Assistente Administrativo:

I - Formação: Obrigatória de Nível Médio;

II - Atribuições sumárias:

- a) executar serviços administrativos gerais, prestando suporte e apoio às diversas áreas do consórcio, contribuindo com o correto fluxo de atividade, informações e materiais, buscando a legalidade em todos os processos nos quais está envolvido;

b) realizar serviços típicos de recepção, registros de compromissos e informações gerais;

c) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto.

g) Agente de Serviços Gerais:

I - Formação: Obrigatória de ensino fundamental;

II - Atribuições sumárias:

a) manter as condições de higiene, executando serviços de limpeza e conservação das dependências do Consórcio, visando o bem-estar e saúde das pessoas.

b) Preparar e servir cafés, chaves, água, etc.

c) outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto.

Ata da Assembléia Geral Extraordinária

ATA DA 1ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL, PARA VERIFICAÇÃO DAS LEIS DE RATIFICAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA PRESIDÊNCIA, DO CONSELHO FISCAL E CONVERSÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES EM CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, em primeira convocação, na sede do consórcio CONEXSUL, sito à Avenida Nereu Ramos, n. 861, Centro, na cidade de Sombrio, SC., reuniram-se os Prefeitos e representantes dos municípios que subscreveram o protocolo de intenções e que o ratificaram por lei, sendo os seguintes: MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - Antonio João de Fáveri; MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - Representado pelo Sr. Jonathan Reis; MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL - representado pelo Sr. Juarez Lopes da Silva; MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - Alex Sandro Pereira Bianchin; MUNICÍPIO DE SOMBRIO - José Antonio Tiscoski da Silva. Fez presente também a Prefeita Municipal em exercício do MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, Sra. Janaina Silveira Scheffer, que comprometeu-se a verificar a ratificação por lei do protocolo de intenções de seu município. Fizeram-se presentes ainda as seguintes autoridades Guilherme S. da Costa, município de Passos de Torres; Teresinha D'Ávila da Silva Tiscoski, município de Sombrio; Neliane Freitas Silva, município de Sombrio; Carlos Jacinto Oliveira, município de Sombrio; Alan Claudino, município de Sombrio; Valdinei de Almeida Nichele, município de Sombrio; Sergio Luiz dos Santos, município São João do Sul; Juarez Lopes da Silva, município de Santa Rosa do Sul, com direito a voz; para realização de ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA com a devida convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, Edição 703, de 23 de março de 2011, objetivando a verificação das leis de ratificação do protocolo de intenções, eleição e posse da Presidência do consórcio público, sendo Presidente e Vice-Presidente, composto por prefeitos dos municípios que ratificaram por lei o protocolo de intenções; eleição e posse do Conselho Fiscal e a conversão do protocolo de intenções em Contrato de Consórcio Público, com a denominação de CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL. Os trabalhos foram coordenados pelo Prefeito Municipal de Sombrio, Sr. José Antonio Tiscoski da Silva, a quem escolheu a mim, Elói Rönna, para secretariá-lo. Com a palavra o Coordenador, cumprimentando a todos, dando as boas vindas, fez breves comentários e traçou explicações acerca do Consórcio Intermunicipal do Extremo Sul Catarinense - CONEXSUL, especialmente quanto a seus objetivos e finalidades, bem como a sua constituição e funcionamento. O Prefeito Municipal de Jacinto Machado, Sr. Antonio João de Fáveri, com o uso da palavra manifestou-se a respeito do histórico da constituição do consórcio. Foram solicitados aos municípios consorciados a comprovação da ratificação do protocolo de intenções por lei, o que foi apresentado e cumprido pelos presentes, sendo: MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - LEI N. 589, DE 27 JULHO DE 2010; MUNICÍPIO DE

PRAIA GRANDE - LEI N. 2.281, DE 08 DE JULHO DE 2010; MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL - LEI N. 15, DE JUNHO DE 2010; MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - LEI N. 1549, DE 23 DE JUNHO 2010; MUNICÍPIO DE SOMBRIO - LEI N. 1887, DE 01 DE JULHO DE 2010. Com isso verificou-se o preenchimento do número mínimo para aquisição de personalidade jurídica do Consórcio Público e conversão do Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público, de acordo com o que dispõe os artigos 3º e 9º do Protocolo de Intenções. Ainda, encontram-se presentes o número de municípios necessários para realização da Assembléia Geral Extraordinária, não havendo reservas ao Protocolo de Intenções a serem apreciadas. Ato contínuo o Coordenador deu início ao processo de eleição e posse da Presidência e do Conselho Fiscal do Consórcio Público, tendo sido apresentados tão somente os seguintes candidatos: a) Presidência: Presidente - José Antonio Tiscoski da Silva Prefeito Municipal de Sombrio e Vice-Presidente: Antonio João de Fáveri Prefeito Municipal de Jacinto Machado; b) Conselho Fiscal: I - Membro - Valcir Daros - Prefeito Municipal de Praia Grande; II - Membro: Alex Sandro Pereira Bianchin - Prefeito Municipal de São João do Sul e III - Membro: Geci Geltrudes de Oliveira Casagrande - Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul. Os Prefeitos votaram nos candidatos inscritos, que foram eleitos por unanimidade, ficando assim constituída a Presidência e o Conselho Fiscal do Consórcio Público - : a) Presidência: Presidente - José Antonio Tiscoski da Silva Prefeito Municipal de Sombrio e Vice-Presidente: Antonio João de Fáveri - Prefeito Municipal de Jacinto Machado; b) Conselho Fiscal: I - Membro - Valcir Daros - Prefeito Municipal de Praia Grande; II - Membro: Alex Sandro Pereira Bianchin - Prefeito Municipal de São João do Sul e III - Membro: Geci Geltrudes de Oliveira Casagrande - Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul. Ato contínuo a Assembléia Geral deu posse aos eleitos, para mandato de 02(dois) anos, permitida uma reeleição por igual período, nos termos do protocolo de intenções. O Presidente eleito, após ter verificado o número mínimo de ratificações previsto, declarou a constituição do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - CONEXSUL e a Conversão do Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público, sendo aprovado e subscrito pelos municípios consorciados presentes. O Presidente esclareceu que os municípios subscritores do protocolo de intenções que o ratificarem por lei serão automaticamente consorciados. Também foi decidido pelo encaminhamento do Consórcio Público para registro do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Por fim o Senhor Presidente deixou livre a palavra para quem quisesse se manifestar sendo discutido pelos presentes as próximas ações do consórcio público, especialmente quanto a cessão dos municípios de servidores para prestarem serviços ao consórcio, bem como discussões a respeito da noação do Diretor Executivo. Como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembléia Geral Extraordinária, determinando a mim, secretário, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, bem como do Contrato de Consórcio Público, no órgão de publicação oficial do Consórcio Público, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, pela Presidência, Conselho Fiscal e pelos demais entes consorciados, como sinal de sua aprovação. Sombrio, 25 de março de 2011. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada as folhas 01 a 03, do livro ata eletrônico n. 01.

Município de Jacinto Machado
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI;

Município de Passo De Torres
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Município de Praia Grande
VALCIR DAROS

Município de Santa Rosa Do Sul
GECI GELTRUDES DE OLIVEIRA CASAGRANDE

Município de São João Do Sul
ALEX SANDRO PEREIRA BIANCHIN;

Município de Sombrio
JOSÉ ANTONIO TISCOSKI DA SILVA

